

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

MATHEUS NASCIMENTO GERMANO

NEOLIBERALISMO E O CONFLITO CAPITAL E TRABALHO NO BRASIL (1990-1996)

GOIÂNIA, GO - Brasil

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO

MATHEUS NASCIMENTO GERMANO

NEOLIBERALISMO E O CONFLITO CAPITAL E TRABALHO NO BRASIL (1990-1996)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

GOIÂNIA, GO - Brasil

2013



MATHEUS NASCIMENTO GERMANO

**NEOLIBERALISMO E O CONFLITO CAPITAL E TRABALHO NO  
BRASIL (1990-1996)**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013, pela banda examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. David Maciel - FH-UFG

Presidente da Banca

---

Prof. Dr. - Francisco Mata Machado Tavares - FCS-UFG

---

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto - FH-UFG

---

Prof. Dr. Roberto Abdala Júnior - FH-UFG - Suplente

Ocupem as fábricas  
(Gerações Perdidas)

Trabalhadores ocupem as fábricas  
Acabem com as hierarquias  
Não seja obrigado a trabalhar  
Para uma minoria lucrar  
Trabalhador pare pra pensar  
No capitalismo sua vida não vai mudar  
Você quem produz a riqueza  
Mas é reduzido a pobreza

Controlem a produção  
Destruam a prisão  
Libertando dos grilhões  
Trabalhando sem patrões  
Ocupem as fábricas!

## Agradecimentos

Escrever os agradecimentos no momento em que se conclui a sua pesquisa não se trata de uma algo fácil, pois é lembrar de todos aqueles que direta, ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho, ou que deram as condições essenciais para que pudesse ser pelo menos pensado. Essa é a maior dificuldade de se agradecer, lembrar de diversas pessoas, locais e ambientes em diversas fases de sua vida.

Não posso deixar de lado o quão angustiante é escrever a história de uma derrota; derrota ao qual frustrou não somente os sonhos de diversos trabalhadores de uma vida digna, mas, sobretudo, de observar a destruição de diversos direitos, da transferência arbitrária do patrimônio público para o capital e, principalmente, de inúmeras lutas e conquistas que a minha geração mal chegou a conhecer. A cada fonte analisada, de uma greve violentamente reprimida, do exército ocupando as ruas e executando camponeses no campo, não podemos deixar de escutar o grito contido das lutas sociais dos anos 90.

Primeiramente, gostaria de agradecer a formação humana e intelectual dada a mim pela minha mãe, a sensibilidade em compreender a nossa vida e a empatia de entender a dos outros, foi o que me guiou em toda essa jornada. A imensa motivação para que perseguisse meus sonhos, mesmo que isso resultasse em um oceano em nosso distanciamento, dedico esse trabalho a ela. Ao meu pai por ter despertado em mim o interesse por História, mesmo atualmente tendo posicionamentos políticos antagônicos, não posso deixar de mencionar o seu papel em minha formação. A minha irmã Paulinha e meu irmãozinho Paulo Renato pela amizade e ajuda mútua em diversos momentos difíceis em nossas vidas. A todos os Nascimentos e aos Germanos, que com meras palavras nunca conseguiria agradecer!

Aos meus sogros Gilmar e Edna, por sempre terem acreditado em mim e pela imensa ajuda dada nesse momento da minha vida.

Da minha graduação em História na PUC-GO com carinho lembro dos intensos debates no pátio, da amizade que construímos dentro e fora dos muros da universidade, dos grupos de estudos aos momentos de descontração, aos colegas que acompanharam esse percurso: Gustavo, Luiza, Rudson, Bruno, Diego, Tatiely, Patrícia, Paulo, Roger e outros. Aos grandes amigos que estiveram ao meu lado, que mesmo tendo nos distanciado, vale lembrar:

Igor, Marion e Ricardo. Aos professores que tanto contribuíram para a minha formação: Antônio Luiz, Fabiane Costa, Rafaella Sudário e Paulo Ribeiro.

Aos colegas que convivi ao ser aluno do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em História da UFG, bem como na oportunidade dada por este ao conceder a bolsa de estudo da CAPES (Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal em Ensino Superior) para que eu pudesse ter dedicação exclusiva à minha pesquisa. Ao Marco Aurélio e Dayane, técnico-administrativos do Programa por terem sido sempre tão atenciosos às demandas dos alunos.

Sincero agradecimento aos professores do programa: João Alberto, Élio Serpa e Roberto Abdala, pelas críticas construtivas na banca de qualificação e defesa. Espero ter respondido, de alguma forma, seus questionamentos.

Essa pesquisa nunca teria sido realizada sem a visita realizada no CPV (Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro) e um profundo agradecimento a Luíza, exemplo de militância por manter com ajuda de poucos um local tão importante para a memória das lutas sociais do Brasil.

Aos meus alunos que tive a oportunidade de ter contato do Ensino Fundamental, do EJA (Educação Jovens e Adultos) e do Ensino Superior, de crianças a idosos de várias classes sociais, agradeço a aula de vida, experiências e trajetórias. Tenham em mente de que aprendi tanto quanto lutei para ensinar a vocês.

Aos colegas de trabalho nos diversos espaços que pude atuar, foi de suma importância compartilharmos nossos sonhos e frustrações para que pudesse perseverar até o momento.

Essa pesquisa nunca seria concretizada e concluída se não fosse pelo meu orientador David Maciel. Agradeço as críticas construtivas e as que tiraram as minhas noites de sono, pois foram as suas considerações que direcionaram a forma e a elaboração dessa pesquisa. Devo a este a minha formação dentro do marxismo, não somente por ter tido contato a partir de suas aulas, mas pelos vários eventos, comunicações, debates, artigos, grupos de estudos e militância que nos envolvemos nesses últimos seis anos. Atualmente ao exercer o ofício de educador e historiador, vejo o quanto dele está em mim.

Aos amigos Diego, Fred, Paulin e Smigol, por estarmos juntos há mais de três anos em nossa militância sonora anti-capitalista na banda Gerações Perdidas. O que passamos

juntos, as pessoas que conhecemos, a cena punk que participamos, organizamos e as outras que tivemos acesso, foram cruciais para a construção da minha visão de mundo a partir daqueles que resistem e lutam para construir uma sociedade diferente.

Agradeço o conforto e a tranquilidade dado pelos meus maiores amigos felinos: Melvin, Rosinha e Pretinha. Seja apagando textos do computador, mastigando os livros e dormindo sobre as fontes, eles acompanharam todo o processo de escrita da dissertação, me dando alegria, paz e carinho nos momentos de tristeza.

Por fim, como forma de ressaltar a tamanha importância desta pessoa em minha vida, dedico este trabalho a minha companheira Mariana. Nem com palavras ou gestos algum dia saberei expressar o carinho e o amor que sinto por ela. Obrigado por ser a mediação do melhor e o pior de mim: me mostrar a esperança nas minhas crises pessimistas e me dar um choque de realidade e manter meus pés no chão, em meus momentos idealistas.

## Resumo

Nosso objeto de estudo se trata do conflito entre capital e trabalho no Brasil no momento de sistematização das políticas neoliberais, tendo como recorte temporal de 1990 a 1996, do início do governo Collor até a metade do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante o governo Collor, analisaremos o início da implantação da agenda neoliberal sob o prisma de uma crise de hegemonia burguesa. Essa crise de hegemonia, entre outros fatores, levou o *impeachment* de Collor e o início do mandato de Itamar Franco, que fez a opção definitiva pelo neoliberalismo ao elaborar um importante sustentáculo econômico com o Plano Real. O êxito do Real vai ser crucial para a elaboração da hegemonia neoliberal que se materializou com a eleição de FHC em 1994, que impôs uma série de medidas regressivas para o mundo do trabalho. Todo esse processo será visto a partir da tese de que a derrota sofrida pelos trabalhadores não somente no plano corporativo, mas também no plano ideológico e organizativo, que impôs uma nova dinâmica da luta social no Brasil.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Conflito capital e trabalho. Crise de hegemonia.

## **Abstract**

Our object of study deals with the conflict between capital and labor in Brazil at the time of systematization of neoliberal policies, with the time frame from 1990 to 1996, the beginning of the Collor government until the middle of the first government of Fernando Henrique Cardoso. During the Collor government, we will analyze the early deployment of neoliberal addendum through the prism of a crisis of bourgeois hegemony. This crisis of hegemony, among other factors, led the impeachment of Collor's term and the beginning of Itamar Franco, who made the ultimate option for neoliberalism to develop an important economic mainstay with the Real Plan. The success of the Real will be crucial for the development of neoliberal hegemony that materialized with the election of FHC in 1994, which imposed a series of regressive measures for the working world. This entire process will be seen from the thesis that the defeat suffered by workers not only at the corporate level, but also in the ideological and organizational, which imposed new dynamics of social struggle in Brazil.

**Keywords:** Neoliberalism. Capital and labor conflict. Crisis of hegemony.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 01 - Governo Collor, neoliberalismo e ofensiva contra os trabalhadores.....</b>	<b>17</b>
1.1 - Os fundamentos históricos da crise de hegemonia: esgotamento do desenvolvimentismo, ascensão dos movimentos sociais e a eleição de Collor.....	17
1.2 - A ascensão de Collor.....	29
1.3 - O breve Governo Collor: adesão e limites da agenda neoliberal.....	32
1.4 - Crise econômica e desastre social do Plano Collor I.....	41
1.5 - Avanço neoliberal com o Plano Collor II.....	51
1.6 - <i>Impeachment</i> e manutenção da agenda neoliberal.....	65
<b>Capítulo 02 - O Governo Itamar Franco e a opção definitiva pelo neoliberalismo.....</b>	<b>76</b>
2.1 - O cesarismo de Itamar Franco e a crise política: Revisão Constitucional e o Plebiscito.....	76
2.2 - Sob a égide do Real.....	93
2.3 - Rumo as eleições de 1994.....	108
2.4 - Dinâmica eleitoral e a vitória do Real.....	115
<b>Capítulo 03 - Reação dos trabalhadores e o recrudescimento da ofensiva neoliberal.....</b>	<b>133</b>
3.1 A desaceleração do Real: o fim da euforia do consumo e o ataque especulativo com a crise Mexicana.....	133
3.2 A greve dos petroleiros e a quebra do monopólio estatal do petróleo.....	147
3.3 A inflexão na CUT e no movimento sindical: "acordo da Previdência", avanço dos fundos privados de aposentadoria e o contrato especial de trabalho.....	176
3.4 O cerco se fecha: massacre nos campos, criação da ABIN, consolidação do PDV e o avanço do setor de serviços.....	203
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>218</b>
<b>Referências das fontes documentais.....</b>	<b>221</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>226</b>

## Introdução

O presente estudo intitulado "Neoliberalismo e o conflito capital e trabalho no Brasil (1990-1996)", visa mapear o processo de implementação das políticas neoliberais tendo em mente os seus reflexos para o mundo do trabalho. Com isso, defendemos a tese de que a regressão sofrida pelos trabalhadores na perda de direitos trabalhistas, na privatização do patrimônio público e com a mercantilização dos serviços sociais também foi sentida no plano ideológico, ou seja, a derrota frente a consolidação do projeto neoliberal não foi somente uma derrota no plano corporativo, mas, sobretudo, no plano prático e organizativo dos trabalhadores e de suas entidades (partidos, sindicatos e movimentos sociais).

A partir dessa tese central, elaboramos um recorte histórico que se estende de 1990 a 1996: do governo Collor à metade do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Adotamos a perspectiva de que o período referido representa, de um lado, o início de um conteúdo programático de governo voltado para a adesão das políticas neoliberais - uma adequação econômica, política e social a um novo paradigma de acumulação - e, por outro lado, voltado para a implementação do neoliberalismo. Este, por sua vez, teve que destruir, desorganizar e cooptar as organizações e mobilizações herdadas das experiências de luta e da ascensão dos movimentos sociais no momento de crise política e econômica da Ditadura Militar e da transição para a Nova República. Assim, analisaremos a reação dos trabalhadores à ofensiva instaurada após a derrota de suas mobilizações, o que estipulou a adesão progressiva ao ideário neoliberal.

Em um primeiro momento, abordaremos a crise de hegemonia que se estendia desde o processo de transição no momento do governo Collor (1990-1992), onde veremos como esta está vinculada à crise do modelo desenvolvimentista e a ascensão dos movimentos sociais no plano político nacional. Essas condições - somadas a reformulação de diversos elementos do Estado autocrático - vão possibilitar um posicionamento "imperial" e cesarista (mesmo que limitado, por não contar com um amplo apoio dos militares e de diversas frações burguesas) na condução da agenda neoliberal. Também não podemos deixar de mencionar o esforço em compreender a função dos aparelhos privados de hegemonia na construção de sua candidatura e na legitimação de seu governo, como também o papel exercido por este de desmobilizar e criminalizar os movimentos sociais que eram contra seu governo.

O cesarismo de Collor era garantido muito mais pelas brechas deixadas na reformulação do Estado autocrático (dentre elas a medida provisória) do que por uma base de apoio sólida entre os grupos dominantes da sociedade. O elemento que fazia a junção dos interesses entre as diversas frações burguesas e que sustentava o governo era o comprometimento em criar novas frentes de exploração do trabalho que desarticulasse o movimento organizado dos trabalhadores. Com o avanço da crise econômica e a inviabilidade dos Planos Collor I e II, o desastre social a partir disso foi o desemprego em massa e recessão econômica, que atuou no setor produtivo em uma onda de desindustrialização. Vários setores da burguesia foram penalizados com a abertura econômica feita por Collor, comprometendo ainda mais o conflito entre adesão e o ritmo de implementação das políticas neoliberais; todos esses fatores, somados às denúncias de corrupção acabaram por acarretar no processo de *impeachment*.

O segundo momento desse trabalho trata da posse de Itamar Franco, passando pela construção da hegemonia neoliberal com a criação do Plano Real, até a eleição de FHC. Itamar assume com o compromisso de manter a agenda neoliberal, moderando em alguns pontos e aprofundando em outros, mas mantendo a exploração do trabalho e o ataque aos setores organizado dos trabalhadores, sobretudo os funcionários públicos. A crise de hegemonia pode ser vista no período da Revisão Constitucional em 1993 (quando a intenção de setores da direita em ampliar tal revisão foi fracassada). Por outro lado, ela passa a ser sanada com a elaboração do Plano Real.

O Plano Real, além de possibilitar o fim dos altos índices de inflação, possibilitou bases de abertura econômica e facilitou a circulação de capitais de origem financeira, sem contar, que ele fundou a base da hegemonia neoliberal, pois alavancou a candidatura do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, com um amplo apoio da população beneficiada - mesmo que brevemente - pelo fim do imposto inflacionário.

No terceiro momento da pesquisa, analisamos a primeira metade do governo FHC (1995-1996), sob a perspectiva de disputa em torno da imposição das políticas neoliberais. Com o abalo do Plano Real e com o ataque especulativo que foi a crise mexicana (que acabou com a euforia do consumo, gerada, por um lado, pelo fim do imposto inflacionário e, por outro, pela âncora cambial), setores organizados do movimento operário se envolvem em uma série de greves, paralisações e mobilização em escala nacional. O evento de maior oposição

ao aprofundamento das reformas neoliberais e de maior destaque no período foi a greve dos petroleiros de 1995, que contou com uma paralisação de mais de um mês nas principais refinarias do país; mas não podemos deixar de lado o esforço de greve dos servidores públicos federais vinculados à FASUBRA e os Eletricitários. Em todos esses setores mencionados, se convergia o receio de que o avanço neoliberal representaria em uma amarga regressão aos seus direitos e as suas condições de trabalho.

De fato o receio se materializou. Enquanto no primeiro momento vemos uma intensa mobilização dos trabalhadores, após a derrota das greves de 1995, o governo passou a acumular vitórias acachapantes ao movimento sindical, sobretudo na maior central sindical, que fazia frente a oposição às políticas neoliberais, a CUT. Na virada do primeiro para o segundo semestre de 1995, vemos que houve uma importante inflexão para o movimento sindical brasileiro: primeiramente pelo "acordo" da previdência, envolvendo a central e o governo para "negociar" os principais pontos da reforma administrativa, essa medida possibilitou um fértil solo para a propagação dos fundos de aposentadoria privada, que no momento se tornou em mais uma ferramenta para expropriar ainda mais os rendimentos do trabalhador. Outra derrota sofrida para o mundo do trabalho como um todo foi o fim da política salarial, instaurando brechas para a desregulamentação do mercado de trabalho, sobretudo com o contrato "especial do trabalho", que previa o desmonte de uma série de direitos.

Sendo assim, após um breve momento de reação dos trabalhadores frente ao projeto neoliberal, se instaurou, logo após a derrota da greve dos petroleiros em 1995, uma série de mecanismos institucionais que se configuraram como uma ampla ofensiva burguesa para com o mundo do trabalho. Esse argumento se expressa materialmente pela repressão sistemática ao MST - exatamente no momento em que o grupo estava promovendo ocupações em escala nacional e aglomerava uma série de forças políticas em diversos segmentos dos movimentos sociais no campo e na cidade – cujo fato mais marcante acontece no ano de 1996 no episódio do massacre de Eldorado dos Carajás. Logo após esse massacre, o governo FHC cria uma instituição de inteligência, a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), para, então, mapear e vigiar os movimentos sociais por todo o país, ao mesmo tempo em que também dava um duro golpe para os trabalhadores do setor públicos com o PDV (Plano de Demissão Voluntária), afim de fragilizar o setor mais coeso e organizado contra o neoliberalismo, promovendo um sucateamento dos órgãos públicos e criando uma situação em que os próprios servidores

pediam demissão de seus cargos para logo somarem nas filas do desemprego em massa, ou então de trabalhadores terceirizados, subcontratados ou até autônomos e em grande parte de informais, conforme se assistiu o grande avanço que o setor de serviços passou no momento abordado.

Por fim, sobre a tipologia das fontes utilizadas na pesquisa: jornais, revistas da grande mídia e da comunicação popular, documentos governamentais e documentos de entidades classe (como foram os documentos da CUT, de entidades intersindicais e publicações de partidos). A maioria das fontes coletadas vai de revistas de grande circulação como a *Veja* e a *Istoé*, do período de 1990-1996, aos documentos e panfletos de entidades vinculada aos trabalhadores que foram selecionados no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), localizado em São Paulo, em janeiro de 2010. Os documentos de suma importância, obtidos no CPV, estão contidos nos dossiês e pastas, como: O governo FHC e o movimento sindical; FHC: da esquerda para a direita; Política Eleitoral Presidencial (1993-1994); Política Eleitoral Presidencial (1994-1998). De pastas suspensas: Pasta Partidos Políticos: Documentos do PSDB; Política Conjuntura 1988 a; Política 1999 a: Pasta Eleitoral (Reeleição 1994 a 1997; FHC e o uso da máquina 1999; FHC projeto de governo); Condições de trabalho 1969-1998; Trabalho, mercado e desemprego 1996-2001; O salário mínimo nos anos de 1995-2000.

Além de indicar todos os dados de sua publicação, circulação, bem como as entidades envolvidas na sua elaboração; analisamos os documentos que tivemos contato a partir de seu conteúdo classista, tendo em mente que todo veículo de comunicação, seja ele da grande imprensa ou uma pequena publicação de um determinado grupo de trabalhadores, acaba por se representar como um partido, ou seja, um instrumento de hegemonia que propaga o seu interesse de classe. Sendo assim, a nossa intenção ao coletar fontes da grande imprensa (como a *Veja*, *Folha de São Paulo*, *Istoé* e *O Estado de São Paulo*) e de documentos das entidades dos trabalhadores (como a CUT, dados do DIEESE e até mesmo de informações contidas em diversos partidos de esquerda ao termos acesso, por exemplo, aos boletins do PSTU) foi de mapear as perspectivas e os conflitos de classe que se expressavam no momento de construção da hegemonia em torno do neoliberalismo. As visões iam da manipulação da opinião pública criminalizando os movimentos sociais às perspectivas que envolviam a resistência as políticas governamentais.

## CAPÍTULO 1

### Governo Collor, neoliberalismo e ofensiva contra os trabalhadores

#### 1.1) Os fundamentos históricos da crise de hegemonia: esgotamento do desenvolvimentismo, ascensão dos movimentos sociais e a eleição de Collor

Antes de tratarmos sobre o nosso objeto, o conflito capital e trabalho a partir dos anos 90 no Brasil, se faz necessário fazer uma breve introdução acerca do ambiente histórico da crise de hegemonia, que se materializou na crise da Ditadura Militar, da crise do desenvolvimentismo e a ascensão das classes subalternas na cena política. No decorrer da nossa exposição indicaremos ao leitor uma série de leituras que aprofundam na discussão sobre: a transição da Ditadura Militar para a nova República; a formação dos movimentos sociais; a arena de disputa política e os elementos históricos que culminaram na crise de hegemonia que vai se arrastar nos primeiros anos de 1990.

Um livro importante para o estudo do período, de Gelsom Rozentino de Almeida, historiador vinculado a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, se trata da obra "História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1919-1989)", sendo resultado da tese de doutorado do autor defendida na UFF (Universidade Federal Fluminense). O mesmo defende a tese central de que a década de 1980 não foi perdida pelo aspecto econômico da crise do desenvolvimentismo, mas foi uma década de luta e conquistas da classe trabalhadora. Esta publicação é de suma importância por apresentar uma rica abordagem acerca da formação da CUT e do PT no contexto de transição política.

Concordamos com a argumentação do autor quando este apresenta que a crise dos anos 80 representou um esgotamento das condições criadas pelo golpe militar de 1964, do modelo de desenvolvimento dependente-associado (desenvolvimentismo) e do fim dos altos índices anuais de crescimento econômico, que solaparam as bases do "milagre econômico" (ALMEIDA, 2011, p. 17). Tal modelo começa a se abalar a partir da crise do petróleo de 1973, onde não somente elevou o preço dos combustíveis e de seus derivados, mas acompanhou-se, também, de um aumento dos juros no mercado financeiro mundial, diminuindo a liquidez de investimentos, encarecendo e dificultando o fluxo de poupança interna e externa (ALMEIDA, 2011, p. 17).

A tese do historiador Prof. Dr. David Maciel, defendida no Programa de Pesquisa e Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 2008 faz um aparato geral da situação brasileira no período pós-ditatorial, da Nova República ao final do mandato de Collor, ou seja, todo um mapeamento detalhado e minucioso da conjuntura política de 1985 a 1990, abordando todas as reformas políticas da democratização e as crises do período. Este trabalho é de suma importância para nossa pesquisa, pois, ao mapear a década de 80, a ascensão de Collor e os meandros da movimentação política, poderemos ter como base para analisar a década posterior, estudada neste trabalho.

O mesmo autor afirma que enquanto nos anos 70 os países desenvolvidos passavam por uma onda de reestruturação produtiva, no Brasil ainda passaria por um ciclo de desenvolvimento com o 'Milagre Brasileiro' (1968-1974) e depois como o último suspiro do desenvolvimentismo com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) (1974-1976) (MACIEL, 2008, p. 43). O crescimento acelerado da economia neste período deu uma sobrevida ao desenvolvimentismo às custas do endividamento externo, mas o que o colocaria em xeque foram também a crise das dívidas dos países periféricos em 1980.

Um outro livro que pode ser importante no sentido de fornecer um subsídio geral sobre as transformações econômicas no período é a obra de Luiz Filgueiras "História do Plano Real", que na primeira parte do livro fornece um amplo aparato vários dados que ilustra a crise econômica, mas também vinculando a mudança no padrão de acumulação em escala mundial.

Nessa mesma década, com base em Filgueiras (2000), houve a crise do México em 82, que gerou a elevação das taxas de juros e mudou o ambiente internacional para estes países, no que refere-se a novas concessões de recursos financeiros (FILGUEIRAS, 2000, p. 71). Em suma, a economia mundial desse período transitou do excesso de liquidez dos anos dourados (anos 70) a extrema escassez de recursos da década "perdida" (anos 80), resultando em um período de estagnação de crescimento, de crescente inflação, que iria pautar a nova face da exploração dos países do chamado "Terceiro Mundo" (FILGUEIRAS, 2000, p. 71).

Essa era a conjuntura internacional na virada dos anos 70 para os 80, que minou as bases do desenvolvimentismo no Brasil e de todos os países periféricos industrializados, levando o capital a criar novas frentes de acumulação, o que impôs a tais países rígidos acordos comerciais e uma agenda econômica voltada para a adesão das políticas neoliberais (FILGUEIRAS, 2000, p. 71).

Um elemento que agravou o descontentamento da população com o regime militar foi a crise do padrão de acumulação capitalista dependente-associado e no fracasso na viabilização de um novo padrão, como foi o caso do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que se expressou no descontentamento da população através do crescimento do voto de oposição nas grandes cidades nas eleições de 1974 e 1976. Tal situação deu base para uma maior legitimidade política ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), mas que canalizou as demandas populares para uma disputa política domesticada, devidamente por ser no momento uma oposição institucionalizada pelo regime (MACIEL, 2008, p. 43-44).

A crise conjuntural do regime militar já estava dada desde 1974, mas que se aprofundou em uma crise de hegemonia em 1987, com o avanço da mobilização dos movimentos sociais combinada com a crise econômica que se expressavam no aumento da inflação e indícios de uma recessão (MACIEL, 2008, p. 47). Para Maciel (2008), o governo era:

Pressionado pelos compromissos externos derivados da gigantesca dívida e pelo crescente déficit público (...) desencadeou a "ciranda financeira", permitindo a especulação com seus títulos e protegendo os aplicadores da corrosão inflacionária, o que favoreceu a concentração de renda e o achatamento da renda salarial. As contradições entre as frações hegemônicas do bloco no poder e o governo militar voltavam a se intensificar, determinando a decomposição de sua capacidade de direção política (...). Por outro lado, as classes subalternas radicalizavam sua postura oposicionista retomando sua capacidade de mobilização e organização. A fundação da CUT, em 1983, e a campanha das "Diretas Já", em 1983-1984, foram resultados deste processo (MACIEL, 2008, p. 47).

Como vimos acima, no final dos anos 70, sobretudo a partir da crise do padrão de acumulação capitalista dependente-associado, se acelerou o processo de distensão sob a tutela dos militares, cujo lema "lenta e gradual" expressou a manutenção da antiga ordem em um processo regido pelo alto, mas promovendo algumas medidas "liberalizantes" (MACIEL, 2008, p. 46).

As tais medidas liberalizantes foram: o fim do AI-5, mas com caráter dúbio, pois se fechou o Congresso, impôs eleições indiretas para um terço do Senado (os chamados Senadores biônicos), manteve eleições indiretas para governadores, da mesma forma em que os militares fizeram com a sua implantação em 1968; a anistia, que acabou por beneficiar a repressão ao perdoar os torturadores e assassinos que trucidaram milhares de "subversivos"; por fim, a reforma partidária, onde por mais que ela trouxe uma maior liberdade para a formação de partidos, ela acabou por contribuir para dividir e enfraquecer a oposição contra o regime (MACIEL, 2008, p. 46-47).

Na década de 80, após o fim dos 21 anos de Ditadura Militar no Brasil, os movimentos que antes se articulavam de forma ilegal, passam à legalidade ganhando uma nova fase. Diversos tipos de pautas são levantadas por estes, não só através de partidos políticos, mas em associações de bairro, sindicatos, movimentos por pautas específicas como mulheres, negros, etc. Mas, de uma certa forma, a maioria desses movimentos tinham como referência principalmente o recém criado Partido dos Trabalhadores (PT) e a Igreja Católica através da Teologia da Libertação e suas pastorais. Foi também um período de grandes greves e lutas por direitos sociais na tão aguardada Nova Constituição pós ditadura. Para nossa pesquisa é importante saber disso, pois, como veremos a seguir, todos esses movimentos que se organizavam ao redor do PT acabam, na década de 90 seguindo um caminho parecido com este.

Mas mesmo a partir de tais abalos econômicos o movimento sindical ganhou um novo fôlego com novas formas de manifestações, de organização e novas reivindicações a partir do final dos anos 70 (como o caso da greve da Scania em 1978, que ganhou extensão em todo ABC paulista) (ALMEIDA, 2011, p. 18-19). As greves dos metalúrgicos representaram uma ruptura com o sindicalismo oficial e também com o governo militar, que mesmo reprimindo duramente as manifestações dos trabalhadores, não conseguiram deter a sua difusão na organização da Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat); na criação de uma nova entidade sindical a Central Única dos Trabalhadores (CUT); a criação de um partido de massa, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a revitalização (em novas bases sociais) do movimento do trabalhadores rurais com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (ALMEIDA, 2011, p. 18-19).

A onda de greves de 1978-89 teve como importante fruto a formação da CUT, que foi decorrência da união dos setores do sindicalismo combativo em torno de uma única central sindical e com a aliança de vários outros setores dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2011, p. 108-109). Nas palavras de Almeida (2011):

Em um sentido amplo, a CUT pode ser caracterizada como uma central dos trabalhadores brasileiros que pretendia representar o movimento sindical, mas também outros movimentos sociais. Ela ultrapassaria o projeto histórico de construção de uma central sindical ou central operária, ou mesmo de outras centrais sindicais concorrentes: representaria o conjunto dos trabalhadores brasileiros do campo e da cidade. Em todo movimento sindical sempre estiveram presentes, de forma indissociável, a negociação e o conflito. Também a CUT segue esta tradição, contudo, enfatizando principalmente o aspecto do conflito no embate sindical, delimitando a diferenciação com outros setores e definindo-se como a "novidade" do movimento sindical brasileiro (ALMEIDA, 2011, p. 109).

Desde a sua criação, com base em Almeida (2011), em 1983, a CUT se esforçou para aglutinar os sindicatos que se identificavam com o novo sindicalismo, reunindo seus setores mais combativos, como a Oposição Metalúrgica de São Paulo, que canalizou as mobilizações sindicais da época (ALMEIDA, 2011, p. 108-109). Em congresso da Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) que se fundou a CUT em 1983, tendo aprovado e definido seu estatuto central: a democracia sindical; unidade ampla entre a classe trabalhadora e autonomia sindical (ALMEIDA, 2011, p. 108-109).

O livro "Trabalhadores e sindicatos no Brasil" de Marcelo Badaró Matos - professor vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense - se torna importante para o estudo do período na medida que este faz um amplo aparato, de forma sintética, da trajetória dos trabalhadores, das primeiras greves do século XX na Velha República até a formação do novo sindicalismo na transição da Ditadura Militar para a Nova República.

Com base no autor, a etapa final de transição, com a aprovação da Constituição em 1988 e as eleições presidenciais de 1989, se mostrou o fim da era do novo sindicalismo (MATTOS, 2009, p. 118). Mesmo com vários avanços na Constituição como o fim da tutela do Ministério do Trabalho sob os sindicatos e da proibição da sindicalização dos funcionalismo público, foram preservados e repostos elementos corporativistas do passado, pela manutenção da unidade sindical, do imposto sindical, do monopólio da representação e do poder dado à Justiça do Trabalho (MATTOS, 2009, p. 118).

O PT (Partido dos Trabalhadores) surgiu no bojo da mobilização dos movimentos sociais de 1978-89, tendo presença das associações de moradores às greves nacionais de 1978-80. Desde 1978, no Congresso dos Metalúrgicos do ABC paulista, já se discutiam a intenção de criar um novo partido de esquerda pela base para dar um formato mais abrangente na luta do novo sindicalismo, que fosse além da rigidez da estrutura sindical e aglomerasse as lutas sociais por todo o país (ALMEIDA, 2011, p. 179-180).

A proposta que debatiam para a formação do PT no final dos anos 70 era de aliar os diversos setores da esquerda: da esquerda do MDB, passando pelos grupos trotskistas às eclesiais de base e os demais movimentos sociais (ALMEIDA, 2011, p. 191-192). Os trabalhadores que se sentiam derrotados em virtude da repressão às greves de 1978-80, viam na criação do partido a melhor forma de canalizar as suas reivindicações para o plano político

nacional, optando pelo caminho institucional na avaliação de que seria a melhor forma de atender as suas necessidades. Uma das estratégias para aglomerar, tanto os sindicatos combativos, quanto os movimentos sociais e outros setores, foi a preferência do uso da categoria de "classe trabalhadora" ou então somente "trabalhadores", do que a definição "proletariado" tradicionalmente utilizada pela esquerda (ALMEIDA, 2011, p. 191-192).

No final dos anos 80, o PT se firmou como maior partido de esquerda do Brasil, um partido que desde o seu início não teve um programa fechado, mas em constante elaboração, devido a pluralidade de ideias e tendências internas no partido. Esta se constituiu na principal diferença do PT dentre os demais partidos, que foi a maior novidade que este mostrava para a esquerda nos anos 80 (ALMEIDA, 2011, p. 177).

Uma outra entidade de suma importância na mobilização contra o neoliberalismo nos anos 90 - que também fora gestada nos anos 80, mas constituindo no campo - é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). O MST é resultado do processo histórico de resistência no campo, de experiências de ocupações e resistência desde 1970, quando os militares impuseram uma aceleração no modelo de produção agropecuária baseado na grande propriedade rural, que provocou profundas transformações para os trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000, p. 49-94).

A obra de Bernardo Mançano Fernandes, um dos grande estudiosos acerca da formação e trajetória do MST e no momento professor de Geografia vinculado a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp do campus de Presidente Prudente-SP, é de suma importância para todos os leitores que desejam ter uma visão geral acerca do movimento.

Segundo Fernandes (2000) esse processo:

(...) De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros e etc., que continuaram excluídos da política agrícola (FERNANDES, 2000, p. 49).

Tal política, implantou uma "modernização conservadora" (FERNANDES, 2000, p. 50), onde o grande crescimento econômico da agricultura foi mediada pelo aumento da concentração de terras, o que expurgou do campo cerca de 30 milhões de camponeses para as grandes cidades ou para as mais variadas regiões urbanas do Brasil (GEORGE, 1987, p. 59 *APUD* FERNANDES, 2000, p. 50).

Mesmo em meio a repressão da Ditadura Militar, a luta pela terra se acentuou nos anos 70 e 80, principalmente a partir da participação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) na organização dos trabalhadores no campo. Durante o regime militar, vale a pena destacar a importância das Comunidades Eclesiais de Base, que atuaram na socialização e organização política dos camponeses (FERNANDES, 2000, p. 50).

A partir de tais condições, com base em Fernandes (2000), o MST teve como gênese a experiência de resistência no campo desde os anos 70, mas se configurou como movimento em setembro de 1979, na ocupação da gleba Macali em Ronda Alta no Paraná (FERNANDES, 2000, p. 50). A ação conjunta nas ocupações de vários latifúndios nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná forjaram o MST, sendo, assim "a sua gênese não poder ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos" (FERNANDES, 2000, p. 50).

Foi especificamente em 1984 a fundação oficial do movimento em seu Primeiro Encontro Nacional em Cascavel-Paraná. Em Janeiro de 1985 os sem-terra faziam o seu Primeiro Congresso, que marcou o início da territorialização do movimento para todo o Brasil (FERNANDES, 2000, p. 50).

A partir de tais elementos, com base em Maciel (2008; 2012), vemos que a crise conjuntural que desencadeou o colapso do modelo desenvolvimentista, impôs um duro golpe para a hegemonia<sup>1</sup> burguesa que se edificou a partir de tais moldes, que somada a ascensão

---

<sup>1</sup> Com base em Gramsci (2007, p. 40-42), a hegemonia de um grupo social se forma a partir do controle dos meios de produção (formas de controle e exploração do trabalho), dos aparatos de dominação do Estado (órgãos e instituições repressivas) e também na formação de uma visão de mundo (em que o autor refere a superestrutura da sociedade) sob as classes dominadas. Todas essas esferas combinadas se articulam em uma domesticação e educação das classes subalternas por parte de uma gama de instrumentos como a religião, escola e os meios de comunicação. O conceito para o mesmo autor contempla que para ser consolidada, a hegemonia deve ter uma base material, que é construída no movimento de concessões e reformas, a fim de garantir a liderança de uma determinada classe, enquanto atende as reivindicações das classes subalternas. A hegemonia de um grupo social dirigente não se edifica sem considerar as reivindicações mínimas que sejam dos grupos dominados, sendo de suma importância que esta saiba lidar com o jogo de pressões e concessões, na intenção de preservar um ambiente estável dentre as forças políticas da sociedade. A partir do controle de tais aparelhos e buscar a partir de uma concessão material a hegemonia dentre os grupos sociais subalternos, um bloco hegemônico se forma e elabora consigo um projeto econômico, social e histórico, dando sentido e organizando os grupos sociais sob uma direção específica. O momento assinalado como crise de hegemonia se trata quando esse modelo não mais gera o consenso material dentre os grupos dominados e amplia a uma situação em que o projeto histórico elaborado perde seu sentido ideológico e material, dando margem para a ascensão política dos grupos sociais subalternos (GRAMSCI, 2007, p. 40-42; 44-45). Nas palavras do autor "Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Este alinhamento fundamental permite estudar se existe na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante o seu desenvolvimento. (...) a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera da superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em "partido", entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, assim por, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano "universal", criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados" (GRAMSCI, 2007, p. 40-41). Devemos fazer uma mediação nesse conceito ao aplicá-lo ao nosso objeto, pois no Brasil a hegemonia burguesa sempre foi imperfeita exatamente por esta não contemplar as mínimas demandas das classes subalternas afim de obter um consenso e, sobretudo, por não reconhecê-las como sujeitos políticos. No decorrer desse estudo discutiremos os aspectos da hegemonia

dos movimentos sociais na cena política, gerou uma situação de crise de hegemonia<sup>2</sup> durante o governo Sarney. Nesse período de pós-Ditadura Militar houve uma tentativa de retomar o Estado desenvolvimentista - com fio condutor do crescimento econômico - e também de reformar a institucionalidade autoritária para tentar barrar as medidas populares na elaboração da Constituição de 1988 para então preservar os elementos autocráticos e conservadores. O governo Sarney, em certa medida, conseguiu atenuar as medidas populares na Constituinte, frustrando as esperanças democráticas de vários setores da sociedade, sobretudo, nos movimentos sociais. Mas o governo se viu totalmente incapaz em reativar o padrão desenvolvimentista, com pleno fracasso do Plano Cruzado e da política econômica heterodoxa (MACIEL, 2008, p. 191-192).

A elaboração da nova Constituição revelou todos os aspectos e características da crise de hegemonia, pois ela marcou uma fase de mobilização social, tanto das classes subalternas, quanto das classes dominantes, que expressou a incapacidade dos governantes de formular uma política consensual. Além disso, ainda permanecia a pressão dos militares na manutenção de uma série de elementos autoritários.

Mesmo com a predominância do caráter autocrático em seu conteúdo, a Constituição de 1988 acabou incorporando diversos direitos defendidos pelos movimentos sociais das classes subalternas, o que revelou não somente a força política destes (apesar de todas as

---

burguesa particularizada ao nosso objeto, mas para ter mais detalhes acerca de tais características na Ditadura Militar, bem como suas características no processo de transição para a "Nova" República, ver Maciel (2004;2008).

<sup>2</sup> Sobre a situação de crise de hegemonia, com base em Gramsci (2007) "Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas "como a guerra", ou porque amplas massas "sobretudo de camponeses e pequenos burgueses intelectuais" passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de "crise de autoridade": e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto" (GRAMSCI, 2007, p. 60). Um trecho mais explicativo do autor para o nosso objeto acerca da crise hegemonia se evidencia um leque de possibilidades históricas onde "A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda de homens e programas e toma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal" (GRAMSCI, 2007, p. 61).

manobras e o chamado Golpe do Centrão<sup>3</sup> usou para frear suas propostas), mas a profundidade da crise de hegemonia que expressava a incapacidade das frações dominantes em conduzirem uma alternativa à crise do Estado desenvolvimentista, o que permitiu um avanço dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais.

Em meio a ascensão dos movimentos sociais, era grande o ânimo da população com as eleições para presidente em 1989, pois se passava 29 anos em que o brasileiro não sabia o que seria escolher um presidente. O golpe civil-militar de 1964 atuou na supressão da esquerda, dos sindicatos combativos e de seus militantes, mas em meio ao grande crescimento do PT e o "ressurgimento" dos movimentos sociais, diversos setores da população ansiavam por eleger um presidente que canalizasse todo o fazer político e de experiências que os trabalhadores expressavam nos anos 80.

Com a legalização dos partidos de esquerda, somada à participação popular nas "Diretas Já" e nas discussões e no recolhimento de assinaturas para a Constituinte, a direita se articulou em uma conciliação com os militares com a Aliança Democrática - acordo entre a oposição institucionalizada (que era contra a tutela militar e não ao modelo autocrático-burguês<sup>4</sup>), dentre elas o MDB - que viabilizou as eleições indiretas para presidente em 1985 (MACIEL, 2008, p. 67).

Os candidatos às eleições de 1989 levaram a sério o crescimento do PT, pois os votos ao partido haviam sido interpretados como um instrumento de protesto, que naquele momento de crise do governo Sarney, ganhou pela primeira vez expressão nacional e popular

---

<sup>3</sup> O termo "Golpe do Centrão" foi cunhado pelo historiador David Maciel em sua tese de Doutorado defendida em 2008 na Universidade Federal de Goiás chamada "De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise". Centrão ficou conhecido como o grupo de parlamentares que se organizou no final de 1987 para barrar direitos sociais previstos para serem incorporados na versão final do projeto constitucional. Um dos mecanismos utilizados por estes para barrar as emendas populares foi a mudança do regimento interno, em início de 1988, para retomar a votação do projeto constituinte somente entre os parlamentares. Para mais detalhes acerca da formação e a caracterização do grupo denominado "Centrão", bem como a dinâmica histórica e a arena política da disputa deste com outros grupos políticos, ver Maciel (2008).

<sup>4</sup> Na concepção de Fernandes (2006) o modelo autocrático-burguês empreende um movimento específico de desenvolvimento capitalista em países da periferia do sistema, em que as transformações oriundas da revolução burguesa não empreendem uma modificação substancial na sociedade. Dessa forma, o modelo autocrático atua como uma ferramenta de aceleração no processo de consolidação das relações capitalistas, mas que não envolve a aceitação das camadas subalternas como sujeitos políticos, o que se estabelece é um modelo altamente repressivo para com estas, revelando também uma debilidade da burguesia em realizar seu papel histórico em função das pressões e dos condicionamentos externos exercidos pelo imperialismo, necessitando da figura do Estado e de alianças com as classes tradicionais para operar as transformações capitalistas (FERNANDES, 2006, p. 337-424). Conforme as palavras do autor "A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte de excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos de transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (FERNANDES, 2006, p. 341).

(ALMEIDA, 2011, p. 277-278). As eleições municipais de 88 provocaram o enfraquecimento do esquema de apoio do governo Sarney, pois a partir da derrota do PMDB nessas eleições, sua base para lançar o próximo candidato do partido (Ulysses Guimarães) foi minada (ALMEIDA, 2011, p. 277-278).

Uma obra que merece destaque sobre o PT na conjuntura política do momento é "A lógica da diferença. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira", da historiadora norte-americana Margaret E. Keck, leitura crucial para os interessados sobre a formação do PT, seus vínculos com os movimentos sociais. A relevância da obra - o que será de grande utilidade para esse momento da pesquisa que analisamos a crise de hegemonia na transição democrática - é que sua análise transborda os limites de uma leitura somente vinculada às experiências eleitorais e na administração pública (como o caso da prefeitura de Diadema-SP), ao se utilizar de um amplo aparato documental, se utilizando de várias fontes do partido, como entrevista de seus quadros (militantes e dirigentes) e publicações (revistas, periódicos e documentos do PT).

O PDT, conforme nos indica Keck (1991), nesse contexto, foi o partido que cresceu com o enfraquecimento do PMDB, onde mesmo perdendo em Porto Alegre-RS (base do brizolismo), conseguiu uma importante vitória no Rio de Janeiro-RJ (com Moreira Franco), que se tornou a base da candidatura de Leonel Brizola. Outras importantes vitórias foram em Curitiba-PR, João Pessoa-PB, Natal-RN e São Luis-MA (KECK, 1991, p. 180-193).

Nas palavras de Keck (1991) sobre o PDT nas eleições de 1989:

A atração exercida por Brizola baseava-se em grande parte em sua história pessoal na política populista do país desde os anos 50 e 60. Seu Partido Democrático Trabalhista, PDT, mantinha sua principal base de apoio no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente os estados de adoção e de origem de Brizola, mas tivera ganhos eleitorais também em outras partes do Brasil, depois de 1982. O PDT é ainda "o partido do Brizola" nem grau muito maior que o PT é "o partido do Lula", e seu apelo é em grande parte pessoal, mais que institucional (KECK, 1991, p. 185).

Em meio a crise de governabilidade de Sarney, todos os 22 candidatos à presidência, dos mais diversos partidos, se declaravam oposição ao PMDB, com exceção de Ulysses Guimarães que compunha o mesmo partido do presidente. Dentre os principais candidatos, vale destacar: Luis Inácio Lula da Silva (PT), candidato pela Frente Brasil Popular (PT, PSB e PCdoB); Leonel Brizola (PDT); Fernando Collor de Mello (PRN); Mário Covas (PSDB); Paulo Maluf (PDS); Ulysses Guimarães (PMDB); Guilherme Afif Domingos (PL); Aureliano Chaves (PFL); Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PDC) (ALMEIDA, 2011, p. 278-79).

No primeiro turno das eleições, em 3 de outubro de 1989, com 22 candidatos disputando pelo menos uma vaga no segundo turno, tal ambiente "oposicionista", favoreceu claramente as candidaturas mais distantes ao governo do PMDB, tendo como resultado: Fernando Collor de Mello (PRN), com 28,52% dos votos; Luís Inácio Lula da Silva (PT), com 16,08%; Leonel Brizola (PDT), com 15,14% dos votos; Mário Covas (PSDB), com 10,08% dos votos; Paulo Maluf (PDS), com 8,3% dos votos; Guilherme Afif Domingos (PL), com 4,5% e Ulysses Guimarães (PMDB), com 4,4% dos votos (ALMEIDA, 2011, p. 279).

Com duração de 32 dias, a campanha para segundo turno foi marcada pelo alinhamento entre as candidaturas de Collor (visto pela direita como o maior anti-Lula e apoiado pelo PDS, PFL, PL e setores do PSDB e PMDB) e de Lula (que recebeu apoio do PDT de Brizola, do PCB e parte do PSDB ligado a Covas e também do PMDB, como: Miguel Arraes, Pedro Simon, Waldir Pires), que contou com ataques violentos a sua candidatura (ALMEIDA, 2011, p. 281).

Tais ataques eram de cunho pessoal (como o suposto caso de uma filha que Lula não assumiu, mas que depois descobriu que a pessoa havia sido contratada por Collor), a crise do socialismo do Leste-europeu, acusações levianas sobre a má administração petistas nas prefeituras e o suposto envolvimento do PT, onde se forjaram provas, no sequestro do empresário Abílio Diniz do grupo Pão de Açúcar (ALMEIDA, 2011, p. 281).

O cúmulo da manipulação das informações pela grande mídia em torno de seu anti-Lula chegou ao seu ápice com a edição do último debate dos candidatos à presidência, ocorrido no *Jornal Nacional* transmitido pela Rede Globo em 12 de dezembro de 1989, onde beneficiava extremamente os melhores momentos da fala de Collor. Assim, três dias após a manipulação do debate pela Rede Globo, Collor venceu as eleições com 42,75% dos votos, contra 37,86% de Lula (ALMEIDA, 2011, p. 281).

Após a eleição de Collor, com base em Maciel (2012), concordamos com a sua argumentação publicada no relatório "Notas preliminares sobre os governos Collor e Itamar", em que este discute que a manutenção dos elementos autocráticos foi fundamental para impedir que a crise de hegemonia desse base para os trabalhadores emergissem como sujeitos politicamente autônomos, permitindo a reelaboração da hegemonia das classes dominantes, agora em torno do projeto neoliberal (MACIEL, 2012, p. 3-4).

Com base no mesmo autor, este aponta dois os elementos cruciais da institucionalidade autoritária que foram vigentes de 1990 a 1994 que condicionaram o processo de luta de classes: a reformulação do conteúdo autocrático-burguês do Estado e o cesarismo<sup>5</sup>. Segundo Maciel (2012) a reforma do caráter autocrático-burguês se tornou crucial para retroceder a crise de hegemonia, esvaziar o conteúdo contra-hegemônico dos movimentos sociais das classes subalternas e de viabilizar a ampla frente dos partidos de direita que vai se constituindo a partir da eleição de Collor (MACIEL, 2012, p. 5).

Os elementos autocráticos reformulados, primeiramente, se expressaram na imposição do Executivo aos poderes Legislativo e Judiciário (MACIEL, 2012, p. 5). Em um segundo momento se deu pela preservação da tutela militar - resguardando a autonomia política e operacional às Forças Armadas, que mais tarde garantiu o processo do *impeachment* e a posse de Itamar como sendo o guardião da ordem interna -, sendo constantemente acionada na repressão às greves (MACIEL, 2012, p. 5). Não podemos deixar de lado a herança da Ditadura Militar no que se refere à estrutura partidária e eleitoral, que priorizou as forças políticas conservadoras, preservando o PMDB e o PFL como sustentáculo político desde então.

Com a permanência da tutela militar, o governo de Collor indica uma situação de cesarismo, porém em um período de crise de hegemonia. Antunes (2004) aponta que o governo de Collor indica uma situação de cesarismo mais próximo a um espírito aventureiro (no sentido que a plataforma política defendida por este não tinha materialidade para ser aplicada no momento de sua eleição) do que da criação de um sistema político sob tais características (ANTUNES, 2004, p. 10-11), pois, por mais que este tenha uma postura autoritária e de superioridade frente aos partidos e sindicatos, apelo midiático em buscar apoio

---

<sup>5</sup> Em linhas gerais, as condições históricas que geram uma situação de cesarismo, tal como analisado por Gramsci, remete a um ambiente de transformação de um tipo de Estado para outro, mas também a um momento de preservação de alguns elementos para a manutenção de uma nova ordem social, as vezes, inclusive, se utilizando de um figura carismática para impor um certo tipo de dominação (como César, Cromwell, Napoleão I e III). Gramsci (2007, p. 76-79) argumenta que o cesarismo moderno assume um papel muito mais de preservação da ordem burguesa, mantendo a debilidade do proletariado seja pela repressão ou cooptação dos sindicatos; nem sempre também o papel cesarista pode ser exercido a partir de uma liderança carismática de um "César", podendo, em determinados casos, uma coalizão de partidos ou regida por aparelhos estatais com uma ampla rede de burocracia (como o exército) e aparelhos privados (grande imprensa, partidos e sindicatos). Nas palavras do autor "Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. Quando a força progressista A luta contra a força regressiva B, não só pode ocorrer que A vença B ou B vença A, mas também pode suceder que nem A e nem B vençam, porém se debilizem mutuamente, e uma terceira força, C, intervenha de fora, submetendo o que resta de A e de B. Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução "arbitral" confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizado por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico" (GRAMSCI, 2007, p. 76). Cabe também ressaltar, pela importância para o nosso objeto, o seguinte trecho "Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não desenvolver até graus mais significativos (naturalmente, a opinião vulgar é a de que, ao contrário, governo de coalizão constituem o mais 'sólido baluarte' contra o cesarismo" (GRAMSCI, 2007, p. 77).

das massas populares desorganizadas e a suposta unanimidade de seu discurso moderador, esses fatores não se configuraram na direção dos interesses das frações burguesas, o que não lhe garantiu unidade política e de uma base popular de apoio, sendo, por isso, um cesarismo limitado e precário (MACIEL, 2012, p. 5-6).

## 1.2) A ascensão de Collor

Mesmo Collor anunciando uma ruptura ao Estado desenvolvimentista em crise, este não conseguiu realizar uma coalizão política que sustentasse seu governo na imposição progressiva do programa neoliberal e nos momentos de crise. O cesarismo precário do governo Collor está ligado diretamente de sua fragilidade em unificar as frações burguesas<sup>6</sup> em torno do projeto neoliberal.

Para superar a crise de hegemonia, os grandes meios de comunicação, controlados por frações da direita organizada, apoiaram em peso a candidatura de Collor, como uma cruzada em torno da desqualificação de Lula, usando vários métodos de *marketing* para criar sua imagem. Este foi um elemento importante de afirmação política de Collor, tendo em vista que o candidato era inexpressivo nacionalmente. Além de sua família monopolizar os meios de comunicação de Alagoas, com as Organizações Arnon de Mello, Collor recebeu apoio explícito da Revista Veja e da Rede Globo, aliando a sua campanha métodos midiáticos utilizados até em telenovelas.

Senra (2001) em seu artigo "Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor", argumenta sobre o uso abusivo de propagandas por Collor das propagandas políticas, bem como o amplo apoio dos grandes meios de comunicação ao seu governo (SENRA, 2001, p. 41-60)<sup>7</sup>. Nas palavras de Senra:

Alguns dos analistas têm evocado a contribuição do universo ficcional da televisão para a campanha de Collor e costumam ver, também nas telenovelas apresentadas pela Rede Globo de 1987 a 1989, roteiros passíveis de orientar a escolha do eleitor.

<sup>6</sup> As frações da burguesia que não aderiram inicialmente ao projeto neoliberal se tratavam de vários segmentos ligados aos grupos nacionais, do médio ao grande capital, mais precisamente, da indústria de bens de capital, como a mecânica, a metalurgia, a eletrônica, o setor de autopeças, têxtil, calçados e do complexo químico (inclusive serão aquelas que mais serão atacadas com a progressiva abertura econômica que se empreenderá a partir dos governo de 1990) (6º CONCURTO, 1997, p. 9).

<sup>7</sup> O artigo se limita apenas a esfera televisiva e não leva em conta a ampla rede articulada entre os meios de comunicação na criação da figura de Collor e o projeto de classe que estava envolvido nesse processo. O texto também carece de um arcabouço teórico que dê uma generalidade histórica aos exemplos concretos que a autora remete, dando um conteúdo mais histórico e não somente uma análise da conjuntura midiática perante uma situação específica. Mesmo assim, será usado por nós para termos acesso à essa discussão importante acerca da ascensão de Collor.

(...) três novelas (*Vale tudo*, *O Salvador da Pátria* e *Que Rei Sou Eu?*) retratavam direta ou indiretamente o Brasil como um reino de corrupção política, dirigido por políticos profissionais, apresentando esta atividade como um espaço social contaminado. De acordo com esses três roteiros, a solução para o país não viria de um desses políticos tradicionais já comprometidos pelo seu passado e suas práticas, mas alguém de fora (SENRA, 2001, p. 50).

A autora argumenta que até a sua famosa frase "caçador de marajás" foi feita a partir de uma pesquisa de opinião, que mostrava que o tema corrupção era o que mais mobilizava os anseios dos brasileiros no final do governo Sarney (SENRA, 2001, p. 43). Bastou apenas a criação de uma frase de efeito para que convergissem os anseios por um novo governo vindo de um homem de fora e a sua jornada moral e conservadora contra os "marajás", que teve como alvo os servidores públicos, que era um dos setores mais organizados e mobilizados frente ao avanço das políticas neoliberais do Brasil durante toda a década de 90.

Apagado o passado de sua família oligárquica em Alagoas e de sua pífia atuação política como deputado e governador desse mesmo estado, Collor se apresentou como um *outsider*, um líder em uma situação cesarista<sup>8</sup> que se auto-intitulava "novo" e "moderno", que não pertencia às "elites políticas", o único capaz de derrotar a ameaça Lula, que era retratado como velho e ultrapassado, sobretudo, a partir da queda do muro de Berlim em 1989.

A grande imprensa e a mídia, no ambiente das eleições de 1989, não tiveram apenas o papel de noticiar, mas, sobretudo de construir e apoiar candidatos que se comprometiam em implantar o projeto neoliberal no país, mas, também, impossibilitar a candidaturas dos que se opunham a tal programa político, com o uso comum das expressões: o "anti-Lula" e o "risco Lula" (SILVA, 2009, p. 203).

A obra de Carla Luciana Silva "Veja, o indispensável partido neoliberal" é de suma importância para essa pesquisa no que se refere à ampla análise de todo o processo de hegemonia neoliberal a partir de um de seus principais interlocutores: a mídia, especificamente, a revista *Veja*, da Editora Abril (SILVA, 2009). Em sua análise, além deste mapeamento, a autora toma como aporte teórico os conceitos de Antonio Gramsci (2006) de imprensa como partido que também nos parece adequada neste contexto, tendo em vista a atuação, ação organizativa e de planejamento de ações exercido como forma de "educar" as

---

<sup>8</sup> Repare que aqui estamos diferenciando o conceito de cesarismo (que se sobrepõe ao conceito de bonapartismo de Marx ao levar em conta que este movimento também serve para a manutenção de uma antiga ordem frente a um novo modelo de Estado, não somente uma transição de uma forma de Estado para outra) com situação de cesarismo, com base em Maciel (2012, p. 5-6). Levantaremos como hipótese inicial de que Collor no momento de crise de hegemonia tinha as condições primárias para exercer uma forma de cesarismo, mas em função do fortalecimento da ascensão dos grupos subalternos à cena política, somada a desconfiança de algumas frações burguesas (aquelas ligadas ao capital monopolista que ainda almejavam mais um ciclo do desenvolvimentismo), solapou as bases de seu poder político, gerando no máximo uma situação cesarista e não a um cesarismo de fato.

classes subalternas sob a ótica neoliberal, através de seus intelectuais orgânicos<sup>9</sup> (GRAMSCI, 2006, p.228-230).

A revista *Veja* a maior revista de circulação semanal do mundo, teve um papel central, juntamente com a Rede Globo, de criar e dar visibilidade nacional à candidatura de Collor e de criar a sua imagem como "caçador de marajás" nas capas da revista de 1987 a 1988, antes mesmo das eleições (SILVA, 2009).

Nesse sentido, o exemplo de Senra (2001) se confirma a partir da perspectiva teórica que estamos esboçando:

Dentre as mais variadas configurações desta relação contam-se: uma capa da *Veja* que, já em 1987, lançava para o Brasil o então desconhecido "caçador de marajás"; a "homenagem" que este mesmo personagem recebe como enredo de uma escola de samba no carnaval de 1988; suas aparições no *Fantástico* e no *Globo Repórter* no mesmo ano e, finalmente, o editorial "A Convocação" assinado por Roberto Marinho no *Globo* de 2-4-89, em que o candidato "ideal" a presidente tem o mesmo perfil de Collor: "conservador" politicamente, "moderno" em política econômica, a favor das privatizações e da abertura da economia para o capital estrangeiro (SENRA, 2001, p. 47).

*Veja* já apontava Collor como o caminho que colocaria em prática as políticas neoliberais, fazendo uma analogia aos acontecimentos na Espanha, que, na visão da revista, deveria ser o modelo para o Brasil, pois por lá havia sido implementado a abertura da economia para o capital estrangeiro, privatizado várias empresas do Estado e fechado as deficitárias (SILVA, 2009). Nas palavras da revista, tais acontecimentos foram viabilizados pela superação da ditadura franquista e de dogmas nacionalistas de cunho "esquerdista".

Essas eram as condições e a exigência da revista *Veja* ao programa político de Collor, onde o candidato deveria estar preocupado em "consolidar a democracia" (superar a Ditadura Militar) e isolar os "dogmas esquerdistas empoeirados de nacionalismo" (derrotar Lula e Brizola e as tentativas de um neodesenvolvimentismo), mas, principalmente, privatizar as empresas estatais e, assim, abrir o país para o capital estrangeiro (SILVA, 2009, p. 210).

---

<sup>9</sup>Segundo Gramsci (2006, p. 15-16; 18-19), os intelectuais orgânicos não se tratam apenas daqueles indivíduos que detêm o saber, mas todos aqueles que realizam funções específicas que estão em conjunto com os interesses e luta de sua classe, tendo a noção que este organiza e dá um sentido histórico no fazer-se da classe. O mesmo autor também argumenta que em momentos de profunda transformação na sociedade, os intelectuais orgânicos atuam como o papel de criar novas culturas, de propagar novas formas ideológicas da sociedade, agindo de forma orgânica concatenada a disputa de hegemonia na sociedade (GRAMSCI, 2006, , p. 15-16; 18-19). Segundo o autor "Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc." (GRAMSCI, 2006, p. 15).

A *Veja* tentava forjar uma situação de que não haveria alternativa ao Brasil, caso não se adequasse ao projeto neoliberal, usando o exemplo do candidato peronista Carlos Menem, que nas eleições presidenciais da Argentina fez a sua campanha em uma plataforma de aumento salarial, moratória da dívida externa e restrições ao capital estrangeiro, mas que, ao ser eleito, arrochou os salários e negociou a dívida externa com os banqueiros internacionais (SILVA, 2009, p. 210). Nesse sentido, a revista se posicionava: se não há alternativa às reformas neoliberais, para quê, então, votar uma candidato que não iria implementá-las?

O crescimento de Lula (PT) se deu a partir de uma intensa onda de mobilizações, ocupações, paralisações e greves, onde se conseguiu conquistar o seu espaço para o segundo turno das eleições de 1989. Tal fato elevou o clima de tensão com o medo da transferência de votos de Brizola para Lula no segundo turno, o que fez a Revista *Veja* explicitar seu apoio à Collor, ocorrendo o mesmo com a Rede Globo, que chegou ao absurdo de manipular e editar o debate entre os dois candidatos próximo às eleições (SILVA, 2009). Com isso, vemos que a elaboração de espécie de maniqueísmo midiático entre Collor e Lula.

Nas palavras de Silva (2009):

Uma candidatura era expressão dos movimentos sociais que tendiam a empurrar o governo para uma alternativa não comprometida com a "economia de mercado". A outra representava tudo o que a *Veja* estava reafirmando com seu projeto, a liberdade ditada pelos padrões do mercado, a falsa idéia de harmonia entre capital e trabalho, escondendo a dependência do primeiro em relação ao segundo, e o papel do Estado em manter o trabalho sob domínio do capital, dedicando-se prioritariamente a impulsionar a acumulação do capital (SILVA, 2009, p. 210).

A partir dessa perspectiva, podemos perceber que Lula era tido como o porta voz do velho, das experiências socialistas frustradas sob o modelo soviético, do atraso em relação ao mercado ao criminalizar a livre circulação do capital estrangeiro na economia e de sua tentativa de criar um novo fluxo econômico neodesenvolvimentista. E Collor simbolizava justamente o contrário, sendo, com isso, que sua eleição foi garantida em 1989.

### **1.3) O breve Governo Collor: adesão e limites da agenda neoliberal**

A agenda neoliberal no Brasil não se tornou hegemônica desde o momento de sua implementação, cabe agora analisarmos os momentos de adesão entre as frações burguesas e os limites que o projeto neoliberal teve a partir da eleição de Collor.

O cesarismo de Collor foi afirmado a partir da crise de hegemonia burguesa vivida em meados dos anos 70 e agravada em 1988 com a incapacidade do governo Sarney em dar uma direção política após a promulgação da Constituição de 88, que, juntamente com a crise econômica, enraizou-se um sentimento de instabilidade política em vários setores da população, que viram na candidatura de Collor uma alternativa política à crise social (MACIEL, 2012, p. 6).

Collor apareceu como um cavaleiro solitário na jornada "messiânica" (ANTUNES, 2004, p. 8) de concretizar o projeto neoliberal, em um forte discurso autoritário se mostrando além dos interesses mesquinhos e particulares, esta subsumida em uma proposta radical de adequação do país a suposta de modernização neoliberal. Nas eleições de 1989, não foi exatamente o projeto neoliberal extremado que ganhou as eleições, mas sim o cesarismo messiânico construído na campanha de Collor pela grande mídia, ganhando apoio de vários setores populares que sonhavam pela supressão da crise e pelo anti-Lulismo propagado por um amplo conjunto das frações burguesas (OLIVEIRA, 1992 *APUD* MACIEL, 2012, p. 6-7).

O caráter cesarista de Collor contribuiu para que aprofundasse a crise de hegemonia logo nos primeiros meses de seu breve governo, impondo várias medidas ao Congresso e recusando qualquer alteração ou negociação com este, governando à base de medidas provisórias. Este mecanismo lhe deu uma margem de governabilidade, ao levarmos em conta de que se tratava de um partido pequeno, sem base de apoio, que teve um apoio circunstancial dos partidos de direita. Essa postura também reforçou os aspectos autocráticos e representou um recuo aos ganhos sociais da Constituição de 88 e da presença dos movimentos sociais para a sua implementação. Por outro lado, deixou o governo totalmente dependente do sucesso da implantação das políticas neoliberais, sem debates ou mediações com as classes subalternas. Nesse sentido, o apoio que as frações burguesas e os grandes partidos de direita poderiam dar ao governo estava ligado ao sucesso do plano econômico, do combate a inflação e do avanço das reformas neoliberais (MACIEL, 2012, p. 9).

A maior parte da burguesia apoiava o plano econômico e as reformas de cunho neoliberal, sobretudo na redução dos gastos públicos e no ataque aos direitos sociais e trabalhistas conquistados pela Constituição de 88, mas, a partir do momento que os setores industriais passaram a ser afetados pela abertura econômica e a recessão começou a afetar

grande parte dos trabalhadores, veremos que as bases de sustentação do governo passaram a ser gradativamente minadas a partir de tais condições (MACIEL, 2012, p. 10).

As frações ligadas ao grande capital, motivadas pela perda de seus rendimentos por causa da onda inflacionária, apoiaram o discurso modernizante, mas se divergiam sobre o ritmo e o conteúdo das reformas. Concordamos com o relatório de Maciel (2012) ao levantar como hipótese de que o elo de união de todas as frações burguesas desde a redemocratização foi o ataque aos direitos sociais e trabalhistas, o combate aos setores organizados dos trabalhadores e aos movimentos sociais das classes subalternas e, não somente, um comprometimento com a "modernidade" e o crescimento econômico que a adesão ao projeto neoliberal poderia acarretar que no momento era tão amplamente propagado pelos aparelhos privados de hegemonia (MACIEL, 2012).

Com base na hipótese elaborada por Maciel (2012), durante a transição a burguesia buscou reformar a autocracia burguesa para superar a crise de hegemonia e o que norteou a ação estratégica da burguesia foi o combate ao mundo do trabalho. Mesmo contanto com várias divergências internas, em relação ao ritmo e abrangência da abertura comercial e da redução do papel econômico do Estado, o eixo fundamental, ou melhor, o núcleo do neoliberalismo no Brasil se deu a partir a desregulamentação do mercado de trabalho e do combate aos movimentos sociais das classes subalternas (MACIEL, 2012).

Na perspectiva elucidada pelo autor acima mencionado, problematizaremos essa concepção como eixo para poderemos mapear a processualidade histórica do nosso objeto: de vincular a análise de como a derrota histórica que foi a perda dos direitos trabalhistas e este desmonte modificou a dinâmica das lutas sociais da classe trabalhadora no Brasil.

O Breve Governo Collor (1990-92) pautou a sua agenda em torno de três pontos cruciais, que faziam parte do receituário econômico internacional estabelecido no Consenso de Washington em 1989, que eram: a abertura da economia ao capital estrangeiro, um forte discurso contra a suposta intervenção do Estado na economia e as políticas de privatizações (FONSECA, 2005, p. 331; SILVA, 2009, p. 53). Lembremos que tais práticas se configuravam em um receituário que tangia toda a generalidade histórica do momento, ao qual deveria ser seguido a risca por todos os países "subdesenvolvidos" e que iria afetar, sobretudo, aqueles que tentaram seguir o ritmo da segunda onda da revolução industrial.

O Consenso de Washington foi crucial para forçar o Brasil a implantar as reformas neoliberais, não como forma modernizadora para a economia (que a grande mídia exaustivamente propagava), mas de repor em novas bases a dependência econômica e financeira dos países periféricos ao enxugarem o seu setor produtivo, com a imposição das políticas de privatizações e de abertura comercial; de criar uma nova onda de exploração do trabalho, com bases nos ataques às leis trabalhistas e na cooptação das organizações e partidos de esquerda e do movimento social e operário.

Obra de suma importância para nossa pesquisa é a do cientista político (UNICAMP) e historiador (USP) Francisco Fonseca. Nesta, o autor esmiúça o papel da grande imprensa nacional de 1985 a 1992 - sobretudo através dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo - quanto à busca de consenso e posterior hegemonia em torno da agenda neoliberal no Brasil. Esses jornais, o tempo todo, se posicionaram e utilizaram de estratégias de convencimento da população em relação à pautas como abertura da economia, privatização, mercado livre, etc., contribuindo decisivamente para a implementação desses pontos no país, em uma ação concatenada entre mídia, governo e grupos da direita organizados. Fonseca (2005) nos chama atenção em torno do consenso ultraliberal que a grande imprensa tentou concretizar no Brasil durante o governo Collor (1990-92), onde abstraindo as particularidades e nuances de cada jornal (com relação ao seu posicionamento no mercado, sua filiação doutrinária e sua atuação ideológica) toda a grande imprensa teve uma concordância integral em torno da implantação da agenda neoliberal e que Collor seria o candidato mais viável para tal (FONSECA, 2005, p. 331).

A grande imprensa<sup>10</sup> criou e cobrou ansiosamente por um choque econômico antes mesmo da eleição de Collor, ela demandou esse choque na economia alegando que seria o elemento primordial para estancar a hiperinflação, mas para solucionar esse problema seria necessário a viabilização da agenda neoliberal (privatizações, desregulamentação da economia e do mercado de trabalho, enxugamento do Estado e outros) como meio e fim para enquadrar o país à “modernidade”, sendo o passaporte de entrada para o “primeiro mundo” (FONSECA, 2005, p. 331-365).

---

<sup>10</sup> Cabe ressaltar ao leitor que quando nos referimos a "grande imprensa" não estamos referindo apenas a um jornal, revista ou outro meio impresso, mas a toda rede de propagação de hegemonia cultural e política das classes dominantes que ela compõe, como, por exemplo, no Brasil, a atuação da Revista Veja enquanto partido neoliberal em articulação direta com o Instituto Liberal e demais jornais como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Jornal O Globo e Fundação Roberto Marinho. Para mais detalhes ver SILVA, 2009 e FONSECA, 2005.

Nos primeiros meses de seu governo, após decretar o Plano Collor, todos os grandes jornais (em maior ou menor grau) o apoiaram (FONSECA, 2005, p. 341; SILVA, 2009, p. 55). A Folha de São Paulo (FSP) e o Estado de São Paulo reclamaram pontualmente de um intervencionismo do Estado. O Jornal do Brasil foi o que mais apoiou o Plano Collor. Mas todos os jornais criticavam a lentidão (ao comparar a forma que o projeto neoliberal estava tomando corpo nos outros países da América Latina e no Leste Europeu) na sua imposição, afirmando que o setor público era menos penalizado do que a iniciativa privada (FONSECA, 2005, p. 331-365).

O mito acerca da modernização neoliberal foi algo criado pela mídia e a grande imprensa para justificar, mesmo de forma autoritária como fora com Collor, a imposição da agenda neoliberal no Brasil e o tão desejado "choque na economia" que tais grupos ansiavam por ocorrer (FONSECA, 2005). Tal mito serviu para induzir a população para um consenso na imposição da agenda neoliberal, para propagar uma onda desestatizante de reformas, abertura econômica e privatizações (FONSECA, 2005).

O caso do Jornal do Brasil (JB) expressa, conforme nos indica Fonseca (2005), o posicionamento da grande imprensa acerca do Plano Collor:

O JB, portanto, considera que a missão da candidatura de Collor seria a "modernização", pois: "O conceito de modernização que ele defendeu, ao longo de toda a campanha, está indissolavelmente ligado ao que se entende como desestatização" (JB, 8/2/1990). Dessa forma, a bandeira desestatizante, inserida no interior da Agenda Ultraliberal, será fortemente demandada por toda grande imprensa, caso do JB, que considerou a decretação do Plano Collor a "Última Oportunidade" para o País estabilizar sua economia (FONSECA, 2005, p. 333).

No debate em torno da defesa das privatizações<sup>11</sup>, a revista Veja elaborou uma verdadeira cruzada para convencer a população em torno desse ponto importante para a agenda neoliberal, com o argumento de "falência do Estado", sendo os servidores públicos acusados como os responsáveis por tal suposta "falência" (SILVA, 2009). A partir da análise da obra de Silva (2009) e das fontes consultadas nessa pesquisa, vemos que a revista foi um dos órgãos da grande imprensa que mais cobrou uma maior "agilidade" nas reformas do

---

<sup>11</sup> No decorrer desta pesquisa defenderemos a tese que as privatizações remetem a uma derrota no mundo do trabalho, pois ao historicizarmos esse processo ao caso da hegemonia neoliberal no Brasil vemos que a venda de tais empresas públicas resultou em uma drenagem do capital público para alguns setores ligados ao grande capital externo; na redução dos recursos adquiridos por estas na ampliação das relações de trabalho formais; em um enxugamento abrupto de diversas ocupações estáveis (via concurso público) e na extinção de diversos segmentos. Além disso, vale lembrar que os funcionários públicos, no decorrer dos anos 90, se constituíram como o setor mais combativo na luta anti-neoliberal no Brasil e a privatização de diversas empresas acabou por, indiretamente, implicar uma retração na luta, afetando todo o movimento contra a implementação de tais políticas.

Estado, ao mesmo tempo em que criminalizava a sua gestão dos serviços públicos básicos (SILVA, 2009, p. 49-65).

Tendo como prerrogativa a “irracionalidade do Estado” em administrar os serviços públicos essenciais, o funcionalismo público (uma das poucas categorias que no momento atuava em postura combativa) além de taxado pejorativamente de marajás e barnabés, foi criado também uma imagem negativa de suas mobilizações pela melhoria de suas condições de trabalho e dos próprios serviços por eles prestados.

Após desqualificar o funcionalismo público, o próximo passo foi o ataque às empresas estatais, acusadas pela Veja como atrasadas devido ao baixo índice de produtividade, com um ideário corporativista de privilégios, má administração e que feria a competitividade e a meritocracia (SILVA, 2009, p. 51). A saída óbvia, para a revista, seriam as privatizações (um dos itens da agenda neoliberal) e que Collor era o único com possibilidade de implementá-las (SILVA, 2009, p. 51).

Mas já em 1990, Veja já advertia que para deslanchar as políticas de privatizações era de suma importância uma "reforma" na Constituição, e esta seria uma das principais medidas que o governo deveria fazer, pois, assim, poderia restringir a ação do Estado na regulamentação da economia e no mercado de trabalho e, também, transferir para o capital privado as empresas estatais (SILVA, 2009, p. 51).

No caso da privatização da Usiminas em 1991, a revista cobrou, mais uma vez, agilidade pelo governo não cumprir a "meta" de privatizar uma empresa pública por mês e criminalizou uma parcela considerável da população contrária as políticas de privatizações, ao excluí-las e tratá-las apenas como uma minoria atrasada que defendiam seus interesses corporativistas e a permanência do Brasil dos marajás (SILVA, 2009, p. 52-53).

Na edição 1205 da Revista Veja (de 23/10/1993) por nós consultada, especificamente na matéria "Candidatos de cara nova", vemos que Collor se utilizou das artimanhas institucionais que anulavam a pressão popular contrária a privatização, como foi com a edição da Medida Provisória nº 299 que estabelecia o uso de títulos da dívida da União (moedas podres) como recurso para a compra da estatal. A mesma fonte revela o recuo de Leonel Brizola (então governador do Rio de Janeiro ligado ao PDT que, até então, juntava forças com o PT e a CUT) da oposição a privatização da USIMINAS. Este se silenciou acerca da venda

da estatal quando recebeu cerca de 15,8 milhões da União para a construção da linha-vermelha da capital carioca (VEJA, 23/10/93, p. 93). Nessa ação, Brizola não somente dividiu o PDT, mas acabou por enfraquecer as forças de esquerdas que lutavam para impedir a venda da estatal (o PT e a CUT) e somado ao apoio explícito de Hélio Garcia (governador de Minas Gerais) acabou por contribuir para dar maior fôlego a privatização (VEJA, 23/10/93, p. 93).

A CUT, desde o primeiro momento em que foi anunciada a sua venda, em seu 4º Congresso Nacional, que ocorreu de 04 a 08 de setembro de 1991, já pautava, na página 22 das Resoluções o leilão da Usiminas e afirmava que:

Para barrar a política de privatizações do governo Collor, em sintonia com o FMI e o imperialismo, a CUT se associa à campanha contra a privatização da Usiminas. Para construir a mais ampla unidade e bloquear a privatização, a CUT adere à preparação de uma ampla manifestação de massa, de caráter nacional, em 24 de setembro, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde o governo pretende fazer o leilão da Usiminas, conforme convocação já feita pela Prefeitura de Ipatinga e outras entidades (4º CONCUR, p. 22).

A privatização da USIMINAS veio a se concretizar mais tarde, como nos indica a matéria “O encanto se quebra” publicada na Veja em 30/10/93, onde sabemos que o montante da venda girava em torno de 1,17 bilhão para o consórcio de empresas formado pelo Banco Bozano, Simonsen, o grupo japonês Nippon-Usiminas e os funcionários da empresa que detinham 11% das ações (VEJA, 30/10/93, p. 82).

Ao criminalizar a manifestação e caracterizar os manifestantes contrários à privatização da Usiminas como irracionais, bárbaros e baderneiros e, sobretudo, ao apoiar a forma de privatização que ia vigorar no Brasil nos anos 90, priorizando os grupos da iniciativa privada aliado ao grande capital e o uso de moedas podres (sobre esse processo explicaremos a seguir), a revista acaba aparecendo como expressão da "opinião pública" (SILVA, 2009, p. 52-53). Nas palavras de Veja:

Os baderneiros não entendem que o mundo mudou, o Muro de Berlim foi privatizado a marretadas e as estátuas de bronze de Lenin na Rússia estão sendo derretidas para fazer sinos que brevemente vão repicar para saudar a entrada do País ao FMI. (...) o argumento da arruaça não chegou a ter um efeito. Seus clamores, de tão arcaicos e dezarrazoados, pareciam aqueles coros de vozes que se costumam ouvir no Central Park, de Nova York, defendendo causa distantes como a liberdade religiosa na Malásia ou o fim do machismo entre os tuaregues no deserto (VEJA, 30/10/93, p. 82-83).

Sobre o abuso das medidas provisórias no governo Collor - com base em Maciel (2007) no texto "Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil", publicado nos anais do encontro Cemarx (Centro de Estudos Marxistas) grupo ligado a Unicamp - temos de ter em

mente que ela foi um dos mecanismos autocráticos herdados pela institucionalidade autoritária, pois ela remete a uma imposição do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário (MACIEL, 2007, p. 3). O mesmo autor desenvolve o argumento que foi somente a partir da medida provisória (que metamorfoseia o Instituto do Decreto-Lei da Ditadura Militar) que permitiu que o Plano Collor fosse viabilizado a partir de meios que em tese deveriam ser inconstitucionais, no sentido de que tais medidas se caracterizam por serem usadas somente em casos excepcionais, mas elas acabaram por se tornarem permanentes na imposição do neoliberalismo no Brasil, pois além de garantir governabilidade de um governo fraco politicamente, através delas foram viabilizadas medidas não populares burlando, assim, o suposto filtro democrático do Estado (em tese, o Congresso e o Senado) e fazendo-as vigorar a partir da imposição do Executivo aos outros poderes.

Um documento em formato carta aberta assinado por Fábio Konder Comparato, professor titular da Faculdade de Direito da USP, com data de 29 de março de 1990 (com data de catalogação no CPV de 15/05/90) de circulação local, afirma que o plano de estabilização econômica feito por Collor (popularmente batizado de Plano Collor) foi inconstitucional, pois ela transferiu toda a responsabilidade sobre seu plano econômico para o Legislativo por via de medidas provisórias, que no caso tinha mais um caráter de imposição de uma medida para se tornar lei, que se tornou uma alternativa em um momento que Collor não tinha um amplo apoio parlamentar (COMPARATO, 15/05/90, p. 1).

O uso abusivo das medidas provisórias no governo Collor expressa o abuso de poder exercido pelo poder Executivo, pois atribui ao presidente uma função legislativa excepcional, que em tese deveriam ser provisórias, mas que em função dos altos índices de inflação, a pressão do Executivo acabou por forçar para que tais medidas fossem viabilizadas através de leis.

Segundo Comparato (15/05/90) nessa situação:

O chefe do Poder Executivo, que assim procede, usurpa claramente os poderes que a Constituição atribuiu, de modo preeminente, ao órgão legislativo. (...) não se garante o princípio de que a soberania política pertence ao povo, podendo, tão-só, o seu exercício ser delegado, no pacto constitucional, aos órgãos estatais (COMPARATO, 15/05/90, p. 1).

Nesse ambiente, a Folha de São Paulo apoiou tal postura bonapartista e autoritária de Collor, pois a situação de crise na economia, na versão do jornal, deveria exigir medidas

extraordinárias e que para sair de tal crise seria necessário seguir a risca o receituário ditado pela grande imprensa: a agenda neoliberal.

Após a fatídica invasão pela Polícia Federal a mando de Collor da Folha de São Paulo<sup>12</sup> houve uma inversão no posicionamento do periódico em relação ao governo que antes ela tanto apoiara, se lançando em uma campanha anti-Collor, o rotulando como fascista e o comparando a Hitler e Mussolini (FONSECA, 2005, p. 332). Esse episódio foi supervalorizado pelo jornal, no intuito de capitalizar politicamente este fato, usando-se do discurso de liberdade de imprensa. É interessante analisarmos o papel dúbio da Folha nesse caso (mas que permeia várias relações entre grande imprensa, mídia e o poder no processo de construção da hegemonia neoliberal no Brasil): a imprensa somente começou a denunciar (de forma tímida) o autoritarismo de Collor, quando este interferiu em seu funcionamento, mas apoiou, veementemente, quando este congelou salários, atacou o funcionalismo público e confiscou a poupança de milhares de pessoas.

A FSP começa então a se posicionar a oposição (o que também ocorreu com o Estado de São Paulo por achar excessivo o choque econômico dado por Collor) no que se refere a fixação dos preços, e teve como bandeira "denunciar" o ataque o governo estava fazendo ao setor privado e considerou o Plano Collor como "antiliberal", mas, mesmo assim, O Globo, o Jornal do Brasil e a grande imprensa em geral apoiaram o Plano (FONSECA, 2005, p. 331-365).

Assim, segundo Fonseca (2005):

Nesse sentido, mesmo os periódicos mais críticos, como os paulistas, fizeram questão de separar o "governo" da "agenda", pois, no ideário dos jornais, esta última era necessária a "modernização" do País. Por isso, por mais que o governo fosse considerado oscilante e autoritário (para a FSP), intervencionista (para OESP), tivesse cometido alguns exageros (OG) e punido mais o "setor privado", isto é, o Capital, do que o próprio Estado (todos os jornais), o apoio à maior parte de suas intenções na área econômica fora ostensivo (FONSECA, 2005, p. 338).

A jogada da grande imprensa, nos momentos de críticas e de descontentamentos com o governo Collor, era exatamente de separar o governo da agenda neoliberal, desvinculando a imagem de Collor ao projeto neoliberal, o que evitou, assim, o fracasso da agenda em meio a um possível desgaste do presidente, evitando solapar as bases do mito de "modernidade neoliberal", que podia migrar para outro candidato criado sob tais bases.

---

<sup>12</sup> Conforme nos indica Fonseca, a invasão da Polícia Federal à sede do jornal em 1990 seria sob o pretexto de que este não estava respeitando o congelamento dos preços poucos dias depois de ser estabelecido o Plano Collor I.

#### **1.4) Crise econômica e o desastre social do Plano Collor I**

A primeira ofensiva neoliberal do governo Collor foi a edição da primeira versão de seu plano econômico. Os movimentos sociais das classes subalternas encontravam-se na defensiva após a derrota de 89, em que ficaram impotentes para barrar tal ofensiva, como também os partidos e o Congresso Nacional. A união de uma coalizão burguesa em torno da eleição de Collor não possibilitou a elaboração de uma nova hegemonia, pois a imposição de uma versão extremada do neoliberalismo de forma apressada descontentou alguns setores da burguesia atrelados ao ideário do desenvolvimentismo e as que temiam ser drenadas pelo capital externo na abertura financeira e comercial.

O eixo central no que se refere ao consenso entre as frações burguesas se restringia ao corte dos gastos sociais e estatais, no enxugamento do funcionalismo público, no controle do déficit público e, principalmente, na revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição e aqueles recém conquistados. As divergências se davam nas políticas de privatizações e de abertura comercial. Essas divergências foram fortes o bastante para impedir a consolidação de uma base de apoio no Congresso e na formação de uma hegemonia neoliberal em seu governo, sem contar na oposição marcante da CUT e do descontentamento paulatino da população a partir do momento que os planos econômicos passam a provocar a pauperização do trabalhador.

O artigo "Reforma administrativa, desregulamentação e crise do setor público" de Guilherme Narciso de Lacerda (no então momento, professor da Faculdade de Economia da UFF), publicado no livro "Crise brasileira: anos oitenta e governo Collor", que conta com uma série de artigos sobre o governo, se faz importante como um subsídio para a compreensão do nosso objeto de pesquisa ao citar uma série de dados e perspectivas que a reforma administrativa e a desregulamentação desse setor acarretou<sup>13</sup>.

Logo após as eleições de Collor, conforme nos indica a obra, se inicia no Brasil uma etapa de reformas estruturais no setor público, como nos mostra as primeiras medidas provisórias que tiveram a finalidade de extinguir entidades da administração federal, de aumentar a participação de entidades de previdência privada e em Decreto (de nº 99.183) que

---

<sup>13</sup> A obra utiliza uma linguagem econômica e se limita a analisar somente essa esfera e os impactos para o setor público, não levando em conta que esse refluxo causado pelas políticas econômicas de Collor também vão resultar em uma regressão ao mundo do trabalho (demissões, enxugamentos e desemprego estrutural). Faremos essa análise ao longo deste trabalho.

passou a exigir uma legislação que contemplasse a contenção de gastos do setor público (LACERDA, 1993, p. 159).

Como nos afirma Lacerda (1993):

Tais medidas juntam-se para compor a proposta governamental em termos de mudanças na estrutura da administração pública, na política de pessoal e na gestão patrimonial do setor público. Estes segmentos estão agregados sob o rótulo de "reforma administrativa" (LACERDA, 1993, p. 159).

Nesse sentido, se tentou logo no início do governo Collor, uma reforma de cunho neoliberal no Estado. Em linhas gerais, a sua proposta de governo teve intenção de construir um plano de privatizações das empresas estatais, uma reforma administrativa e desregulamentação da economia que vamos abordar no decorrer deste subcapítulo.

O Plano Collor I se fundamentou na redução a força da liquidez como principal mecanismo de combate a inflação, determinando o confisco dos ativos de contas correntes e de aplicações financeiras ao limitar os saques a Cr\$ 50.000,00 e Cr\$25.000,00 pelo Banco Central, que supostamente devolveria o dinheiro confiscado em 12 parcelas mensais, o que atingiu mais os pequenos correntistas e poupadores, pois as grandes empresas se utilizaram de mecanismos de fraude contábil, compra de dívidas, leilões de remonetarização. Mediante a esse confisco, o Plano Collor I determinou a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro, o que implicou: aumento da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras); a taxa de câmbio passou a ser definida pelo mercado e da liberação das importações. Enfim o Plano estabelecia um amplo programa de privatizações das empresas estatais na elaboração do Programa Nacional de Desestatização e uma reforma administrativa, conforme ilustra os dados divulgados no relatório de pesquisa de Maciel (2012) "Notas preliminares sobre os governos Collor e Itamar Franco" (MACIEL, 2012, p. 25).

Por mais que essas medidas lembrem o receituário heterodoxo (como a reforma monetária e o controle dos preços) ele derivava de um conteúdo fortemente ortodoxo e neoliberal, ao notar pela estratégia utilizada no combate da inflação no controle da liquidez, na liberalização do câmbio, das importações, nas privatizações e na reforma administrativa.

Em suma, o Plano Collor I inaugurou a era neoliberal de que o combate a inflação era mais uma ponta de lança de um amplo processo que contava com a adequação do Brasil a um novo padrão de acumulação capitalista e de uma ampla ofensiva aos direitos sociais e trabalhistas, não para implicar uma derrota corporativa ao mundo do trabalho, mas de uma

derrota ideológica, implicando ambas, que afetou profundamente a atuação, a forma organizativa e as ferramentas para pressionar contra a adesão ao projeto neoliberal, que os movimentos sociais das classes subalternas e suas entidades organizativas haviam conquistados, como nos indica o mesmo relatório anteriormente mencionado (MACIEL, 2012, p. 25-26).

Conforme nos indica Lacerda (1993), as primeiras medidas que englobam a política de desregulamentação foram: a do comércio de combustíveis, da concessão de lavras, da instalação de hidroelétricas de pequeno porte e de distribuições de concessões de emissoras de rádio e televisão (LACERDA, 1993, p. 160). Entre outras realizações, no campo da desregulamentação, vale também destacar: a instalação e atuação nas redes de TV a cabo, a alteração do Código de Mineração, a atuação no mercado de valores imobiliários e medidas que desburocratizavam o comércio exterior (LACERDA, 1993, p. 160).

Essas medidas tiveram como intenção central facilitar a vida dos conglomerados econômicos em detrimento dos trabalhadores, onde:

A realidade do cotidiano dos idosos nas filas de bancos para receberem suas aposentadorias, as situações humilhantes do homem comum nas repartições judiciárias ou nos cartórios para obter certidões ou atestados (de residência, de nascimento, de óbito, entre outros) e as exigências burocráticas presentes nos (escassíssimos) financiamentos da casa própria (LACERDA, 1993, p. 161).

Na reforma administrativa, nos dois primeiros anos do governo Collor, eliminou-se um grupo de órgãos na administração indireta, reduziu o número de ministérios e colocou à disposição milhares de funcionários públicos federais. A lei de 8.029 que foi sancionada em abril de 1990, possibilitou ao Poder Executivo:

(...) extinguir ou dissolver 22 entidades. (...) Segundo a SAF, até o final de 1991 já haviam sido efetivamente extintas treze entidades, a saber: Sudeco, Sudesul, DNOS, Funarte, Fundação Educar, Fundação Pró-Memória, Museu do Café, Fundação do Cinema Brasileiro, Fundação Pró-Leitura, Fundacen, Portobrás, EBTU e Embrater (LACERDA, 1993, p. 161).

Em contraposição a reforma administrativa, o boletim "Informa CUT" de nº 143, publicado em abril de 1991 (no momento de impacto da aprovação da lei que possibilitava o Executivo de extinguir e dissolver cargos na Administração Federal), de circulação nacional intitulado "Jornada de Abril. Rumo à Greve Geral". O documento de somente uma página, publicado pela sede nacional da central, em linhas gerais abordava a bandeira defendida pela central, que eram: do fim das perdas salariais ocasionada pela alta da inflação e a

pauperização do trabalhador causada pelo Plano Collor I; da aposentadoria por tempo de serviço e a defesa de uma Previdência Social pública (CUT, 1991, p. 1). A fonte também previa uma agenda de protestos e manifestações em todo o mês de abril, para reunir esforços (juntamente com assembleias por todas as instâncias da CUT) que culminassem em uma greve geral no 1º de maio do mesmo ano.

No que se refere à reforma ministerial do governo Collor: o Ministério da Infra-Estrutura foi desmembrado no Ministério do Transporte e Telecomunicações e ao Ministério da Energia, o Ministério do Trabalho também foi agregado a Secretaria de Administração (LACERDA, 1993, p. 162). Essa tentativa durou pouco tempo pela necessidade de dar sustentação política ao governo, que acabou sucedendo aos fisiologismos de grupos em troca de apoio.

Em relação ao funcionalismo público, Collor teve como meta de governo colocar a disposição cerca de 360 mil servidores em todo o seu mandato (em finais de 1991 seu governo conseguiu uma redução de 105.291 servidores (LACERDA, 1993, p. 162). Mas o ataque não cessou apenas na redução do número de servidores, pois também atuou na alteração das ocupações dos servidores públicos, sobretudo os da esfera federal. Collor não escondeu a sua vontade maior de revisar a lei que confere a estabilidade no serviço público.

O documento "Pontos para análise da conjuntura", de 22/05/92, de Dinarte Belato, professor titular da UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul) para o SPEP (Seminário Permanente de Educação Popular) - um programa de assessoria para os movimentos sociais dentro da universidade - retrata que não se sabia no momento (1990-1992) ao certo o impacto do enxugamento da máquina pública na redução das despesas do governo federal. De acordo com a fonte:

O "enxugamento" da máquina operacional do Estado. Esta estratégia, posta em prática desde o início do Governo Collor, em vez de baixar os custos do Estado, acabou por desmobilizar e literalmente liquidar a estrutura e funcionamento dos servidores sociais do Estado como: previdência, saúde, saneamento, habitação, educação, crédito educativo, assistência técnica aos pequenos produtores. As atividades sociais promovidas pelos ministérios da Ação Social, Saúde e Previdência tornaram-se centros de corrupção e de cooptação política (BELATO, 22/05/92, p. 2).

Vale destacar que ao mesmo tempo em que o governo federal promovia uma onda de enxugamento de servidores, expandiu-se como nunca antes visto até então o número de trabalhadores temporários, subcontratados e prestadores de serviços, sobretudo na área de limpeza e vigilância (BELATO, 22/05/92, p. 1). Os reflexos negativos, de um lado, para a

administração pública fora a sua dependência aos cartéis das empresas prestadoras de serviços (o que aumentou, conforme a fonte indica a brecha para a corrupção) e, por outro lado, com a precarização do emprego - que se tratava de um aspecto positivo para a burguesia que ansiava em criar novas frentes de exploração do trabalho -, os trabalhadores foram submetidos à baixa remuneração e se viram impotentes frente à rotatividade na contratação e demissão (LACERDA, 1993, p. 163-164). Essa contratação, por via de empresas prestadoras de serviços, serviu como alternativa à conquista histórica dos trabalhadores, que Collor não conseguiu atacar: a estabilidade no serviço público.

Assim, nessa perspectiva, vemos que o projeto de reestruturação do Estado durante o governo Collor era articulado com três frentes que se complementavam: no setor produtivo estatal, um ambicioso projeto de privatizações; na administração pública, reforma administrativa com o enxugamento ser servidores com a subcontratação de temporários e, com grande ênfase, um projeto de desregulamentação da economia.

No que se refere às privatizações vemos que houve um impasse entre alguns setores da burguesia nacional (as que temiam serem extintas frente ao capital externo, como setores do pequeno capital e o setor médio do capital monopolista) e, em certa medida, da pressão dos movimentos populares e dos funcionários públicos que lutaram para barrar o sepultamento da empresas estatais.

Para poder legitimar o discurso neoliberal de privatizações do patrimônio público foi empreendida uma série de medidas para criminalizar, sucatear e então privatizar as estatais. A partir dessa prerrogativa, as reflexões de Herbert de Souza, o Betinho - sociólogo, que, naquele momento, ocupava o cargo de secretário executivo do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais) e de coordenador da Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida - é importante para compreender os elementos usados pelo governo para legitimar a onda de privatizações que estava sendo elaborada.

O autor afirma que as medidas frequentes tomadas pelos governos que buscavam legitimar as privatizações eram: o mito da falta de eficiência; o combate aos sindicatos; endividá-las e o não investimento em pesquisa e desenvolvimento (SOUZA, 1995, p. 31).

As estatais no Brasil surgiram para atender os interesses de empresas nacionais e multinacionais, foram as propulsoras da consolidação do capital monopolista, o que fez com

que elas atuarem principalmente na indústria de base, na produção de matérias-primas de qualidade que fossem vendidos abaixo dos preços de mercado, o que garantiu décadas de prosperidade para os setores privados. Os setores de energia elétrica, de petróleo e da produção de aço são os melhores exemplos desse modelo; a CSN, por exemplo, historicamente vendeu bobinas e chapas de ferro pela metade do preço para a indústria automobilística (SOUZA, 1995, p. 32). A partir disso, o argumento de ineficiência e do endividamento das estatais se torna uma falácia, pois estamos lidando com empresas que surgiram para criar as condições gerais de produção na intenção de privilegiar o enriquecimento dos setores privados.

O que se segue a partir desses elementos é a "tentativa" de combater os déficits das estatais (déficits esses criados a partir dessa dinâmica de desenvolvimento que apresentamos acima) a partir de empréstimos internacionais (SOUZA, 1995, p. 32-33). Nos momentos em que as empresas estatais contraem essas dívidas ficam submetidas às pressões internacionais, para os bancos emprestarem dinheiro para as estatais é um bom negócio, por ser um ótimo patrimônio no momento de negociações das dívidas. Essa pressão imobiliza a capacidade de investimento das empresas, sendo uma ótima forma de fragilizá-las para então privatizá-las.

Ao terem sua capacidade de investimentos solapadas pela contração de dívidas no exterior, as propensões para investimentos em longo prazo em pesquisa e desenvolvimento se atrofiam, contribuindo para a sua ineficiência e inadequação aos novos paradigmas tecnológicos da terceira revolução industrial (informatização e robótica) (SOUZA, 1995, p. 32). O "atraso" construído nas empresas estatais se tornou o pilar da argumentação dos aparelhos privados de hegemonia neoliberal (a mídia, por exemplo) a favor das privatizações. Outro elemento que ajudou a construir o atraso das empresas estatais foi a nomeação de afilhados políticos nos cargos de direção das estatais, ou seja, de pessoas que não estavam aptas para desenvolver tais funções, colocando-as sob a tutela direta do presidente e de seus interesses políticos imediatos, o que impediu um planejamento administrativo a longo prazo.

Uma das melhores estratégias de convencimento da população para a política de privatizações foi a criminalização e o combate aos sindicatos das empresas estatais ao ponto de deixá-los sem alternativas, desmotivando-os frente a várias derrotas e até sendo reprimidos pelas Forças Armadas. A presença da mídia foi algo decisivo para a sua criminalização,

sendo, segundo esta, os trabalhadores e os sindicatos responsáveis por todas as mazelas sofridas pelas estatais.

A tese de doutorado em Economia defendida na UNICAMP em 2009, de Manoel Donato de Almeida aborda o processo de privatização das grandes empresas estatais no Brasil, mas não se limitando a esse processo, pois mesmo exaltando somente os aspectos econômicos e não os elementos que emanavam na generalidade histórica do capital em criar novas frentes de exploração do trabalho, esta tese se faz importante para nossa pesquisa no que se refere a elaboração do PND e a sua relação com a política de privatizações iniciada durante o governo Collor.

O processo de privatização começou a ganhar corpo no governo Collor com o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND) lançado como medida provisória, mas que virou lei em abril de 1990 (ALMEIDA, 2009, p. 157). O PND, pautado pelo consenso de Washington teve como meta o reordenamento do Estado na economia, com a redução de sua participação através da transferência das empresas estatais para as mãos da iniciativa privada. Segundo o plano o dinheiro arrecadado com a venda das estatais retiraria uma grande parte do fardo da dívida do Estado. Assim, o programa alegava que as privatizações ampliariam o parque industrial do Brasil, na medida em que a privatização dinamizaria a economia ao acirrar a competitividade empresarial entre vários setores.

O PND exaltou o debate das privatizações (um dos pilares das políticas neoliberais) que, somado aos ataques à Constituição de 1988 (como foi na revisão constitucional de 1993 até meados de 1994), sinalizava certa adesão da burguesia em torno das políticas neoliberais.

A Constituição de 1988 barrava as privatizações por esta restringir a presença do capital estrangeiro nos setores estratégicos da economia. A estratégia foi começar o ataque aos setores da indústria de base que haviam sido relegados de áreas de monopólios do Estado para áreas livres de investimentos. Os setores que mais estavam desprotegidos das amarras institucionais no momento eram de siderurgia e de petroquímica (ALMEIDA, 2009, p. 161). Dessa forma, a Usiminas - uma das mais importantes empresas que compunham o chamado oligopólio do Estado no setor siderúrgico, juntamente com a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista), Açominas e outras - se tornou a primeira estatal a ser privatizada, sendo utilizada como um ato político de Collor, uma forma de compromisso em solidificar as políticas neoliberais em seu governo. A empresa

apresentava um grande potencial de lucratividade, com uma posição estratégica para escoar a produção, o que atraía interesses privados nacionais e estrangeiros, mesmo levando em conta os entraves da Constituição (CARVALHO, 2009, p. 102-113).

A privatização da Usiminas foi algo proveitoso para o governo ao melhorar a visibilidade do Brasil por estar colocando em prática o receituário neoliberal de alguns setores da burguesia nacional e do capital financeiro estrangeiro. Ao abrirem precedentes para as privatizações do setor siderúrgico e petroquímico, de outubro de 1991 a outubro de 1992 foram privatizadas: USIMEC (Usina Mecânica S.A.); USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais); SELMA (Cia. Eletromecânica); Mafersa S.A.; COSINOR (Cia. Siderúrgica do Nordeste); SNBP (Serviço de Navegação da Bacia do Prata); AFP (Aços Finos Piratini); PETROFLEX (Petroflex Indústria e Comércio S.A.); COPEL (Cia. Petroquímica do Sul); ALCANORTE (Álcalis do Rio Grande do Norte); CNA (Companhia Nacional de Álcalis); CST (Cia. Siderúrgica de Tubarão); FOSFÉRTIL (Fertilizantes Fosfatados S.A.); GOIÁSFERTIL (Goiás Fertilizantes); FASA (Forjas Acesita S.A.); ENERGÉTICA (Acesita Energética S.A.) e ACESITA (Cia. Aços Especiais Itabira) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 01/09/06). Sem contar que a privatização da USIMINAS abriu precedentes para o uso explícito das “moedas podres”<sup>14</sup> na venda das estatais.

Os referidos títulos (popularmente conhecido como moeda podre) foram utilizados durante todo o governo Collor e Itamar na privatização do setor siderúrgico e petroquímico. Tais moedas também foram utilizadas no desmonte das empresas estatais na Argentina, onde dos US\$ 4,9 bilhões gerados pela venda das estatais somente US\$ 2,7 bilhões correspondiam a pagamento em dinheiro em espécie (ALMEIDA, 2009, p. 167). Enquanto na Argentina os títulos resgatados do governo valiam em média 54% de seu valor nominal, no Brasil os títulos, que foram comprados bem abaixo de seu valor nominal, podiam valer 100% do valor original na compra das estatais.

---

<sup>14</sup>As "moedas podres" se trata de um termo cunhado no debate político não tendo circulação e emissão como as moedas comuns. Estas se tornaram bastante conhecidas durante o processo de privatização ao serem aceitas como forma de pagamento na compra das estatais. "Moedas podres" são os títulos de dívidas públicas da União ou das estatais negociados no mercado e se tornam objetos de especulação quando negociados na bolsa de valores, que sofre desvalorização devida a expectativa de não pagamento na data prevista. Quando não são pagos no vencimento é grande o deságio de seu valor real, sendo assim, o valor do mercado se torna bem inferior ao valor nominal do título. Nas privatizações, os grupos que adquiriram os títulos abaixo do preço de nominal ganharam um grande "desconto" nas compras das estatais, onde além de terem sido vendidas a preços abaixo do mercado, foram compradas por moedas que não existiam materialmente no momento, transfigurada pelos papéis das dívidas, de recurso que já haviam sido gastos e que agora serviria para drenar o patrimônio público para os grupos privados.

O governo proclamava que a venda das estatais seria uma alternativa à crise fiscal que se instalou no governo Collor, em 1992 com 16 estatais privatizadas somavam-se US\$ 46 bilhões, mas, em função do desvio das moedas podres sob o dinheiro total, a soma do montante não passou de 2% (ALMEIDA, 2009, p. 167). Almeida (2009) argumenta que 97% dos valores arrecadados com as privatizações no governo Collor e Itamar foram empregados nos certificados de privatizações; traduzindo: quase o valor total das privatizações entre 1990-1993 foram recebidas pelo governo em moedas podres! O argumento propagado pelo governo à época de que ao aceitar os títulos da dívida como moeda de pagamento iria amortizar a dívida externa, na verdade era mais um discurso para drenagem das empresas estatais por alguns grupos ligados ao grande capital, pois os títulos aceitos no processo de privatização não correspondiam a 1% do valor da dívida externa (ALMEIDA, 2009, p. 167-168).

As moedas que foram aceitas na venda da USIMINAS e nas outras empresas estatais vendidas no período foram: Cruzeiros e Cruzados novos; Títulos da Dívida Agrária (TDA); Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND); Certificado de Privatização (CP); Débitos Vencidos e Renegociados securitizados (DVR) e Créditos da Dívida Externa (ALMEIDA, 2009, p. 169).

Enquanto a mídia focava na crítica à demora nas privatizações e criminalizava os servidores públicos que lutavam contra a ampliação de tais políticas, a realidade era de que as empresas estatais (tão cobiçadas pelo capital financeiro internacional) estariam sendo trocadas por papéis da dívida, que com o tempo sofreram uma extrema desvalorização no mercado financeiro.

A obra "Política neoliberal e sindicalismo no Brasil" de Armando Boito Jr., professor titular do Departamento de Ciências Políticas da UNICAMP, publicada em 1999 - momento privilegiado de análise das lutas sociais no Brasil por se tratar do primeiro ano pós primeiro governo FHC é importante para a nossa pesquisa, pois se trata de um mapeamento das transformações ocorridas no Estado brasileiro com o advento do neoliberalismo, vinculando tais modificações com as que estavam em curso no capitalismo global. Além disso, o autor expõe os desafios causados na organização da luta sindical, bem como a adesão progressiva dos sindicatos a essa nova ótica de desenvolvimento capitalista.

Segundo Boito Jr. (1999) a política de privatização favorece o capital externo e uma fração da burguesia nacional ligada ao capital monopolista, enquanto marginalizava o

pequeno e médio capital (BOITO JR., 1999, p. 49-76). A política neoliberal enriqueceu os grupos ligados aos grandes bancos, ao setor industrial e ao setor de construção civil por meio das moedas podres e de financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que emprestava o dinheiro muito abaixo dos juros que este órgão pagava aos credores internacionais.

Dessa forma, Boito Jr. (1999) argumenta:

O resultado da subestimação do preço das empresas, da aceitação de "moedas podres" nos leilões de privatização e da sobreestimação do valor dessas moedas foi que os compradores de ações nos leilões de privatização adquiriram as empresas estatais por uma fração insignificante do valor real do seu patrimônio. (...) Os grandes bancos e os grandes grupos industriais nacionais, juntamente com os monopólios e fundos de investimentos estrangeiros, estão incorporando, em troca de um pagamento irrisório ou simbólico, o patrimônio das empresas públicas (BOITO JR., 1999, p. 55).

O artigo "Política industrial e desestruturação produtiva" de Margarida Afonso Costa Batista - que, no ano da publicação do livro (1993), era professora do Instituto de Economia da UNICAMP - aborda o impacto recessivo para o setor industrial no Brasil. Este artigo é de suma importância para a nossa pesquisa, pois além de fornecer uma série de dados que ilustram o impacto negativo para a produção, a autora vincula sua análise a uma projeção negativa para o mercado de trabalho e a sociedade como um todo.

No que se refere à trajetória do desempenho industrial no governo Collor, tal período representou um aprofundamento da crise no setor nos anos 80, pois enquanto a indústria crescia entre 1980 a 1989 a taxas de 3,4%, em 1990 a produção industrial teve um decréscimo de 8,55% e 0,5% em 1991 (BAPTISTA, 1993, p. 256). A indústria de transformação, no mesmo período assinalado, chegou a taxas de -9,21% e -0,6% (BAPTISTA, 1993, p. 256).

Tais dados são uma das consequências claras para o setor industrial frente ao Plano Collor I que teve a intenção de uma:

(..) vasta e abrupta intervenção na economia, visando o controle da escalada inflacionária, mediante o controle da oferta e da procura, através do congelamento dos salários, dos preços, da poupança e dos ativos financeiros líquidos. A reação contra tamanha intervenção veio dos assalariados e, em particular dos empresários que pressionaram a liberação dos ativos bloqueados e torpedearam o congelamento de preços com redução da produção e desabastecimento (BELATO, 22/05/92, p. 1).

Para o setor industrial o ano de 1990 (de vigência do Plano Collor I) pode ser dividido em três períodos: 1) de janeiro a abril, em função das expectativas hiperinflacionárias na transição de Sarney a Collor e em virtude do Plano Collor I, houve uma paralisia na produção

industrial, com queda de 29,8%; 2) há uma breve recuperação, em um segundo momento, de maio a agosto, com o aumento da demanda e a intensificação da conversão para os cruzados novos com crescimento de 35,2%, mas novamente voltou a cair; 3) em um terceiro momento, de setembro a dezembro, com queda de 12,5%, devido ao recrudescimento da inflação, de elevadas taxas de juros e contração nos gastos públicos (BAPTISTA, 1993, p. 256-257).

### **1.5) Avanço neoliberal com o Plano Collor II**

Com o fracasso do Plano Collor I em controlar a inflação, o governo tentou se rearticular em um vasto programa de intervenção, chamado de Plano Collor II ou Projeto de Reconstrução Nacional (BELATO, 22/05/92). O Plano Collor II, desta vez tinha um contorno neoliberal mais nítido, uma intervenção direta e maior do Executivo, o controle da demanda e arrocho salarial.

Sobre o controle da demanda Belato (22/05/92) afirma:

(...) o controle da demanda via manutenção e aprofundamento do arrocho salarial, e da oferta, via elevação da taxa de juros e liberalização geral de preços, o que implica no não controle de setores oligopolizados e falência dos setores concorrenciais. O controle da demanda se tem manifestado em sucessivas manobras de protelação da lei de política salarial e quando esta veio à luz, foi absolutamente mutilada com vetos, o que deu ao Governo a condição de impor ao congresso sua estratégia de arrocho (BELATO, 22/05/92, p. 2).

A partir do controle da demanda:

(...) o conjunto dos salários despencou a níveis inéditos, atingindo todos os assalariados. O salário mínimo em abril de 1992, atingiu seu nível mais baixo depois de 1940, ano em que foi instituído. O reajuste proposto pelo Governo, em 1º de maio e aprovado pelo Congresso, eleva o salário mínimo de U\$35 dólares, para torno de U\$87. Esse salário pago em fim de maio, com uma inflação de 18 a 21% e só será reajustado em setembro. Se a inflação se mantiver nestes patamares, após 4 meses, o poder de compra do salário se reduzirá a zero (BELATO, 22/05/92, p.2).

A retração do consumo (gerada pelo controle da demanda) teve como meta reduzir o ganho dos trabalhadores, pauperizando-os para não aumentar a exigência de consumo de uma indústria que se encontrava em uma extrema retração devido à reestruturação produtiva que, particularizada ao caso brasileiro, atuou em uma onda de desindustrialização (BOITO JR., 1999, p. 41-48). Tal fenômeno acentuou a perda de importância da produção industrial na economia como um todo e, aliado a esse processo, acentuou o desenvolvimento, desde então, de decadência no complexo da indústria mecânica e química, em função do crescimento dos

setores tradicionais (agora metamorfoseado em agronegócio) associado ao padrão de inserção internacional com base na exportação de *commodities* (BOITO JR., 1999, p. 41-48; BAPTISTA, 1993, p. 239).

O ano de 1991 também foi marcado por uma oscilação na produção industrial, tendo dois períodos marcantes para a indústria: no primeiro semestre com a edição do Plano Collor II, que trouxe reflexo positivo ao setor, pois houve uma queda nas taxas de juros, o congelamento de preços e a expectativa frente a liberação dos cruzados novos; no segundo semestre, se observou uma inflexão nessa trajetória, devido à frustração em relação aos cruzados novos e o aumento da inflação (BAPTISTA, 1993, p. 219-274).

A intenção do governo de abertura comercial e de liberalização do câmbio acelerou o processo de reestruturação produtiva a partir da ampliação da concorrência externa que, juntamente com a ofensiva ao mundo do trabalho, se tornou crucial para o grande capital monopolista ao aumentar a taxa de mais-valia, na intenção de se recuperar da tendência de queda na taxa de lucro gerada pela crise do capital, o que incentivou a reestruturação produtiva na incorporação de novas tecnologias e de gerenciamento do trabalho e de todo o processo produtivo a partir da desregulamentação do mercado de trabalho.

No livro "História do Plano Real" do economista Luiz Filgueiras, professor e pesquisador do Departamento de Economia Aplicada ligado a Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA (Universidade Federal da Bahia), são elencados uma série de dados e análises acerca de implementação do Plano Real<sup>15</sup>.

De fato, o Plano Collor foi bastante limitado no que se refere ao combate à inflação, caindo bruscamente de 81,3% em março de 1990, para 11,3% em abril e, em maio, 9,1% e 9,05% em junho; mas em julho os índices voltaram a subir, chegando a 21,1% em fevereiro de 1991 (FILGUEIRAS, 2000, p. 89).

Virgínia Fontes (2010), historiadora ligada ao Departamento de História da UFF (Universidade Federal Fluminense), na obra "O Brasil e o capital-imperialismo" esboça as formas de dissipação da luta social dos anos 80 nos anos 90 no mesmo momento em que adequava a nova dinâmica de acumulação mundial e se tornava um agente (mesmo que de forma subalterna) do capital imperialista. Os elementos de análise que são de grande

---

<sup>15</sup> Este livro é de suma importância para a nossa pesquisa, pois além de ser uma fonte riquíssima de dados, o autor apresenta uma série de conjunturas, vinculando a edificação da moeda não somente pela particularidade brasileira, mas vinculando com a generalidade histórica de implementação do neoliberalismo em escala mundial.

relevância para nossa pesquisa estão contidos do capítulo 5 "Luta de classes e sociedade civil da década de 1990", que dará subsídio a nosso objeto ao abordar a renovação das organizações patronais, a manutenção da repressão social e a mercantilização da filantropia e dos gastos sociais que segmentou o campo popular, o que nos servirá como aporte para compreender o desenho societal das lutas sociais do Brasil de 1990-1996 é que tal mercantilização da militância, agora sob os moldes da filantropia, inferiu em um processo de conversão das organizações populares em meras instâncias de inclusão social, sob a intervenção do governo e gerida pelo empresariado.

Segundo a mesma autora, a partir dos anos 90 alguns momentos marcantes influíram uma séria de transformações para a classe trabalhadora e suas organizações, como foi o caso da queda no muro de Berlim e, posteriormente, a desintegração da União Soviética, que gerou um forte impacto na esquerda em escala global e que, no Brasil, afetou, sobretudo, o PT que estava emergindo das lutas sociais. Nessa mesma década que houve a adesão do empresariado as teses neoliberais, expressando a sua adequação a novo patamar de acumulação e concentração de capitais mesclados ao capital estrangeiro, implicando um novo rearranjo no interior das classes dominantes no Brasil (FONTES, 2010, p. 255-256).

Com isso, ressaltamos o ambiente e o impacto que a criação da Força Sindical em 1991 teve para os trabalhadores na passivização em relação às políticas neoliberais, atuando com grande êxito numa nova forma de tática do patronato, desmontando toda a organização dos trabalhadores dentro mesmo de seu espaço de convívio e representação. A Força Sindical é uma ferramenta importante de interpretação sobre a elaboração de uma nova modalidade de subalternização, inaugurada pela implantação do neoliberalismo no Brasil, onde tal entidade aliava uma estreita ligação com o grande empresariado paulista e de combate a CUT, pautado em uma tática de "sindicalismo de resultados" em uma ação imediatista e meramente corporativa (FONTES, 2010, p. 259-261).

Maciel (2012) também argumenta que a ofensiva neoliberal desencadeada por Collor conseguiu atrair a maior parte da grande mídia e das frações burguesas ligadas ao capital externo e os setores envolvidos nas importações. O governo também conseguiu apoio de alguns setores das classes subalternas, como no sindicalismo que apoiava o projeto neoliberal (como foi o caso do "sindicalismo de resultados" que mais tarde se materializaria na criação da Força Sindical); os setores desorganizados politicamente apoiavam o presidente a partir de

sua apelação midiática e da polarização ideológica criada por ela entre Collor e Lula (MACIEL, 2012, p. 4-26).

De 1990 a 1991 o setor mais penalizado pelas políticas econômicas de Collor foi o setor de bens de capital, esses anos aprofundaram os impactos da retração dos investimentos públicos e privados que vinha se arrastando desde a segunda metade dos anos 80 (BAPTISTA, 1993, p. 219-274). Nos anos 80 aumentou drasticamente a ociosidade do setor industrial (mas, mesmo com a queda na produção se preservou a base industrial antes instalada), porém, no início dos anos 90 essa situação chegara a um nível que o desmonte do setor industrial era irreversível dentro da perspectiva do projeto neoliberal no Brasil (BAPTISTA, 1993, p. 219-274).

Sobre esse momento para a indústria de transformação, Baptista (1993) apresenta os dados da ABDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base) e conclui:

a) no primeiro trimestre de 1992, o nível de ociosidade do setor ultrapassou o patamar de 50%; b) se em 1980 o setor empregava 130 mil pessoas, em 1991 este número se reduziu para 57.491; c) o faturamento do setor apresentou uma retração de US\$ 9,6 bilhões em 80 para US\$ 3 bilhões em 91; d) as encomendas feitas ao setor no último trimestre de 1991 atingiram 38% dos níveis registrados no primeiro trimestre de 1980. Frente a este quadro, o presidente desta associação conclui: "As empresas já chegaram ao limite de sua capacidade de ajuste. Daqui pra frente é o desmonte" (BAPTISTA, 1993, p. 261).

Tais considerações são também válidas no que se refere à eletroeletrônica, setor chave na terceira revolução industrial. Este setor nos anos 80 cresceu em média 3,8% ao ano, enquanto a indústria de transformação apenas 0,33% ao ano, devido à ampliação dos segmentos de informática, automação industrial e equipamentos eletrônicos (BAPTISTA, 1993, p. 262). Foi na virada dos anos de 1989-1990, pelo setor elétrico pesado e a indústria química dependerem profundamente dos investimentos públicos, que esses setores vão sofrer uma dura inflexão (salvando o caso da Telebrás) de investimentos agravado ainda mais a partir da crise de 1992, que após a substituição local de alguns de seus produtos pela importação, "enxugando" funcionários ao fechar vários centros de pesquisa (BAPTISTA, 1993, p. 262).

A fonte "Balanço: primeiro ano de Collor", publicado em forma de boletim - modalidade de publicação que tem o formato de jornal, mas com uma periodicidade maior, abrange somente seus assinantes e aborda um assunto específico - pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), entidade que presta

assessoria aos movimentos sociais, com estudos estatísticos e análises de conjuntura acerca da situação dos trabalhadores. Apesar de ter sido publicada em São Paulo, exatamente por ser uma entidade Intersindical (que em tese não é dirigida por nenhuma central sindical específica) sua abrangência é nacional, por ter membros e sindicatos espalhados por todo o país, como nos é indicado no final do documento. Essa fonte é suma importância, pois ilustra toda a análise que estamos desenvolvendo acerca dos impactos sociais dos planos econômicos de Collor, principalmente por ser publicado em março de 1991, momento de crise do Plano Collor I. Usaremos esse documento como forma de evidenciar a oposição dos trabalhadores ao projeto de neoliberal de Collor, que explicita a partir de dados a derrota paulatina do mundo do trabalho frente a implementação de tais políticas.

Conforme o Boletim do DIEESE de 21/08/91 nos mostra que a política industrial de Collor envolvia três projetos:

(...) diretrizes gerais de Política Industrial e de Comércio Exterior, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e o Programa de Fomento à Competitividade Industrial. A redução das tarifas para os produtos importados é uma das medidas alinhavadas dentro desse projeto, na tentativa de forçar as empresas brasileiros a se tornarem mais competitivas. Outro ponto é a promessa de incentivo à utilização de novos modelos de gestão empresarial. Está previsto também o financiamento, por parte do Estado, aos setores de 'tecnologia de ponta' (informática, química fina, mecânica de precisão e novos materiais). (...) com o incentivo às importações fica, muitas vezes, mais fácil trazer de fora, que fabricá-los aqui. Isto vem acontecendo com várias empresas e na ausência de um planejamento mais aprofundado acaba por comprometer seriamente o parque industrial nacional (DIEESE, 21/08/91, p. 3).

Nesse sentido, as políticas econômicas do governo Collor geraram uma substantiva inflexão na produção, que se fez passar, com a ajuda da grande imprensa, como um choque necessário na administração pública e na economia, para trazer a "modernidade" e inserir o Brasil no ramo dos países desenvolvidos. Na verdade esta ideia de modernização nada mais era do que um ajuste da economia brasileira frente os ditames do mercado, da redução expressiva da intervenção do Estado e de uma suposta "livre" concorrência, onde vão sobreviver somente os grupos que não necessitavam, primordialmente dos investimentos estatais.

Com base em Maciel (2012), vemos que a fragilidade política do governo Collor se elevou com a elaboração do Plano Collor II, que foi no momento criticado tanto pela esquerda (ao considerá-lo recessivo para a economia) quanto pelos defensores do neoliberalismo (tido como intervencionista por cogelar preços e salários) (MACIEL, 2012, p. 34). Após o fracasso

do Plano Collor I, em fevereiro de 1991, em menos de um ano de mandato o governo anunciava a criação do Collor II o que também se mostrou impotente frente a crise econômica e a escalada inflacionária; também alterou a composição de sua equipe econômica ao indicar Marcílio Marques Moreira para o Ministério de Economia, passando a adotar uma política monetária ortodoxa, baseado da alta das taxas de juros, limitando o acesso ao crédito, no corte dos gastos públicos, na liberalização da área financeira, visando, em linhas gerais, trazer a entrada de capitais e melhorar a relação com o sistema financeiro internacional, mas que acabou fracassando e não resolveu o problema inflacionário.

O mesmo autor argumenta de que a demissão de Zélia Cardoso não se deveu somente a ineficácia de sua política econômica, mas, sobretudo, de sua incapacidade de criar uma base de apoio no Congresso, que desse uma maior margem de governabilidade a Collor e, vale também mencionar, o choque de que a política de austeridade fiscal defendida por Zélia causava nos esquemas de corrupção do governo operado por PC Farias (MACIEL, 2012, p. 35).

Mas somente a tese de choque da política de austeridade fiscal com os esquemas de corrupção gerou a demissão de Zélia Cardoso não se fundamente, pois:

O pretenso conflito entre o insulamento burocrático da equipe econômica e os esquemas fisiológicos e clientelistas dentro do governo pode ter criado conflitos inter-burocráticos, mas de modo algum suficiente para opor uma prática à outra ou levar à demissão da equipe econômica por si só, pois a austeridade fiscal praticada era justamente a condição para viabilizar os esquemas de corrupção de PC Farias, deslocando esquemas concorrentes e a destinação de verbas para outras atividades (MACIEL, 2012, p. 35).

Conforme se manifestava a incapacidade do governo em sanar a crise econômica, evidenciada de maio de 1991 a abril de 1992, diminuiu mais ainda o apoio popular ao governo, ao mesmo tempo em que se acirrava o conflito dentre as frações burguesas (MACIEL, 2012, p. 35-36). A busca de apoio impôs ao governo em adotar uma política econômica gradualista (no que se refere a implementação da agenda neoliberal) e ortodoxa.

A nomeação de Marcílio Moreira sinaliza uma mudança na condução da política econômica de forma gradual, de uma postura menos imperial diante aos partidos e ao Congresso, mas ao mesmo tempo cresciam as denúncias de corrupção do governo (MACIEL, 2012, p. 36).

Mas mesmo com essas iniciativas não foi o bastante para conter a escalada inflacionária, como nos mostra o IGP (Índice Geral dos Preços) de 1991 em que houve um aumento de 404,70% e 991,4% em 1992 (FILGUEIRAS, 2000, p. 155). Aliado a isso, aumentaram-se os níveis de desemprego e de redução dos salários e o PIB em 1990 decresceu

-4,4%, crescendo pifiamente 1,1% em 1991, mas voltando a cair em 1992 para 0,9% (BOITO JR., 2005, p. 160), mostrando um claro ambiente de recessão econômica.

Com o aumento da fragilidade do governo por causa da recessão econômica, Collor buscou aproximar-se de Brizola ao prometer o financiamento da Linha Vermelha (antes mesmo de sua posse no governo do Rio de Janeiro); também de Sarney, ao se comprometer a financiar a Ferrovia Norte-Sul (grande projeto de infra-estrutura que era inviabilizado pela recessão econômica de seu governo); e do PSDB ao convidá-lo para compor o ministério (MACIEL, 2012, p. 34).

Sobre o aumento da crise do governo e a tentativa de aproximação de Collor ao PSDB, vale ressaltar uma fonte que ilustra perfeitamente esse momento, a matéria "Collor define nomes do PSDB que gostaria de ter na equipe", de Gilberto Dimenstein, publicada na Folha de São Paulo em 10/02/91 - este jornal que como vimos anteriormente em Fonseca (2005) atuou durante todo o breve governo Collor como um aparelho privado de hegemonia neoliberal que legitimava o seu frágil mandato e que em momento de crise do governo sempre tentou amenizá-la na intenção de manter a agenda neoliberal - que agiu com a intenção em noticiar de forma positiva o esforço do presidente em se aproximar do PSDB, sem abordar a crise de seu governo.

A fonte nos revela, sem especificar os cargos, em fevereiro Collor já revelaria os nomes que ele gostaria que compusessem o seu governo, como: Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso (na época senador), José Serra (deputado federal) e Franco Montoro (presidente do PSDB). A aproximação de Collor com o PSDB já era nítida logo após a sua eleição em 89, onde na sua própria campanha, reiterada vezes declarava "Eu sou um candidato sem partido. E eles um partido sem candidato" (DIMENSTEIN, 10/02/91, p. 75). Desde sua posse Collor expressava o seu interesse de ter o Deputado José Serra como Ministro da Economia de seu governo.

Segundo a fonte, FHC e Serra demonstravam bastante interesse, mas receavam um agravamento de uma crise interna no PSDB, devido ao posicionamento contrário de Govas a uma composição do partido do governo Collor e, também, com a possibilidade de uma crise política ao isolar o recém eleito presidente do apoio do PSDB. "Um pacto político seria, portanto, decisivo para garantir tranquilidade social, especialmente para manter distante qualquer distúrbio social" (DIMENSTEIN, 10/02/91, p. 75).

Conforme a fonte aborda:

O PSDB não é visto como peça fundamental no jogo de composições parlamentares na estratégia oficial - sua bancada é pequena perto do PMDB e PFL. Collor calcula que o partido defende os seus mesmos pontos de vista como o "choque de capitalismo", fim dos subsídios e defesa dos investimentos sociais como função primordial do Estado. Eles teriam credibilidade para agradar o empresariado sem se afastar dos dirigentes trabalhistas, abrindo portas com o mundo acadêmico e Congresso (DIMENSTEIN, 10/02/91, p. 75).

A partir disso se formou uma união pela governabilidade liderado por Inocêncio de Oliveira (deputado federal do PFL), que tentou aglutinar o PFL, o PDS e setores do PMDB e do PSDB, o que não foi viabilizada pela recusa de Collor negociar com esse bloco e também em trocar a equipe econômica (MACIEL, 2012, p. 35). Mas mesmo assim o governo conseguiu a aprovação do Plano Collor II e impedir a edição de uma lei que proibia a reedição das medidas provisórias, que deu um fôlego ao governo, pois esse mecanismo era fundamental para driblar a resistência do Congresso.

Em março de 1991 o governo retoma a ofensiva neoliberal com o projeto "Brasil: um projeto de reconstrução nacional", com propostas que iam das privatizações das empresas estatais à flexibilização das leis trabalhistas e com Marcílio Moreira no Ministério da Fazenda, o governo tentou se aproximar mais dos empresários, abrindo mão de alguns pacotes e medidas para administrar a crise do governo. O "pacotão" de Collor foi seu último fôlego na imposição das medidas neoliberais de modo autoritário por meio de um pacote de medidas que deveriam ser seguidos a risca incondicionalmente, mas umas dessas propostas acabaram por ser engavetada, como foi o caso da Revisão Constitucional que somente iria ocorrer em 1993.

Com isso o governo tentou se aproximar mais das forças políticas com uma postura menos "imperial" ao adequar a um ritmo mais gradual a imposição das políticas neoliberais, na tentativa de reconquistar o apoio da sociedade, que era inviabilizado com o aumento das denúncias de corrupção como nos argumenta Maciel (2012) em seu relatório de pesquisa (MACIEL, 2012, p. 35).

No artigo "Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho", de Cláudio Salvadori Dedecca e Sandra M. Chagas Brandão - o primeiro destes professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e o outra no momento da publicação do livro era doutoranda em Economia pela mesma instituição. A data de publicação do artigo, 1993, é de suma importância, pois os pesquisadores puderam fazer um amplo mapeamento de todo o

governo Collor, que no caso desta publicação remete aos impactos de tal ambiente recessivo para o mercado de trabalho, sendo relevante para a nossa pesquisa.

Os autores argumentam que o impacto das políticas econômicas sobre o mercado de trabalho foram perversas, cabe assinalar que o início dos anos 90 foram difíceis para o trabalhador, com o aumento substantivo do desemprego estrutural e uma menor possibilidade de um reemprego. Houve também uma trajetória descendente, mais intensa do que 1981-84, onde a partir de 1984 se iniciou um processo de redução dos contingentes ocupados, que culminou em 1990 em uma forte alteração nos rendimentos do trabalho (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 335).

A rápida e brutal redução do valor real dos rendimentos dos trabalhadores foi gerada, por um lado, pela política salarial que oscilou por hora pela desindexação geral ou, as vezes, garantida pela recomposição parcial; por outro lado, as reduções expressivas no nível do emprego e das ocupações, que fragilizaram os trabalhadores na negociação salarial (tanto por empresas, quanto por categoria) (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 335).

Deve-se lembrar, conforme Dedecca & Brandão (1993):

Esta deterioração dos salários reais também deve ter sido reforçada pela adoção, por parte das empresas, de processos de reorganização de suas estruturas ocupacionais e salariais, derivados de uma reestruturação produtiva provocada pela recessão e/ou pelos novos padrões tecnológico e organizacional, associados ao processo de gestação de uma nova divisão internacional do trabalho (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 336).

Por mais que a crise econômica dos anos 80 afetou o mercado de trabalho, pelo menos as taxas de desemprego se estagnaram e a ocupação apresentou um lento crescimento; a partir dos anos 90, o mercado de trabalho se tornou incapaz de absorver os desempregados na criação de mais postos de trabalho, os que surgiram não fora o bastante, pois se tratou de um novo modelo de empresas vinculadas ao novo padrão de acumulação, o que reforçou, a partir de então, levou de trabalhadores a irem para o mercado de serviços ou para a informalidade como alternativa ao enxugamento nos postos de trabalho que o neoliberalismo começou a implicar (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 337).

Em 1989, os contingentes de trabalhadores assalariados representavam cerca de 60% da população ocupada nas regiões metropolitanas brasileiras estavam eram provenientes do emprego formal, caindo cerca de 5% de 1990-91, em alguns setores da atividade produtiva o impacto foi maior, se compararmos de 1989-91 o nível de emprego caiu: na Indústria de

Transformação, de 3,9 para -8,0% em 90 e -0,5% em 1991; a Construção Civil de -2,0% passou para -8,1% e -1,2% em 91; Extração Mineral, de 0,9% para -9,3% e -2,8% em 1991 (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 334).

As primeiras avaliações feitas pelo DIEESE (21/08/91) após a decretação das medidas econômicas do governo Collor apontava para uma grande perda do salário real, sendo a perspectiva de que os salários iriam manter somente metade do seu valor em março de 1990, quando já era violentamente archoado (DIEESE, 21/08/91, p. 1).

O mesmo documento nos mostra o impacto de uma recente medida de se vincular o preço das cestas básicas como parâmetros para a política salarial, de início foi uma inovação positiva, pois alinhou às necessidades de alimentação, mas ao levar em conta o custo de outros itens essenciais como habitação, transporte e saúde, os ganhos com os salários caíram drasticamente, principalmente os funcionários públicos e aposentados que tiveram os seus rendimentos congelados até agosto de 1991 (DIEESE, 21/08/91, p.1-2).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) feita pelo DIEESE indicou que 1990 foi um ano de desemprego elevado, os rendimentos reais foram os menores dos últimos cinco anos, o que demonstrou a face brutal de transferência de renda do trabalho para o capital, em virtude do plano Collor. O confisco salarial, aliado a recessão econômica, resultou na falta de motivação do trabalhador que por causa do desemprego teve que procurar ocupações em outras áreas, maioria das vezes na economia informal (DIEESE, 21/08/91, p. 1).

Tal pesquisa mostra o momento difícil que o trabalhador brasileiro estava submetido de 1990-91, onde a situação do desemprego foi acentuada na eliminação de 124.000 postos de trabalhos na indústria (DIEESE, 21/08/91, p. 1), atingindo principalmente o segmento metal-mecânico. Nesse sentido, o aumento do desemprego não se tratou de algo passageiro, pois este se associou a um decréscimo da força de mão-de-obra especializada, que para o DIEESE (21/08/91):

(...) é um fenômeno de efeitos devastadores a médio e longo prazo, pois implica na troca da profissionalização por serviços assessoriais e pela marginalidade e, portanto, no recrudescimento e na institucionalização da fragilidade social e econômica. Estas distorções estruturais, agravadas substancialmente a partir de março de 1990, tendem a se converter no centro das preocupações do Movimento Sindical. Está cada vez mais claro que se não houver decisiva correção de rumo, o resultado certo é o caos social (DIEESE, 21/08/91, p.1).

Esses dados servem para ilustrar a retração na oferta de empregos formais pelas reformas do Estado e da reestruturação produtiva em curso, o que agravará a situação do desemprego, que no decorrer dos anos 90 vão ser forçados a cada vez mais a ocuparem condições precárias de trabalho, onde além de não terem os direitos trabalhistas básicos, vão estar submetidos a uma carga horária abusiva, a instabilidade nos rendimentos e o alto nível de rotatividade e de ocupações que as forças do mercado vorazmente irá impor a esses trabalhadores.

A situação dos trabalhadores de 1990-92, segundo Dedecca & Brandão (1993), apresentava:

Por um lado, equivale à redução do conjunto de trabalhadores que tem acesso aos direitos associados à carteira de trabalho, fazendo com que cresça, em termos relativos, a parcela da população ocupada que possui relações contratuais menos formalizadas. Por outro lado, ao ampliar a demanda por mecanismos compensatórios, do tipo seguro-desemprego, torna explícita a fragilidade, a ineficácia do aparato de proteção ao trabalhador hoje existente no Brasil. E finalmente, ao promover uma redução da dimensão ocupacional das categorias profissionais de trabalhadores, cria uma situação desfavorável para a ação sindical, ao mesmo tempo em que exige dos sindicatos a incorporação de novas questões e desafios, um uma conjuntura recessiva (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 339).

Historicamente a indústria sempre teve um papel central na criação de empregos formais no Brasil, mas que no período de 1990-92 apresentou uma queda de 9% (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 337), que não foi uma queda gerada somente pelo uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, acirrado, sobretudo, a partir da reestruturação produtiva, mas também com uma forte reestruturação do mercado de trabalho, no sentido que há uma menor demanda para a produção, pela redução da produção e do parque industrial devido às políticas de importações, pelo crescimento do setor de serviços e das relações de subcontratações e terceirizações e, por fim, o avanço do mercado informal.

A participação da indústria no montante nacional das ocupações formais reduziu de 24,6% em 1989, para 22,3% em 1991, prosseguindo em queda nos primeiros meses de 1992; em contraposição a esse setor, de 1990 até 1992 o setor de serviços ampliou a sua participação com cerca de 50% no conjunto das ocupações (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 337).

No que se refere ao contingente de assalariados com carteira de trabalho e de outras ocupações, vemos que houve uma redução nas ocupações com carteira, paralelamente a um aumento considerável de assalariados sem carteira e por conta-própria. Como os dados da Fibge, de dezembro de 1989 até dezembro de 1991, nos mostra: a população ocupada era de

3,8% para 0,3%; os assalariados com carteira eram de -3,1% para -2,2%; os assalariados sem carteira eram de 11,3% e passou para 5,0%; os trabalhadores de conta-própria de 17,5% para 1,9% e os empregadores de 6,5% para -11,8% (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 338).

Em função do crescimento dos trabalhadores sem carteira ou por conta-própria, os trabalhadores com carteira representavam em 1989 58% das ocupações, enquanto 1991 caiu para 53%, assim se confirma de que nesse período a redução perversa do emprego formal urbano atuou no aumento substancial de uma parcela maior de trabalhadores com relações contratuais mais precárias (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 340).

Concomitantemente a esse processo há o largo crescimento do desemprego nas regiões metropolitanas, sobretudo a partir da reestruturação produtiva, de 22,8% em 1989 para 27,8% em 1990 e oscilando de 17,1% em janeiro a 30,9% em fevereiro de 1992 (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 342).

É importante ressaltar a brutal redução dos rendimentos médio dos trabalhadores de 1989-91, em 1989 mesmo com o descontrole inflacionário verificou-se um crescimento nos rendimentos dos trabalhadores de todas as ocupações, mas de 1989-1991 os trabalhadores que conseguiram se manter em seus empregos tiveram seus salários arrochados em 41,3% (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 343). Tais dados nos mostram que de 1989-91 o rendimento médio real atrofiou na população ocupada, de 13,7% para -17,6% ; nas categorias dos assalariados com carteira de 9,0% para -12,0%; assalariados sem carteira de 16,2% para -20,9%; conta-própria 30,7% para -22,7%; empregadores de 16,9% para -27,4 (DEDECCA & BRANDÃO, 1993, p. 343).

Em meio a esse clima de recessão econômica e de avanço do desemprego, no mesmo momento em que esses dados ilustram, mais especificamente em 21/02/92, em um folheto da CUT intitulado "Agenda. Dia de Protesto Nacional" - de circulação nacional, pois este refere a outras entidades de diversos Estados que o documento seria distribuído - se faz interessante por revelar uma agenda de protestos e principalmente visavam conter os ataques que o governo pretendia fazer no setor da Previdência. O documento afirma a necessidade de todas os sindicatos ligados á central de organizarem mobilizações e protestos, com a agenda de manifestações: dia 21 de fevereiro com o "Dia nacional de lutas dos aposentados em defesa da Previdência Social", 147,06% de reajuste conforme contabilizavam a perda de seus ganhos com o Plano Collor; 3 de março estava marcado a "Campanha do SOS salário mínimo", na

mesma data de divulgação do DIEESE de um estudo de um novo método de definição do salário mínimo que negava a forma elaborada pelo governo; por fim, a fonte dava uma maior ênfase no ato previsto para 13 de março em Brasília-DF, que seria o "Dia Nacional do Protesto" que seria uma manifestação que pedia o fim das políticas neoliberais de Collor, sob o lema "Diga não ao governo Collor - por uma vida melhor com liberdade e democracia" (CUT, 21/02/92, p. 1).

Sobre o ato em Brasília, previsto para 13 de março, no "Dia Nacional do Protesto" a fonte determinava que a Executiva Nacional fabricasse cartazes, camisetas e adesivos para serem distribuídos no dia da manifestação; as Regionais estaduais deveriam promover debates e grupos de discussões acerca dos temas; caberia também buscar inserção para além das entidades filiadas:

As CUTs estaduais devem também buscar ampliar ao máximo a base de apoio desse protesto, buscando os setores não cutistas do movimento sindical, entidades de bairro, estudantis, aposentados, mulheres, negros, ecologistas, partidos políticos, enfim, todas as forças políticas possíveis de se empenharem neste esforço a nível nacional (CUT, 21/02/92, p. 1).

Esta parte destacada do texto sinaliza uma posição unitária e geral na luta em oposição ao governo Collor, que abrangia além de suas entidades filiadas, englobando toda a gama dos movimentos sociais, inclusive aqueles que no momento iniciava a sua inserção dentro dos quadros da luta social no Brasil, como o movimento negro, feminista e ligado as causas ambientais.

O "ajuste" estrutural que as políticas econômicas que o Plano Collor I e II teve no setor privado foram também o enxugamento substancial de suas atividades produtivas. Em um primeiro plano esse enxugamento se mostrou na redução do leque das atividades produtivas ou, até mesmo, na eliminação de segmentos destas indústrias com a substituição de parte dos produtos antes aqui fabricados localmente por produtos importados.

Em consequência a esse processo de enxugamento das empresas, acompanhou-se uma tendência de especialização altamente perversa, pois foi reduzida a capacidade de absorção de empregos, não incorporando as levas de trabalhadores expurgados das forças produtivas nesse movimento; o estrangulamento do mercado interno devido a extinção de vários setores da cadeia produtiva; as atividades de produção que se mantiveram menos vulnerável a concorrência externa foi justamente as de baixa tecnologia, o que configurou em uma extrema retração no setor de maior sofisticação tecnológica.

Em suma, como vimos anteriormente, a partir da reforma administrativa (que enxugou diversos setores do funcionalismo público e abriu brecha para a subcontratação de terceirizados em inúmeros funções do emprego público) do governo Collor e de seus planos econômicos (que deu bases para a reestruturação produtiva do setor industrial, uma nova configuração do mercado de trabalho e abriram precedentes para as privatizações das empresas estatais) gerou uma deterioração nas condições do emprego e na renda da população que dependem de seus ganhos salariais para a sobrevivência. Após uma década de crise, interrompeu-se no Brasil uma política industrial que assentou o mercado de trabalho urbano em ocupações assalariadas formais. A crise econômica dos anos 80 deu o pontapé inicial para o processo de reestruturação do mercado de trabalho sob as bases das ocupações formais (a maioria vindo das indústrias), mas tal fato também possibilitou um intenso período de organização da classe trabalhadora, como foi o caso da criação da CUT e do PT a partir das experiências dos trabalhadores nas greves e paralisações de 1978-89 e, válido na mesma medida para as lutas sociais no Brasil, a organização dos trabalhadores no campo com a criação do MST.

Tal "ajuste" neoliberal que Collor começou a colocar em prática no Brasil, além de não contemplar uma melhor reorganização do Estado e da economia (tão difundida pela mídia e a grande imprensa), mas o desorganizou no que remete a regulação da economia e do mercado de trabalho (este o setor mais penalizado). Este padrão de "modernidade" que Collor inaugurou nada mais é do que uma política potencializadora da miséria e pobreza, pois combinou aumento explosivo do desemprego, redução brutal de sua renda, com reestruturação produtiva e enxugamento pelas reformas do Estado.

Dessa forma, a concordância em torno do corte dos gastos sociais e a flexibilização das leis trabalhistas possibilitou que a crise de hegemonia não se expandisse, mas ainda houve divergências em torno da abertura comercial, por exemplo, pois os empresários temiam uma abertura radical que acelerasse o processo de desindustrialização<sup>16</sup>, defendendo uma forma gradual para se prepararem para a competição internacional ao mesmo tempo em que daria tempo ao Estado de sanar a sua crise fiscal e recuperar sua capacidade de investimento na

---

<sup>16</sup> No intuito de esclarecer ao leitor, em linhas gerais, o processo de desindustrialização se trata de uma mudança social e econômica causada pela redução drástica da produção industrial de um determinado país. Além desse processo revelar a perda da participação da indústria na produção total da economia, esse termo pode ser usado também para revelar diminuição das vagas da indústrias no total das ocupações de uma determinada região. Mais adiante discutiremos esse conceito a partir da historicidade realidade brasileira, em um momento de crise de um modelo econômico e a adequação para um novo padrão de acumulação.

infraestrutura e na importação de máquinas e equipamentos. Mas com o avanço da desindustrialização e o agravamento da recessão com o fracasso dos planos econômicos fez com que os setores industriais perdessem confiança no governo, abalando a sua frágil base ao mesmo tempo em que apoiavam Itamar Franco.

### **1.6 *Impeachment* e manutenção da agenda neoliberal**

O último suspiro do breve governo Collor foi de abril a setembro de 1992, conforme nos indica Maciel (2012), que se desenvolveu a crise política que culminou no processo de *impeachment*, mesmo retraindo a sua postura "imperial" ao reduzir o ritmo das reformas neoliberais e com a reforma ministerial da mudança de quadros e da criação de novos ministérios para alocar os partidos aliados, não conseguiu impedir o avanço da oposição que acabou por dirigir a "CPI do PC", que acabou contando com uma ampla participação popular. Apoiados por diversos segmentos dos movimentos sociais e com uma característica policlassista, o "Fora Collor" conseguiu abrangência nacional se tornando uma força política como foi as "Diretas Já" em 1984 (MACIEL, 2012, p. 38).

O livro "Brasil: de Fernando a Fernando. Neoliberalismo corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994" de Alberto Tosi Rodrigues - doutor em Ciências Políticas pela Unicamp e Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo -, se torna importante para a nossa pesquisa ao ilustrar, com uma grande amplitude, o processo político do governo Collor e Itamar Franco; ressaltando a crise política e econômica, os conflitos gerados na imposição inicial do neoliberalismo e a mobilização social no *impeachment*. Apesar de ser uma obra muito rica no que se refere ao uso de fontes da grande imprensa, este carece de uma análise mais abrangente, pois se restringe a análise das fontes a um factualismo, não as remetendo a generalidade histórica que estava inserido os governos de Collor e Itamar. Não era por hora que as denúncias de caso de corrupção do governo Collor vinham a tona, onde já no segundo semestre de 1990 Paulo César Farias era identificado como articulador de um esquema de corrupção no interior do governo, que cobrava propinas em troca de influência política (RODRIGUES, 2000, p. 83-131). Isso nos mostra que Collor não caiu por causa da corrupção, sendo esta uma prática já iniciada pouco após a sua posse, mas acabou servindo como um fato político perfeito para que se programasse o processo de *impeachment* contra o presidente.

As denúncias de corrupção a partir de 1992 somente aceleraram a crise política do governo porque esta ocorreu em um momento de crise de hegemonia burguesa, causadas pelo descontentamento das frações burguesas que já se inclinavam para o convencimento da necessidade do projeto neoliberal, que não viam no governo uma possibilidade de implementação de tais políticas; soma-se a isso também a insatisfação daquelas frações que tinham sido profundamente afetadas pelas medidas já aplicadas - como aquelas ligadas aos setores atingidos com a desindustrialização; sem contar que tal insatisfação também atingia amplos setores dos trabalhadores afetados pelo desemprego e pela recessão, pela postural "imperial" e antipopular do governo e pela ofensiva que os movimentos sociais estavam sofrendo (MACIEL, 2012, p. 38).

O processo de *impeachment*, diante desse ambiente, teria a chance de ser uma incógnita, poderia ser um caminho incerto no que se referia a continuidade e manutenção do projeto neoliberal. Se o projeto neoliberal estagnasse ou até mesmo regredisse, o capital externo, os setores dominantes do grande capital não teriam como garantir como forma de ataque aos direitos sociais e trabalhistas na tentativa da revisão constitucional de 1993 e também intervir no próprio rumo das eleições de 1994.

O apoio em peso ao de *impeachment* de Collor veio em função da proximidade das eleições municipais de 1992 e, principalmente, pela eleição de 1994, pois o mandato de Itamar tinha a possibilidade de uma implementação gradual e negociável da agenda neoliberal; sem contar que a esquerda apresentava um risco a essa alternativa, apresentando um projeto de retomada do desenvolvimentismo com um caráter mais popular, que poderia deslocar e enfraquecer a viabilidade histórica do projeto neoliberal<sup>17</sup>.

A grande mídia passou a notar de que a insistência em apoiar Collor poderia gerar a perda de leitores, mas principalmente a legitimidade deste que os meios de comunicação reivindicavam como a principal ferramenta de fiscalizar o poder público e de se afirmarem como intelectuais orgânicos propagadores do neoliberalismo (MACIEL, 2012, p. 39).

Desde o início do governo Collor a grande imprensa sempre exigiu uma maior radicalização do projeto neoliberal, "alertando" o presidente qual a melhor via de

---

<sup>17</sup> Ao apresentarmos esse argumento temos que levar em conta que no momento Lula era o candidato que mais vinha crescendo politicamente, pois naquela conjuntura o PT, durante esse período, era o único partido que vinha somando força com os movimentos sociais no campo e na cidade, sendo a figura conhecida em várias regiões do Brasil (ao contrário de Collor que antes de sua criação era apenas mais uma figura oligárquica do Nordeste). Com isso, podemos entender o receio inicial com o *impeachment*, sem antes garantir que seu sucessor continuasse a inserir os pontos essenciais da agenda neoliberal.

desenvolvimento para o Brasil, como na política industrial recessiva, nas privatizações das empresas estatais e, sobretudo, na criminalização dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados (principalmente os servidores públicos) na intenção de forçar um consenso em torno da agenda neoliberal.

Em sua breve trajetória Collor se revelou como um presidente midiático, com editoriais e capas de revistas que o mostrava pilotando caças e Ferrari, fazendo exercícios físicos e lutas marciais, na intenção de criar um mito em torno de da juventude associado ao que era de moderno, que combinava com seu temperamento de governar o país (SILVA, 2009, p. 55).

O foco da grande imprensa durante a crise política que culminou no processo de impeachment de Collor e a desconfiança que viam seu vice Itamar Franco por seu passado de ligação com teses nacionalistas, mas na maioria dos casos a manutenção da agenda neoliberal foi o centro das atenções, tal como a Veja. A grande imprensa como um todo desconfiou inicialmente da onda de denúncias vendo-as como intrigas da oposição, de sindicalistas, de frações do empresariado que se sentiram lesados com as políticas de desregulamentação da economia, dos funcionários públicos e outros que não se inseriam na modernidade (FONSECA, 2005, p. 380).

Foi a partir do depoimento de Pedro Collor e somado ao aumento das denúncias de corrupção que a grande imprensa como um todo vai aderir ao clima pró-impeachment, até os jornais mais governistas como o Jornal do Brasil e O Globo abandonaram a defesa de Collor (FONSECA, 2005, p. 380). É válido deixar claro que durante a explosão de denúncias, que culminaram na crise de governabilidade do governo Collor, a grande imprensa em grande parte separou a crise política da agenda neoliberal (FONSECA, 2005, p. 380; SILVA, 2009, p. 65).

Quando estourou as denúncias de corrupção do governo e a grande imprensa começara a noticiar, a revista Veja se posicionou com cautela, mesmo com sua cobertura sobre o início das denúncias, com editoriais que falavam sobre a banalização das denúncias de corrupção, relegando tal assunto apenas à justiça e que a imprensa deveria se ocupar de outros problemas que estariam emergindo no país (SILVA, 2009, p. 66). Com a postura de manter a governabilidade, a revista Veja resistiu como pôde em noticiar o encaminhamento sobre as investigações dos casos de corrupção de Collor, ela publicou editoriais de apoio ao presidente

e ao Congresso, chegando a entrevistá-lo, mostrando-o de forma positiva e ressaltando que superada a crise política de seu governo, os pontos elementares de seu programa político-econômico seriam mantidos e aprofundados (SILVA, 2009, p. 66-67).

Tal posição "cautelosa" a acerca das denúncias de corrupção pode ser vista no O Globo e todo o seu sistema de comunicação, sendo um dos que mais se ausentou de início, não somente para preservar as políticas econômicas que estavam em prática no pós-impeachment, mas, sobretudo, para preservar a sua imagem que desde o início da criação do mito Collor estava associada, sendo, por isso, o seu posicionamento cauteloso em defesa do presidente, mesmo após o depoimento de seu irmão, chegando ao auge de seu governismo a cobrar que seguisse o regimento que o voto dos congressistas no processo de impeachment fosse secreto (FONSECA, 2005, p. 382).

O foco central do Jornal do Brasil também foi a manutenção da agenda neoliberal desencadeada por Collor, o que implicou em criminalizar os "adversários" (os que propunham uma alternativa), criminalizando-os ao ponto de afirmar reiteradamente que eram contra a "marcha da modernização", pois embora a crise política ameaçasse a governabilidade de Collor, os pontos chave da agenda já estavam sendo aplicados (FONSECA, 2005, p. 381).

No caso do Jornal do Brasil, segundo Fonseca (2005):

(...) o jornal, em nome justamente da Agenda liberal - expressão sintomaticamente adotada neste momento -, apoiou praticamente todos os devaneios e autoritarismos de Collor, não seria agora, justamente no momento em que o País teria, bem ou mal, uma Agenda informada por aquele ideário, que se deveria ou poderia recuar. Faltaria, portanto, completar a obra iniciada por Collor - daí a pressão brutal para manter a Agenda, fixando-se seus termos e pautas. (...) embora tivesse apoiado o impeachment - até porque as evidências quanto ao comprometimento de Collor se tornaram irrefutáveis, assim como a pressão a sociedade -; deixou transparecer uma certa frustração (FONSECA, 2005, p. 380-381).

Nesse sentido, houve certa frustração com a irreversibilidade do processo de impeachment de Collor, pois, afinal, o presidente estava implementando pautas cruciais na agenda neoliberal, mesmo que por vias transversas de seu autoritarismo e de sua pouca eficiência em abafar seus casos de corrupção e, para aumentar as tensões da grande imprensa sobre a situação, a figura de Itamar Franco apresentava no momento como um incógnita acerca do futuro das políticas neoliberais.

A revista Veja se gaba de ter derrubado Collor, mas foi somente quando viu que a crise política poderia se tornar em um impeachment, ela usou de toda a sua força para destruir

a imagem (que ela mesma ajudara a construir) do presidente, sem atingir, principalmente, as metas da agenda neoliberal, como argumenta Silva (2009):

O que os editoriais, em conjunto com as reportagens, nos permitem perceber que entre um momento e outro houve essa posição fundamental que foi, em nome da manutenção do programa política e econômico em curso, a tentativa de manter a governabilidade e o rumo que vinha sendo dado a qualquer custo. Lembre-se que a revista vinha sendo sistemática na sua campanha de ataque às estatais, e ao funcionalismo; favorável à abertura do capital externo, apontando os rumos para os empresários "nacionais", e isso se mantém, na medida do possível, em meio aos próprios embates políticos (SILVA, 2009, p. 57).

Agravada a crise do governo Collor, sobretudo a partir da falência dos seus planos econômicos, a revista passa a tentar criar uma saída conciliadora, enfatizando um acordo do governo com o PFL, como esforço para o presidente superar a crise e colocar o Brasil no modelo de desenvolvimento que estava dando "certo" no mundo (SILVA, 2009, p. 55-80). Mesmo com os espasmos intervencionistas de Collor, nas palavras da revista, ela se ligava ao governo, pois ele pretendia colocar "fim do monopólio estatal do petróleo, energia e telecomunicações, da estabilidade para o funcionalismo público, da aposentadoria por tempo de serviço e do ensino público superior gratuito" (VEJA, 20/3/1991, p. 23 *APUD* SILVA, 2009, p. 58).

Tais medidas não poderiam retroceder, juntamente com aquelas colocadas em prática, como: a desregulamentação da economia (que nas palavras da Veja estaria trazendo o desenvolvimento para a indústria ao incitar a competição com a abertura para o capital estrangeiro), a reforma administrativa e as privatizações (SILVA, 2009, p. 68). Isso nos mostra que a revista tinha uma preocupação maior com a manutenção do projeto neoliberal e o seu programa de reformas, do que a permanência de Collor no poder.

A revista se apoiou na ideia de uma jornada "otimista" (dos que queriam a manutenção do projeto neoliberal) contra os "pessimistas" (os que atacavam o modelo econômico que estava sendo inicialmente implementado por Collor). Com a sistematização da crise política de seu governo seu foco foi a viabilização do plano econômico e da capacidade do governo em articular o processo de abertura e dar ênfase na necessidade do presidente em tecer a sua base política de apoio e não noticiar "somente" os casos de corrupção (SILVA, 2009, p. 68).

Durante um debate sobre o impeachment de Collor com: FHC, Aloízio Mercadante, Esperidião Amin, Luis Felipe de Alencastro, César Maia, Janio de Freitas; publicado na Folha de São Paulo em 29/09/91, com a nítida intenção de apoiar e atacar o governo, essa fonte

torna-se importante para a nossa pesquisa por sinalizar a mudança de posicionamento da Folha que passava agora a desmoralizar Collor. O interessante é que a fonte também ilustra o quanto a figura de FHC cresceu, e este se utilizou bem do momento de crise do governo, para se destacar como interlocutor da política nacional.

Com base nesse debate, FHC afirma que o Brasil estaria prestes a entrar em uma crise fiscal monumental, uma crise política devido a falta de credibilidade do governo:

(...) batalha principal que o governo está perdendo é a do 'convencimento'. Ou seja, como fazer que o Congresso vota as mudanças que o governo acha necessárias se nem os parlamentares nem o país estão convencidos da necessidade?" (F.S.P., 29/09/91, p. 76).

Nesse mesmo debate FHC afirma que o governo Collor se encontrava em um "pântano" que não saia do lugar pela crise econômica que tinha a potencialidade de se transformar em uma onda de hiperinflação, devidamente pelo fracasso do Plano Collor, e, também, pela crise política que poderia gerar o "agravamento do protesto social" (F.S.P., 29/09/91, p. 76). Esse era o motivo da cautela de FHC e do PSDB em relação ao impeachment de Collor.

O PSDB alegou que não adiantaria um Ministério de "qualidade" dentro de um governo medíocre, em que o presidente não tinha hegemonia. Nas palavras de Silva (2009):

O diagnóstico era certo, a necessidade de hegemonia centrada no programa em curso. Se o presidente estava aberto a sugestões, essa era a principal. Havia um diagnóstico de crise, mas ressaltava, o país não estava "ingovernável": "o Congresso está funcionando e as liberdades públicas estão de pé. Não há agitação nas fábricas nem conspiração nos quartéis (VEJA, 11/9/91, p. 27 APUD SILVA, 2009, p. 61).

Um aspecto interessante a ser levado a sério é de como a grande imprensa muda o seu posicionamento sobre o Congresso, anteriormente questionada por ela por praticar corporativismo e fisiologismo e que barrava em partes um avanço maior da agenda neoliberal; no momento da crise política, o Congresso se tornou de "adversário" para "aliado", por estar investigando Collor ao mesmo tempo em que dava andamento nas políticas econômicas de seu governo (FONSECA, 2005, p. 385-386).

O posicionamento da Folha de São Paulo, com base na argumentação de Fonseca (2005), apontou uma tendência dentro a grande imprensa:

(...) a crítica ou o aplauso aos poderes instituídos depende, em boa medida, da correlação de forças numa dada conjuntura, entre outras variáveis. No caso do jornal, que também criticara o Parlamento em razão de, muitas vezes, ter obstado ou

arrefecido o ritmo das reformas liberais, agora passa a tê-lo como aliado primordial tanto para tirar Collor do poder como para dar continuidade às reformas iniciadas mas que corriam risco de ser paralisadas em razão da crise política (FONSECA, 2005, p. 385).

Na busca de um entendimento em torno da governabilidade e da manutenção das políticas neoliberais, Veja lançou uma série de capas que mostravam que o Brasil estava nos trilhos do desenvolvimento, não seriam os casos de corrupção que deveriam destruir os avanços da área econômica. Para isso a revista se lançou novamente (como fora nas eleições de 1989) na construção de uma "opinião pública", com vários depoimentos, falas e entrevistas que ressaltava o "otimismo brasileiro" mesmo a margem de uma crise financeira (SILVA, 2009, p. 73-75).

Dessa forma, a revista construiu um quadro positivo para o Brasil ao compará-lo com o resto do mundo, onde o brasileiro seria o trabalhador por natureza, com a construção do país sob seus braços, revelando um forte apelo nacionalista; enalteceram os anos 70, ou seja, a Ditadura Militar, que teria sido o clímax do desenvolvimento econômico e do "otimismo" do brasileiro; a África era o modelo que o país não poderia ser mesmo ocultando a fome e a miséria; a comparação com a URSS foi válida para criminalizar os comunistas e todas as organizações partidárias de esquerda e dos movimentos sociais (SILVA, 2009, p. 73-75).

A estratégia da revista foi focar mais nos acordos do FMI do que nas denúncias de corrupção, que sinalizaria uma nova relação com o fundo que tinham três pontos cruciais no campo macro-econômico que eram inegociáveis:

a) metas de superávit primário, mesmo às custas de contrair gastos sociais imprescindíveis, de modo a assegurar a transferência de recursos da sociedade para os credores; b) políticas monetárias contracionistas, voltadas para reduzir o consumo e o investimento interno; c) plena liberdade de movimentação de capitais, para que a transferência desses recursos para o exterior não enfrente obstáculo (SILVA, 2009, p. 68-69).

Apesar de terem sido feitas várias matérias sobre os casos de corrupção do governo Collor, mas que não teve enfoque central, devidamente pelo receio em ver regredir o projeto neoliberal, onde apenas em maior de 1992 que se comenta sobre o assunto no editorial acerca do caso PC Farias, esse momento será quando a revista Veja se envolve no processo de impeachment, não deixando de lado seu projeto maior de conciliação (SILVA, 2009, p. 68).

Após a publicação do editorial, que contou na edição com o depoimento de Pedro Collor de Melo (irmão do presidente) sobre as denúncias de corrupção, que vemos uma

guinada no posicionamento da revista, que a partir daí passou a cobrar as apurações das denúncias e se usando, principalmente, das mobilizações populares como veículo de canalização da "opinião" pública por ela forjada (SILVA, 2009, p. 69).

Somente após a tramitação do processo de impeachment, em 2 de setembro de 1992, que a Veja tomou uma posição explícita a favor da saída de Collor, tratando positivamente a transição durante o processo de impeachment controlado pelo PFL (que garantiria a manutenção das medidas de cunho neoliberal já iniciadas) (SILVA, 2009, p. 79).

Assim, a revista passou a fazer editoriais justificando que o presidente deveria cair e se auto-entitulando como o veículo que mais atuou no processo de impeachment, esquecendo o seu passado seu passado na construção e apoio à Collor, usando todo o seu poder para destruir, criminalizar e apagar a imagem criada por eles em torno de seu anti-Lula de estimulação. Veja tentou apagar o seu passado com Collor ao seu proclamar a maior voz da mobilização pública em torno do impeachment, era comum se falar que a "Veja derrubou Collor", uma imagem que ela mesma criou e propagou (SILVA, 2009, p. 79).

Nessa perspectiva, segundo Silva (2009):

Oculto-se o seu posicionamento editorial, permanentemente repetido, do que o mais importante era a manutenção do governo em nome do projeto em comum. Também por isso, a revista encerra o ano com uma capa que busca consolidar o apagamento da história: o desenho de Collor com o terno de posse de presidência transformado em uma camisa de forã em fundo verde e amarelo e a legenda: "*1992: o ano glorioso em que nos livramos delle*" (SILVA, 2009, p. 79).

A atuação partidária da Veja em todo o governo Collor foi crucial para a manutenção do "jogo da direita", ou seja, o conjunto da burguesia em torno do interesse de viabilização de seus interesses, que no momento estavam se alinhando à ótica neoliberal de redimensionamento do Estado, das privatizações e de abertura ao capital externo. O impeachment de Collor veio a luz em um momento que a conciliação em torno de seu poder político se tornou insustentável, devidamente pela perda de governabilidade por causa das denúncias de corrupção, caindo somente quando estava certo que a manutenção do projeto neoliberal estivesse garantida e, que somada as mobilizações populares, decidiram o desfecho do impeachment.

O pensamento da grande imprensa, como um todo, propagou uma junção no sentido de "modernidade" e "neoliberalismo" em uma tentativa de universalizar a cadeira de reformas que a sua concretização implicaria, na intenção de esvaziar a conotação partidária e ideológica

que tal operação importaria e também calar e criminalizar os grupos políticos que viram nessa crise política uma tentativa de barrar ou pelos menos atrasar o andamento da agenda neoliberal.

A ideia de que modernização significaria seguir a risca a agenda neoliberal pautou toda a grande imprensa durante o surgimento e destruição do mito Collor. No momento que se acentuou a crise política de seu governo, como vimos, o seu posicionamento vai centralizar mais na manutenção das políticas econômicas do que na crise de governabilidade de seu antes escolhido; como também na crítica implacável aos "adversários da modernidade" (alguns setores do empresariado, funcionários públicos, os sindicatos e os partidos de esquerda), na intenção de isolá-los e desqualificá-los brutalmente, impondo um consenso que não permitia uma oposição organizada, que na manipulação da informação da grande imprensa não chegou sequer divulgar pesquisas de opinião ou depoimentos de pessoas que tentavam esboçar uma alternativa à imposição da agenda neoliberal, monopolizando o debate público e cooptando a mobilização popular pró-impeachment, antes mesmo desta ganhar corpo.

Não podemos deixar de fora o "Fora Collor" apresentou um conteúdo anti-neoliberal com aglomerar várias forças políticas e sociais, principalmente as que estiveram envolvidas na campanha de Lula em 1989, mas acabou prevalecendo as bandeiras de luta contra a corrupção e a "ética" na política, deixando de lado a crítica sobre o projeto neoliberal (MACIEL, 2012, p. 42).

Em uma carta da CUT nacional para as suas filiadas estaduais, os departamentos nacionais e confederações (o que nos leva a concluir que a fonte em questão tinha uma abrangência nacional), intitulada "Orientações para a continuidade da jornada pró-impeachment" e com a data de 19/08/92 - momento crucial que serve pra ilustrar a atuação do movimento sindical para pressionar o *impeachment* de Collor -, se faz importante para ajudar a mapear a movimentação das forças políticas conforme a situação do governo se tornava insustentável.

O documento revela a intenção da CUT em radicalizar a sua ofensiva pela derrubada de Collor a partir da mobilização dos trabalhadores em torno de uma série de atividades, como: atos de protestos contra a corrupção do governo marcado em todas as capitais no dia anterior a votação do processo de *impeachment* no Congresso Nacional (no caso 25/08/92), no intuito que os impactos das manifestações intervissem no decorrer das votações; o resgate das

cores verde e amarelo, na intenção de dar um teor nacionalista a manifestação; a apresentação de um baixo assinado em apoio ao *impeachment* no dia da votação no Congresso Nacional e a vigília durante toda a votação (CUT, 19/08/92, p.1)

Vale colocar como ponto de mediação que a CUT desde a Plenária Nacional de 1990 iniciou-se uma nova postura perante a luta sindical, fruto do abalo que esta entidade teve com: a derrota de Lula no ano anterior; os ataques que sofriam dos setores conservadores; a conjuntura de desemprego e rebaixamento dos salários gerados pela recessão e, não podemos deixar de lado, também que este ano representou a crise dos regimes do Leste Europeu.

Da perspectiva de enfrentamento do governo e do patronato (que chegou ao auge de 1987-89), passou a ser questionada como uma tática ineficaz, devendo ser substituída por uma nova forma que não fosse "reativa" ou "defensiva", mas com uma postura "propositiva", que deveria oferecer alternativa e não o simplesmente fazer sempre o oposicionismo. Um exemplo disso foi o recuo da central frente o projeto de negociação coletiva do governo e da abolição, mesmo temporária, do imposto sindical no governo Collor (MACIEL, 2012, p. 43-44).

Mesmo com uma plataforma declaradamente de negação ao neoliberalismo da central, a nova orientação da postura "propositiva" foi firmada no IV Concut em setembro de 1991 e na V Plenária Nacional, de julho de 1992. Tais posturas materializaram-se na redução do número das greves e da participação dos sindicatos filiados a ela nas câmaras setoriais em conjunto com o desenvolvimento de uma ação propositiva junto ao governo e o empresariado (BOITO JR., 2005, p. 162-169).

Mesmo mantendo, em linhas gerais, o conteúdo do programa, a crítica ao radicalismo como responsável pela derrota de 1989 e pela defesa da reformulação das táticas pautaram os debates interno no PT. O reflexo disso se expressou em: uma ampliação das políticas de alianças em direção ao centro; a supressão do socialismo por uma noção abstrata de democracia e não com a socialização dos meios de produção e da construção de um governo da classe trabalhadora; o deslocamento da luta pelo Estado como eixo estratégico do partido, que passou a alterar a práxis e os projetos políticos do PT (IASI, 2006, p. 452).

Foi sob esses horizontes que a política de acomodação e integração da esquerda à institucionalidade que pautou a condução do movimento "Fora Collor", que mesmo assim obtiveram um vitória importante com a consolidação do *impeachment*, mas devidamente por

tais características ela acabou por não se apresentar como uma força política capaz de promover uma alternativa ao projeto neoliberal e a coalizão política que se uniu para a formação de um governo tampão de Itamar Franco (MACIEL, 2012, p. 42-44).

A partir desses elementos podemos concluir que a crise política vivida pelo governo Collor a partir de 1991, se mostrou muito mais ligada ao seu caráter "imperial" em impor a agenda neoliberal e ao seu messianismo em conduzir tais reformas, onde tais características reproduziram um cesarismo precário devido à debilidade de sua base de apoio político; do que a perspectiva de que a crise política foi acentuada pelas denúncias de corrupção no alto escalão de seu governo (MACIEL, 2012, p. 42-44).

O fracasso de seus planos econômicos no combate à recessão e a escalada inflacionária de seu governo acirrou o quadro de crise política, mesmo tentando construir uma base sólida no congresso, o apoio de alguns políticos importantes (como foi o caso de Brizola) e a reforma ministerial, não foi o bastante para conter a perda de legitimidade que o governo vinha sofrendo com a população, juntamente com a ação dos movimentos sociais das classes subalternas que aceleraram o processo de *impeachment*.

Em suma, um fator decisivo para o *impeachment* de Collor foi a formação de uma ampla coalizão entre os presidentes do PMDB, PSDB e PT, pressionados pela insatisfação de diversas frações de classe com o governo, das frações burguesas que temiam que esse processo culminasse em um descrédito das políticas neoliberais para a sociedade; aos diversos segmentos sociais que foram prejudicados pelas suas políticas e, também, pelos setores inconformados pela corrupção instalada em seu governo. Em suma, esse momento demonstra que a tal coalizão de setores divergentes se uniu momentaneamente somente com o interesse de remover Collor do governo, mas tinham perspectivas diferentes e até opostas em relação ao futuro governo; além disso, os atores envolvidos nesse processo de luta pelo *impeachment* viam a oportunidade de se qualificarem politicamente para a sucessão presidencial de 1994 (MACIEL, 2012, p. 44-45).

## CAPITULO 2

### O governo Itamar Franco e a opção definitiva pelo neoliberalismo

Após o *impeachment* de Collor, assume Itamar Franco, ligado a uma coalizão entre partidos burgueses e militares, que visava sanar a crise de hegemonia a partir de um presidente que mantivesse a agenda neoliberal já iniciada anteriormente, mas que também barrasse um desdobramento dessa crise (evitando a incorporação de demandas das classes subalternas e sua atuação como agente político). A partir dessa perspectiva, nesse capítulo abordaremos o conteúdo cesarista do governo Itamar, a crise política da Revisão Constitucional, o Plebiscito e a elaboração do Plano Real, que impulsionará a candidatura de FHC à Presidência, bem como a eleição deste e, posteriormente, o ataque especulativo ao Real na crise mexicana.

#### 2.1 O cesarismo de Itamar Franco e a crise política: Revisão Constitucional e Plebiscito

Ao mapear o governo Itamar Franco, podemos destacar dois momentos importantes: a composição política em torno de seu governo em outubro de 1992, até a nomeação de FHC para o Ministério da Fazenda em maio de 1993 e, o segundo momento, da formação do Plano Real até as eleições de 1994. O primeiro momento é pautado pela formação da coalizão política em torno do presidente, com a presença do apoio da maioria dos partidos do Congresso Nacional e dos militares. Após essa etapa, vemos a predominância das forças de centro-direita, que fez o governo ter uma postura mais moderada, em comparação à Collor, na imposição da agenda neoliberal.

A composição política em torno do governo Itamar se formou através forças que se mobilizaram no processo de *impeachment* de Collor. Com uma ampla coalizão de centro-direita, o presidente buscou alianças, mesmo que indiretamente, com o PT - como foi o caso de Luiza Erundina na Secretaria da Administração Federal e Walter Borelli no Ministério do Trabalho - em busca de sair da crise econômica e institucional. Do PMDB participaram: Lázaro Barbosa (Ministério da Agricultura), Alberto Goldman (Transportes), Fernando Jorge (Meio Ambiente) e Antonio Brito (Previdência Social). Pelo PFL foram: Alexandre Costa

(Integração Regional), Hugo Napoleão (Comunicações) e Gustavo Krause (Fazenda). O PSDB com: Paulino Cícero (Minas e Energia), Jutahy Magalhães Jr. (Bem-estar social) e Fernando Henrique Cardoso (Relações Exteriores). Pelo PTB e PSB: José Eduardo Andrade Vieira (Indústria e Comércio) e Jamil Haddad (Saúde). Os demais não possuíam filiação partidária naquele momento (MENEGUELLO, 1998, p. 194-196 *APUD* MACIEL, 2012, p. 46).

O outro grande sustentáculo político do governo foi o apoio dado pelos militares, que já havia segurado sua vaga na presidência, negociando diretamente com ele desde a "CPI do PC", em junho de 1992, onde se colocou a possibilidade de um *impeachment*. Itamar iniciou uma aproximação com as Forças Armadas, com a promessa de indicação de nomes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na formação de um novo quadro de ministros e também com a reposição das perdas orçamentárias sofridas durante o governo Collor (ZAVERUCHA, 2000, p. 111-187).

Zaverucha (2000 *APUD* MACIEL, 2012) argumenta que o governo Itamar foi o que mais contou com militares ocupando cargos de primeiro e segundo escalão. Isso se deve pelo fato da aproximação do então vice-presidente com militares para garantir a sua ascensão à presidência. Ao longo de seu governo isso se expressou no reforço da tutela militar ao acatar as demandas salariais e de cunho orçamentárias. Itamar também permitiu o envolvimento maior dos militares nas atividades de "manutenção" das leis e da ordem interna, como foi na repressão à escalada de greves de 1994. O autoritarismo também foi manifestado ao ameaçar e salientar, constantemente, o risco que o país corria de sofrer um retrocesso institucional, caso a crise econômica não fosse superada (MACIEL, 2012, p. 46).

O período que se estende da ascensão de Itamar Franco à presidência até a nomeação de FHC para Ministro da Fazenda (de setembro de 1992 a maio de 1993), se configurou em um esgotamento contínuo da ampla coalizão política responsável pela legitimação de seu mandato "tampão"<sup>18</sup> e, sobretudo, pelo aprofundamento da crise econômica e política. Essa ampla coalizão política que possibilitou a sua ascensão como presidente conferiu-lhe um cesarismo diferente do que fora com Collor, pois o amplo apoio parlamentar e partidário dado

---

<sup>18</sup>Tomamos essa definição do "mandato tampão" de Maciel (2012, p. 42), que apresenta o argumento de que o governo de Itamar Franco veio para sanar a crise de hegemonia burguesa no momento *pós-impeachment* aliando-se também aos militares para frear o avanço de uma perspectiva não autocrática, pautado nas entidades dos movimentos populares, para a cena política dominante. O termo "mandato tampão" atribui um sentido que este veio a cobrir, em um determinado momento, a vacância de um cargo para manter a estabilidade política.

a ele não necessitaria recorrer a uma postura messiânica e autoritária (MACIEL, 2012, p. 1-65).

Em 1993 o PIB brasileiro cresceu a taxa de 5,0%, a maior desde 1986, mas a inflação acumulava 2103% como nos mostra o IGP, o que significou uma retomada da escalada inflacionária após o fracasso dos planos Collor I e II. Mesmo em 1994, ano da edição do Plano Real, o índice foi de 2406,80% e o desemprego aberto mantinha-se na faixa de 5% em média nacional e, na grande São Paulo, os índices mostravam um pequeno recuo de 15,2% em 1992 para 14,6% em 1993 (FILGUEIRAS, 2000, p. 159; BOITO JR., 2005, p. 160).

Foi a partir dessa incapacidade do governo em reverter o problema inflacionário, somadas às várias denúncias de corrupção que envolviam parte dos membros do alto escalão do governo, que se gerou um ambiente de instabilidade política crônica, agravada pela característica imprevisível do presidente. De dezembro de 1992 até maio de 1993 foram nomeados três ministros em virtude dessa crise política e econômica: Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Rezende. Em abril de 1993, outro desgaste ocorreu no governo com as discussões em torno do plebiscito. O desfecho desse episódio se deu com a vitória do presidencialismo em abril de 1993, que sepultou de vez a sua real intenção: de superar a crise por via do parlamentarismo. Assim, foi dada a largada da corrida presidencial de 1994 (MACIEL, 2012, p. 49).

Com a incapacidade de direção política do governo, Itamar passou a apoiar-se cada vez mais nos militares, tanto pela "fujimorização" (com a dissolução do Congresso e pela adoção de medidas de emergência) quanto pelo uso dos militares para intervirem na repressão aos movimentos sociais. Conforme nos informa Zaverucha (2000), na cidade do Rio de Janeiro os militares foram acionados para intervirem em manifestações três vezes e no segundo semestre de 1994 ocuparam pela primeira vez favelas cariocas, exercendo o papel de justiça e de política, se envolvendo em vários casos de prisões ilegais, torturas e outras arbitrariedades (ZAVERUCHA, 2000, p. 111-187 *APUD* MACIEL, 2012, p. 48-49).

O discurso e a ameaça golpista, somados ao apoio cada vez maior dos militares ao seu governo, fez com que essas medidas se tornassem pautas para a superação da crise política e econômica, possibilitando a criação de um ambiente favorável para a aprovação e a aceitação passiva das medidas econômicas e do Plano Real por via do Ministério da Fazenda. Assim, os militares conseguiram reforçar a sua tutela sob os governos civis, preservando a sua

autonomia política e operacional, funcionando como uma ferramenta salvadora da ordem em momentos de crise, principalmente no momento de possibilidade de esvaziamento do cesarismo de Itamar (MACIEL, 2012, p. 50).

O clima de instabilidade política, resultada da incapacidade do governo de conter a inflação e a crise econômica, repercutiu em sucessivas trocas no Ministério da Fazenda nomeando, de outubro de 1992 a maio de 1993, quatro ministros. A crise também afetava o Congresso Nacional na criação de várias CPI's que investigavam denúncias de corrupção que envolviam muito mais parlamentares do que a "CPI do PC", sobretudo da base governista, quando se instalou a "CPI do Orçamento" em outubro de 1993(MACIEL, 2012, p. 47).

A Revisão Constitucional de 1993 evidencia tal ambiente em que o neoliberalismo não tinha hegemonia no seio da burguesia no Brasil (levantaremos como hipótese (no decorrer desse capítulo) que somente terá sua hegemonia com a elaboração do Plano Real e concretizada com as eleições de FHC em 1994). A revisão foi vista pelos defensores da agenda neoliberal como uma forma de evitar que as reformas que estavam em curso fossem anuladas pela pressão popular. A grande mídia (VEJA, ISTOÉ, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e outros)<sup>19</sup> viram na revisão um instrumento de luta para avançar nas reformas neoliberais, mas, devido a conjuntura política da época (proximidade das eleições de 1994), os defensores de um reforma ampla se viram obrigados a retroceder e a defender somente uma reforma mínima, que mantivesse as reformas já feitas por Collor até as eleições. O interessante é que as fontes nos mostram certo temor, pois naquele momento Lula já se mostrava o candidato mais preparado para as eleições, sendo necessário criar uma opinião pública que apoiasse tal reforma e a manutenção e ampliação do neoliberalismo, tarefa que foi seguida à risca pela Veja, conforme veremos a seguir.

A grande imprensa investiu pesadamente em uma série de matérias para intervir na Revisão Constitucional de 1993, pois a reforma permitiria o destravamento que a Constituição de 88 representava para a consolidação do neoliberalismo no Brasil. Portanto, na Revisão Constitucional de 1993, com base em Silva (2009), a revista Veja se afirmou novamente como portadora e divulgadora da opinião pública, ao mesmo tempo em que denunciava a “falta de rumos” e os atrasados que a criticavam, manteve o seu papel de indicar caminhos, usando a Revisão como instrumento de propagação das políticas neoliberais, sempre

---

<sup>19</sup> Para mais detalhes acerca da atuação da grande imprensa no debate em torno da Revisão Constitucional de 1993 ver SILVA (2009, p. 103-111) e FONSECA (2005, p. 331-365).

associada também à ideia de que tais práticas seriam um ajuste para a modernidade (SILVA, 2009, p. 103).

A intervenção da revista seria de pressionar para permitir a livre circulação de capitais (que, segundo ela, aumentaria os investimentos estrangeiros); desregular os setores estratégicos, como o petróleo; a quebra do monopólio da união para incitar o desenvolvimento da iniciativa privada; ampliação das reformas administrativas e tributárias, que serviria para reduzir os gastos do Estado (SILVA, 2009, p. 104).

Além de também defender uma reforma ampla, Veja afirmava que o maior empecilho para a viabilização do projeto neoliberal seria a Constituição de 1988, que foi considerada por ela como anacrônica, por ter sido elaborada em um momento que não estavam dadas as bases do que era chamado de “novo modelo” (SILVA, 2009, p. 104). Se utilizando das mudanças que estavam ocorrendo no plano internacional como exemplo, a revista propôs o seu programa para a Revisão, que teve como base:

1) viabilização financeira da União, e, em particular, viabilização do orçamento de seguridade; 2) eliminação de discriminações contra a empresa estrangeira; 3) revisão dos monopólios estatais; 4) eliminação de privilégios entre servidores públicos e trabalhadores privados, e dentro do sistema de previdência (VELLOSO, 21/4/93, p. 112-114 *APUD* SILVA, 2009, p. 104).

Com base nesses argumentos exaustivamente propagados pela Veja, em setembro de 1993 (quando a revisão passou a ser discutida no Congresso) ela se posicionou favorável, enaltecendo seus articuladores, mas fazendo suas devidas críticas em relação à desorganização da direita, que não tinha direção política e nem coesão para agir; relegando à esquerda o status de baderneiros e tratando o PT, PCdoB e a UNE como os bastiões de um modelo atrasado e fracassado (SILVA, 2009, p. 104).

A revista Veja denunciava que a direita estava desorganizada, sendo ela o instrumento que articulava em torno da revisão, para que a esquerda não impedisse o andamento das “conquistas” (reformas) que estavam em curso. Mas a direita não estava tão desorganizada quanto ela afirmava, como nos mostra um documento intitulado "Estudos para a Revisão Constitucional de 1993", publicado na forma de um livro, mas que foi distribuído localmente entre as Faculdades de Direito, órgãos judiciários e escritórios de advocacia. A entidade que assina o documento é o Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), criado no século XIX (1874) por professores da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. A entidade, em tese, não está vinculada a nenhum partido. Mesmo não estando filiada a algum movimento

social ou grupo político, o discurso no documento analisado revela uma posição favorável a ampliação da Revisão Constitucional, da sobreposição dos elementos jurídicos a dinâmica social, ou seja, na supressão dos movimentos sociais por via de uma blindagem jurídica que não permitiria a participação de tais grupos ao mesmo tempo em que os pontos da agenda neoliberal fossem gradativamente implementados. O documento foi publicado no calor do momento da revisão (um mês antes de seu início, em setembro de 1993) e se torna importante para a nossa pesquisa na medida em que esta fonte nos ajuda a mapear o posicionamento e os interesses de classe envolvidos na ampliação da revisão (IASP, 7/9/93, p. 7-13).

Este estudo defendia a revisão de forma ampla, mas desde que não se alterasse o perfil básico definido pela Constituinte de 1988, já que esta tinha, naquele momento, cinco anos de promulgação e "conter inúmeras previsões que ainda não foram suficientemente vividas, descabendo qualquer modificação a respeito" (IASP, 7/9/93, p. 11).

Nos direitos individuais, conforme os estudos da IASP, seria necessário complementar direitos já existentes. Nos direitos sociais, optou por propor o pluralismo sindical que, para o estudo, seria a "estrutura mais consentânea com os tempos modernos" (IASP, 7/9/93, p. 11), como também a livre negociação entre trabalhadores e patrões. Na organização do Estado, defendia uma nova relação entre estados e municípios para uma melhor redistribuição de recursos. Na reformulação da Administração Federal indireta, tinha a intenção de enxugar cargos e alterar o regime de aposentadoria do servidor público. Na relação dos Poderes Legislativo e Executivo, o estudo sugeriu a alteração do perfil institucional do Senado Federal para controle do Executivo, para que este deixasse de ser uma segunda casa legislativa, com restrições no uso das medidas provisórias. Especificamente para o Executivo, defendiam a supressão da figura do vice-presidente, prevendo que, se houver vacância no cargo, o presidente do Senado deverá ocupar o cargo até a chamada de novas eleições. No âmbito das corporações militares, visou a extinção das Polícia Rodoviária Federal e da Política Ferroviária Federal. No Sistema Tributário, previu o fim da isonomia fiscal entre as empresas. E, por fim, no campo de ordem econômica, ressaltaram a necessidade de dar maior amplitude à liberdade de mercado, reduzindo ou colocando fim no monopólio estatal do petróleo (IASP, 7/9/93, p. 11).

Um interessante ponto de intervenção nesse argumento nos é apresentada na fonte "Revisão é Golpe!", publicada em forma de cartilha e teve uma inserção local, tendo em vista

que foi elaborada pelo gabinete do então deputado federal Aldo Rebelo PCdoB-SP e distribuída entre parlamentares e grupos políticos ligados à oposição na revisão. O documento é uma versão impressa do seminário "Revisão Constitucional e os Direitos dos Trabalhadores", realizado também pelo gabinete de Aldo Rebelo, com a participação dos deputados: Jamil Murad (PCdoB-SP), Hélio Bicudo (PT-SP); Ana Martins (PCdoB-SP), o jurista Geraldo Ataliba e os sindicalistas Gilmar Carneiro (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Secretário Geral da CUT filiado ao PT-SP) e Paulo Lacânia (ligado ao Facesp - Federação dos Empregados do Comércio do Estado de São Paulo). A fonte tem a intenção de demonstrar que a Revisão seria uma brecha para a burguesia radicalizar ainda mais as políticas neoliberais que já estavam em curso, sendo relevante para nossa pesquisa por mostrar que no momento havia posicionamento de organizações dos trabalhadores em torno de uma luta que freasse o fluxo das medidas neoliberais. Porém, apesar das críticas à revisão, não se formulava uma alternativa de luta para os trabalhadores conterem a generalidade das políticas neoliberais, não somente a uma pauta específica, mas a toda rede de propagação e ampliação de tais políticas

A fonte parte da perspectiva de que a Constituição de 88 foi produto das lutas e experiências dos trabalhadores, com suas entidades e movimentos sociais, na tentativa de construir uma Assembleia Nacional Constituinte que pautasse suas reivindicações, onde, mesmo com o golpe do Centrão, a burguesia e as classes tradicionais não conseguiram evitar que ela fosse convocada, acabando por expressar várias conquistas pelas quais os trabalhadores lutavam (REBELO, 12/8/94, p. 5)

A licença maternidade é um bom exemplo que pode ser citado como conquista dos trabalhadores na Constituição de 1988, pois, segundo o texto, já era pauta de reivindicações dos metalúrgicos do ABC desde finais dos anos 70 e foi incorporada ao texto (REBELO, 12/8/94, p. 6).

O fato era que a Constituição de 1988, mesmo que em tese não garantisse a soberania do Brasil frente às potências imperialistas, pelo menos ela impunha barreiras para a atuação do capital internacional. Isso ficou claro com a visita de José Fajgenbaum, um dos representantes do FMI que, em 1991, afirmou (em tom de exigência) em uma entrevista que a revisão da Constituição era de suma importância para a ampliação do modelo neoliberal (REBELO, 12/8/94, p. 6).

A FIESP elaborou um estudo onde elencou quais os aspectos da revisão constitucional interessariam ao empresariado, os banqueiros e os grandes grupos nacionais e internacionais; setores conservadores da Câmara dos Deputados também defenderam a posição de uma revisão ampla e, como já vimos, também a grande imprensa (O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, Rede Globo e Revista Veja) (REBELO, 12/8/94, p. 7-8). Mas algumas outras entidades se mobilizaram em uma reação para impedir uma revisão ampla na Constituição, principalmente as conquistas de 1988, como: a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), juristas como Hélio Bicudo e Geraldo Ataliba e outros.

No que se refere à organização das forças para frearem uma Revisão Constitucional ampla, vale a pena ressaltar o papel do grupo "Movimento Nacional Contra a Revisão Constitucional", que durou de setembro a novembro de 1993. Tal movimento foi formado a partir da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); UNE (União Nacional dos Estudantes); Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura); Pró-Central dos Movimentos Populares; Frente Parlamentar contra a revisão; CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). No documento "5 de outubro: ocupação de Brasília", assinado pelo grupo, vemos que este concebe a revisão como uma manobra do governo para desmontar os direitos trabalhistas adquiridos na Constituição de 88 e mais uma forma de elaborar uma nova ofensiva burguesa de cunho neoliberal. A fonte conclama a participação dos trabalhadores nessa manifestação como forma de pressionar o Congresso para o arquivamento da revisão.

Alguns partidos de direita como, no caso, o PSDB, não se articulou em torno da Revisão com receio de tomarem medidas impopulares, mas também porque estavam de olho para emplacar um nome forte para a sucessão de Itamar.

A Revista Veja passa para um tom mais agressivo ao conjecturar uma possível vitória de Lula, que colocaria a perder as potencialidades que a revisão poderia dar às políticas neoliberais (SILVA, 2009, p. 103-111). Assim, em tom de ameaça, sobre uma eventual vitória de Lula, Veja declarava:

Nos gabinetes dos grandes empresários, já de olho na sucessão presidencial, também existe outro cálculo. A unanimidade das pesquisas de opinião aponta Luis Inácio Lula da Silva como favorito a sucessão de Itamar. Ainda existe muito chão pela frente até a eleição, mas é difícil imaginar que, daqui a um ano, a siglas de esquerda

tenha diminuído de tamanho. Nesse caso, porque deixar a revisão para mais tarde? (VEJA, 29/9/93, p. 18 *APUD* SILVA, 2009, p. 105).

O documento "Afinal, o que é revisão?", publicado na forma de artigo na *ISTOÉ*, elaborado no calor dos debates em torno da revisão, apresenta uma perspectiva interessante se compararmos com as outras fontes utilizadas da *Veja* e do IASP, pois possui um caráter formativo, explicando como funcionava a revisão, ressaltando o desconhecimento geral da população acerca do tema, expressando, de um lado, que os elementos centrais das reformas neoliberais nesse contexto (como as privatizações e uma reforma tributária) não tinham uma base solidificada na população.

Essa mesma matéria mostrava em uma pesquisa, encomendada pela Força Sindical, realizada em São Paulo pela Companhia Brasileira de Pesquisa e Análise (CBPA), que 22% dos entrevistados não sabiam citar nenhum tema que deveria ser tratado na reforma constitucional e os que citaram algum ponto, passou longe daqueles tão propagados pela grande imprensa e das prioridades que os deputados e senadores estavam dando, como: a quebra dos monopólios das estatais nos setores de petróleo e de energia elétrica; o fim das restrições às empresas de capital estrangeiro e a reforma tributária (*ISTOÉ*, 3/11/93, p. 42).

Enquanto o Brasil dos parlamentares e dos defensores da revisão como forma de radicalizar o curso das medidas neoliberais discutiam o fim do monopólio ou as privatizações, no Brasil dos trabalhadores, estes estavam preocupados com a sua sobrevivência, como nos mostra a mesma pesquisa, 15% dos entrevistados achavam que o principal tema que deveria ser tratado era da recuperação do poder aquisitivo, na consolidação de uma política que evitasse a corrosão dos salários pela inflação (*ISTOÉ*, 3/11/93, p. 42).

A pesquisa nos mostra ainda que a grande maioria dos paulistas (97%) declaravam que os principais problemas do país eram o descontrole com a economia e com a questão do desemprego (sem levar em conta a abertura da economia ou a agenda "mínima"<sup>20</sup> que a revista *Veja* tentou emplacar), 84% achavam que o Brasil estava caminhando na direção errada e não acreditavam que o presidente Itamar Franco iria solucionar o problema, dando uma nota média de 4 para o seu governo (*ISTOÉ*, 3/11/93, p. 43).

---

<sup>20</sup> Como forma de esclarecimento ao leitor, a agenda "mínima" referida pela *Veja* seria a quebra do monopólio estatal, a abertura econômica e as privatizações.

Os três temas mais lembrados nas entrevistas eram: diretos e garantias individuais, direitos trabalhistas e a questão da aposentadoria. Mesmo muito pouco familiarizados com os temas tratados na revisão, os 1.500 entrevistados na cidade de São Paulo de 18 a 25 de setembro de 1993, se mostraram receptivos com algumas mudanças como a criação de empresas privadas em setores controlados pelo governo, nas telecomunicações ou petróleo, (mas com restrições à participação das empresas estrangeiras), sinal de que, neste sentido, a ampla campanha liderada pela grande imprensa estava surtindo algum efeito em assimilar (ISTOÉ, 3/11/93, p. 43).

No que se refere a "diminuição" do Estado, enquanto 35% o queriam diminuído, 39% o queriam maior, no que se refere à ampliação dos serviços públicos e dos concursos (ISTOÉ, 3/11/93, p. 42). A privatização era vista como uma ferramenta para melhorar o preço e a qualidade dos produtos, mas, ao mesmo tempo, os paulistas defendiam que as empresas nacionais deveriam receber muitas (34%) ou algumas (28%) vantagens nas privatizações para enfrentar a concorrência externa (ISTOÉ, 3/11/93, p. 42). A desconfiança com as empresas estrangeiras foi derrubada quando o assunto foi o tratamento dado aos seus empregados: os grupos multinacionais, pela pesquisa, são considerados os melhores patrões: oferecem melhores salários (57%), são mais eficientes (38%) e dão mais benefícios (48%) (ISTOÉ, 3/11/93, p. 42). A revista finaliza a matéria "Um recado para os reconstituintes: para o eleitor, nesta altura do campeonato, o que vale é o interesse imediato" (ISTOÉ, 3/11/93, p. 42).

A partir desse posicionamento da opinião pública acerca da revisão, Veja passou a reconhecer que, ao defender tais medidas (de aprofundamento da revisão), fragilizaria a imagem de um próximo candidato à sucessão de Itamar, mas mantinha a tese de quebra de monopólio do Estado e a continuação das políticas de privatizações (SILVA, 2009, p. 106-107). A revista alertava que mesmo essenciais, algumas medidas seriam inviáveis devidamente pela proximidade das eleições, como: colocar fim a estabilidade dos funcionários públicos, modificar o estatuto da Previdência e fincar medidas que permitiriam o rebaixamento dos salários para evitar o aumento da inflação (SILVA, 2009, p. 107-108).

Veja temia a impopularidade que isso poderia trazer para a direita, o que prejudicaria a manutenção e ampliação das reformas neoliberais, para isso, a revista adotou a estratégia da agenda mínima (quebra do monopólio do Estado, abertura econômica e as privatizações), elaborando um guia dos sete temas mais importantes (o controle externo do judiciário, limite

de 12% nos juros, ensino público gratuito, independência do Banco Central, unicidade sindical, medidas provisórias e revisão constitucional a cada cinco anos), não somente para criar um consenso entre a população, mas, sobretudo, para organizar e dar posicionamento aos deputados em suas atividades na revisão (SILVA, 2009, p. 107).

Na primeira semana em que noticiou sobre o regimento da revisão, a revista já o dá como aprovado, sem ao menos criticar o seu caráter autoritário, elaborado por Nelson Jobim, que previa:

(...) procedimentos curtos e grossos. As votações ocorrerão apenas em um turno, e não em dois, como na Constituinte. Deputados e senadores votarão todos juntos, e não uma Casa e depois a outra. Vale dizer que seus votos terão o mesmo peso, e que somando 293 votos – metade mais um do total – qualquer proposta estará aprovada. Não haverá comissões temáticas, mas apenas um time de cinco relatores para assessorar Jobim, sem que lhes caiba uma área específica de atuação. Com isso concentra-se a discussão no plenário e evita-se a feudalização dos trabalhos (VEJA, 29/9/93, p. 22 APUD SILVA, 2009, p. 106-107).

A conjuntura externa era outra que, para a Veja o Brasil tinha que se adequar, pois a velha noção de que o imperialismo era um sanguessuga espoliador era ultrapassada, já que, nos anos 90, o mundo provaria que o imperialismo era um “parceiro” no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, e que o Chile, o México, a Espanha e os Tigres Asiáticos estavam aproveitando para se “modernizar” (SILVA, 2009, p. 109). Esse argumento foi utilizado para reforçar a sua agenda mínima para a revisão da Constituição, defendendo a tese neoliberal de “falência” do Estado, que não teria recursos o bastante para manter o crescimento, sendo de suma necessidade a abertura aos investimentos estrangeiros (SILVA, 2009, p. 109).

Após um grupo de empresários terem ido a Brasília em busca de apoio do então Ministro Fernando Henrique Cardoso (devido a consonância de algumas ideias do Ministro com os empresários) e terem sido decepcionados pela cautela dele por causa da proximidade das eleições, a revista Veja buscou um culpado pelo “fracasso” da revisão (que, para ela fora Nelson Jobim, deputado federal do PMDB do Rio Grande do Sul e militar), criticando o centralismo das decisões em suas mãos (que antes fora elogiado) (SILVA, 2009, p. 111).

A crise que se instalou no Congresso Nacional foi decisiva para impossibilitar uma maior abrangência da revisão constitucional de 1993, tão desejadas pelas forças políticas conservadoras e pelas frações burguesas para quebrar os direitos sociais e trabalhistas adquiridos na Constituição de 1988, mas faltaram a legitimidade do Congresso Nacional e

uma articulação política que garantisse o único elemento que unia as frações burguesas em torno do projeto neoliberal (MACIEL, 2012, p. 49-50).

As forças de esquerda, polarizadas pelo PT e somadas aos movimentos sociais, se aproveitaram da crise do Congresso Nacional para inviabilizar a revisão constitucional ao usar o seu espaço de interlocução para denunciar a rede de corrupção, as intenções das frações burguesas de destruir os direitos sociais e trabalhistas advindos da Constituição de 1988, o que possibilitou a mobilização de diversos setores sociais contra a sua intenção.

O plebiscito sobre a forma de governo que se realizou em abril de 1993 demonstrou claramente o conflito entre as frações burguesas, que não conseguiam articular em torno de uma posição unitária. No fundo, essas dissensões geradas pela opção entre presidencialismo e parlamentarismo tinham intenção de antecipar a disputa política em torno das eleições de 1994, o que fragmentava uma possível unificação dessa questão. Os candidatos que defendiam a opção pelo presidencialismo eram aqueles que tinham maior visibilidade e chance de se elegerem, com o foi o caso de Maluf, Brizola e Lula. Os que defendiam o parlamentarismo eram os partidos de menor expressão política e que tinham menores chances de emplacarem um candidato em 1994 e pretendiam essa forma de governo como uma forma de chegar ao poder indiretamente, como o PSDB e Ulysses Guimarães do PMDB (MACIEL, 2012, p. 36).

Diante dessa crise, o presidente Itamar Franco cogitou a sua renúncia para antecipar as eleições ao mesmo tempo em que diversos setores buscavam convencê-lo de que a melhor alternativa seria um golpe á la "Fujimori" (em referência ao presidente eleito do Peru, que em 1992 criou uma "ditadura civil") (DIMENSTEIN e SOUZA, 1994, p. 109-111 *APUD* MACIEL, 2012, p. 48). A alternativa para a "fujimorização" chegou ao seu clímax em finais de 1993 quando o Ministro da Fazenda Elizeu Resende perdeu seu cargo por estar envolvido em denúncias de favorecimento de uma empreiteira. A partir daí, vemos a mobilização de vários grupos pró-golpe.

Os defensores de um golpe iam de setores militares descontentes com a redução de seus salários e do orçamento, políticos como Antônio Carlos Magalhães (então governador da Bahia e filiado ao PFL) á empresários que defendiam uma ampla reforma constitucional, que poderia a vir ser viabilizada a partir de uma intervenção militar.

Mesmo com essa crise que abalou o seu governo, com o apoio dos militares e de diversos grupos políticos conservadores, Itamar Franco conseguiu dar continuidade ao processo de privatizações e de abertura econômica, como foi na redução das tarifas de importação. Foi em seu mandato que foi privatizada a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (RJ), um dos grandes símbolos da era Vargas e do processo de industrialização do país. De 1993 a 1994, o governo vendeu 15 estatais, principalmente dos setores siderúrgico e petroquímico/fertilizantes, superando o valor obtido no governo Collor de 6503 milhões de dólares (somando-se também às dívidas transferidas) (FILGUEIRAS, 200, p. 114).

Foi durante o governo Itamar que se abriram as portas para que o capital financeiro internacional entrasse com mais liberdade na compra do patrimônio público ou dos recursos naturais (como adquiriu imensos pedaços de solos e subsolos do país com a venda das siderúrgicas), quando se aboliu a limitação de 40% do patrimônio líquido para o capital estrangeiro para a compra das empresas estatais (BOITO JR., 1999, p.59). Assim, o capital financeiro internacional pôde, a partir de então, ter os mesmos privilégios que os demais grupos.

Os usos abusivos das moedas podres e dos financiamentos com juros bem abaixo do mercado do BNDES podem explicar a voracidade dos governos Collor e Itamar em privatizar as empresas estatais, mas, em função de seu frágil apoio político (no caso de Collor), somado às incertezas da burguesia nacional frente a ampliação das políticas de privatizações e a Constituição de 88 que barrava a circulação do capital financeiro internacional, as privatizações no governo Itamar se restringiram à brecha aberta por não considerar os setores petroquímico e siderúrgico como estratégicos. O modelo empregado com as moedas podres vai servir de base na fase mais radicalizada das privatizações no primeiro governo de FHC.

De abril de 1993 até dezembro de 1994, em pleno governo Itamar, foram privatizadas em ordem cronológica: FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.); CSN (Cia. Siderúrgica Nacional); ULTRAFÉRTIL (Ultrafertil S.A. Ind. e Com. de Fertilizantes); COSIPA (Cia. Siderúrgica Paulista); Açominas (Aço Minas Gerais S.A); PQU (Petroquímica da União S.A.); CARÁIBA (Mineração Caraíba Ltda.); NEIVA (Indústria Aeronáutica Neiva S.A.); EAI (Embraer Aviation International); EAC (Embraer Aircraft Corporation) e EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 01/09/06).

O documento "Empresários padrão" publicado na revista ISTOÉ em novembro de 1993 - no ambiente de manutenção de políticas neoliberais, sobretudo no que se refere as privatizações-, sob a autoria de Octávio Costa, nos mostra a intenção em propagar uma visão positiva das privatizações para os trabalhadores, no caso específico dessa matéria, a CSN.

Na perspectiva de ISTOÉ, o PT e a CUT perderam eficácia por estarem atrasados ao novo perfil dos trabalhadores, tendo como exemplo o caso da CSN que, após a privatização, rompeu com as tradicionais relações capital e trabalho, ao qual tais entidades ainda estão atreladas. Novamente, vemos a revista desqualificando a luta de tais entidades para legitimar a perspectiva neoliberal (COSTA, 17/11/93, p. 59-60). Sob essa suposta melhoria, os trabalhadores (nas palavras da fonte):

(...) são sócios da empresa. Através da Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (CBS) e do Clube de Investimentos da CSN, 30 mil funcionários da ativa e aposentados detêm o controle de 21% do capital da siderúrgica, que foi o principal símbolo do nacionalismo e da presença do Estado na economia (COSTA, 17/11/93, p. 59).

A partir dessa idéia, milhares de trabalhadores usaram o seu FGTS para comprar ações da empresa em que trabalhara, a revista chama atenção aos novos fundos de pensão que começaram a surgir conforme foram avançando as políticas de privatizações, afirmando que houve uma mudança nas velhas formas de pensar a relação com o patronato, exaltando a suposta tese do trabalhador investidor e pequeno empreendedor, enquanto no fundo se revelava mais uma nova ferramenta para aumentar a exploração do trabalhador, tendo em vista que seus recursos seriam reinvestidos na produção, que diretamente seria usado para criar mecanismos de aumento da extração de mais-valor de seu próprio trabalho.

Uma forma clara de desclassificar o movimento sindical e as formas de organização dos trabalhadores foi afirmar que "a banda passou e a CUT não acompanhou" e "os empregados (e não mais operários) acionistas da CSN abandonam o sindicalismo e adotam uma filosofia capitalista" (COSTA, 17/11/93, p. 59). Mais além se exaltava a criação de um jornal (Diário do Vale) que enquadrava nesse perfil do "novo" trabalhador da CSN, que se "especializou na cobertura do mercado de ações, publicando glossários explicativos e acompanhando diariamente os negócios com papéis da CSN", afirmando que a sua linha editorial pouco tinha a ver com a versão popularesca e locais dos jornais da CUT. Como afirmou o seu diretor e redator chefe Aurélio Paiva: "O carro-chefe de nossa linha editorial era a CSN e não a política local ou os fatos policiais" (COSTA, 17/11/93, p. 59).

Assim, segundo a fonte, a CUT e o PT perderam o bonde da história por não se dar conta de que, agora, os trabalhadores aderiram por completo as ideias capitalistas. Essa matéria vende a ideia de que os trabalhadores tendem a melhorar de vida com as privatizações e que o dinheiro ganho nas ações geraria um melhor poder de consumo. Mesmo que momentaneamente os seus rendimentos melhoraram, a compra das ações custaram o FGTS de décadas de contribuição do trabalhador (que não será mais controlado por estes, mas por grupos que administram os fundos de pensão, fazendo com que seus ganhos estejam cada vez mais presos aos interesses corporativos), sem contar que a maior perda é a do patrimônio público, que garantia estabilidade e direitos básicos ao trabalhador e que, com as privatizações, será jogado na instabilidade e informalidade de suas ocupações.

Em maio de 1993, a posição cesarista do governo passou a se articular mais em torno do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do que no Presidente da República. Isso se deveu ao fato de que FHC emergiu desde o começo como possível candidato à eleição de 1994, o único que no momento poderia ter alguma chance contra o favoritismo de Lula, o que o levou a articular-se politicamente para a viabilidade do Plano Real, pois o seu sucesso lhe arrecadaria uma grande oportunidade contra o seu oponente (MACIEL, 2012, p. 50).

## **2.2 Sob a égide do Real**

Como vimos, foram várias tentativas, em sucessivos governos, que visavam, através de novos planos econômicos, tirar o país do terror da inflação. Mas, foi somente o Plano Real, que conseguiu romper com os altos índices de inflação, ao mesmo tempo em que ele serviu de plataforma para as reformas neoliberais, atuando como uma moeda sólida para a valorização do capital financeiro no Brasil, garantindo bases para implementação das práticas de desregulamentação da economia, do mercado de trabalho e dando margem para as privatizações e conseqüentemente ao desmonte do Estado.

Foram duas, as matrizes fundamentais do Plano Real, conforme nos indica Filgueiras (2001). A primeira foi o Consenso de Washington, que impôs novos caminhos econômicos para a América Latina; e a outra, foi à experiência frustrada do Cruzado, mostrando quais procedimentos eram inviáveis para combater a inflação (FILGUEIRAS, 2001, p. 95).

O Consenso de Washington foi uma reunião ocorrida em 1989, com a participação de funcionários do governo dos EUA, de instituições como FMI e BIRD e acadêmicos latino-americanos. Essa reunião teve o intuito de delimitar novas práticas econômicas, fazendo uma espécie de apanhado do andamento das reformas neoliberais na América Latina, de modo a sistematizá-las de acordo com os ditames das políticas macroeconômicas do grupo, em resposta à "década perdida" (FILGUEIRAS, 2001, p. 95).

Os pontos fundamentais do Consenso foram primeiramente, a elaboração de um rigoroso controle fiscal, em função de conter os gastos públicos, pregando o Estado mínimo como a forma de sair da crise, e também fora delimitado, um regime cambial pautado na dolarização direta da moeda, sendo parte do plano de estabilização; por fim a liberalização da economia e do setor financeiro. Com a abertura comercial dos mercados nacionais, segundo o Consenso, possibilitaria um maior fluxo de investimentos internacionais, levando a inserção competitiva no mercado global (FILGUEIRAS, 2001, p. 95).

Em uma segunda reunião em 1993, os participantes do Consenso, constataram que o fluxo de capitais estrangeiros estava voltando ao continente, desde 1989 em função de uma grande liquidez no mercado mundial. Cabendo aos Estados nacionais, a adesão aos planos delimitados no Consenso (estabilização monetária, privatizações e desregulamentação da economia) (FILGUEIRAS, 2001, p. 96).

Na matéria "Obsessão fiscal", que saiu pela Istoé em outubro de 93, sob a autoria de Sylvio Costa, mostra o posicionamento do veículo e do autor favorável a adesão do Brasil ao ajuste das políticas macroeconômicas ditadas pelo Consenso de Washington, em um encontro do Ministro da Fazenda com as principais autoridades do FMI. Essa fonte nos interessa para mapear a criação da plataforma da candidatura de FHC em torno da manutenção das políticas neoliberais, sobretudo, pelo momento de publicação da fonte estar no calor do debate em torno da criação do Plano Real.

Fernando Henrique (então Ministro da Fazenda)<sup>21</sup> declarava não somente a intenção de reformar a Previdência ou o repasse para os Estados e municípios os encargos que estariam "sobrecarregando" as contas da União; mas, sobretudo, este declarava a sua intenção de

---

<sup>21</sup>Um aspecto interessante cabe ser revelado ao leitor: no decorrer de nossa pesquisa, em que analisamos diversas fontes, observamos que a grande imprensa identificava este personagem, quando Ministro da Fazenda, denominando-o como Fernando Henrique, mas no momento de sua candidatura e na dinâmica eleitoral este passou a ser chamado de FHC. Levantaremos como hipótese de que este sigla foi elaborada a partir de um estratégia de marketing de sua campanha, uma forma encontrada para que a população em geral assimilasse com maior facilidade o seu nome.

suspender os CIACS (Centro de Atendimento Integrado à Criança); de transferir para a iniciativa privada parte dos serviços custeados pelo Ministério da Saúde; ampliar o programa de privatizações; a manutenção da âncora cambial; demissão dos servidores federais (COSTA, 06/10/93, p. 32-33).

FHC garantiu ao FMI uma redução de 25 bilhões de dólares nas contas federais se tais medidas fossem implantadas e, em um tom de alarde, dizia que se nada fosse feito o rombo nas contas públicas do ano de 1994 seria de 6% do PIB. Assim, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique, declarava "Não dá para brincar mais. Esse ajuste vou fazer de qualquer maneira" (COSTA, 06/10/93, p. 32) e a matéria prosseguia afirmando a posição do Ministro:

(...) prometendo lançar mão de medidas administrativas ou de alterações da Constituição. Foi esse o recado que o Ministro da Fazenda levou para os políticos, empresários e autoridades financeiras com quem se encontrou durante os sete dias que passou em Washington e Nova York (COSTA, 06/10/93, p. 32).

No fundo tais declarações seriam para deixar claro para o capital norte-americano o calendário para os ajustes econômicos à então nova cartilha neoliberal. O mês de outubro de 93 se acelerou tal processo a partir da elaboração do texto final ao Congresso referente a renegociação da dívida externa com credores privados, o desembarque da "missão" técnica do FMI sobre a discussão de um acordo econômico com o Brasil e as propostas oficiais de reforma constitucional indispensável para o tal "ajuste" fiscal (COSTA, 06/10/93, p. 32-33).

As estratégias e "os principais territórios ocupados que o Ministro da Fazenda pretende atacar" (COSTA, 06/10/93, p. 33) eram:

**Estabilidade do funcionalismo** - A estabilidade continuará restrita aos servidores contratados até 5 de outubro de 1993. Os demais (entre 60 e 100 mil funcionários) são passíveis de demissão. (...) **Saúde** - Fernando Henrique questiona o conceito de que os serviços de saúde oferecidos pelo governo devem estar disponíveis para toda a população. (...) **Educação** - O Ministro acha que a União não pode financiar escolas primárias - como os Caics, programa que quer suspender logo. Também defende a estadualização das universidades. (...) **Agenda mínima** - Em princípio, a Fazenda considera essenciais cinco alterações na Constituição: a reforma da Previdência; a revisão das atribuições entre União, Estados e municípios; o fim dos monopólios nas áreas de telecomunicação e petróleo; a simplificação do sistema tributário; e a eliminação de restrições ao capital estrangeiro. (...) **Privatizações** - O presidente do BNDES, Pêrsio Arida, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, vão coordenar o programa a ser anunciado. Eles podem aceitar as novas moedas para a compra de estatais, como o FGTS e o FCVS. A Fazenda vai poupar a Petrobras e a CVRD, mas quer vender algumas de suas subsidiárias (COSTA, 06/10/93, p. 33).

Além do Consenso de Washington a experiência do Plano Cruzado foi extremamente importante para o sucesso do novo plano, onde seus elaboradores viram que a transição para

uma nova moeda, não poderia ser de forma abrupta, do jeito que havia sido antes, pois a mudança monetária súbita, acabaria transferindo para a nova moeda as mesmas pressões inflacionárias da anterior, a queda da inflação traria consigo, o aumento do consumo nos primeiros meses, sendo necessário uma política monetária de elevadas taxas de juros, para a conter este aumento do consumo, que poderia deflagrar uma nova onda inflacionária (FILGUEIRAS, 2001, p. 98). Outra importante lição, foi a implementação do Plano, em circunstâncias mais favoráveis que no final dos anos 80, pois no início na década seguinte o mercado global passava por uma grande liquidez de recursos financeiros (FILGUEIRAS, 2001, p. 99-100).

As circunstâncias internas também forneceram bases sólidas para implementação do Plano, como uma boa reserva de dólares do Banco Central, que neutralizou, mesmo que de início, especulações com a nova moeda. Justamente quando o país:

(...) tinha elevados saldos na balança comercial e havia crescimento do fluxo de capitais estrangeiros – o que, em princípio, garantiria o elevado nível de reservas; a ampliação da abertura da economia às importações – a maior facilidade para realizá-las também se constituiria numa arma fundamental contra os aumentos de preços; e, por fim, uma safra agrícola de 76 milhões de toneladas de grãos, considerada muito boa (FILGUEIRAS, 2001, p. 101).

Assim, em função de um ambiente externo favorável, devido a grande liquidez no início dos anos 90 e também no panorama interno com elevados saldos na balança comercial, o que propiciou um fértil solo para a germinação da nova moeda (FILGUEIRAS, 2001, p. 101).

O Plano Real foi instituído em três etapas distintas, no intuito de evitar os erros do plano Cruzado. A primeira foi o ajuste fiscal, a segunda a criação da URV (Unidade de Referência do Valor), e o terceiro a instituição do Plano Real (FILGUEIRAS, 2001, p. 98). A primeira fase do Plano se constituiu com o ajuste fiscal, durando de dezembro de 1993 a fevereiro de 1994, quando no Governo de Itamar Franco, criou-se base para implantar a nova moeda a partir do equilíbrio orçamentário, significando em cortes de gastos, reorganização do setor público e o fim da inadimplência dos Estados e municípios (FILGUEIRAS, 2001, p. 98).

A segunda parte de implementação do Plano Real, veio com a criação URV, esboçada em fevereiro de 1993. Teve a finalidade, de ser uma unidade de valor que fizesse gradativamente a transição para a nova moeda, fazendo com que ela, mesmo antes de existir,

se constituísse em meio de pagamentos. Assim, a transição do Cruzeiro para a URV, seria de modo gradativo e alinhando os salários e tal conversão, fazendo a inflação da moeda anterior, não contaminar a nova (FILGUEIRAS, 2001, p. 98-100). Logo, com a URV, fez-se desnecessário o congelamento e pré-fixação dos preços, e, quaisquer mecanismos de intervenção direta nos preços, oferecendo uma via entre as práticas ortodoxas e heterodoxas na economia (FILGUEIRAS, 2001, p. 98-100).

O documento "O País em segunda época", publicado na ISTOÉ e datada de fevereiro de 93, sob autoria de Sérgio Xavier Filho e Raymundo Costa, que serve bastante para ilustrar a situação de conversão para a URV. A fonte argumenta que oito anos após o Cruzado e sete pacotes econômicos depois, em fevereiro de 93 é lançado a Cartilha da URV (Unidade Real de Valor) com FHC e alguns pais do Cruzado (como foi o caso de Pérsio Arida e Edmar Bacha). No lançamento da URV é nítido o anseio da imprensa e da população acerca das similaridades do plano com o Cruzado, como: a data de lançamento ser a mesma (28 de fevereiro), alguns dos nomes serem os mesmos que estavam envolvidos no Cruzado (além de Arida e Bacha, Milton Dallari e André Lara Resende) e a preocupação com a conversão dos salários em URV (FILHO & COSTA, 02/02/93, p. 21-24).

Todos os salários seriam compulsoriamente transferidos para URV tendo a sua cotação conforme fosse o dia do pagamento, no intuito de apagar a memória inflacionária. Para facilitar tal transação, o Banco Central divulgava todas as noites, nos quatro meses que antecederam o seu lançamento, o valor do dia da URV, que teve a sua cotação baseada em três índice: IGPM (Fundação Getúlio Vargas), IPC (Fipe) e IPCA (IBGE) (FILHO & COSTA, 02/02/93, p. 21-24).

O salário se tornou o principal pilar na transição para a URV, que foi controlado e transformado no novo indexador da média dos preços, como havia sido no Cruzado. Mas FHC reiteradamente afirmava as diferenças que o novo plano tinha com o antecessor, segundo ele "Nós aprendemos a lição" (FILHO & COSTA, 02/02/93, p. 21). e afirma:

(...) o Plano Cruzado não deu certo porque o País não dispunha de reservas cambiais (hoje FHC guarda US\$ 36 bilhões debaixo do colchão do governo) e, sobretudo, porque o longo congelamento de preços provocou desabastecimento e excesso de consumo. (...) Além disso, as contas públicas estão hoje em melhor estado. O déficit público nos tempos de Sarney oscilava em 6% do PIB. Em outras palavras, o governo gastava US\$ 30 bilhões a mais do que arrecadava. Com a aprovação, ainda que aos trancos e barrancos, do Fundo Social de Emergência na quarta-feira 23, FHC conseguiu equilibrar receita e despesa do governo pelo menos nos próximos meses (FILHO & COSTA, 02/02/93, p. 21).

Em 03 de fevereiro de 1993, em um documento intitulado "Pelo fim do projeto neoliberal de Collor e Itamar", publicado em forma de panfleto, que teve uma circulação local por ser assinado pela "CUT-Regional Grande-SP". Esse documento é de suma importância, pois elucida a movimentação da CUT e de diversos setores dos trabalhadores em torno da crítica da manutenção das políticas neoliberais no governo Itamar. A posição da fonte é de sustentar uma postura de luta com intensas mobilizações da mesma forma que fora no processo de *impeachment*, alertando aos trabalhadores que o sucessor de Collor ainda permeava (com base no documento):

A miséria das massas, a destruição das conquistas sociais, operárias e nacionais, o arrocho, o desemprego, a liquidação do patrimônio do povo, o pagamento da Dívida Externa, tudo continua, fundamentalmente, como antes. Mas, se aprofundou a crise política. As hesitações de Itamar são fruto desta crise e não da determinação de aplicar outra política que não seja a mesma de Collor e o FMI. Itamar, eleito com Collor, é tão ilegítimo quanto ele, e seu governo representa a continuidade da miséria e sofrimento para o povo trabalhador (CUT, 03/02/93, p. 1).

O interessante da fonte é o seu posicionamento explicitamente anti-neoliberal, com um forte conteúdo de crítica partindo do pressuposto de que este modelo era mais uma ferramenta de pauperização dos trabalhadores, destruindo os seus direitos e reprimindo suas formas de organização; mas o que mais nos chamou atenção foi à perspectiva de luta contra o governo, que em início de 1993, concebia que as políticas neoliberais não se limitavam a desregulamentação do trabalho, mas de uma ampla política de privatizações e de abertura econômica e concluía que a partir de tais elementos "Isso mostra que não há saída corporativista. A luta é ampla e só tem saída com a unidade local e internacional dos trabalhadores" (CUT, 03/02/93, p. 1).

Assim a perspectiva da fonte era de que o movimento "Fora Collor" deveria continuar e buscar ganhar novos adeptos, pois para esta o governo Itamar também representava todos os aspectos antipopulares que a sociedade repudiou no ato do *impeachment* de Collor. Uma das tarefas proposta pela Regional era de lutar contra o governo Itamar, aproveitando da crise política do momento para impor bandeiras como a da: Reforma Agrária, Dívida Externa, Pleno Emprego e outras (CUT, 03/02/93, p. 2).

Vale ressaltar que apesar de o documento não mencionar o Plano Real, este acaba por estampar os elementos de combatividade dos trabalhadores no mesmo período de edição da URV, uma etapa importante para a edificação do neoliberalismo no Brasil. Mesmo se tratando

de uma fonte elaborada pela regional da Grande São Paulo da CUT e não tendo circulação nacional, o documento acaba por ser representativo por ter um peso importante na dinâmica da luta no momento, exatamente por esta região concentrar a maior base social da CUT.

Uma fissura foi aberta na unidade do PSDB, conforme nos indica a matéria "Plano econômico abre as fissuras no PSDB" no Jornal do Brasil em 1/3/94, com a divulgação da segunda parte do plano de estabilização, com a entrada em vigor da URV. A briga interna ocorreu entre Fernando Henrique e Walter Barelly (Ministro do Trabalho) sobre a elevação do salário mínimo para 100 dólares, FHC desde o início não concordou e manteve sua decisão até o recuo de Barelly, que acabou em desacordo o estudo sobre a elevação do salário mínimo a 100 dólares. No final da reunião FHC dava o seu argumento definitivo: "Não posso e não vou fazer concessões, pelo simples fato de que os planos anteriores fracassaram por conta de concessões (KRAMER, 01/03/94, p. 82).

Dessa forma, a revista criticava tanto os trabalhadores que usavam a greve para travar o avanço da URV, mas que foi uma forma de pressionar os "grandes iluminados" elaboradores do plano, para que não reproduzisse novamente o que era historicamente conhecido para o trabalhador brasileiro: arrocho salarial, perda do poder de consumo e a extrema concentração de riquezas.

A ISTOÉ, em março de 1994, publicava uma matéria intitulada "Máquina mortífera", assinada por Carlos José Marques e Sérgio Xavier Filho, que se posicionavam criticamente sobre alguns setores na sociedade que "sabotavam" o sucesso da URV por causa dos "velhos vícios" herdados da era do Cruzado, o interessante é que o documento revela os anseios dos canais propagadores da hegemonia neoliberal de que a memória inflacionária não fosse apagada com a edição da URV. Conforme a fonte revela:

(...) De um lado, um time misto, formado em sua maioria por capitães da indústria, do comércio, da fauna política e alguns sindicalistas agregados de última hora, com a surrada artimanha da greve para tumultuar o processo. Do outro, a grande massa de brasileiros perplexa - consumidores extorquidos e eleitores engabelados por promessas oportunistas. Ao transitar do mundo das idéias para o da realidade, a URV, talvez a única alternativa de concertar a economia, está enfrentando a síndrome dos velhos vícios do passado (MARQUES & FILHO, 09/03/94, p. 20).

A fonte cogitava que a nova moeda já havia nascido com vestígios inflacionários, tanto pela cultura inflacionária, quanto pelo aumento abusivo dos oligopólios, que causou um "furor remarcatório nas prateleiras dos supermercados" (MARQUES & FILHO, 09/03/94, p. 20). Nas primeiras semanas de implantação da URV o DIEESE (Departamento Intersindical

de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) já constatava um aumento dos preços médios comparados ao final do ano anterior:

(...) a cesta básica com 31 produtos essenciais já estava custando na semana passada o equivalente a 95,86 URVs, um aumento de 18% em relação às 80,79 URVs que foi o custo médio da mesma cesta no período de setembro a dezembro de 1993. (...) alguns gêneros alimentícios, como iogurte de polpas de frutas, experimentaram ajustes pirotécnicos de mais de 100% em apenas uma semana. (...) No Rio de Janeiro, uma lata de Nescau do Supermercado Paes Mendonça, bateu recorde de correção com aumento de 86,30% em URV. A indústria de massas e biscoitos Piraquê (...) tascou um ajuste linear de 8,15% em URV sobre toda a linha de mercadorias (MARQUES & FILHO, 09/03/94, p. 20).

Na crítica a URV e na tentativa de elaborar uma oposição a algumas medidas de tal plano uniram dois políticos de dois setores opostos, aliança inimaginável na época. Tais políticos são: o metalúrgico Paulo Paim (PT-RS) e o General Romildo Canhim (na época Ministro da Administração).

Os dois se apresentavam com as duas maiores pedras no sapato do Ministro da Fazenda (FHC), Canhim defendia um abono de 5% sobre os salários dos servidores públicos pela média dos quatro últimos meses antes da implantação da URV o que acabou aliando aos interesses de Paim, quem, além disso, lutava pela dolarização mensal dos salários e o aumento do salário mínimo que era de US\$ 64 (MARQUES & FILHO, 09/03/94, p. 22).

Após esse aproximamento, ambos se consideraram adversários cordiais, sendo Canhim, convidado por Jair Meneghelli, a entrar na CUT. Segundo a mesma fonte "Canhim e Paim trocam elogios: "Ele é um moderado", diz o general. "Receptivo ao diálogo", afaga o metalúrgico" (MARQUES & FILHO, 09/03/94, p. 22).

A fase final do Plano foi com a transição de fato para a nova moeda em julho de 1994. A etapa anterior, a de mudança para a URV, trouxe a âncora cambial, obtida apenas com os cortes fiscais da primeira etapa. Com a URV, foram dadas as bases para a conversão das moedas por valores proporcionais, 1 URV = R\$ 1, havendo o mesmo com a taxa de câmbio, onde US\$ 1,00 = R\$ 1,00, graças às reservas de dólares acumuladas desde 1993 (FILGUEIRAS, 2001, p. 108). O montante de moedas a serem emitidas, estaria baseado no nível de reserva de dólares do Banco Central, pois a política monetária do Plano estabelecia que não se devesse emitir mais moeda, para contenção dos rombos da União (FILGUEIRAS, 2001, p. 108).

O artigo "Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século" de Leda Maria Paulani (Professora Livre Docente do Departamento de Economia da FEA-USP e Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP) e Christy Ganzert Pato (Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e secretário da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP)<sup>22</sup> publicado no livro "Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula", organizado por João Antônio de Paula (Professor do Cedeplar - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - ligado a UFMG). O artigo mencionado é de suma importância para a nossa pesquisa, principalmente no que se refere aos impactos econômicos e sociais do Plano Real, pois concordamos com a tese apresentada pelos autores de que a emergência do nosso plano estava integralmente vinculada à construção de bases para o aprofundamento das reformas neoliberais.

A implantação do Plano Real, como argumenta os autores, pôde concretizar a abertura da economia brasileira às importações, com uma grande redução de alíquotas do imposto de importação, iniciadas no Governo Collor, mas reduzidas drasticamente nos Governos FHC. O Real quebrou quaisquer barreiras para a entrada de capitais externos na economia nacional, não necessariamente como investimentos produtivos, mas para valorizar-se na especulação financeira, usando a política de altas taxas de juros, para atrair e satisfazer a necessidade do capital de se sobrevalorizar-se na periferia, rearticulando um novo tipo de dependência, pela servidão financeira (PAULANI & PATO, 2005, p. 57).

As reformas neoliberais do Estado (sejam elas, tributária, administrativa e da previdência), junto com as reformas no plano político que gerou uma:

(...) quebra dos monopólios estatais, tratamento isônimo entre a empresa nacional e a empresa estrangeira e desregulamentação das atividades e mercados considerados, até então, estratégicos e/ ou de segurança nacional –, juntamente com as privatizações, se constituíram, como em outros países, numa das dimensões cruciais do Plano Real (FILGUEIRAS, 2001, p. 109).

Logo, o corpo das reformas neoliberais foi consolidado a partir das bases que o Plano Real forneceu. Aparecendo como alternativas para fazer o Brasil crescer, sem o vulto da inflação, preparando uma moeda sólida que possibilitava a valorização financeira do capital externo (PAULANI & PATO, 2005, p. 54). A reforma administrativa fora dada pelos seus defensores, como uma ferramenta que racionalizaria (enxugaria) os gastos do Estado e uma

---

<sup>22</sup>A SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política), entidade que ambos autores fazem parte, se trata de uma organização formada por economistas e cientistas sociais que tem como objetivo principal promover uma discussão dentre diversas linhas teóricas em que a economia seja entendida como uma ciência inseparável da dinâmica social e que também formule elementos críticos.

reforma da previdência, que abriria as portas para a exploração de tal setor para a iniciativa privada. Somada à reforma tributária, que articularia mecanismos para aumentar a arrecadação do Estado, usando as políticas de privatizações como complementos para as receitas da União (FILGUEIRAS, 2001, p. 109-110).

O sucesso do Plano foi sustentado pela estabilidade econômica que ele proporcionou. Assim, as medidas econômicas de cunho neoliberal, como o fim do monopólio estatal nas áreas de exploração e refino do petróleo, nas telecomunicações e na distribuição de energia, foram logo obtidas ainda no primeiro ano do mandato de FHC (FILGUEIRAS, 2001, p. 111). Mas no que se refere à reforma fiscal, este somente começou a ganhar debate no congresso a partir da crise cambial, em janeiro de 1999 (FILGUEIRAS, 2001, p. 111). As reformas administrativas e da previdência, devido às pressões da CUT e do PT, somente deslancharam no final de seu primeiro mandato.

A reforma administrativa concretizou a separação do Estado em diversas funções, abrindo mercado para a nova burguesia de serviços, possibilitando a ascensão das práticas de terceirização em diversas atividades na área social (BOITO JR., 1999, p. 41-48). Para isso, a materialização de tal medida foi à custa de ataques à estabilidade do funcionalismo público, sendo esta considerada um empecilho para o ajuste de contas da União, levando a aprovação de demissões para o excedente do quadro do funcionalismo, que não poderia passar de 60% da receita (FILGUEIRAS, 2001, p. 111).

A previdência social, principalmente a do servidor público, sempre fora responsabilizada como principal causa do déficit público. Com o Programa de Estabilidade Fiscal de 1998, os objetivos da reforma, fora a restrição das aposentadorias especiais e o aumento na contribuição dos servidores públicos, abaixando também o teto máximo dos benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada, no intuito de abrir espaço para os fundos de pensão privados (FILGUEIRAS, 2001, p. 111).

O processo de privatização, que se inicia no Governo Collor, com o PND (Programa Nacional de Desestatização), mas ganhando grande amplitude com o Governo FHC, incluiu os setores de telecomunicações, de distribuição de energia e até de processamento de recursos naturais (FILGUEIRAS, 2001, p. 112). A justificativa usada pelo governo, primeiramente foi o argumento de que atrairia capitais estrangeiros, ajudando a combater a crise fiscal e sair das

limitações dos investimentos públicos para atualizar tecnologicamente as empresas estatais (FILGUEIRAS, 2001, p. 112). Sendo as privatizações, de maneira geral, considerada como um elemento modernizador e dinamizador, da economia brasileira.

No que diz respeito à entrada do Brasil, para a esfera da globalização financeira, vemos que nos anos 80 os altos índices de inflação provocaram oscilações no nível geral dos preços. Assim, o caráter centralizador que regulava a política cambial, não permitia uma valorização financeira estável, sobretudo em períodos de crise econômica (PAULANI & PATO, 2005, p. 54). A dificuldade do Estado em controlar os seus gastos, ajudava a ampliar os altos índices de inflação, pois:

A dificuldade em perceber a exata dimensão dos gastos públicos não parecia ser uma boa credencial para um país disposto a entrar no circuito mundial de valorização financeira. Tendo em vista o caráter rentista desse tipo de acumulação, e considerando que uma das bases mais importantes é a dívida pública, a anarquia nos gastos públicos produzida pela alta inflação era uma complicação e tanto, já que precarizava a extração da renda real que deve valorizar esse “capital caído de céu”, em constituem esses papéis (PAULANI & PATO, 2005, p. 54-55).

Esse ambiente possibilitou a emergência do discurso neoliberal, começando a ser dominante a partir dos anos 90, como vimos anteriormente. Segundo tal discurso, o Estado fracassou em manter a estabilidade financeira, por ter um peso muito grande nas contas públicas, sendo necessárias reformas estruturais no intuito de diminuir seu peso (PAULANI & PATO, 2005, p. 57). Sendo assim, o Estado lança em uma onda de privatizações e de reformas no plano administrativo, na previdência e tributária, pois estes eram os setores que barraram a inserção do Brasil, no circuito internacional de valorização financeira (PAULANI & PATO, 2005, p. 57).

As bases para a financeirização da economia foram dadas em 1992, no Governo Itamar, quando no intuito de preparar a inserção do país no circuito de valorização financeira, internacionalizou-se o mercado de títulos da dívida pública, como uma forma de securitizar a dívida externa, que havia sido abalada pela decretação da moratória em 1987 (PAULANI & PATO, 2005, p. 57). Logo:

Essas mudanças produziram, em conjunto, a forma e a substância da inserção do Brasil nas finanças de mercado internacionalizadas. O lançamento de títulos de dívida brasileira cotado no exterior confirmou o país no papel de emissor de capital fictício, que viabiliza a valorização financeira *a posteriore* a transferência de parcelas da renda real e do capital real para essa esfera de acumulação. A liberalização financeira vem garantir o livre trânsito dos capitais internacionais, que

podem assim maximizar o aproveitamento das políticas monetárias restritivas e de juros reais elevados (PAULANI & PATO, 2005, p. 57).

Assim, o capital financeiro pôde ter um livre fluxo, com o destravamento do mercado, mediado pelas reformas neoliberais, como a sua abertura sem restrições. Como aconteceu em 1999, quando 40 bilhões de dólares deixaram o país, em função do medo dos investidores da desvalorização do Real, o que não ocorreria na década anterior.

Em suma, o Plano Real, que surgiu no Governo Itamar, lançando FHC (então Ministro da Fazenda) à Presidência da República, inicialmente é mostrado como um plano de estabilização, no intuito de conter a alta inflação, mas o Plano:

(...) foi, em verdade, muito mais do que isso. Em primeiro lugar, ele resolveu o problema que impedia praticamente o funcionamento do País como plataforma de valorização financeira internacional. Mesmo com a abertura financeira já tendo sido formalmente operada, ela permanecia letra morta, do ponto de vista de suas potencialidades em termos de atração de capitais externo de curto prazo, se o processo inflacionário não tivesse sido domado. Além disso, o plano abriu espaço para uma série de outras mudanças que teriam lugar no governo de FHC. A abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real (PAULANI & PATO, 2005, p. 57).

Tal argumento nos leva a considerar que, além de ter proporcionado o fim da alta inflação, o Plano promoveu uma moeda sólida que é a plataforma da valorização financeira. E para preservar a estabilidade monetária do Real, houve uma elevação das taxas de juros, abertura da economia e a onda de privatizações das empresas estatais, que no fundo são medidas para aumentar a lucratividade do capital financeiro, rearticulando um novo tipo de servidão econômica, que seria a servidão financeira.

Os reflexos de todas as medidas que o Plano Real proporcionou, como as Reformas do Estado (Previdência, Tributária e Administrativa) e a inserção do Brasil no circuito de valorização financeira, acirraram a reestruturação produtiva por aqui, teve como consequências a desindustrialização e a desnacionalização do campo produtivo. A desindustrialização se caracteriza, pela:

(...) redução da participação relativa da produção industrial na produção total dos países latino-americanos e redução da participação relativa da produção metal-mecânica, de bens de capital, de instrumentos eletrônicos e de química fina no total da produção industrial. (...) Parte dessa desindustrialização é pouco visível. Ela ocorre ao longo da cadeia produtiva, através do aumento do índice de importação

dos componentes em setores como o eletrônico, automobilístico, de eletrodomésticos e outros (BOITO JR., 1999, p. 42-43).

Essa prática, que ocorre ao longo da cadeia produtiva, por uma contínua importação de componentes necessários para a produção de bens, como maquinário de alta tecnologia, componentes eletrônicos na fabricação de computadores e eletrodomésticos. Faz as indústrias serem montadoras de componentes eletrônicos, como a Zona franca da Manaus, o carro chefe desse processo, que atua como um parque de montagem de componentes importados, promovendo uma desnacionalização da indústria e um enxugamento dos setores prejudicados pelo aumento de exportações de tais componentes (BOITO JR., 1999, p. 42).

Esse processo foi extremamente acirrado, com o Plano Real, pois no Governo FHC, houve o intuito de favorecer o aumento das exportações e abaixar drasticamente as alíquotas de importação. Se em 1990 a taxa era de 40%, no final do Governo Collor, em 1992, era de 20%, chegando ao Governo FHC para uma média de 12,6%, caindo ainda mais para 2% (BOITO JR., 1999, p. 46). Essas medidas penalizaram profundamente o setor produtivo no Brasil, mas salvando aqueles segmentos de processamento de recursos naturais, mas em compensação, os setores ligados aos produtos eletrônicos e do setor de bens de capital na indústria, foram os maiores perdedores com a abertura econômica (BOITO JR., 1999, p. 46).

O esgotamento do modelo desenvolvimentista foi desencadeado tanto pelos fatores internos, crise política da Ditadura Militar, quanto ao panorama externo, que seria a crise da dívida externa dos países periféricos nos anos de 1980. Assim, o modelo de industrialização que por décadas foi sustentado pelo endividamento externo, se tornou inviável com a escassez de recursos financeiros dos anos 80, gerando no plano interno uma crise social na medida em que se concretizou o processo de redemocratização.

Nesse momento instável de crise social, os movimentos sociais apareceram como potenciais forças de transformação política, ao qual colocavam em perigo as bases autocráticas do Estado brasileiro, que não deram conta de conter a crise inflacionária da década perdida. Assim, as classes dominantes necessitaram de fazer uma recomposição de sua hegemonia, que colocou em prática a partir do Plano Real e as reformas neoliberais que ele acarretou, no intuito de enquadrar o Brasil na nova ótica de desenvolvimento capitalista, que reformou o caráter autocrático burguês do Estado.

Nos anos 90, como vimos, o modelo de desenvolvimento se deu a partir das bases da financeirização, não que ela seja um fenômeno a parte da produção, mas afirmamos que houve uma transformação de grande parte do capital produtivo para a esfera financeira, o que necessitou, por sua vez, a criação de uma nova moeda e uma série de reformas neoliberais para que o Brasil se enquadrasse de vez a ótica de desenvolvimento econômico neoliberal.

A primeira vez que a CUT expressa o seu compromisso com o "sindicalismo propositivo" foi no 5º Concut (Congresso Nacional da CUT) realizado em 1994 na cidade de São Paulo, o documento menciona a participação de 1.918 delegados e tinha como pautas centrais a recuperação salarial; a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; a luta pela moradia, saúde; a elaboração de pontos para a superação do desemprego (relegando a sua causa a falta de qualificação do trabalhador); proposta de Reforma Agrária e um novo modelo econômico para o Brasil (este voltado para iniciativas do Estado para frear o avanço do emprego informal e levar para o campo os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos) (5º Concut, 1994).

O sindicalismo propositivo ou o sindicalismo cidadão evidencia uma derrota para o mundo do trabalho por sinalizar de vez uma postura muito mais de negociação do que pelo conflito nas paralisações e greves. Institui-se uma noção de que as centrais sindicais devem cumprir os papéis relegados ao Estado, como a qualificação da mão-de-obra (tema que vai ser recorrente nas plenárias e nos congressos a partir de 1994 no V Concut) que evidencia que a central vai aderir a tese neoliberal de que o desemprego é ocasionado pela falta de qualificação profissional do trabalhador, desviando o foco de que a verdadeira causa é o processo de reestruturação produtiva desencadeado por Collor - e a luta pela "cidadania".

Uma regressão na luta reivindicativa sindical e dos trabalhadores como um todo, a partir da perspectiva propositiva, será de priorizarem a luta econômica e corporativa, no sentido de manutenção dos direitos ou negociando com propostas mais brandas no que se refere ao desmonte das leis trabalhista (como mais na frente veremos na proposta da CUT na reforma da previdência); essa postura marca uma posição de críticas pontuais e específicas, anulando uma perspectiva abrangente de classe, esta que vai ser substituída pela noção de "cidadania", sinalizando uma adesão paulatina ao pensamento burguês de enquadrar a luta social dentro da perspectiva da luta jurídica e reformista.

Vale salientar de que a luta pela "cidadania" e de uma postura "propositiva" e, principalmente, a defesa de que a central deveria empenhar na qualificação do trabalhador acaba por se enquadrar no modelo mercantil e individualizante tão propagado pelo neoliberalismo.

No momento em que a CUT iniciou o processo de acomodação à estrutura sindical estatal e também no abandono da mobilização das greves em virtude de negociações com o patronato, o PT passou a atenuar o conteúdo anti-capitalista de seu programa político, a partir do momento que incorpora uma luta por uma abstrata concepção de democracia, passou a reformular a política de alianças com as forças políticas ligadas a burguesia, que nesse momento era com o pequeno e médio capital, na intenção de concentrar tais forças para a disputa eleitoral de 1995.

### **2.3 Rumo as eleições de 1994**

Na medida em que o plano econômico foi sendo operado, a cada etapa que foi se concretizando (sobretudo após a aprovação do Fundo Social de Emergência) FHC se afirmou gradativamente como a melhor alternativa burguesa para derrotar Lula, deixando de lado as pretensões de Antônio Brito (então ministro da Previdência Social), Orestes Quécia (presidente do PMDB) e Maluf (MACIEL, 2012, p. 55).

Mesmo quando estava fora do governo para centralizar esforços na campanha eleitoral, FHC ainda manteve o seu posicionamento cesarista, ao costurar uma ampla aliança em torno de sua candidatura, que atraiu o PFL e o PTB (fato que se assemelha com a aliança conservadora que sustentou a Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves e José Sarney em 1985) construindo um consenso inter-burguês e, também, manteve seu posicionamento em polarizar todas as ações do governo em torno do sucesso do Plano Real.

A nomeação de FHC no momento exaltava não somente a esperança de derrota dos partidos de esquerda, mas também de reverter a possibilidade de uma perspectiva política popular que moderasse a composição da agenda neoliberal. Politicamente o PSDB era o partido mais qualificado para exercer uma polarização em torno de uma aliança inter-burguesa por ser o partido de maior expressão no Congresso e uma aliança liderada por ele seria capaz de isolar politicamente as candidaturas de esquerda (Lula e Brizola) e de direita

(Maluf); FHC também se legitimava como bom articulador político ao reunir grande parte dos economistas que planejaram o Cruzado para a equipe que iria elaborar o Plano Real, que confirmaria o uso de prática heterodoxas de combate á inflação (MACIEL, 2012, p. 55).

A partir desse ambiente o PSDB se tornou o principal interlocutor da burguesia nas eleições de 1994. O PSDB foi formado já na transição democrática, que alinhava o seu posicionamento em torno inevitabilidade de crise do Estado desenvolvimentista, o que possibilitou, desde o início, uma perspectiva de comprometimento com o projeto neoliberal, sendo o conteúdo central de seu programa político. O partido ainda defendia a permanência do Estado em setores estratégicos da economia, como forma de ajustar as crises ocasionadas pelo mercado e também para definir uma posição soberana frente ao capital externo e as potências capitalistas centrais; mas ao se posicionar em nome do combate da corrupção, do clientelismo, do empreguismo, da "ineficiência" da administração pública, o programa político do PSDB para as eleições de 1994 previa uma ampla reforma administrativa, o enxugamento da máquina estatal, a privatização e a retirada do Estado de alguns setores da economia (MACIEL, 2012, p. 52).

Antes de analisar um programa de governo de algum partido precisamos ter em mente que são um conjunto de declarações e de intenções orientadas para ganhar a simpatia do eleitorado para vencer as eleições. Mas ele representa também a trajetória desse partido, as condutas de seus dirigentes e militantes frente às diversas situações em sua história: as alianças, seu posicionamento frente às políticas nacionais e locais e a sua forma de administrar. Assim, um partido vai além de seu programa, pois é uma organização com várias tendências e ideologias em seu interior e de grupos distintos que formam a sua hierarquia. A partir dessa perspectiva, abordaremos o programa político de Lula e FHC, por ser as duas forças políticas que no momento das eleições de 1994, tinham o maior peso para decidir o rumo das políticas neoliberais.

Ao fazer uma análise do programa do PT, a força da esquerda que mais apresentava uma oposição ao projeto neoliberal, nos indica o posicionamento ideológico desse partido durante as eleições de 1994; sob o lema "Uma revolução democrática no Brasil", o programa foi feito a partir do 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, impresso em forma de caderno de formação política, com 112 páginas e dividido em VI capítulos, que tratava de uma ampla análise acerca do desenvolvimento histórico do Brasil; a conjuntura econômica do

momento em que foi elaborado e trazendo as diretrizes gerais do PT para a solução dos problemas sociais (PT, 1994, p. 5-10).

O programa do partido foi de longe o mais elaborado e detalhado, com cerca de 300 emendas debatidas entre os seus militantes e enviadas para uma Comissão de Sistematização na Convenção Nacional no final de abril, que se transformou no programa definitivo do partido em março de 1994 (PT, 1994, p. 5-10).

Trata-se de um documento muito extenso (que indica não somente uma transformação do governo, mas dos rumos da sociedade brasileira, onde era reiteradamente afirmado que todas as desigualdades sociais seriam resolvidas com uma vitória de Lula) com 112 páginas divididos em seis capítulos: A crise brasileira; Política, cidadania e participação popular; Reforma e democratização do Estado; Transformar a economia, a sociedade construindo a nação; Mudar a vida; Bases ecológicas do projeto nacional de desenvolvimento (PT, 1994, p. 5-10).

O documento se inicia com uma análise da crise brasileira, mas no decorrer dos capítulos vemos os temas: violência e crime, mortalidade no trânsito, segurança na cidade, controle e armamento da sociedade, a cidadania das mulheres, trabalho doméstico, discriminação por orientação sexual, política indigenista, formas de controle do poder econômico, democratização dos meios de comunicação de massas, relações de trabalho, política de emprego no campo, reforma agrária, educação, saúde, política ecológica com o Cerrado, Pantanal e da Mata Atlântica (PT, 1994, p. 5-10).

Na apresentação do texto a Comissão afirma que sua linguagem é por vezes acadêmica, por vezes panfletária e formulações teóricas que remetem exclusivamente ao debate interno do partido. Mas ao lê-lo vemos que a sua linguagem é notadamente erudita, que busca uma ampla explicação dos temas abordados.

Em suma não se trata de um programa revolucionário, no sentido de ser um projeto para uma superação das relações capitalistas, não apresentava também os programas dos partidos comunistas tradicionais de nacionalização da economia, de superação da democracia burguesa pela democracia operária. Temos que reconhecer que se trata de um programa nitidamente antiliberal, não propõe claramente medidas anticapitalistas, mas está explícito a hostilidade com o grande capital e as suas grandes corporações, ao sistema financeiro

internacional e críticas aos países do terceiro mundo, principalmente os EUA (PT, 1994, p. 5-10).

O projeto de governo do PT menciona positivamente a pequena empresa, a pequena propriedade, sobretudo a rural, são vistas como vítimas do capital externo e de suas grandes empresas. Em suma, o PT defendia um modelo de pequenas propriedades privadas com grandes empresas estatais, as grandes empresas do capital deveriam ser destinadas ao interesses do Estado em ampliar o mercado de consumo interno, sendo totalmente legítimo o lucro nessas circunstâncias para o partido (PT, 1994, p. 5-10).

No documento não conseguimos identificar a palavra socialismo referenciada diretamente, mas é bastante perceptível a simpatia por uma maior intervenção do Estado como instrumento que barrasse as reformas neoliberais. Assim, o projeto não é declaradamente socialista, como também não é favorável a uma economia de mercado pautada pelo neoliberalismo e também incita formas de democracia direta, com conselhos populares, assembléias e etc. O fruto de tal análise é de um capitalismo fortemente regulado pelo Estado pelos movimentos sociais (estes representados pelo PT).

No plano interno o programa defende a ampliação e a atuação do governo, juntamente com as Estatais, de construir e ampliar um mercado interno de massa, onde a lógica de acumulação esteja submetida aos interesses da população e seus instrumentos regulatórios como nos mostram o documento:

(...) elevar os patamares de cidadania e participação, criando mecanismos de democratização dos instrumentos de regulação e execução da política econômica (como câmaras setoriais, conselhos de gestão de fundos públicos, organizações de trabalhadores e de consumidores etc.), de modo a possibilitar a participação de diferentes segmentos da sociedade civil nas instâncias de ação governamental e na gestão da vida do país (PT, 1994, p. 42).

Na área rural o programa defende o fortalecimento da agricultura familiar, a reforma agrária (aqui chamadas de democratização da propriedade da terra), estímulos a formação de cooperativas e a desapropriação de propriedade desde que sejam de interesse popular.

A política externa deveria guiar para o fortalecimento de relações com os países que não fazem parte do primeiro mundo, como: China, África do Sul, Rússia, Índias e outras potências fora da influência direta das grandes potências imperialistas. Uma das metas da política externa era de ampliar e desenvolver a outro patamar o comércio com os países da América Latina (PT, 1994).

Por fim, o programa não se mostrou contrário a entrada de capitais externos, mas esses deviam ser submetidos ao controle popular e seus órgãos de regulação, que seriam destinados ao uso social e produtivo e não para o enriquecimento de poucos pela especulação. O documento também não afirma que se decretará a moratória logo de imediato de uma possível posse de Lula, mas afirma que faria uma auditoria para ver a viabilidade do pagamento daquilo que seria considerado justo e decretaria moratória para aquelas dívidas que impedisse o governo de centrar seus recursos em investimentos a longo prazo na área social (PT, 1994).

Ao contrário do programa político do PT, as propostas de governo do PSDB induzia o leitor a pensar que ele foi inteiramente escrito pelo seu candidato. O Nome de Fernando Henrique aparece como único autor do programa, publicado na forma de um livro (também muito extenso) de 300 páginas, que compõe as principais propostas e divididas em cinco capítulos: Um novo projeto para o desenvolvimento; A construção de um novo país; As cinco metas prioritárias e setores complementares; A reforma do Estado; A parceria Estado-Sociedade (CARDOSO, 1994).

A escrita do livro também é acadêmica, com o uso abusivo de dados o texto e bastante descritivo, mas o grosso de seu projeto é de natureza econômica (infra-estrutura, inflação, política industrial) e de reformas institucionais (previdência social, administrativa e fiscal), onde a solução de todos os problemas emana da ação do Estado (este elemento se torna evidente no último capítulo onde se propõe uma "parceria" entre Estado e sociedade) (CARDOSO, 1994).

O texto inteiro gira em torno do eixo de criar um novo projeto para o Brasil, de integração econômica à "modernidade" externa, de diminuir o Estado, de fazer reformas para que redefina a forma de desenvolvimento do país, que não fosse mais atrelada ao modelo do desenvolvimentismo tão criticado no início do texto ao ser considerado anacrônico ao momento que o mundo vivia nos anos 90 (CARDOSO, 1994).

As três condições necessárias na redefinição de desenvolvimento para o Brasil eram, na perspectiva do programa:

a) refazer o esquema de financiamento do desenvolvimento b) eleger a criação de empregos como forma mais efetiva e duradoura de distribuição de renda; c) fortalecer o poder político decisório (inclusive sobre o próprio aparelho do Estado, que deve ser reformado) para a realização eficiente de projetos sociais compensatórios e para a defesa dos interesses nacionais em plano internacional (CARDOSO, 1994, p. 11).

Esse novo modelo econômico oriundo desse projeto de redefinição do desenvolvimento do país deveria ter uma dimensão internacional, que acompanhasse o processo de internacionalização do processo produtivo, da circulação livre de mercadorias, de capitais (aqui sempre referidos como "investimentos") e de relações de emprego. Desse modo, o foco da política econômica de seu então eventual governo seria da inserção do Brasil na economia internacionalizada, visto positivamente como elemento que retomaria o crescimento. Na perspectiva do texto a estratégia para o desenvolvimento deve ser pautada pela estabilidade econômica, não somente da moeda, mas, sobretudo, na definição de regras básicas que estabeleçam a livre circulação de "investimentos" e redefinir as formas de financiamento para o desenvolvimento "social".

As bases para a implementação do novo projeto de desenvolvimento do Brasil, ou seja, as bases para se seguir a cartilha neoliberal, seria a manutenção da estabilidade econômica alcançada pelo Plano Real, aproveitando as suas potencialidades para "organizar" o Estado brasileiro. O maior motivo da desorganização do Estado era o seu modelo "falido" de desenvolvimento industrial atrelado a ele, o protecionismo e a "falência" das estatais:

(...) Por trás da desorganização do Estado e das dificuldades da economia que a inflação expressava, está o esgotamento do nosso *modelo de desenvolvimento* baseado na industrialização protegida. É preciso definir e implementar um novo modelo de desenvolvimento que combata a miséria, modere a distribuição de renda, assegure a inserção inteligente da economia no mundo e reorganize o Estado (CARDOSO, 1994, p. 15).

Com isso, a proposta de governo defende a abertura da economia como forma supostamente de acirrar a competição entre as empresas, melhorando o seu funcionamento, modernizando-as e as preparando para a economia internacionalizada. O tema sobre educação é totalmente atrelado ao desenvolvimento econômico e a ampliação dos investimentos nesse setor deverá ser funcional a criação de profissionais mais capacitados as novas tecnologias e exigências do mercado. "População mais educada, novas tecnologias e um setor produtivo dinâmico e inovador são as receitas básicas para a inserção do Brasil na economia internacional" (CARDOSO, 1994, p. 15).

Na indústria se visava a sua modernização e o foco na produção de bens e, principalmente, de serviços. Defendiam também a modernização da agricultura com maquinário e trabalhadores especializados, a ampliação das terras para serem exploradas, não somente pela produção agrícola, mas na extração das riquezas naturais e do turismo.

Todos os recursos para a efetivação desses pontos apresentados do plano de governo de FHC viriam a partir de seis fontes:

(...) as verbas tradicionais do orçamento público, senado e revigorado por uma reforma fiscal; os fundos provenientes do processo de privatização; a criação de um Fundo de Financiamento do Desenvolvimento, usando parte das reservas internacionais do país; a participação dos mercados financeiros nacional e internacional, mediante a impressão de títulos de longo prazo, possibilidade concreta a partir da estabilização macroeconômica; a definição de uma nova parceria com o setor privado na realização de investimentos públicos, na forma de concessões ou de associações com empresas nacionais e estrangeiras; e, finalmente, as fontes usuais de financiamento externo (CARDOSO, 1994, p. 17).

Assim, a consequência da crescente parceria com o setor privado resultaria na redefinição do Estado na sua atividade reguladora, na propriedade e administração da infraestrutura nacional, na intenção de evitar os monopólios que impedem a livre concorrência, os abusos de poder que levam concentrações de poder econômico nas mãos de uma só empresa controlada pelo Estado. O governo deve (des)regular a prestação dos serviços públicos no interesse do cidadão, mas levando em conta os seus interesses estratégicos (CARDOSO, 1994).

Por fim, o documento afirma que toda a miséria e desigualdade social seriam erradicadas com a concretização das cinco metas (emprego, educação, saúde, agricultura e segurança) - tão popularizadas a partir do *jingle* de seu horário político que incitava a população a levantar suas mãos para a concretização daquilo que o PSDB achava mais essencial para a transformação do país. Essas metas seria um projeto a longo prazo, uma forma de guia do governo, que viabilizaria essa nova proposta de desenvolvimento defendida pela proposta de governo de FHC.

O partido acompanhava o discurso de modernização econômica, da adequação do Brasil ao novo paradigma tecnológico sob o risco de ficar ultrapassado, propondo um programa de abertura econômica e comercial e de renegociação da dívida externa de forma "responsável", na intenção de atrair investimentos externos e de tecnologia, o que em tese superaria o "atraso" com a nova inserção do Brasil ao mercado mundial. Em suma, o programa do PSDB combinava elementos do *keynesianismo* e do desenvolvimentismo, mas com uma conotação neoliberal moderada (MACIEL, 2008, p. 282-290).

Essa posição do PSDB permitiu que este fosse visto como a opção mais confiável, tanto para os setores populares que ainda sonhavam com um papel regulatório e

intervencionista do Estado, quanto para os setores que já haviam aderido ao projeto neoliberal. Mas foi com a crise política do *impeachment* e a ascensão de Itamar Franco e a nomeação de FHC para o Ministério da Fazenda que criaram as bases para o PSDB tivesse uma capacidade hegemônica de conduzir a continuidade das reformas neoliberais se tornando um dos pilares de sustentação de seu governo, conferindo ao partido a supremacia de polarizar a disputa política em torno de seu candidato nas eleições de 1994.

Todos os esforços de FHC no Ministério da Fazenda foram em torno da elaboração, consolidação e continuação do Plano Real subordinado às suas intenções de se candidatar a presidente em 1994, ou seja, toda a estratégia de combate à inflação, todo o arcabouço teórico desenvolvido do plano deveriam estar compromissados com a sua manutenção até as eleições de 1994. Assim, a redução da inflação com base em uma moeda ancorada no dólar era apenas uma etapa inicial de um processo bem mais amplo de reformas estruturais de conteúdo neoliberal que envolveu a reforma do Estado, a radicalização do processo de privatização, de abertura econômica e financeira, juntamente com o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais adquiridos na Constituição de 1988 (PAULANI e PATO, 2005).

Após o fracasso de uma aliança eleitoral com o PMDB, por causa da insistência de Orestes Quécia em lançar candidato à presidência, FHC passou a cortejar o PFL, que na época era o segundo maior partido do Congresso e possuía uma grande máquina eleitoral e se enquadrava perfeitamente como um parceiro na aliança neoliberal. A aliança entre PSDB-PFL (e mais tarde PTB) se sustentava em torno dos interesses de setores ligados ao capital monopolista interno e externo e de setores ligados ao agronegócio, dos grandes proprietários de terra, do médio e do pequeno capital (MACIEL, 2012, p. 54).

### **2.3.1 Dinâmica eleitoral e a vitória do Real**

Para compreendermos melhor a dinâmica eleitoral das eleições de 1994 faremos um recorte de março a outubro do mesmo ano, para mapear melhor o ambiente e a forma que a imprensa tratou este assunto. Anteriormente analisamos as propostas e os projetos que estavam em jogo com as candidaturas de Lula (PT) e Fernando Henrique (PSDB), agora veremos como foi o decorrer das campanhas, das falas e das denúncias que aconteceram de

março a outubro, no intuito de compreender como o favoritismo de Lula foi vencido pelo sucesso inicial do Plano Real.

O documento "Tucanos e quepes" publicado na ISTOÉ em março de 1994, na corrida inicial das eleições, o que nos interessa nesse documento é de como este demonstra a articulação do então presidente Itamar Franco em colocar um nome de confiança que mantivesse as bases estruturais do Plano Real, ao mesmo tempo em que FHC recorria ao apoio dos militares (que desde a posse de Itamar já estavam presentes nos cargos de alto escalão do governo) para concretizar sua jornada contra seu principal oponente: o PT.

Em março de 93 o presidente Itamar Franco implantou uma mini-reforma ministerial que privilegiava a candidatura de FHC e consolidou também uma tendência de militarização do primeiro escalão em seu governo. Abriu-se espaço para a futura candidatura de FHC ao colocar na pasta de Planejamento Beni Versas (PSDB-CE), seu aliado próximo e fechando as possibilidades para a indicação de algum político de outro partido para a Fazenda, deixando como o mais cotado Pedro Malan (presidente do Banco Central) (ISTOÉ 09/03/94, p. 26), mas que mais tarde acabou tendo como sucessor Rubens Ricupero.

A tendência de militarização dos cargos do alto escalão do governo Itamar é bastante clara, onde sete militares ocupavam cargos do primeiro escalão, dentre alguns: Rubens Bayma Denys (chefe do Gabinete Militar do governo Sarney) que ocupava o Ministério dos Transportes, Fernando Cardoso (Gabinete Militar), Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena (Ministério do Exército), Ivan de Silveira Serpa (Ministério da Marinha) (ISTOÉ 09/03/94, p. 26).

O espaço dos militares no governo Itamar era também presente em outros gabinetes estratégicos: o brigadeiro Adyr da Silva (presidente da Telebrás), o coronel Wilson Romão (diretor geral da Polícia Federal) e o general Newton Moreira Rodrigues (superintendente da Sudene) (ISTOÉ 09/03/94, p. 26).

Em março de 1994 na FHC afirmou a ISTOÉ em março de 1994 sobre as suas intenções a candidatura a Presidência nas eleições no final daquele mesmo ano, como ilustra a fonte "Candidato Real", assinado pelos jornalistas Luciano Suassuna e Chico Mendonça, em que afirma o argumento também defendido nessa pesquisa que FHC começou a ser bem cotado para vaga na Presidência conforme foi o sucesso do Plano Econômico. As principais

lideranças políticas da direita afirmavam que se ele controlasse a inflação, seria sem dúvidas o candidato de maior expressão da direita, na fala de Antônio Carlos Magalhães (PFL): "Se ele debelar a inflação, se torna forte candidato á Presidência, em qualquer aliança". Tasso Jereitassati (presidente do PSDB), na véspera do lançamento da URV, já deixava claro a preferência de seu partido: "No dia 30, todos nós vamos a Brasília para tirá-lo da cadeira, nem que seja a força". E assim concluía Delfim Netto (PPR-SP): "É lógico que ele vai ser candidato" (ISTOÉ 09/03/94, p. 24).

Antes mesmo de ser oficializada a sua candidatura, FHC expunha a sua intenção de combater o que ele chamava de "oligopólio da esquerda" (SUASSUNA; MENDONÇA, 09/03/94, p. 24) controlado por Lula. Um dos motivos que aliou a direita em torno da candidatura de FHC (PSDB, PMDB e PFL) foi pelo fato de todos eles serem anti-Lula. Nesse sentido, o candidato mais forte para ser o anti-Lula seria FHC, mas que dependeria, antes de mais nada, do sucesso de seu plano econômico (SUASSUNA; MENDONÇA, 09/03/94, p. 24).

O início da aproximação entre PSDB e PFL em torno da candidatura de FHC foi selado na véspera de ano-novo em seu apartamento, sob a companhia de Tasso Jereitassati (presidente do PSDB) e de Antônio Carlos Magalhães (então governador da Bahia), que deixava claro a sua intenção de encabeçar seu filho Luís Eduardo Magalhães a vice numa eventual aliança PSDB-PFL (SUASSUNA; MENDONÇA, 09/03/94, p. 24).

Para o PT, nas palavras do então deputado José Genoíno (PT-SP): "Esta aliança não tem futuro eleitoral" e "Vai ser só mostrar na televisão quem são as companhias do Fernando Henrique" (SUASSUNA; MENDONÇA, 09/03/94, p. 24). O PT tentou como manobra atrair os setores de centro do PSDB, que estavam descontentes com a aliança com o PFL, mas não obteve sucesso por ser apenas uma minoria dentro os tucanos baianos que tinham receio com o aproximamento do partido com ACM. Nas palavras de Jutahy Magalhães Júnior (candidato pelo PSDB ao governo da Bahia) "A chapa FHC-Luis Eduardo é um Frankenstein. Tem a cabeça socialista e os pés fascistas" (SUASSUNA; MENDONÇA, 09/03/94, p. 24).

No documento "Candidato FHC entra na briga", publicado pela ISTOÉ em março de 1994, sob a autoria de Jorgemar Felix e Raymundo Costa, a fonte nos mostra que foi somente daquele momento que FHC anunciou a sua candidatura para a Presidência, o que de fato não trouxe tamanha surpresa para a mídia e a população, pois eram vários os anúncios de apoio e

a sua articulação interna para deixar o seu cargo e anuncia em uma entrevista coletiva no Ministério da Fazenda "Levarei a campanha presidencial em termos absolutamente corretos. Não participarei nem de ataques nem de defesas que sejam inadequados" (FELIX; COSTA, 30/03/94, p. 41).

As três maiores dúvidas que o então Ministro Fernando Henrique Cardoso tinha eram, conforme indica a fonte: o futuro incerto do plano econômico, se o candidato vai ter forças políticas para participar na escolha de seu sucessor no Ministério da Fazenda do governo Itamar Franco e se a aliança ACM-PFL iria angariar votos para o PSDB no Nordeste (FELIX; COSTA, 30/03/94, p. 41).

Segundo FHC, com base na fonte, sobre a questão de seu substituto no Ministério da Fazenda, tudo estaria resolvido com o presidente Itamar Franco. Sendo assim, ele chegou a afirmar no final de março de 1994 de forma autoritária e personalista "O plano é meu, Itamar mesmo disse, e não encontrarei dificuldades com o meu sucessor na Fazenda" (FELIX; COSTA, 30/03/94, p. 41).

Sobre a aliança com o PFL, ele se encontrava um pouco conturbada no momento de lançamento da candidatura de FHC, pois a ala baiana do PSDB não aceitava um acordo com ACM, muito menos com um vice de seu partido (FELIX; COSTA, 30/03/94, p. 41). Mas Jorge Bornhausen (presidente do PFL) já avisava "Eu não vou fazer um acordo para perder" e "O partido precisa se ver identificado para trabalhar numa campanha" e conclui "Se o PSDB decidir aceitar nosso vice, em 48 horas decido essa situação e indicaremos um nome" (FELIX; COSTA, 30/03/94, p. 41).

Cansado de esperar um posicionamento mais concreto de FHC, que mesmo assediado pela mídia e pelos empresários ficava sempre na retaguarda, Paulo Maluff (PPR-SP) assumiu publicamente sua candidatura em março de 1994, mesmo sendo desencorajado pelos seus principais aliados optou pela candidatura em um momento que ele sofria um isolamento e falta de apoio político, por não conseguir aliança política com o PP e o PTB (FELIX; COSTA, 30/03/94, p. 41).

Mesmo parecendo claro a preferência do empresariado na candidatura de FHC, ao analisarmos as fontes do período nos mostra que havia sim uma larga preferência ao candidato do PSDB, mas havia um grande temor que a sua saída do Ministério da Fazenda

prejudicaria o plano, fato que por um momento gerou um questionamento sobre o apoio a candidatura de FHC, como nos mostra a fonte "A voz dos empresários", sob a autoria de Carlos José Marques, publicada na ISTOÉ em finais de março de 1994, que tem a nítida intenção de forjar um clima de estabilidade em torno da manutenção do Plano ao mesmo tempo em que apoiava a candidatura de FHC.

Em um encontro com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília em março de 1994 os empresários:

(...) Propuseram um cordão de isolamento a favor de sua eleição e contra o adiamento da revisão constitucional. Eram 300 industriais que disseram com todas as letras serem favoráveis ao lançamento do seu nome na cesta de presidenciáveis. "Se o ministro sair, não haverá riscos para o plano", alegou Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Fiesp. "Seu trabalho político agora é uma etapa importante para a candidatura", reforçou Emílio Odebrecht, controlador de uma das maiores empreiteiras do País. "O plano pode continuar sem FHC no governo, por que não?", assinalou Jorge Gerdau Johannpeter, capitão da siderurgia privada (MARQUES, 30/03/94, p. 43).

Mas em uma pesquisa da consultora Ernst & Young revelou uma postura contraditória do empresariado brasileiro, onde 90% dos 141 maiores empresário do Brasil achavam que as eleições atrapalhariam o futuro do plano (MARQUES, 30/03/94, p. 43). Entidades empresariais de várias partes do país (dentre elas a Fiesp) em março de 94 elaborou uma "Carta ao Governo" em que deixavam bastante claro que dariam apoio a FHC somente se este estivesse comprometido a manutenção do plano econômico e implementar as reformas no Estado (MARQUES, 30/03/94, p. 43).

O início do mês de abril de 1994 marcou o início da corrida a faixa presidencial, conforme nos mostra a fonte "Acidentes de largada" publicada na ISTOÉ (06/04/94); o interesse que temos nessa fonte é de como esse momento sinaliza um revigoramento na campanha de FHC com a desistência de Maluf, os problemas do PMDB em lançar uma candidatura e somada às divergências entre FHC e Itamar, mostrou um confuso início da disputa eleitoral.

Maluf desistira de sua candidatura, conforme a fonte, para não largar o terceiro maior orçamento do país de US\$ 3,5 bilhões anuais, referido a cidade de São Paulo, mas declarou a sua intenção de disputar em 1998, mesmo 86% de seus eleitores ter defendido a sua permanência na Prefeitura a não viabilização de sua candidatura provocou um grande desacordo com o seu partido (PPR) (ISTOÉ, 06/04/94, p. 21).

No mesmo dia da desistência de Maluf, FHC deixou o Ministério da Fazenda para voltar ao seu mandato de senador e assim declarando oficialmente a sua candidatura (ISTOÉ, 06/04/94, p. 21). Mesmo sendo o candidato oficial, por ser apoiado pelo então presidente Itamar Franco, FHC tinha dois desafios iniciais em sua campanha: lidar com as divergências internas dentro do PSDB em torno da indicação do vice de sua chapa e manter o sucesso do plano, que era o pilar da aliança de FHC com o empresariado (ISTOÉ, 06/04/94, p. 21).

As divergências com Itamar Franco se aprofundaram em torno da indicação do substituto para o Ministério da Fazenda. O nome mais cotado para o candidato era Pedro Malan (presidente do Banco Central), mas quem acabou ocupando o Ministério fora Rubens Recupero a convite do presidente (ISTOÉ, 06/04/94, p. 21).

O PMDB se encontrava internamente em uma disputa em torno dos nomes Orestes Quércia (ex-governador de São Paulo) e José Sarney (ex-presidente da República), tendo uma maior preferência ao segundo (11% das intenções contra 5% de Quércia) (ISTOÉ, 06/04/94, p. 23), conforme nos indica a matéria a mesma fonte.

O PT se encontrava, no início da candidatura com Lula, com um dilema com a Igreja em torno de temas como a legalização do aborto e ampliação dos direitos civis aos casais homossexuais como: permissão ao casamento, à herança e a adoção de filhos (ISTOÉ, 06/04/94, p. 22).

A defesa de tais direitos chocou a Igreja, que desde a formação do partido fora uma importante aliada junto aos movimentos sociais, o que gerou graves críticas ao PT. O arcebispo de João Pessoa, José Maria Pires (conhecido como dom Pelé ou dom Zumbi), alertava "Lula quando o Fernando Henrique disse que era ateu (na campanha para a Prefeitura de São Paulo, em 1985) ele prejudicou a si próprio. Mas quando você fala de aborto, prejudica muita gente. Por isso, não vou votar em você" (ISTOÉ, 06/04/94, p. 22).

Tal afirmação provocou um recuo do partido a suas posições em relação ao aborto e aos casais homossexuais, o que levaram José Genuíno (PT-SP) afirmar "Cometemos um erro" e o deputado José Fortunati (PT-RS) "Na convenção, vamos tirar do programa essas duas questões" (ISTOÉ, 06/04/94, p. 22). Além de mudar as suas posições o PT fez várias caravanas ao Nordeste (seu principal núcleo eleitoral) em busca de um maior apoio em torno da candidatura de Lula (ISTOÉ, 06/04/94, p. 22).

Em abril de 94 a Revista ISTOÉ declarava:

Com a campanha na rua há cinco anos, o PT é que possui hoje a estrutura mais organizada. Até 1º de maio, quando vai registrar a candidatura de Lula, o partido pretende realizar um total de cinco caravanas, com o objetivo de alcançar o eleitorado de municípios com menos de 200 mil habitantes. Em comparação com a disputa em 1989, Lula conseguiu ampliar sensivelmente a preferência por seu nome em cidades pequenas e na faixa de eleitores com menos grau de instrução e de renda até dois salários mínimos (ISTOÉ, 06/04/94, p. 22).

O posicionamento do PT e de Lula era de crítica ao plano econômico desde o início de sua elaboração, mas que em virtude do sucesso inicial do Plano Real e de queda nos índices de inflação sua posição passou a ser de manutenção do plano se acaso ele fosse eleito, levando FHC (com receio do sucesso do PT) a rebater "Se Lula diz que vai manter o plano, por que não me deixa geri-lo, já que sou eu o autor?" (ISTOÉ, 06/04/94, p. 23).

O documento "Teoria da dependência", publicado na ISTOÉ em 13/04/94, revela os dilemas do PSDB no percurso das eleições, que sempre teve um dilema por ser um partido urbano e predominante nas regiões Sul e principalmente Sudeste, mas, nas eleições de 1994, essa característica tentou se driblada com a aliança ao PFL (sendo esta a dependência com ele), para poder então atingir o eleitorado do Nordeste (principal eleitorado do PT) ao aliar-se com as oligarquias tradicionais (como ACM) (ISTOÉ, 13/04/94, p. 27).

Até então, em meados de 1994, existia uma idéia de que o PSDB era um partido de centro-esquerda que havia migrado para a direita com a sua aliança com o PFL (ISTOÉ, 13/04/94, p. 27). Para vários intelectuais, como para o filósofo Artur Giannotti (presidente do Cebrap), o PSDB perdeu o seu conteúdo centro-esquerda por aderir ao fisiologismo e ser conivente ao histórico de corrupção do PFL (ISTOÉ, 13/04/94, p. 27-28).

Nesse contexto, ambos partidos eram dependentes um do outro. O PFL via no PSDB uma forma de penetrar no poder federal, incorporando vários cargos e ampliando a sua força política nacionalmente (ISTOÉ, 13/04/94, p. 27-28). Enquanto o PSDB via tal aliança como a única forma de vir a ser um partido com abrangência nacional, que não restringia aos núcleos urbanos do Sul e Sudeste (ISTOÉ, 13/04/94, p. 27-28).

Na fonte "Dificuldades contornáveis na aliança PSDB-PFL", publicada na Folha de São Paulo e de autoria de Miguel Real Júnior, se torna válida para nossa análise ao ressaltar as dificuldades iniciais no plano ideológico da aliança entre PSDB e PFL, mas com o intento de

apaziguar os ânimos da burguesia e criar um consenso entre a população afirmava que no plano material tal aliança estava concatenada que resultaria em um avanço para todo o país.

As dificuldades na aliança entre PSDB e PFL se encontravam somente no plano ideológico, como aponta a perspectiva do documento, na dificuldade de aliar o pensamento social democrata com as alas neoliberais mais radicais do PFL. Mas o que os une é o pensamento de valorização do mercado na defesa da livre concorrência e iniciativa, cumprindo sua tarefa social de criar mais postos de trabalho e promover a distribuição das riquezas. A redução do Estado será o foco central de tal aliança, consonância com as reformas e pelo ajuste fiscal já iniciado com FHC ocupando o Ministério da Fazenda (JÚNIOR, 30/03/94, p. 15).

Em finais de abril o deputado Luíz Eduardo Magalhães, líder do PFL (filho de Antônio Carlos Magalhães), foi o cotado a ocupar a vaga de vice-presidente junto com FHC na chapa que o encabeçava a presidente da república. Na verdade a sua escolha foi fruto da pressão do PFL em ocupar tal cargo, tendo em vista que ele seria o maior partido que se aliava a Cardoso e o PSDB para as eleições em 94.

Emanuel Neri (16/05/94) na matéria "PSDB faz a convenção sem programa", publicado na Folha de São Paulo, revelava que os tropeços iniciais da candidatura de FHC a presidência têm várias semelhanças do que ocorreu em 89 com a candidatura de Mário Covas. As mesmas dificuldades os abateram, como: na hora da escolha do vice; para firmar no segundo maior colegiado eleitoral do país, o Nordeste; baixa intenção de votos no início da campanha; um programa que contém características da direita e da esquerda. Por fim, todos esses casos apontaram para uma crise interna no partido, que não sabia ainda captar um programa político que contentasse os empresários e a população em geral. O relevante é que a fonte mostra o despreparo do PSDB em encarar as eleições, principalmente por fazer uma convenção sem um programa e uma campanha com temas que ainda estavam sendo esboçados, mas o discurso imbuído na fonte era como uma forma de atentar o leitor para as consequências que tal desorganização poderia acarretar no desenrolar do processo eleitoral.

O programa do PSDB para as eleições somente foi concretizado somente em agosto de 94, mas em março (em uma nota em vários jornais da grande imprensa) o partido apresenta um esboço das intenções de governo de FHC, as principais metas do programa eram: combate a inflação, com a previsão de queda definitiva a dois ou três anos; ampliação na criação de

empregos vinculada ao combate à inflação, para isso a educação será vista como elemento central na qualificação da mão-de-obra; modernização da agricultura, com prioridades aos programas de irrigação no Nordeste e reformas agrárias seletivas; a desoneração da folha de salários com os encargos indiretos e, por fim, a criação de uma receita própria para a saúde, que a garanta investimentos sem pesar o déficit público (NERI, 16/05/94).

Um documento de suma importância que ilustra o momento de dificuldades entre a aliança PSDB-PFL se trata da matéria publicada na Folha, em maio de 1994, "A aliança PFL-PSDB", pois mostra um posicionamento interno do PFL ao ser assinado por Marco Maciel (Senador do PFL-PE e ex-ministro da Educação no Governo Sarney). Logicamente este exaltará que tal aliança não passa por nenhum problema e que ambas estão em sintonias com a "modernidade", ou melhor, com a imposição e ampliação da agenda neoliberal, mas cabemos nos problematizar que a publicação de tal matéria está vinculada ao desgaste que o PSDB teve de lidar para a sua efetivação, ao mesmo tempo em que a vitória de FHC não era garantida.

A fonte revela o posicionamento do então senador pelo PFL Marco Maciel acerca da aliança com o PSDB, bem como as posições centrais do partido em relação ao Estado, democracia e o mercado. Marco Maciel defende que o PFL não é somente um partido que defende o livre cambismo, mas é ,sobretudo, uma luta pelo liberalismo que alia os preceitos de liberdade do mercado como elemento central na construção de uma sólida democracia. Explica que não é conturbada a aliança de liberais democratas (PFL) com social-democratas (PSDB), pois o que os une no Brasil, segundo ele, a:

(...) liberal-democracia e a social-democracia concordam sobre qual deva ser o papel do Estado e sabem que funções podem cumprir o mercado. **A liberdade de mercado não pode significar liberdade para estabelecer monopólios, oligopólios ou eliminar a concorrência.** Sabem que o Estado deve intervir para reprimir abusos, evitar a concentração do poder, seja ele político ou econômico, e promover, sempre que necessário mecanismos para assegurar a livre competição (MACIEL, 17/05/94, p. 87).

Além dos problemas da aliança entre o PSDB e o PFL, o mês de maio foi marcado por um período de mobilização de diversas categorias dos funcionários públicos e em várias regiões do país em torno da candidatura de Lula. Um dos motivos centrais dessa escalada de greves foi a intenção de chamar atenção da sociedade para as reformas neoliberais que seriam acarretadas com a eleição de FHC e também o esforço de emplacar Lula no segundo turno. Tal tática de greves e paralisações também ocorreu nas eleições de 1989, quando os

grevistas conseguiram chamar atenção da sociedade ao colocarem Lula no segundo turno, ultrapassando Brizola.

A fonte "Radicais Livres", publicada na ISTOÉ é crucial para ilustrar o momento de escalada de greves que ocorre a partir de maio de 1994, apresentando um contexto geral das mobilizações, bem como o uso do aparato repressivo do Estado (articulado por Itamar Franco) para sufocar as manifestações. Segundo a mesma fonte, essa movimentação deflagrou (em tom de alarde) no:

(...) maior teatro de guerra do País, desde o ocaso do regime militar. Ao longo das 72 horas seguintes, o Exército colocou em estado de prontidão mais de 10% de seu efetivo, ocupou imóveis públicos em três capitais, fechou ruas e tomou a Ponte da Amizade, que separa o Brasil do Paraguai. O governo Itamar abrigou, enfim, uma operação duas vezes rejeitada por presidentes do regime militar: o desembarque de paraquedistas em plena Praça dos três poderes (ISTOÉ, 18/05/94, p. 20).

A escalada de greves foi também acompanhada por uma escalada militarizada no Governo Itamar, pois além de intervir com uso militar na greve da Polícia Federal e atirar em seus policiais em 94, ele também - pelo uso de espionagem - usou de relatórios produzidos pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) sobre a movimentação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do MST (Movimento dos Sem Terra), que segundo o governo, estariam fazendo greves para desestabilizar o Plano Real e desmoralizar a candidatura de Fernando Henrique à Presidência, o que justificou a intervenção militar ao movimento grevista de 94 (ISTOÉ, 10/05/94, p. 19-22).

A postura repressiva e militarista dada ao governo para a greve de 1994 pode ser clara na fala do Ministro-chefe, Mário César Flores (almirante das Forças Armadas), da Secretaria de Assuntos Estratégicos: "Se vocês querem confronto, vai ter confronto. Eles são sete mil, nós somos 160 mil. Eles são delinqüentes. E se tiver que morrer gente, morre. Nós vamos intervir e restabelecer a ordem" (ISTOÉ, 18/05/94, p. 19).

Os partidos de direita viram essa escalada de greves de 1994 como uma margem de manobra da CUT para dar força a candidatura do PT, escolhendo um mês emblemático para o movimento (mês de maio) para articular uma greve nacional (ISTOÉ, 18/05/94, p. 19-22). E de fato a greve foi nacional.

As principais greves e manifestações que eclodiram no Brasil de 94 foram: os policiais federais, que ficaram paradas por dois meses, sendo reprimidos pelo exército que ocupou as

suas sedes de Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Belém e substituiu a polícia na fronteira com o Paraguai (ISTOÉ, 18/05/94, p. 19-22).

Os funcionários públicos federais também pararam em grande parte do Brasil (menos na região Sul e nos estados de Mato Grosso do Sul, Maranhão Piauí e Espírito Santo), onde de acordo com o DIEESE (ISTOÉ, 18/05/94, p. 21) entre 330 mil e 611 mil trabalhadores estavam paralisados desde abril.

No Estado de São Paulo os funcionários estaduais da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo) paralisaram. Aderiram a greve também os trabalhadores do transporte público (metroviários, motoristas e cobradores de ônibus) que geraram o maior congestionamento da história de São Paulo até então: 130 quilômetros (ISTOÉ, 18/05/94, p. 21).

Os militantes do MST também engrossaram a reação ao governo ao ocupar prédios em 18 capitais, utilizando os instrumentos de seu trabalho: foices e facões. As autoridades interpretaram isso como uma forma de agressão que teve como momento dramático na ocupação do prédio da Receita Federal em Porto Alegre, onde cerca de dois mil manifestantes foram reprimidos pela Brigada Militar a cacetadas e tiros de gás lacrimogênio (ISTOÉ, 18/05/94, p. 21).

O ano de 94 foi interpretado como uma escalada de greves por quebrar com um marasma que havia em comparação com 89, que tinha uma média mensal de 183 greves, 92 e 93 contabilizou 52 e 61 greves mensais, enquanto 94 (mesmo tímida em relação a 89) ocorreram 68 greves de janeiro a março, como registrou o DIEESE (ISTOÉ, 18/05/94).

Cada movimento grevista tinha a sua pauta específica, mas apesar das condições específicas que envolvia cada categoria, o trabalhador brasileiro em 1994 tinha uma satisfação em comum: eles se sentiam prejudicados com a conversão de seus salários em URV e que também o novo plano econômico (lembrando que o Real seria lançado em julho do mesmo ano) e o projeto neoliberal do governo não iria promover uma melhoria de suas vidas, pois o tão conhecido arrocho salarial se expressou no baixíssimo salário mínimo (64,79 URVs), nas péssimas condições de trabalho dos servidores públicos (em função do sucateamento de seus

órgãos) e na extrema concentração de terra que ceifava a vida de milhares de trabalhadores no campo.

Uma fonte de suma importância para mapearmos o panorama eleitoral de 1994 se trata da matéria "Quando setembro chegar", publicada na ISTOÉ em abril de 1994 e assinada por Luciano Suassuna, nos mostrando que logo no início das campanhas presidenciais, as pesquisas mostravam um favoritismo de Lula que tinha 40% das intenções de voto, enquanto FHC tinha somente 12% (SUASSUNA, 03/08/94, p. 20). Tal quadro se expressou no tamanho interesse do PSDB em fechar a sua aliança com o PFL.

A aliança com o PFL (atual DEM) somente veio a se concretizar em maio de 94, sendo também incluído nessa coligação o PTB, o que melhorou um pouco a margem de votos de FHC, subindo de 12% a 17%, mas, mesmo assim, a vitória de Lula (PT) já era dada, pois naquele momento o candidato possuía 41% das intenções de votos. A grande margem de votos que Lula obteve veio acompanhada na escalada de greves eclodida no mesmo mês (SUASSUNA, 03/08/94, p. 21).

O rumo das eleições começou a mudar em junho de 94, próximo ao lançamento do Plano Real, onde Lula criticou abertamente o Plano em rede nacional (referimos a matéria expressa no Jornal nacional em Junho de 1994) alegando que o Plano estava servindo como arma eleitoral a FHC. Mas foi no decorrer do mês de junho que surgiram denúncias ao seu vice José Paulo Bisol (PSB-RS), sendo então substituído por Aloízio Mercadante (PT-SP). Mas foi no final no mês, em meio a proximidade do lançamento da nova moeda, que FHC (PSDB) obteve um empate técnico com Lula (PT), onde ambos possuíam cerca de 30% dos votos.

Quando a nova moeda foi lançada, em julho de 1994, houve uma estabilização dos preços o que elevou a popularidade do candidato do Real. Uma característica interessante foi o destaque dado a moeda de 50 centavos na propaganda eleitoral na TV mostrando que o seu poder compra em relação aos vários itens da cesta básica. Esse foi o momento crucial na campanha de FHC, pois os vários eleitores indecisos que se sentiam beneficiados pelo novo Plano (por ter tirado o país do medo da hiperinflação e aumentado o poder de compra do trabalhador) acabaram por apoiar FHC na liderança nas pesquisas no mesmo mês.

Em agosto de 94, FHC festejou a sua primeira alavancada nas pesquisas contra o seu oponente Lula, o sucesso de seu plano de governo bem recebido pelo empresariado e também pela conquista de apoio de vários políticos adversários como: Wilson Martins (então candidato a governador do Mato Grosso do Sul pelo PMDB), Aluizio Alves (Ministro da Integração Nacional do governo Itamar pelo PMDB), Odacir Soares (PFL-RO), Paulo Octávio ("collorido" de carteirinha pelo PRN-DF), Luiz Estevão (PP-DF) (SUASSUNA, 03/08/94, p. 20-22).

Mas mesmo a frente das pesquisas eleitorais, o então candidato FHC sabia que a sua eleição estava diretamente ligada ao sucesso do Plano Real, participando indiretamente nas direções do Plano, se reunindo com Itamar em agosto de 94 para tratar dos temas que apresentavam perigo ao plano e a sua campanha o que transmitiu a sua preocupação com o aumento dos salários do funcionalismo público e o aumento das tarifas nos combustíveis e telefônicas a partir da pressão da Petrobras e Telebrás (SUASSUNA, 03/08/94, p. 20-22).

Em relação ao funcionalismo público, a CUT estava preparando uma grande manifestação em setembro, mês do reajuste do funcionalismo, para pressionar o governo aumentar o salário mínimo e de reajuste salarial para o funcionalismo público, principalmente as categorias dos petroleiros (que exigiam um reajuste de 106,32% sobre seus salários de agosto de 94) e bancários (pediam 116% de reajuste para o piso salarial de sua categoria) (ISTOÉ, 03/08/94, p. 20-22). Para Vicente Paulo da Silva (CUT/PT) "Todas as categorias tiveram perdas acumuladas. Salário não causa inflação e esse plano está calcado no arrocho salarial" e retrucou o Ministro das Minas e Energia "Se quiserem aumento, não vão ter. Se fizerem greve, vão ter os dias descontados. Isto é uma decisão do governo" (SUASSUNA, 03/08/94, p. 22).

Conforme nos apresenta a fonte "Uma coligação pragmática", publicada no Estado de São Paulo em maio de 1994, assinada por Roberto Lima Netto (então candidato ao governo do Rio de Janeiro pelo PFL) numa clara intenção de atribuir um caráter mais progressista a seu partido, mas o que mais nos chamou atenção na fonte foi o documento elaborado pelo PFL "Princípios e Metas Fundamentais para um Plano de Governo" que se tratou de uma pesquisa de opinião em torno das principais bandeiras da sigla e que no momento de elaboração do programa de governo serão os pontos de negociação da aliança, aos quais também moldará as ações do partido frente a um eventual governo.

Na mesma matéria, Lima Netto afirma que o PFL foi o partido que mais se empenhou em fazer uma pesquisa para atender os anseios da população, na intenção de exaltar a sua legenda ao mesmo tempo em que criminalizar o programa do PT que foi fruto de encontros e intensos debates entre seus militantes, colhendo opiniões de todas as suas bases. Tendo essa perspectiva que esse argumento é utilizado como crítica ao programa do PT, nas palavras do autor:

(...) O PT, que recentemente lançou o seu programa, o fez de maneira autoritária, por cima, impondo a seus filiados idéias, como por exemplo em relação ao aborto e à homossexualidade, com que nem mesmo seu candidato à Presidência da República admitiu concordar. O partido teve de recuar vergonhosamente. "O PSDB é o partido da moda" "O PSDB é um partido de salto alto, que precisa do PFL como peixe de água" (NETTO, 20/05/94, p. 88).

A argumentação de Marcelo Coelho na matéria "PSDB e PFL ressuscitam a Aliança Liberal", publicada na Folha em 18/08/94, de que a coligação entre PSDB e PFL significou a volta da velha Aliança Liberal (aquela que possibilitou a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) se faz interessante para nossa análise, pois sinaliza a intenção da fonte de utilizar experiências eleitorais anteriores para legitimar a candidatura de FHC. Nos anos 80 a Aliança Liberal de Tancredo e Sarney destinou-se a derrotar Maluf, mas no caso do PSDB-PFL, tal aliança somente se viabilizou para derrotar um inimigo político em comum: Lula.

A lógica que possibilitou a aliança entre PSDB e PFL não é complexa, trata-se de uma ligação entre o empresariado Sudeste, com as oligarquias do Nordeste. A fonte nos mostra a inviabilidade de Maluf se candidatar nesse contexto, pois devidamente pelo fato de ele não ser tão "progressista" (nos parâmetros da direita) por não conseguir lidar com as bancadas oligárquicas do Nordeste, enquanto FHC, além de conseguir lidar com elas, não oferece nenhuma ameaça aos interesses aos banqueiros de São Paulo (COELHO, 18/08/94, p. 89).

Próxima as eleições de 94, o jornalista Marcelo Coelho (e também a Folha de São Paulo) já deixava bastante claro qual seria a sua escolha para presidente, em um tom nitidamente intenção de erguer a candidatura de FHC:

O fantástico é que Fernando Henrique ainda desfruta de prestígio entre os intelectuais, a classe média esclarecida, os grupos de centro-esquerda. Como não ceder a seu charme, a sua aura, a seu passado antiditatorial? (...) Reencontra-se, na candidatura de Fernando Henrique, a mesma ideologia de Fernando Collor. Mas, Fernando Henrique é, por dizer assim, uma espécie de Collor "do bem" (COELHO, 18/08/94, p. 89).

Após vangloriar a Aliança Liberal expressa por PSDB-PFL, por esta conciliar com as oligarquias para modernizar o país e colocá-lo na órbita de "primeiro mundo na condição de parceiro menor", ela critica duramente a candidatura do PT para a presidência, primeiramente por assumir uma postura esquerdista em um mundo pós-crise do socialismo, por representar apenas uma pequena parte de um setor atrasado (pequena burocracia dos servidores públicos) e assim, na perspectiva da fonte, representando um radicalismo dogmático, atrasado, preso aos interesses meramente corporativos.

Sobre a candidatura de Lula para presidente, na mesma fonte analisada revela:

O que pensar, então, de Lula? Quais suas fontes de voto na eleição? Estranhamente, nem mesmo o prestígio de ser de esquerda o favorece. Primeiro, por que ninguém mais assume a condição de esquerdista. Em segundo lugar, por que seu esquerdismo é atualmente pura expressão do corporativismo. Lula tem votos na baixa burocracia da Petrobras e do Banco do Brasil. (...) Mas o PT não vive, internamente, sem a militância de setores mais atrasados, dogmáticos e corporativos. O PT surge como uma sucursal, hoje em dia, (...) beneficiando-se do prestígio pessoal de Lula. (...) Lula transformou-se num demônio - no novo Maluf contra quem se juntam os esforços da nova Aliança Liberal (COELHO, 18/08/94, p. 89).

É nítido o tanto que a grande imprensa tentou e criou um mito em torno de FHC, como um líder antiditatorial, um intelectual de grande envergadura e o seu papel milagroso ao deter a inflação com o Plano Real. Passava-se a idéia, também, de que FHC era um líder ao seu tempo, que trocou as paixões juvenis pela esquerda (pós-muro de Berlim) pelo pragmatismo político e, exalta a fonte, sendo um grande modernizador por articular as forças econômicas do Sudeste com as oligarquias do Nordeste.

Com base na fonte "FHC, um sociólogo às portas da Presidência", de Eliane Cantanhêde, publicada na Gazeta Mercantil em 19/08/94 - este jornal se tratava de um veículo tradicional no que se refere a vida econômica do país, fundado em 1920 no momento em que estamos estudando foi um importante interlocutor de propagação das políticas neoliberais, principalmente por exaltar positivamente os impactos de tais políticas na economia com uma série de editoriais e matérias. A importância dessa fonte para a nossa pesquisa é que ela serviu como acesso aos dados publicados por importantes entidades de pesquisa acerca das eleições.

Segundo Vox Populi, Datafolha, Gallup, em abril de 94 FHC tinha entre 15 a 20% das intenções dos votos, mas foi com o deslanchar do Plano Real, a partir de junho de 94, ele consegue o primeiro lugar de todas as pesquisas com 30%, 7 pontos percentuais acima de seu principal oponente Lula (CANTANHÊDE, 19/08/94, p. 90).

Para a fonte: "Nunca, em toda história republicana, um candidato a presidente da República por voto direto reuniu tão avassaladoramente as pessoas que possuem algum tipo de poder no País, do empresariado à classe média formadora de opinião" (CANTANHÊDE, 19/08/94, p. 90). E na comparação com o passado:

(...) Pode-se dizer, como lembram alguns teóricos, que Fernando Collor de Mello também teve um leque semelhante de apoios. Mas é diferente: Collor foi "eleito" candidato das elites por eliminação, por ser o único capaz de vencer, em 1989, tanto Lula quanto Leonel Brizola, do PDT. Fernando Henrique foi o centro de uma articulação antecipada e se impôs pelo que ele representa (CANTANHÊDE, 19/08/94, p. 90).

No final de agosto, FHC começou a receber apoio de grupos de empresários e de políticos que antes apoiavam Collor. A grande novidade foi a adesão do PTB, que atuava como bloco de sustentação de Collor na Câmara e do PPR de Paulo Maluf. No mesmo encontro, realizado no dia 21 de agosto - conforme nos indica a fonte "Cardoso ganha adesão de ex-aliados de Collor", de Milton Abrucio Jr., publicada em 21/08/94 no Jornal do Brasil - onde FHC fez fortes críticas ao PT que se fosse eleito daria um calote nas dívidas externas, que seria um enorme retrocesso para os investidores nas Cadernetas de Poupança. Em pesquisa do Vox Populi, em agosto de 94, FHC tinha 40% das intenções de votos, enquanto Lula detinha 24% (ABRUCIO JR., 21/08/94, p. 18).

Em agosto de 94 estouram denúncias sobre a candidatura de FHC, a fonte "Aristides pede inquérito para apurar uso da máquina; FHC deverá depor", publicado na Folha ilustra a situação de denúncias acerca de sua candidatura, mas que no momento não faria muito diferença tendo em vista o seu favoritismo e a proximidade com a eleição. Conforme nos apresenta a fonte, o então procurador geral da República Aristides Junqueira, moveu uma investigação judicial sobre o uso da máquina pública no governo de Itamar Franco em favor da candidatura do tucano FHC. Foram convocados para depor FHC, seu vice Marco Maciel e os ministros: Alexis Stepanenko (Minas e Energia) e Aluizio Alves (Integração Regional). As acusações a Stepanenko vinculam a sua tentativa de apressar as obras para inaugurar a hidroelétrica de Xingó antes das eleições, enquanto Aluizio Alves quis usar da transposição do rio São Francisco como uma ferramenta para angariar votos para FHC (F.S.P., 24/08/94).

Outra fonte intitulada "Governo do DF prepara comício de FHC", publicada no Estado de São Paulo em 25/08/94, assinada por Lúcio Vaz, que apesar de narrar um acontecimento específico, não deixa de mostrar o uso da máquina pública em torna da candidatura de FHC. Segundo a mesma fonte, o Governo do Distrito Federal também usou a sua máquina para

preparar comício de FHC em Samambaia (DF) em agosto de 94. Mesmo sendo acabado de ser decretado ilegal o uso de verbas públicas em campanhas, o então governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PP) não poupou esforços para preparar o local para o comício de FHC. Para isso, se usou de serviços de terraplanagem para melhor montagem do palco, de um caminhão pipa do Corpo de Bombeiros, despejando cerca de 6 mil litros de água no terreno o que evitaria a poeira na hora do comício (VAZ, 25/08/94).

As cinco metas que projetava FHC nas eleições de 94 (agricultura, educação, segurança, saúde e emprego) já demonstravam desentendimento com seu aliado PFL. Na elaboração tardia de seu programa de governo (lançado um pouco mais de um mês das eleições), as pretensões neoliberais do PFL não se convergiam com os interesses da social-democracia do PSDB, que acabaram por demandar uma adequação programática que atenda os interesses dos aliados.

As duas tendências, social-democrata e neoliberal, se convergem em um mosaico de propostas feitas pelo economista Paulo Renato (coordenador do programa de FHC) que propõe:

(...) a descentralização do Estado e seu fortalecimento nas áreas sociais revela que a tônica predominante, pelo menos, é social-democrata. Quando propõe, no entanto, reduzir as competências da União na área de educação e, ao mesmo tempo, rever a distribuição de recursos para o setor, o programa começa a mostrar sua face neoliberal (O.E.S.P. 27/08/94, p. 96).

A fonte "Cardoso passa o dia explicando inflação", publicada no Estado de São Paulo sob autoria de Ferdinando Casagrande, mostra que a divulgação do IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor em reais) no final de agosto de 94 que registrou uma alta de 5,46%, pegou de surpresa o comitê da campanha de FHC, que tomou seu tempo para "explicar" que o Plano Real não seria prejudicado por tais projeções e que não haveria uma pressão inflacionária para a desvalorização da moeda (CASAGRANDE, 30/08/94, p. 98).

Uma fonte publicada em 30/08/94 no Estado de São Paulo, intitulada "Governo libera mais verbas com campanha", assinada por Mara Bergamaschi, nos informa que os repasses para as prefeituras em agosto de 94 aumentaram cerca de sete vezes se comparar com o primeiro semestre do ano, como também aumentaram as transferências para os governos estaduais. Os dados mostram que:

Os cofres públicos parecem se abrir com mais facilidade à medida em que avança o calendário eleitoral: em fevereiro e março, por exemplo, a média diária de

desembolsos para os municípios ficou abaixo de R\$ 30 mil. Em abril, subiu para R\$ 118 mil e chegou a R\$ 322 mil em maio. A partir daí, a média diária disparou: R\$ 809 mil em junho, R\$ 1 milhão em julho e, em agosto (até o dia 25), quase o dobro, R\$ 1,5 milhão (BERGAMASCHI, 30/08/94, p. 99).

Grande parte das verbas repassadas para os municípios são provenientes dos ministérios da Educação, Saúde, Bem-Estar Social e Integração Regional, sendo inteiramente destinadas as áreas sociais. Ao aumentarem drasticamente os gastos na área social conforme se aproximava a data das eleições, o governo Itamar não estava somente contribuindo seu "calendário de investimentos", mas direcionando o uso da máquina para a promoção de seu candidato, pois a continuidade de tais investimentos seria pela manutenção do êxito das políticas econômicas que o candidato do Real ajudara a promover (BERGAMASCHI, 30/08/94, p. 99).

Em setembro de 94 começou as denúncias de que o programa político de Fernando Henrique - conforme ilustra a fonte "FHC na TV se inspira em comerciais de Bill Clinton" de Cláudia Trevisan publicada na Folha - para a televisão muito se assemelha ao programa de Bill Clinton para a campanha presidencial dos EUA. Primeiramente o uso do mesmo tema "O povo em primeiro lugar", apenas substituindo pela palavra "pessoas" por "povo" ou então até a cena em que o presidente arregança as mangas da camiseta em sinal de um homem trabalhador. Segundo: James Carville, um dos mais próximos assessores políticos de Bill Clinton, revelou estar "prestando serviços" para a campanha do candidato tucano (TREVISAN, 01/09/94, p. 100).

O uso de frases curtas entre os programas e a construção das imagens na campanha de FHC se associa a de Clinton:

A campanha de FHC usa nessas frases letras pretas grandes, parecidas com as dos programas de Clinton. As imagens de FHC em um escritório parecem inspiradas na campanha de Clinton. Os símbolos explorados são os mesmos: o tucano e Clinton são mostrados em uma escrivaninha, folheando papéis ou escrevendo. Ambos também aparecem falando ao telefone. Nos dois programas, é comum o enquadramento dos candidatos à esquerda do vídeo (TREVISAN, 01/09/94, p. 100).

Jânio de Freitas na matéria "Assessores muito especiais", publicada na Folha em 02/09/94, revela que mesmo FHC e Pimenta da Veiga (chefe da campanha) negarem sobre o caso da assessoria norte-americana logo fora descoberto a veracidade de sua participação direta nas campanhas eleitorais de 94 ao lado de FHC. O que a imprensa na época questionava era qual o interesse implícito da Casa Branca em colaborar com um determinado candidato à

Presidência do Brasil, colocando em questão a soberania política nacional em relação aos norte-americanos (FREITAS, 02/09/94, p. 15).

A partir do momento em que a imprensa começou a denunciar a participação de um assessor de Bill Clinton á campanha de FHC, com base na fonte "Americano admite que assessora FHC" de Carlos Eduardo Lins da Sila publicada na Folha em 03/09/94, tornou-se insustentável às declarações do partido de que James Carville não prestava seus serviços para o então candidato a república, o próprio já havia admitiu tal participação a um jornalista norte-americano. Carville foi o principal e mais próximo assessor da campanha de Clinton em 1992, mas foi a partir de tal declaração que Carville perde espaço política e se distancia de Clinton (SILVA, 03/09/94, p. 102).

Outro fato marcante em setembro de 94, mais exatamente menos de um mês das eleições, foi quando a Folha de São Paulo em setembro de 94 teve acesso ao lixo do comitê de campanha de FHC que revela seus principais doadores, que foi declarado na matéria "Lixo do comitê de FHC revela doadores" de 04/09/94. A descoberta nos mostra também as práticas que o comitê fazia para apagar as evidências dos doadores diretos da campanha, como também destruir quaisquer evidências de algum documento comprometedor. Uma vez por semana o lixo era recolhido e deixado no subsolo do comitê envoltos em sacolas de plásticos, sendo depois levado a um aterro próximo ao Parque Nacional de Brasília e ateado fogo para apagar qualquer rastro (F.S.P., 04/09/94, p. 105).

Foi a partir dessa queima de documentos que a Folha conseguiu recuperar um documento que mostram quais foram os principais grupos e empresas que contribuíram para a campanha de FHC, dentre os bancos ou grupos de investimentos do exterior estavam: BBA Investimento, BBA-Trading S/A, Banco Bradesco e Bradesco Seguros S/A, Banco Real S/A, BBM-Trading S/A, Banco Nacional S/A, Banco Intercap S/A, Banco Lavra S/A, Banco Pecunia S/A; e também as empresas e companhias: Champion Papel e Celulose Ltda, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Com. São Paulo de Distribuição de Petróleo, Com. Suzzano de Papel e Celulose, Cia Cimento Portland Rio Branco, Hidrobrasileira S/A (firma de Sérgio Motta que na época era secretário-geral do PSDB e coordenador de despesas do comitê de FHC), Pão de Açúcar S/A Indústria e Comércio, Livraria e Papelaria Saraiva (F.S.P. 04/09/94, p. 105).

Próxima as eleições em uma entrevista dada a ISTOÉ em 21 de setembro de 94, José Genuíno (PT-SP) declarou que o PT falhou em fazer oposição ao real e subestimar a sua capacidade de eleger FHC e afirmou que o seu partido (dependendo do que fosse o seu desempenho nas eleições) passaria por mudanças (BAUER; NOVAES, 21/09/94, p. 3-5).

O PT acreditava que mesmo enfrentando o PSDB, que tinha no momento 46% das intenções de votos - mesmo após a queda do Ministro da Fazenda Rubens Recupero - ainda tinham a chance de chegar ao segundo turno e que segundo Genuíno "No segundo turno, a eleição começa do ponto zero, o tempo na televisão é igual. Melhorando o discurso político e o corpo-a-corpo com a militância, a eleição ainda podia ser ganha por Lula" (BAUER; NOVAES, 21/09/94, p. 3-5).

A melhora no discurso político estaria na "ampliação de horizonte" ao abordar outros temas de interesse na população além da estabilidade econômica, como reformas sociais que ampliasse o acesso à cidadania, para então promover um processo econômico mais civilizatório (BAUER; NOVAES, 21/09/94, p. 3-5). Nas palavras de Genuíno o partido faria um discurso mais racional deixando de lado o "maniqueísmo" eleitoral que o PSDB criou e o PT caiu, ao reduzir toda a disputa presidencial ao real (BAUER; NOVAES, 21/09/94, p. 3-5).

Nesse sentido, o PT ao ter caído no maniqueísmo eleitoral que o PSDB criou com o real, deixou de lado o projeto de construir uma alternativa ao encabeçado pelo PSDB, sendo essa a maior falha na campanha de Lula em 1994 (BAUER; NOVAES, 21/09/94, p. 3-5). O ponto positivo, segundo Genuíno, que continuaria ser a aposta do PT, foram os das caravanas, pois:

Elas trouxeram para o debate político o Brasil dos marginalizados, dos despossuídos, dos sem-cidadania. O destaque para as camadas populares tem de ser um discurso eficaz sobre reformas, padrão de vida, salário, cesta básica, saúde, escola. Combinado a isso, precisamos ter o debate sobre as propostas do programa de governo (BAUER; NOVAES, 21/09/94, p. 4).

Em finais de setembro, com as pesquisas apontando o seu favoritismo a Presidência, FHC afirmava em entrevista a ISTOÉ, na matéria que não existia nenhum adversário contra o real e que o Plano Real deveria ter saído antes das eleições, como afirmou "Eu queria fazer o plano no ano passado. O PT e o PDT não deixaram" (ISTOÉ, 28/09/94, p. 36).

Para FHC não existiria clientelismo em sua aliança com o PFL, que existia somente de forma marginal e que as oligarquias eram coisas do passado, não obtinham o mesmo poder do

que no passado e declarou "Na Bahia o Antônio Carlos Magalhães viu o sinal dos tempos e não governou à moda antiga. Estas oligarquias são tigre de papel" (ISTOÉ, 28/09/94, p. 38).

O fracasso da esquerda encabeçada pelo PT, segundo FHC, foi de não ter se dado conta de que a "nova esquerda" é adepta do mercado, ela não é estatizante e que para o PT se manter vivo ele deveria fundir tradição liberal com tradição socialista (ISTOÉ, 28/09/94, p. 34-39).

Assim, em 3 de outubro de 94, FHC (coligação PSDB, PFL e PTB) era eleito com cerca de 54% dos cerca de 64 milhões de votos válidos, sendo eleito no primeiro turno, seguido de Lula (coligação PT, PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU) com cerca de 27% - conforme nos mostra a fonte "Fernando Henrique dá o ritmo" assinada por Luciano Suassuna e publicada na ISTOÉ (SUASSUNA, 12/10/94, p. 25-30), sinalizando um claro caminho para o Brasil rumo a hegemonia neoliberal.

Vimos que conforme os índices de inflação foram decaindo no começo do Plano Real foram acompanhados pelo crescimento das intenções de votos em torno da candidatura de FHC, o que contribuiu também para o esvaziamento do apoio às outras candidaturas conservadores (como o Quéricia do PMDB e o Amin do PDS) e atraía o apoio popular, repetindo o fenômeno do anti-Lula que levou a vitória de Collor em 89, porém com um momento muito mais favorável. Favorável, pois o FHC teve o total apoio da máquina estatal e do Plano Real trabalhando para a sua eleição e o PFL, mesmo sendo mal visto pela população por ter substituído o antigo candidato a vice-presidente por denúncias de corrupção, possibilitou o uso de sua força eleitoral para garantir uma ultrapassagem a Lula em início de setembro, obtendo o dobro das intenções de voto de seu oponente em 3 de outubro, ganhando as eleições com 54,3% dos votos válidos (MACIEL, 2012, p. 55). A crise de hegemonia burguesa estava pra terminar. Sendo assim, em 1995 o caminho estava preparado para a "era de ouro" do neoliberalismo no Brasil (MACIEL, 2012, p. 1-65).

No decorrer desse capítulo vimos que desde a derrota de 1989 os movimentos sociais, liderados pela CUT e o PT, adotaram uma perspectiva paulatinamente defensiva frente ao projeto neoliberal ao adotar uma postura meramente eleitoreira de conquista do governo do que a mobilização dos movimentos sociais e de toda a população frente a um projeto anti-neoliberal. Mesmo em uma situação de crise de hegemonia burguesa, de recessão econômica, de desemprego e de ataques aos direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados o

número de greves caiu drasticamente entre 1990 e 1994: de cerca de 2200 greves por ano durante o governo Sarney, para cerca de mil ao ano durante os governos Collor e Itamar (MACIEL, 2012, p. 56).

A derrota de 1989 para o PT foi internamente responsabilizada pelo radicalismo político-ideológico do partido, abrindo margem para expandir coalizões com outras forças políticas, para além da esquerda e do mundo do trabalho, com setores do médio e pequeno capital e outros partidos (IASI, 2006, p. 452-462).

## CAPÍTULO 3

### **Reação dos trabalhadores e o recrudescimento da ofensiva neoliberal**

Nos capítulos anteriores analisamos o processo de construção da hegemonia neoliberal do governo Collor à eleição de FHC. Agora abordaremos os dois primeiros anos do governo FHC, 1995-1996, que, para nosso objeto de estudo, representa um momento de reação dos trabalhadores, como foi no caso da greve nacional dos petroleiros de 1995. A derrota das mobilizações dos trabalhadores nesse mesmo ano sinaliza uma dinâmica importante, pois, ao mesmo tempo em que aprofundou a implantação das políticas neoliberais, também repercutiu na CUT em uma mudança de posicionamento, onde a perda de sua base social vai ser crucial para a rendição gradativamente a alguns pontos decisivos da agenda neoliberal; em outras palavras, a CUT passa do apoio à greve nacional aos acordos com o governo e grupos ligados ao grande capital.

Os anos de 1995 e 1996, que iremos analisar no decorrer desse capítulo, sinalizam dentro do nosso tema a supressão do momento reivindicativo dos trabalhadores e o recrudescimento da ofensiva neoliberal; institucionalmente combatendo os movimentos sociais (criando órgãos de vigilância) e os funcionários públicos (criando programa de demissão voluntária), enquanto, conforme se ampliava a implementação da agenda neoliberal, criava um ambiente de desemprego em massa e de informalização dos postos de trabalho, que implicou um momento regressivo aos trabalhadores.

#### **3.1 A desaceleração do Real: o fim da euforia do consumo e o ataque especulativo com a crise Mexicana**

O primeiro momento marcante do então recém empossado presidente Fernando Henrique Cardoso foi o fim da euforia do consumo ocorrida de julho a dezembro de 1994. O fim do chamado "imposto inflacionário" (as perdas salariais referentes à escalada inflacionária) elevou o consumo das classes subalternas de produtos importados com a redução das alíquotas de importação e também pelo acesso a produtos que estavam ganhando mercado ao atuarem nos locais onde as empresas sugadas pela desindustrialização antes atuavam, penalizava pesadamente o setor produtivo. O apoio popular ocasionado pela euforia

do consumo foi o bastante para alavancar a candidatura de FHC logo no primeiro turno, mas a situação passa a mudar, já em seu governo, com a retração de tal consumo gerado pela crise mexicana, que marcou os primeiros meses do governo FHC mudando a forma da condução da política cambial e das medidas econômicas.

Conforme nos indica a fonte "100 dias. Um equilibrista no poder", publicada no Estado de São Paulo e sob autoria de Ricardo Amaral em 09/04/95, se torna importante para essa pesquisa por fazer um amplo apanhado dos três primeiros meses do governo FHC, que foram (segundo o autor) marcantes para a economia e a política. A inflação ficou abaixo de 1,5%, o que conferiu uma durabilidade inédita nos últimos dez meses de Plano Real, mas passou por um sobressalto, numa também inédita sangria de US\$ 3 bilhões na balança comercial, perigo mortal ao plano de estabilidade econômica que colocou o ex-ministro FHC na presidência (AMARAL, 09/04/95, p. 40). Na política rearticulou as alianças com o PFL e o PMDB no intuito de manter uma maior governabilidade.

Em janeiro de 1995, Fernando Henrique buscou ter uma relação institucional para além do congresso com a criação do Conselho Político, onde tinham assento os presidentes dos partidos aliados do governo (AMARAL, 09/04/95, p. 40). O que a fonte não revela era de que esta iniciativa se tratava de uma forma de burlar a pressão do Congresso ao delegar a cúpula das legendas a administração das bancadas, mas que levou a um impasse quando alguns senadores descontentes pela estrutura do Conselho decidiram não votar na indicação de Pécia Arida para o posto de presidente do Banco Central, que ficou o mês de janeiro sem um presidente efetivo (AMARAL, 09/04/95, p. 40).

Também em janeiro de 1995 o governo mal deu atenção a crise do México mas, quando se deu conta, em fevereiro a balança comercial estava em déficit superior a US\$ 1,3 bilhão. O governo tentou combater esse rombo aumentando o imposto de importação de carros importados de 20% para 32% e os exportadores puderam antecipar contratos de câmbios por 180 dias (que manteria o mesmo valor da moeda durante esse período), conforme os dados apresentados a partir da fonte (KUNTZ, 09/04/95, p. 58-59). No final de fevereiro o governo passou a desvalorizar o câmbio, mas isso não foi capaz de satisfazer o mercado, não evitando a fuga de 7 bilhões de dólares, fazendo-o aumentar em 70% as alíquotas de 109 produtos para frear o consumo (KUNTZ, 09/04/95, p. 58-59).

Em fevereiro do mesmo ano, FHC resolveu arquivar e recuar sobre a sua proposta de reforma da Previdência Social, devidamente pela crítica de vários parlamentares e, sobretudo, para não ameaçar as reformas da economia. No final desse mês os 36 milhões de votos que elegeram o presidente estavam sendo diluídos nos índices decrescentes ao seu governo, diagnosticando também o enfraquecimento do apelo dado ao sucesso do Real, levando o próprio presidente a exigir uma equipe de comunicação para declarar aos noticiários os plano de seu governo para a economia (AMARAL, 09/04/95, p. 42).

Um dos contratempos que FHC teve em seus 100 primeiros dias de governo foi o descompasso das decisões entre os Ministérios e o Planalto, os Ministros apresentaram suas medidas e projetos antes de passar pelo crivo do presidente mostrando insubordinação frente ao poder executivo (AMARAL, 09/04/95, p. 42). Os Ministros também não estavam em sintonia entre si, onde tal falta de comunicação gerou a queda do secretário de Comunicação Roberto Muylaert. Mas uma matéria de Elio Gaspari publicado no Estado de São Paulo em 09/04/95, intitulada "100 dias" tinha a clara intenção de mostrar com otimismo os 100 primeiros dias do governo FHC que, para ele, havia sido “o melhor início dos últimos 16 anos” (GASPARI, 09/04/95, p. 48-49).

Mesmo FHC não cumprindo com a ‘meta da mão’ (em analogia ao seu programa eleitoral que mostrava uma mão levantada que simbolizava as cinco metas do governo: agricultura, educação, emprego, saúde e segurança) ele conseguiu uma governabilidade (no sentido de manutenção da estabilidade do Real frente a crise Mexicana) melhor do que os últimos quatro presidentes eleitos antes dele. Itamar Franco entrou no governo com um corpo ministerial fragmentado de outro governo em crise; cem dias após a posse de Collor o então presidente já se deparava com o colapso de seu plano econômico; Tancredo Neves, na verdade, não teve um início de governo, pois que assumiu foi Sarney após sua morte; o general Baptista Figueiredo gastou seus primeiros meses costurando o projeto de anistia a partir da pressão popular e também como alternativa para não criminalizar os crimes cometidos pelos militares (GASPARI, 09/04/95, p. 48-49).

Nos 100 primeiros dias do governo também ficou claro que os milhões de votos que levaram FHC a vitória no primeiro turno não garantiriam apoio às reformas constitucionais no Congresso, levando o PSDB a tecer aliança com o PMDB, mas que não garantiu a vitória de várias propostas (como foi o caso da reforma da Previdência).

O governo apostou todas as suas esperanças na eleição de José Sarney (PMDB-AP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) para as presidências do Senado e da Câmara, que não se tratou apenas de um compromisso feito na campanha para selar a aliança, mas como estratégia para se ter maioria para aprovarem as reformas do governo (AMARAL, 09/04/95, p. 40-44). Tal fato não se concretizou, pois apenas a ala não quercista do PMDB aderiu à aliança, levando a um esvaziamento do Executivo e, conseqüentemente, o forçando a governar por meio de medidas provisórias.

A fraqueza do Plano Real se deve ao fato de que ele fora edificado a partir de uma extrema dependência dos capitais externos, fato que fez a economia ser totalmente vulnerável às conjunturas internacionais. O primeiro governo de Fernando Henrique foi marcado por três crises internacionais que acabaram por abalar o plano, que foram: a crise mexicana, a asiática e a russa, levando o governo a agir para conter a fuga de capitais.

Para Filgueiras (2000), em seu livro "A história do Plano Real", que aborda desde a elaboração do plano às sucessivas conjunturas que este passou até o final de 1996, afirma que nunca antes a política econômica do Brasil foi tão determinada de fora para dentro, ou seja, imposta pelos países hegemônicos e suas dinâmicas de mercado, materializando-se em taxas de crescimento medíocres enquanto incorporava imensas massas de capitais externos estimulados pelas altas taxas de juros (FILGUEIRAS, 2000, p. 117).

Desde a adoção do Plano Real em julho de 1994 a queda da inflação chegou a 46,60%, em junho e, em agosto, 3,34%, o que fez acelerar o ritmo de crescimento das atividades produtivas e do consumo até março de 1995. Com o fim da escalada inflacionária, aumentou-se imediatamente o poder de consumo da população de baixa renda, tudo isso em razão do fim do chamado "imposto inflacionário" que corroía os ganhos dos trabalhadores (FILGUEIRAS, 2000, p. 120).

A "euforia do consumo" de tal período foi possibilitada a partir das compras a prazo, do aumento de parcelas com juros altos, o que, por sua vez, endividou uma grande parcela da população brasileira de baixa renda. Esse movimento ocorreu em função da possibilidade aberta para o consumo de parte da população que sofria com uma extrema carência material, que estava pauperizada pelo "imposto inflacionário".

Aos três meses de governo, conforme nos mostra a matéria "O Real em xeque" publicada no Estado de São Paulo em 09/04/95, assinada por Rolf Kuntz, argumentava que, por causa da crise do México, que gerou uma migração em massa dos capitais da economia, o que fez do superávit comercial uma meta prioritária. A imprensa alarmava a população afirmando a necessidade de uma reforma tributária, pois mesmo apagando o passado da hiperinflação, ainda era necessário estabilizar a economia evitando o rombo do orçamento federal, que em 1995 girava em torno de US\$ 9,5 bilhões (KUNTZ, 09/04/95, p. 58-59).

No primeiro trimestre de 1995 o PIB apresentava um crescimento 8,2% maior do que em 1994 (KUNTZ, 09/04/95, p. 58-59). A euforia das compras, devido à baixa do dólar em relação ao real e, também, pela política de redução de tarifas para produtos estrangeiros, permitiu um fluxo de importações não visto há anos, o que prejudicou os setores ligados a produção de bens duráveis. A desvalorização cambial, a partir dessas condições, passou a ser defendida por vários setores (de banqueiros a empresários), como também o controle da demanda. O receituário dado por Rolf Kuntz, em matéria para o Estado de São Paulo, em abril de 1995, consistia em:

1) aceita uma desvalorização maior do real, para estimular exportações e deter as importações; 2) aumentar as facilidades para exportar, cortando impostos e reduzindo outros custos, como os de embarque (tudo isso é mais complicado); 3) derrubar o consumo e o nível geral de atividade (isto dependerá principalmente da taxa de juros, se não houver outros meios de controle da procura) (KUNTZ, 09/04/95, p. 58).

A Fiesp registrou um crescimento na produção da indústria paulista de 17% em junho de 1994 até março de 1995. Tal crescimento também se deu na geração de empregos, que cresceu 2,49% entre janeiro e março de 1995 e o salário real cresceu 17,7% e fazendo com que a inflação caísse 27,17% no mesmo período (FILGUEIRAS, 2000, p. 122).

O crescimento das atividades econômicas foi associado à liberalização das importações e uma política cambial que foi pautada na sobrevalorização do Real em relação ao dólar. Isso gerou um déficit na balança comercial de novembro de 1994 a março de 1995 de U\$ 3,55 bilhões. Entre os meses de janeiro e março de 1995 as importações aumentaram 99,5%, enquanto as exportações cresceram somente 9,6% (FILGUEIRAS, 2000, p. 123).

Foi a partir de dezembro de 1994, quando os reflexos da crise do México passaram a serem sentidos por aqui, que tal estratégia de "estabilização" da economia baseada de queda abrupta do Imposto de Importação, de altas taxas de juros e de sobrevalorização do Real em

relação ao dólar, começou a ser colocada em xeque. O país passou a perder rapidamente suas reservas cambiais com a saída volátil dos investimentos dos capitais especulativos, impulsionados pelo receio de que a situação mexicana se repetisse por aqui. Tal crise serviu para provar que os países de economia periférica não conseguiriam sustentar um crescimento à longo prazo com uma política ampla de abertura econômica e financeira, de práticas de combate à inflação que se sustentavam em uma sobrevalorização do dólar.

Paul Singer (1998) em seu artigo intitulado "A raiz do desastre social: a política econômica de FHC", publicado no livro "O desmonte da nação: balanço do governo FHC", sob a organização de Ivo Lesbaupin, faz uma abordagem crítica acerca da implantação do Plano Real até a conjuntura de sua publicação – à saber, o momento da crise asiática em 1997. O artigo também analisa os reflexos recessivos que o plano de estabilização impôs ao setor produtivo e a pauperização das camadas mais baixa população. O autor também aborda a crise mexicana e nos serve de aporte para a reflexão (SINGER, 1998, p. 25-44).

Sobre a crise mexicana, Paul Singer (1998) argumenta que foi o primeiro ataque especulativo que o Real sofreu. A origem dessa crise foi o ambiente político instável que o México passara em 1995, onde a morte do candidato de oposição amedrontou os voláteis capitais especulativos que migraram em massa e passaram a trocar o peso para dólar no momento em que este ainda estava sobrevalorizado, ao ponto das reservas cambiais do país se esgotarem (SINGER, 1998, p. 33).

Alguns meses após a experiência mexicana os ataques especulativos começaram a ocorrer na Argentina e no Brasil. A principal resposta do governo em reação a tal ataque não foi a mudança cambial que visasse a desvalorização do câmbio, mas, sim, um violento arrocho de crédito e uma elevação absurda da taxa de juros, para então cortar o crédito disponível para derrubar a demanda daqueles segmentos da população que tinham tido acesso ao consumo durante um breve período (SINGER, 1998, p. 34).

A crise do México mostrou que o Real já tinha cumprido o seu papel inicial estipulado pelo governo de combater os altos índices de inflação, mas que agora ele se mostrava extremamente vulnerável à volatilidade do capital especulativo internacional e a única forma utilizada pelo governo foi reverter a fuga de capitais com a sangria do crescimento econômico.

A fuga em massa de capitais especulativos do Brasil também mostrou que tal estratégia era insustentável, por serem muito voláteis. Edificar um plano de estabilização que levava consigo um arcabouço de reformas políticas poderia por em cheque a legitimidade das políticas neoliberais. A cada mês que se passava a partir da eclosão da crise mexicana o governo via suas reservas cambiais sendo reduzidas de U\$ 43 bilhões em julho de 1994 (mês da criação da moeda) a U\$ 31,9 bilhões em março de 1995, sendo responsável por uma redução de 25,8% (FILGUEIRAS, 2000, p. 126).

O Banco Central estipulou o aumento da taxa nominal de juros (aquelas taxas que devem ser indicadas em todos os contratos de crédito com a validade de um ano) de 42,4% no primeiro trimestre para 58,8% no segundo, sendo estas elevadas taxas de juros o motivo central que derrubou o crescimento industrial em 1995 (SINGER, 1998, p. 35). Singer (1998) cogita em seu artigo que se não fosse a elevação das taxas de juros o PIB cresceria cerca de 7% em 1995 (SINGER, 1998, p. 35).

Com isso, o PIB decresceu -2,19% no segundo trimestre de 1995 em comparação com o trimestre anterior, -2,41% no terceiro, voltando a crescer somente 1,96% no final deste ano; com base nesses dados, vemos que a partir de março de 1995 o governo sofreu uma inflexão e mesmo com o pequeno crescimento que obteve no final de 1995 ficou abaixo do alcançado no ano anterior, que teve a taxa de 3,81% (FILGUEIRAS, 2000, p. 119).

Mesmo com a postura de negar qualquer relação com o que estava ocorrendo no México, o governo começou a adotar uma série de medidas que mudaria o foco do plano de estabilização. Essas medidas vão gerar durante todo o ano de 1995 e início de 1996 uma desaceleração das atividades econômicas, com uma maior elevação das taxas de juros, para atrair ainda mais o capital especulativo em curto prazo; uma série de restrições a compras a prazo, também nos consórcios e no dificultamento do acesso ao crédito; aumento das alíquotas de importação de cerca de cem produtos de consumo durável para 45%; a busca de atrair a entrada de mais capitais especulativos com a redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras); incentivos às exportações e a delimitação de cotas para importação de veículo. Na área fiscal, o governo se utilizou da crise mexicana para implantar uma série de medidas, como: corte de gastos no orçamento no valor de R\$ 9,5 bilhões, mudança na data do pagamento dos funcionários públicos, redução de despesas no custeio das empresas estatais e dos bancos federais e o anúncio da inclusão da Companhia Vale do Rio Doce

(CVRD) na lista das empresas que seriam privatizadas (FILGUEIRAS, 2000, p. 127). Em suma, tais medidas apontavam mais para a redução do consumo com o aumento das taxas de juros do que com o aumento dos estímulos as exportações, ou seja, os maiores penalizados pela crise seria a população e o setor produtivo.

Em março de 1995, Larry Summers, subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, em uma reunião cobrou de José Serra (Ministro do Planejamento) maior adiantamento nas reformas e expressou o descontentamento do governo dos EUA em relação a elevação das tarifas para os produtos importados, conforme nos indica a matéria "O céu é o limite" de Paulo Sotero, publicada no Estado de São Paulo em 09/04/95. Mesmo assim, o subsecretário elogiou a continuidade do plano de estabilização econômica e afirmou que "o céu é o limite" se FHC realmente levasse a cabo o seu programa de reformas institucionais (SOTERO, 09/04/95, p. 51-52).

O posicionamento de Larry Summers expressa a preocupação do capital especulativo norte-americano sobre os impactos da crise mexicana no Brasil, o que forçou o governo de FHC a dar prioridade a balança comercial e as reservas, abandonando o Real sobrevalorizado, que tinha sido um dos elementos que tinha dado popularidade ao governo, e apostava nisso para garantir um amplo apoio no Congresso (SOTERO, 09/04/95, p. 51-52). A partir disso o governo se viu em uma encruzilhada: ou barrava o consumo para não gerar uma crise de demanda com o Real sobrevalorizado em relação ao dólar, que garantiria o apoio popular às reformas que estavam em pauta, ou desvalorizava o Real para diminuir a demanda e não gerar uma inflação que corroesse a moeda (o pilar de sustentação do plano de estabilidade econômica).

De janeiro a março de 1995, conforme os dados da Fiesp, verificava-se um aumento de 162% no número de inadimplentes, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, com seus débitos. A emissão de cheques sem fundos cresceu 104% e o número de falências cresceram 20% nesse mesmo período (FILGUEIRAS, 2000, p. 129).

No que se refere ao sistema financeiro brasileiro, este já estava sendo fragilizado desde a perda de seus ganhos com a brusca redução da inflação desde a implementação do Plano Real, mas foi com o aumento da inadimplência que este setor se fragilizou, como foi a crise do Econômico e Nacional; mas foi com o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação do

Sistema Financeiro Nacional) que o setor bancário se estabilizou, quando este permitiu a intervenção do Banco Central nas instituições com objetivo de sanar os seus débitos.

Sob o ponto de vista de criação de novas ocupações, da euforia do consumo a eclosão da crise mexicana, constatou-se em um saldo negativo entre contratações e demissões na indústria paulista. De acordo com a Fiesp, as taxas de desemprego no setor era de 12,6% de maio a dezembro de 1994 e subiu para 13,5% nos primeiros meses de 1995; o IBGE também constatou uma queda de 11,8% da produção industrial no país entre maio e abril de 1995 (FILGUEIRAS, 2000, p. 129).

Com base nos dados da CNI as vendas do setor industrial e comercial caiu cerca de 15% de abril a março de 1995, também houve uma queda nas pequenas e médias empresas, conforme os dados da SEBRAE, de 12,7% na indústria e 13,7% no comércio no meses de abril e março (FILGUEIRAS, 2000, p. 120).

Na agricultura, a política de juros altos juntamente com a abertura comercial, que possibilitou a livre importação de alimentos, geraram uma retração no setor de 26% e, conseqüentemente, um endividamento dos produtores rurais que possibilitou uma inadimplência generalizada neste setor (FILGUEIRAS, 2000, p. 120).

Em linhas gerais, a forma elaborada pela política econômica nos primeiros meses do governo FHC gerou uma onda de recessão até setembro do mesmo ano, que foram acompanhadas por uma inadimplência generalizada entre as pessoas físicas e jurídicas, falência de empresas e endividamento de setores da economia por completo; o terceiro trimestre do ano apresentou uma queda de 9,1% do PIB em relação ao primeiro trimestre, mas com o aumento dos juros e a redução das importações o governo conseguiu atrair mais investimentos externos o que possibilitou uma nova manutenção da âncora cambial como forma de combate à inflação.

As políticas de juros altos afetou drasticamente a dívidas que os estados tinham com a União, o que fragilizou ainda mais a situação de seus bancos estaduais, sob a pressão de intervenção do Banco Central, onde mesmo somando com a criação do FSE (Fundo Social de Emergência) e do controle de gastos, o governo no primeiro semestre de 1995 fechava com um déficit público de R\$ 1,5 bilhão (FILGUEIRAS, 2000, p. 131).

Após o abalo da crise mexicana o governo ainda sustentou a política de manutenção da âncora cambial, ou seja, na sobrevalorização do Real ao dólar. Para a viabilidade dessa política, era necessário garantir a desindexação geral dos salários, para somente depois operar alterações no câmbio, na intenção de que o aumento dos preços decorridos disso não fossem diretamente corrigidos pelo salário e que o aumento da inflação não fosse repassado automaticamente para os salários. A partir dessa perspectiva o governo tomou uma série de medidas, dentre elas a Medida Provisória nº 1.053, que previa a desindexação geral da economia, principalmente pelo fim da política salarial, que há décadas previa os reajustes dos salários com base nos índices da inflação passada (FILGUEIRAS, 2000, p. 131-133).

A obra "Era FHC. A regressão do trabalho" de Márcio Pochmann (professor do Instituto de Economia da Unicamp-SP) e Altamiro Borges (jornalista e integrante do Centro de Estudos Sindicais) é de suma importância para a nossa pesquisa, por ser não somente uma ótima fonte para dados, como também, e principalmente, por não apresentar uma perspectiva economicista, relacionando todo o desmonte dos direitos trabalhistas não somente no aspecto corporativista, mas aliando as transformações globais que o capitalismo estava impondo.

A política salarial foi consolidada em 1964, no calor do Golpe Militar de 1964, mas que desde a sua implementação foi utilizada como forma de rebaixamento dos salários, para combater "custos" que as empresas tinham com a manutenção da mão de obra (POCHMANN, 2002, p. 35). Mas mesmo com o rebaixamento histórico do salário mínimo, com base em Pochmann (2002), a política salarial possibilitou um aumento expressivo na renda do trabalhador brasileiro, multiplicando cinco vezes de 1964 a 1995 (POCHMANN, 2002, p. 35).

O fim da desindexação geral da economia, que acarretou várias conseqüências, mas, dentre elas, o fim da política salarial, se empreendeu em uma das maiores derrotas do mundo do trabalho desde a Ditadura Militar. Esta medida atuou como uma ferramenta para flexibilizar e diminuir os rendimentos dos trabalhadores, operada a partir da perda do poder de barganha que os sindicatos tinham anteriormente, por estabelecer a suposta "livre" negociação entre o patronato e os trabalhadores, estes agora sem qualquer representação sindical.

Nesse sentido, a negociação coletiva dos trabalhadores em torno da elevação de seus rendimentos ficou refém do patronato, passando a depender muito mais da dinâmica do mercado do que do poder de pressão da ação coletiva dos trabalhadores, que no decorrer dos

anos da privatização da política salarial acabou se tornando uma ferramenta na transferência dos ganhos do trabalho para o capital, acentuando a taxa de extração de mais-valia do trabalhador, uma das principais frentes do neoliberalismo.

Assim, com o abalo da crise mexicana, o governo passou a tomar uma série de medidas que retraíssem a demanda pelo consumo e crédito, com as políticas de juros altos, que penalizaram bastante o setor industrial, com o aumento da inadimplência e das falências de diversas empresas em um momento também de retração das contratações, em nome da atração dos capitais especulativos externos e a manutenção da sobrevalorização do Real frente ao dólar.

A crise mexicana abalou em certa medida a trajetória inicial do Plano Real, mas não a hegemonia neoliberal, impondo ao governo mudanças em alguns pontos de sua política monetária, gerando um impacto recessivo para a indústria e positivo para o sistema financeiro. Contudo, a popularidade do governo não foi abalada, mesmo com o fim da euforia do consumo, ele manteve o ritmo de implementação das políticas neoliberais. O descontentamento dos setores da esquerda e do movimento sindical derrotados nas eleições de 1994 se manteve, porém se espalhou por outros setores da sociedade que já sentiam o reflexo do desemprego e dos funcionários públicos que viam que o avanço neoliberal poderia inferir uma série de derrotas e de que essa seria a hora de se organizar.

### **3.2 A greve dos petroleiros e a quebra do monopólio estatal do petróleo**

A greve nacional dos petroleiros que abalou o país entre maio e junho de 1995 sinalizou em uma ampla oposição de vários setores dos trabalhadores frente ao projeto neoliberal encabeçado pelo presidente recém eleito. Essa greve nos mostra que no momento de sua eclosão ainda havia uma força mobilizada para conter o avanço das políticas neoliberais, sendo os funcionários públicos o setor mais combativo e organizado (este que seriam o mais penalizado com o sucateamento de seus órgãos, arrocho salarial, perda de direitos e que tinham a perspectiva de que tal ataque era apenas uma amostra da ampla ofensiva esboçada pelo governo).

A fonte "Maio: a crise do governo" elaborado por Maria da Conceição Tavares (economista e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora associada da Universidade de Campinas sendo, no momento de elaboração deste documento, maio de 1995, deputada federal pelo PT-RJ) foi publicada em forma de um panfleto de somente uma página, contando apenas a identificação da autora. Tivemos acesso a esse documento no dossiê "O governo FHC e o movimento sindical (1994-1998)" organizado pelo CPV (Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro), mas que devidamente pelo seu espaço de interlocução, concluímos que a fonte teve uma circulação local, possivelmente nas universidades e entre os gabinetes da base aliada do PT. No documento, o panorama apresentado sobre o mês de maio por Tavares (09/05/95, p. 1) é de suma importância para analisarmos as condições sociais vividas pelos trabalhadores no momento de eclosão da greve dos petroleiros no mesmo mês.

Em maio de 1995 podemos mapear um posicionamento claro do governo de FHC em aumentar a expropriação dos trabalhadores rebaixando salários e benefícios. Tal perspectiva materializou-se em uma série de medidas que pauperizaram os trabalhadores, como foi o caso da fixação do salário mínimo em 100 reais, que então estava abaixo do próprio custo de vida; o mesmo se dava no rebaixamento dos benefícios da Previdência ao IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e na obrigatoriedade de contribuição de servidores inativos à Previdência (TAVARES, 09/04/95, p. 1).

O desequilíbrio fiscal provocado pelas políticas econômicas gerou um déficit de R\$ 40 bilhões, sendo a população e os servidores públicos os pagadores desse rombo, sem reajustes há 17 meses desde então e retaliou as greves ao suspender o pagamento dos servidores ativos das universidades federais (TAVARES, 09/04/95, p. 1). Nesse mesmo mês, o governo desfechava um novo ataque aos servidores públicos, que foi a meta de enxugamento de suas funções, em que a meta era de demissão de 90 mil funcionários, sendo 40 mil desses pelo Programa de Demissão Voluntária.

A fonte ilustra que as ações sociais atreladas às ONGs (Organizações Não Governamentais) estavam tomando cada vez mais espaço, se utilizando de verbas ligadas a bancos internacionais para a promoção de seus programas sociais, como foi o caso da elaboração de diversos projetos para meninos de ruas com o investimento de US\$ 150 milhões do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Ao mesmo tempo em que

crescia a ação das ONGs, se reduzia o investimento público nos serviços sociais, pois como nos mostra os dados do TCU (Tribunal de Contas da União), apontados por Maria da Conceição Tavares, em 1995 houve um corte de cerca de 80% das verbas relacionada às despesas de crianças carentes (TAVARES, 09/04/95, p. 1).

No que se refere à Reforma Agrária, a bancada ruralista do Senado derrubou o projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que transferia para a justiça comum os policiais militares que cometessem crimes nos conflitos no campo, mesmo tendo sido aprovada na Câmara, pela pressão popular em reação ao massacre de Eldorado dos Carajás (TAVARES, 09/04/95, p. 1).

Na terceira semana do mês de maio de 1995, o governo resolveu ampliar as políticas de privatizações ao declarar sua intenção de venda da Light. Para viabilizar o negócio, o BNDES comprou 9,14% das ações e emprestou R\$ 300 milhões de reais para a sua venda, lucrando liquidamente cerca de R\$ 1 bilhão, suficiente apenas para pagar um mês da dívida externa (TAVARES, 09/04/95, p. 1). No dia seguinte ao leilão da Light cerca de 2.800 empresários desembarcaram em Brasília para pressionar que o governo agilizasse as reformas prometidas.

Em uma matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo simbolicamente no dia dos trabalhadores em 1995, intitulada "Real, reformas e emprego" e assinada pelo Ministro do Trabalho Paulo Paiva, revela o interesse da burguesia em mascarar o descontentamento dos trabalhadores, utilizando de seus aparelhos privados de hegemonia para propagar tal perspectiva, ressaltando os pontos positivos dos dez meses de início de implementação do Plano Real, como um momento de crescimento econômico e de geração de emprego. Declarava que o salário de R\$ 100 mensais representava um aumento de 17% em relação a julho de 1994, mesmo sendo provado que tal quantia era inferior à necessária para a compra de uma cesta básica (PAIVA, 01/05/95, p. 156).

O Ministro também afirmava que com o fim do "imposto inflacionário" houve uma transferência de US\$ 12 bilhões para os segmentos mais pobres da população e que o aumento do salário mínimo e a transferência de renda para os aposentados, pensionistas e trabalhadores girou em torno de 1,3% do PIB (PAIVA, 01/05/95, p. 156). Essa argumentação demonstra o posicionamento de classe de Paulo Paiva, ao tentar amenizar, manipulando uma série de dados sem referenciar o local de sua publicação, a situação de expropriação que os trabalhadores estavam vivendo.

O Ministro se utilizava do discurso de que o sucesso do plano de estabilização estava vinculado ao aprofundamento das reformas institucionais e que a sua validade dependia diretamente da viabilidade destas, ou seja, o aprofundamento da agenda neoliberal. O "salto a frente" (nas palavras do Ministro) que país precisava dar exigia a necessidade de reformar o caráter "atrasado" do Estado brasileiro, principalmente no que se refere a CLT que tinha elementos autoritários da Era Vargas (PAIVA, 01/05/95, p. 156). Em um balanço sobre as reformas, Paulo Paiva conclui:

(...) com o governo Fernando Henrique Cardoso a conquista do Real, em que estabilidade e crescimento caminham de mãos dadas, exige a consolidação de reformas estruturais que venham garantir o equilíbrio entre eficiência e equidade. São reformas que visam ajustar o setor público, eliminar privilégio e estimular a geração de empregos (PAIVA, 01/05/95, p. 156).

A fonte mais importante que tivemos acesso que trata sob a perspectiva do movimento a greve dos petroleiros de 1995 é a publicação "Por outro lado. A greve por dentro" do SINDIPETRO-RJ (Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro), entidade que vai ter um papel crucial no movimento grevista por aglutinar vários trabalhadores sindicalizados do setor, sobretudo porque o seu estado de atuação concentrava várias refinarias estratégicas para o setor produtivo petroleiro nacional. O documento foi publicado em forma de revista com 39 páginas, sendo a primeira edição da revista lançada em agosto de 1995; a circulação do documento foi internacional ao ter contato em várias entidades sindicais européias, americanas e asiáticas. No decorrer deste subcapítulo, o documento será essencial para mostrar a dinâmica interna dentro da luta, apresentando dados, entrevistas (como a de Antônio Carlos Spis - um dos articuladores da greve), artigos (como o de Vito Giannotti) e balanço de conjuntura em diversos momentos no mês que perdurou a greve.

Conforme a fonte, na intenção de rebater os argumentos governamentais, a greve dos petroleiros de 1995 foi um grande exemplo de como enfrentar o TST (Tribunal Superior do Trabalho) - que sempre no conflito capital e trabalho está do lado do capital -, já que o movimento não se enfraqueceu com o seu "poder normativo" que interveio na greve julgando-a ilegal, o que acabou desmoralizando tal instituição ao negarem a pagar a dívida cobrada por este de cerca de R\$ 2.1 bilhões (SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 1-3).

Os 32 dias de greve dos petroleiros não foi algo isolado, ele representa uma série de lutas dos trabalhadores por todo o mundo contra o projeto neoliberal, em diversos contextos e

características de lutas distintas, mas que no fundo lutam contra o desmonte do Estado e a destruição da sua função social e as privatizações (elemento central na luta dos petroleiros).

O artigo "A greve de 32 dias" da jornalista Cláudia Santiago, inserido na publicação do SINDIPETRO-RJ, aborda, em linhas gerais, que no dia 3 de maio a greve foi deflagrada com rendição da maioria das bases logo no primeiro dia. No dia 9 o TST julga a greve como abusiva, considerando inexistentes os acordos firmados com o governo em 1994; nesse momento a greve se propagou nacionalmente, ganhando apoio de diversos sindicatos e categorias dos serviços públicos e dos estudantes que visavam, principalmente, descriminalizar e informar sobre a greve para a população. No dia 24 o exército ocupou quatro refinarias e a Petrobras suspendeu o pagamento dos grevistas. No dia 26 o TST decretou o pagamento de multa de R\$100 mil diários para os sindicatos, enquanto isso, diversos sindicatos, tanto ligados a categorias dos petroleiros, quanto outras, começaram a arrecadar dinheiro para a compra de cestas básicas para as famílias dos grevistas. No dia 2 de junho a greve termina e no mesmo dia o governo inicia o bloqueio da conta das entidades, retendo suas receitas e seus bens, nessa situação os sindicatos foram forçados a encontrar formas alternativas para se manter funcionando ou partiram para a clandestinidade (SANTIAGO *APUD* SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 5).

A história da greve dos petroleiros se iniciou em agosto de 1994, um mês antes da definição da data-base, quando foi percebida 106,32% de perda salarial de setembro de 1993 a setembro de 1994 (SANTIAGO *APUD* SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 6). Em meados de agosto a Federação Única dos Petroleiros (FUP) paralisou a Petrobras para que negociasse a sua pauta de reivindicações, que continha 108 cláusulas, dentre elas um aumento de 122,68% de reajuste salarial, a empresa responde dizendo que só iria repor os 13,39% estipulados pelo governo (SANTIAGO *APUD* SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 6). Os petroleiros entraram de greves duas vezes durante o ano de 1994, uma em 27 de setembro que ficaram parados por nove dias e a segunda em 22 de novembro por três dias, sendo assinado o protocolo que estabelecia aumentos de 10% a 12% (SANTIAGO *APUD* SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 11).

Sobre o a greve de setembro (que ficou conhecida como o setembro negro), o boletim do SINDIPETRO-RJ, publicado por Santiago(1995), argumenta:

No início a Petrobras não queria nem negociar. Foi preciso que o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, entrasse no circuito. Mas as regras que vinham de Brasília eram claras e inflexíveis: nada aos funcionários públicos e os

trabalhadores das estatais. Compreensível. Começa aí o desmonte do Estado. Começa aí o projeto neoliberal. O presidente da Petrobras, Joel Mendes Rennó, foi claro: 13,39%. É ponto final. Para ele poderia ser mesmo o ponto final. Para os trabalhadores, a história estava apenas começando (SANTIAGO in SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 6).

Uma matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo em 04/10/94, intitulada "Greve política malograda", celebrava o fracasso da tentativa de greve dos petroleiros no momento em que a FUP suspendeu tal iniciativa após um dia de paralisação, e ainda ironizava no intuito de desqualificar o movimento:

Que pretendiam esses grevistas, no momento em que o Brasil tanto espera do Plano Real e os brasileiros demonstram com relação ao recém-implantado programa de estabilização do valor da moeda um tipo de apoio que chega a surpreender? (OESP, 04/10/94, p. 157).

Logo de início a matéria "Greve malograda" já acusa a primeira a paralisação dos petroleiros de antipopular, pois não contava com o apoio da população que estava compromissada em consolidar o sucesso do Plano Real e, principalmente, desvalidava a greve tratando-a como a reverberação de interesses corporativos, pois, para a fonte, ela foi motivada com interesses eleitorais, ou seja, de invalidar a vitória de FHC nas eleições de 1994 (OESP, 04/10/94, p. 157). Os ataques continuavam no questionamento do reajuste salarial exigidos pelos petroleiros de 50,4%, que minaria o Plano ao abrir um precedente de concessões a outras categorias descontentes com as "supostas" perdas salariais, pois, tanto para o governo, quanto para a grande imprensa, não deveria haver uma perda salarial se levasse em conta os ganhos com o fim da onda inflacionária (OESP, 04/10/94, p. 157).

O Estado de São Paulo criticava profundamente o que ele considera o "setembro negro" das greves, ou melhor, mostrava o seu temor de que a greve dos petroleiros pudesse se tornar nacional, que pintaria de "cinza escuro" a realidade do brasileiro até o final daquele ano de 1994 e podendo se propagar em 1995. Novamente, os maiores responsabilizados seriam os funcionários públicos, como parte do plano para legitimar o ataque aos direitos dos trabalhadores e suas entidades representativas. Na matéria "Os perigos da greve" o jornal advertia a população para os aspectos negativos que elas trariam à suas vidas, como: problema de abastecimento de combustíveis; bancários que paralisavam várias agências privadas e públicas que impediam o funcionamento dos bancos; os trabalhadores da construção civil que atrasavam as obras públicas e privadas; Correios e Telégrafos que ameaçavam impedir os serviços postais (OESP, 04/10/95, p. 76).

A fonte chega a afirmar que os problemas ambientais serão maiores quando os efeitos da falta de abastecimentos gerados pela greve dos petroleiros forçarão as empresas que usam gás natural a queimarem outros tipos de combustíveis mais poluentes. A partir disso, em tom catastrófico, citava o caso da Comgás na cidade de São Paulo:

(...) o comunicado publicado ontem é elucidativo:: o estoque de nafta petroquímica, matéria-prima do gás de nafta, é suficiente para abastecer os 170 mil consumidores residenciais e comerciais da Grande São Paulo durante oito dias. A Comgás está recebendo metade do gás natural que revende a consumidores industriais e residenciais, o que a obriga a manter "cortes gradativos e seletivos". Pior que isso, os cortes obrigarão os consumidores industriais a empregar, nas indústrias que têm equipamento para tal, óleo combustível de alto teor de enxofre, o que aumenta significativamente os índices de poluição do ar. Os petroleiros, assentados comodamente nos privilégios que a empresa e os governos lhes concederam, pouco se importam com o aumento dos índices de poluição, ou a diminuição da atividade naqueles setores que não podem deixar de empregar gás natural (OESP, 04/10/95, p. 75).

Em uma só matéria O Estado de São Paulo consegue criminalizar a luta de milhares de trabalhadores que não queriam ser enxugados pelas reformas neoliberais, não queriam ter as empresas que dedicaram suas vidas para construir serem extintas pelas privatizações; ao mesmo tempo em que criminalizava uma conquista histórica para os trabalhadores públicos: a estabilidade de emprego, que garantia a luta pela melhoria de suas condições de trabalho, considerada pela grande mídia, e propagada em massa para a população, como privilégio.

Os trabalhadores tentaram exaustivamente em vão negociar para que a empresa cumprisse o protocolo firmado, que era para ser vigente em 1995, mas, cansados de esperar, resolveram aderir novamente à greve. A greve de 32 dias parou as refinarias de norte a sul. Cerca de 90% da categoria (45 mil petroleiros) aderiram ao movimento, revezando nas refinarias para garantirem o abastecimento mínimo e preservar os equipamentos e, nas ruas, assembleias permanentes, atos e passeatas, sinalizando uma movimentação histórica dentro das lutas contra o projeto neoliberal no Brasil dos anos 90.

Em contraposição aos ataques que já estavam sendo feitos pela grande imprensa (como foi ilustrado no caso da matéria do Estado de São Paulo), logo após de terem deflagrado a greve, a FUP<sup>23</sup>, em uma carta aos parlamentares, justificava os motivos da greve ao Congresso:

Estamos atravessando o período de maior arrocho salarial da nossa história e dos maiores lucros da Petrobras - US\$ 1,6 bilhões em 94. Há casos de suicídios na

---

<sup>23</sup> A FUP (Federação Única dos Petroleiros) se trata de uma entidade nacional formada em 1993 e sendo desde o início filiada a CUT. Tal entidade teve um peso decisivo no decorrer da greve, exatamente por ter, em seu auge, 150 mil trabalhadores do ramo petrolífero filiados.

categoria devido às dificuldades financeiras. O impacto da folha de pagamentos dos petroleiros é de apenas 0,01 centavo do real por litro de combustível, segundo estudos da própria Petrobras. A intransigência do governo em negociar nossas reivindicações leva os petroleiros a utilizarem o legítimo direito da greve, aprovada nacionalmente em assembleias de base a nível nacional (boletim FUP, 02/05/95 in SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 6).

O governo se utilizou de todo o seu aparato legal e repressivo para acabar com a greve dos petroleiros: ocupou com o exército as refinarias (Paulínia - Replan, Capuava e Henrique Lage, ambas em São Paulo, Getúlio Vargas no Paraná); cortou pagamentos de toda a categoria em greve; exonerou 59 funcionários, dentre eles dirigentes sindicais (como foi o caso do coordenador da FUP Antônio Carlos Spis), sendo novamente julgada a greve como abusiva pelo TST (como havia feito no dia 9) no dia 26, aumentando as multas e forçando os grevistas a aderirem de vez ao aumento prometido pelo governo (SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 8).

A paralisação realmente foi de norte a sul, se propagando entre algumas regiões: Manaus-AM (entre 80% a 90% de adesão); no Pará (com 80% de adesão); na Bahia os sindicatos aderiram a greve logo nos primeiros dias; no Ceará (uma das maiores paralisações, produzindo apenas o gás natural para os serviços especiais, com 100% de adesão); Pernambuco (um dos últimos Estados a aderirem a greve do Nordeste, entrando apenas no 12º dia e manteve paralisações parciais); Sergipe e Alagoas (FHC visitou a região e houve conflito entre os grevistas e a polícia, adesão em média de 60%); Rio Grande do Norte (aderiu a greve desde o primeiro dia, com 60% de adesão); Mauá (permaneceu em greve até o fim, com adesão total); Campinas (95% de adesão logo no primeiro dia, sendo ocupada pelo maior efetivo do exército, do que em outras refinarias); Cubatão (95% da produção paralisada, se manteve a greve até o fim); São José do Campos (adesão de 80%, também ocupada pelo exército); Estado do Rio de Janeiro (13 plataformas paralisadas); Rio Grande do Sul (adesão de 95%) (SINDIPRO-RJ, 1995, p. 12-13).

A greve nacional dos petroleiros em 1995 envolveu cerca de 11 grandes refinarias, foi desencadeada no começo de maio e somente apresentou sinal de esgotamento a partir do trigésimo dia e terminando de fato alguns dias depois com a volta dos operários de Cubatão, um dos setores mais radicalizados do movimento. A paralisação que durou mais de um mês surpreendeu pela resistência frente às fortes pressões do governo e do TST e sinalizou um ato de pertinácia frente aos primeiros ensaios de implantação das políticas neoliberais no primeiro governo FHC.

A fonte “Greve dos petroleiros agudiza a luta de classes no Brasil” – publicada em forma de um caderno de formação política no Jornal Massas, este ligado ao POR (Partido Operário Revolucionário, de matriz trotskista e membro da IV Internacional), com circulação nas capitais de Natal-RN, Fortaleza-CE e São Paulo-SP – se faz importante para a nossa pesquisa por apresentar uma argumentação que se opunha ao posicionamento da FUP e da CUT na greve dos petroleiros de 1995, permitindo uma mediação ao dar voz a uma perspectiva distinta.

O mesmo documento nos revela que os trabalhadores fizeram diversas manobras como a tentativa de negociação e ensaios de paralisação para que se cumprisse o acordo firmado em função de uma ameaça grevista ainda no governo Itamar, juntamente com Vicente Paulo da Silva da CUT (conhecido como Vicentinho) e Antônio Carlos Spis da FUP em um acordo que reporia as perdas salariais com o Plano Real em finais de setembro de 1994 (MASSAS, 06/95, p. 3). Tal manobra foi realizada na intenção de evitar a greve em um momento de construção de uma coalizão burguesa em torno da candidatura de FHC, a única candidatura capaz de aglutinar as divergências entre as frações burguesas e barrar a eleição de Lula, mas foi somente após o abalo do Real que FHC rompe com o acordo de seu antecessor, evidenciando para o movimento sindical que tal acordo foi uma manobra da cúpula dirigente do movimento sindical de evitar a greve.

O documento deixa claro de que foi somente com a intensa revolta das bases com o suposto "acordo" que a FUP fez com o governo que a obrigou a decretar a greve nacional, em um movimento em que a direção é forçada a acompanhar a movimentação das bases, que ganhou projeção nacional e passou a ser o centro da situação política e se mostrou, mesmo que provisoriamente, como uma força motriz de combate ao governo neoliberal de FHC (MASSAS, 06/95, p. 3).

A greve foi viabilizada a partir de sua base, que atropelou as decisões dos dirigentes da FUP e da CUT, que somente aderiram à paralisação após grande maioria da base petroleira já estar se movimentando, em um momento em que a cúpula teve de seguir a base e não o contrário. O documento nos mostra que a greve tinha a perspectiva de transpor os limites ditados por tais entidades, de que era uma reivindicação apenas de caráter econômico, que se tratava apenas das pautas de reposição salarial prometidas no governo anterior, mas que, nas bases, tinha o sentido imediato de tentar barrar a quebra do monopólio do petróleo e,

conseqüentemente, o avanço das políticas neoliberais no serviço público (MASSAS, 06/95, p. 3).

O governo se dotou do discurso de que não se passava de uma greve de interesses mesquinhos e corporativistas, de que era fruto de uma "revanche" a partir da derrota do PT e da Frente Popular em 1994, deslegitimando o movimento (com o uso da grande imprensa), atacando e sufocando até o não comprimento de nenhuma de suas reivindicações.

O Caderno Massas de junho de 1995 acusava a CUT e a FUP de uma conduta reformista que, no fundo, serviu aos interesses do governo em sufocar a greve:

A conduta da direção reformista-burocrática em não questionar, através de greves e das ruas, a linha governamental pró-imperialista e a ofensiva da propaganda de FHC, afirmando ao contrário, criaram um cordão de contenção em torno da radicalidade da luta. Uma verdadeira operação estratégica do governo neoliberal e da oposição reformista, submissa á democracia burguesa e acovardada frente aos golpes repressivos do Estado, foi desenvolvida para se evitar que o conflito se alastrasse e se dirigisse abertamente contra o fundamento econômico do malfadado neoliberalismo (MASSAS, 06/95, p. 3).

Dessa forma, a separação das reivindicações econômicas das luta contra o avanço das políticas neoliberais acabaram por beneficiar o governo, dando uma maior margem de manobra, dando tempo também para criminalizar e sufocar o movimento, acionando todos os mecanismos legais do estado autocrático-burguês para reprimir o movimento dos grevistas, limitando, assim, a ação de todo o movimento que já se infiltrava em vários setores do funcionalismo público. Não devemos exaltar que a greve fracassou somente pelos condicionamentos internos entre a base e a direção, mas devemos levar em conta também a força que o governo tinha no momento para liquidar com a greve e continuar legitimando a ofensiva neoliberal amplamente divulgada pela grande imprensa e assimilada e defendida por vários setores da população, que viam os funcionários públicos como uma elite de "marajás" (utilizando ironicamente das palavras de Collor) beneficiadas pela estabilidade de emprego, enquanto supostamente afetava a população com suas greves meramente "corporativas", não entendendo que tal ofensiva que os petroleiros estavam sofrendo logo se estenderia para todas as categorias.

O fato de se negar o objetivo estratégico de usar a greve como instrumento de combate do Plano Real e do fim do monopólio estatal do petróleo, gerou um efeito tático para o movimento expresso, no que o documento chama de "burocracia sindical reformista", em que se estipulou desde o início a adequação aos limites impostos pela lei restritiva da greve nos

chamados serviços essenciais, em que se deveria manter um efetivo de 30% dos trabalhadores (MASSAS, 06/95, p. 8).

Com isso, o governo esperou um esvaziamento da greve, onde a manutenção dos 30% do montante de trabalhadores na produção acabaria por levar consigo o desgaste contínuo da paralisação, a volta de mais trabalhadores às suas ocupações, o que de fato não ocorreu de imediato, ao levar em conta que a greve teve uma duração de um pouco mais de um mês. Mas por outro lado, o prolongamento da greve possibilitou ao governo de usar a pressão legal de demissão por justa causa, ao mesmo tempo em que se utilizou dos meios de comunicação para criminalizar o movimento o responsabilizando os grevistas a uma suposta falta de abastecimento de gás de cozinha e de combustíveis.

As direções da CUT e da FUP usaram do argumento de manter 30% do efetivo para evitar maiores represálias por parte do governo, mas logo no 8º dia o TST já declarava a greve como abusiva e exigia a volta de todo o efetivo dos trabalhadores às suas funções. As bases mais radicalizadas se negaram a voltar a trabalhar atropelando a posição arbitrária do TST. A partir disso, o governo passou para a demissão de lideranças e de ativistas do movimento grevista, mas mesmo assim a greve continuou (MASSAS, 06/95, p. 8). Uma nova medida repressiva com a finalidade de acabar com a greve foi no dia 24 de maio (exatamente 22 dias de paralisação) com a ocupação das quatro refinarias pelos militares, abalando alguns setores dentre os grevistas. Foi no final de maio que após um segundo julgamento do TST, a pedido da FUP, que se evidenciou o compromisso do TST em criminalizar o movimento, que somado as pressões em relação ao pagamento de uma multa de R\$ 35,7 milhões, que se não fosse pago haveria o confisco dos bens dos sindicatos envolvidos e, por parte do governo, com ameaças de demissão por justa causa alegando abandono do trabalho.

O documento argumenta que tal diretriz tomada pelo governo já expressava que o ataque ao grevista era apenas o início de uma ampla ofensiva que, naquele dado momento, como expressa a fonte, sinalizava para a destruição da aposentadoria por tempo de serviço; quebra da instabilidade do funcionalismo público; privatização do ensino e da saúde e o fim da indexação salarial. Sobre esse último ponto, a não indexação dos salários conforme as perdas com a inflação foi um instrumento para congelar os ganhos dos trabalhadores. Vale lembrar que no momento em que a fonte foi elaborada, o salário mínimo em junho de 1995 era de R\$ 100, montante ao qual não comprava uma cesta básica, que tinha seu valor em R\$

100,78, em junho, a R\$ 109,88, em dezembro, enquanto o salário mínimo se manteve no mesmo valor, como nos mostra o PROCON-SP (Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor) (PROCON-SP *APUD* MASSAS, 06/95, p. 8).

Em um movimento histórico de fragmentação da classe trabalhadora (no sentido de fragmentação pelas mais variadas ocupações informais e precarizadas) que mundialmente se apresentava na defensiva, a greve dos petroleiros na metade dos anos 90 no Brasil, mostrava um dos últimos suspiros de uma luta coletiva que envolveu várias categorias de trabalhadores, como os eletricitários, funcionários públicos federais (como foi o exemplo da FASUBRA) e os telefônicos. Também registrou um momento marcante de reação a um dos maiores pilares de resistência grevista, os funcionários públicos, que lutavam pela não destruição dos direitos coletivos, o que sinalizou uma reivindicação que transcende pautas específicas, ou “corporativas”, como a grande mídia e o governo criminalizavam, pois se tratava de uma tentativa de barrar medidas que em um curto prazo também afetariam outras categorias. Vários trabalhadores, alguns sindicatos e os movimentos sociais observaram que não se tratava apenas do ataque a uma categoria específica, mas de uma avalanche, que logo repercutiria em um amplo ataque sistematizado aos seus direitos, organizações e na repressão a qualquer manifestação.

Podemos entender o posicionamento do documento em responsabilizar a CUT e a FUP pelo não endurecimento da greve e a sua postura reformista, ao levarmos em conta que tal postura contribuiu para que o movimento caísse em peso na armadilha feita pela ofensiva neoliberal do governo FHC. Ao não radicalizar a greve, não apoiar a ocupação das refinarias pelos trabalhadores e, principalmente, não reconhecer que a greve conseguiu se irradiar em vários setores dos funcionários públicos de todo o país, tal postura reformista impediu a eclosão de uma greve geral. Mas também devemos fazer uma mediação, pois a derrota da greve dos petroleiros foi tida como um dos primeiros obstáculos que a truculência do governo iria reprimir para poder implementar o projeto neoliberal. O fato é que, tendo em mente o momento recessivo na ação dos trabalhadores em um plano global (dos mineiros ingleses aos petroleiros brasileiros), a supressão de qualquer greve, sendo geral ou local, foi tida como uma tarefa primordial para a adequação ao novo paradigma neoliberal.

Citando o exemplo de Cubatão e dos caminhos da greve, o documento conclui:

Na refinaria mais radicalizada, como a de Cubatão, a ocupação operária se deveu á pouca presença do controle burocrático da direção majoritária. Essa extraordinária experiência do proletariado brasileiro demonstrou a importância da direção tanto para enfraquecer a luta quanto para potencializá-la. O domínio majoritário do reformismo pró-capitalista amordaçou a própria greve petroleira diante dos ataques violentos e provocadores do governo antipopular. Os fatos mostraram que a linha correta era de realizar uma ocupação operária generalizada das refinarias, impor o controle operário da produção e cortar o abastecimento frente a cada investida governamental. Por outro lado, trabalhar junto ás massas pela unidade de todos os explorados num único movimento contra o Plano do governo (MASSAS, 06/95, p. 6).

No que se refere à repressão às greves, podemos fazer uma analogia da greve da CSN no ABC paulista em 1988 durante o governo Sarney, com a greve dos petroleiros de 1995, onde, com a mesma postura autocrática, ambos os governos se utilizaram da ocupação militar. Da mesma forma, o governo de FHC se utilizou de todos os elementos autocráticos reformulados para quebrar o movimento petroleiro como primeira etapa de ataques aos setores combativos dos trabalhadores brasileiros.

A greve dos petroleiros iniciada no dia 3 de maio de 1995, foi um ato organizado para frear o avanço das políticas neoliberais, mais especificamente para barrar a quebra do monopólio estatal do petróleo. Em pouco mais de 48 horas depois do início da greve, no dia 5 de maio, a Comissão Especial do Petróleo ligada a Câmara dos Deputados elaborava os pontos cruciais para a quebra do monopólio estatal no setor. Devemos ter em mente de que a greve dos petroleiros está vinculada a conjuntura inicial do governo FHC, pautado pela mudança na condução da equipe econômica com o ataque especulativo ao Plano Real na crise mexicana, mas em uma situação de hegemonia, pois o governo contava com o apoio da população, dos grandes canais de imprensa e mídia e, sobretudo, com maioria garantida na Câmara e no Senado na condução de importantes pontos da agenda neoliberal.

Tendo em vista a conjuntura do início do governo FHC, o tratamento deste com os grevistas foi implacável: milhares de trabalhadores demitidos (principalmente os que estavam atuando no comando de greve, como foi o caso de Antônio Carlos Spis); invasão do Exército em várias refinarias; a condenação da FUP (e todos os sindicatos ligados a esta) ao pagamento de multas milionárias por terem se negado a cumprir os ditames do TST. Mesmo com a resistência dos grevistas e a capacidade de aglomerar diversos setores (eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos Correios e os servidores federais ligados a FASUBRA), a greve teve o seu fim em 2 de junho - com exceção da refinaria de Cubatão que encerrou a paralisação no dia posterior, que foi o local de maior radicalização do movimento grevista,

onde, desde 3 de maio, cerca de 300 trabalhadores ocupavam as instalações - em uma situação de não diálogo e negociação do governo para com os trabalhadores, o que será evidenciado na promulgação da Emenda Constitucional nº 9, em novembro do mesmo ano, que quebrou o monopólio na exploração e refino do petróleo (SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 15).

Mas cabe a nós fazer uma mediação no que se refere ao conflito capital e trabalho particularizado ao caso da greve dos petroleiros de 1995. Onde por mais que o governo a tenha sufocado - por uma série de medidas institucionais a cabo do TST, do uso da grande imprensa para criminalizar o movimento e da ocupação por parte do Exército a várias refinarias e, também, alguns meses após o fim da greve ter consolidado o fim do monopólio estatal com a Emenda Constitucional nº 9 - a greve conseguiu impedir a possibilidade de privatização da Petrobras em um movimento de retração da luta dos trabalhadores do setor mundialmente, tendo em vista o que ocorreu na Argentina de Carlos Menem, onde em 1992 este privatizou a grande estatal petrolífera do país a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF).

Do início do mandato de FHC à greve dos petroleiros, na metade do ano de 1995, o governo agilizava em conduzir o andamento das reformas neoliberais, como foi o caso da quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações. Mas a partir do segundo semestre, após a greve dos petroleiros, o governo enfrentou alguns momentos de crise, como foi o caso da demissão José Milton Dallari (um dos criadores do Plano Real) após denúncias de venda de informações privilegiadas a empresas do setor privado. O episódio da "pasta cor de rosa" do Banco Econômico, contendo documentos de doações de seu ex-dono Ângelo Calmon de Sá a candidatos do PSDB e PFL, que logo se revelou como um esquema de financiamento de candidaturas em troca de auxílio econômico para o banco. O Banco Econômico acabou por ser socorrido com um investimento de R\$ 3 bilhões vindos do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), que foi criado exatamente para salvar bancos particulares pelo então Ministro do Planejamento José Serra (que "coincidentalmente" estava na lista de doações da pasta cor de rosa à sua candidatura ao governo de São Paulo, que foi realizada em 1996 e tinha como um dos grandes acionistas Antônio Carlos Magalhães, PFL, o maior articulador da aliança com o PSDB (ALQUIMIA nº6, 1995, p. 6-10).

Mesmo com essas denúncias, o governo, no embalo do sucesso inicial do Plano Real, ainda conseguiu emplacar cinco emendas de ordem econômica da Constituição: quebra do

monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, abertura da navegação de cabotagem a embarcações e tripulação estrangeira, fim da distinção de empresa pública e privada, fim do monopólio dos estados na distribuição de gás encanado (ALQUIMIA n°6, 1995, p. 6-10).

É possível afirmar que a quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações atuaram como uma drástica derrota para o mundo trabalho, pois primeiramente atuou como ferramenta para enxugar diversas ocupações formais e estáveis, abrindo brechas para ocupações, que na maioria dos casos, tratava-se de subcontratações ou de prestações de serviços terceirizados a tais áreas; mas também, por impor um refluxo aos trabalhadores, pois essas eram categorias mais organizadas contra a implementação das reformas neoliberais e historicamente tinham se afirmado como um dos principais pilares da maior central sindical brasileira, a CUT, onde o seu enfraquecimento daria margem para recrudescimento da ofensiva neoliberal ao mesmo tempo em que a postura da luta contra o capital pautará mais para a negociação propositiva (levada a cabo sobretudo pela CUT), do que um enfrentamento nos moldes do exemplo histórico dos petroleiros em 1995. Um exemplo concreto desta argumentação está nos meses após a supressão da greve, com a extinção do monopólio estatal das comunicações (em agosto de 1995) e do petróleo (em novembro do mesmo ano), onde abriu-se mais um caminho para as políticas de privatizações dando mais fôlego para atacar o principal alvo do governo: o funcionalismo público e toda a gama de suas conquistas históricas, sobretudo no que se referia a estabilidade de emprego.

O PT e o PCdoB se aproximaram do PDT nesse momento para tentar barrar a quebra de tais monopólios, deixando de lado as suas divergências para uma aliança "progressista" que minimizasse o impacto das reformas neoliberais já aprovadas no congresso, essa manobra da oposição também englobou as manifestações da UNE (União Nacional dos Estudantes) nas ruas de Rio de Janeiro e Porto Alegre e a FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) no esforço de articular uma campanha de referendo contra a ampliação das reformas (ALQUIMIA n°6, 1995, p. 6-10). A ideia de realizar esse referendo era de derrubar, ou pelo menos barrar momentaneamente as reformas neoliberais como no caso do Uruguai, que através de plebiscito conseguiram derrotar a proposta de privatização e de desmonte dos direitos dos trabalhadores (ALQUIMIA n°6, 1995, p. 6).

A fala do deputado estadual Aldo Rebelo, PCdoB-SP, também líder do partido da Câmara, ilustra tal momento para a oposição:

Aumenta a importância da união de todos os nacionalistas e progressistas e da pressão popular junto ao Congresso. Essa união é importante agora, mais do que nunca, sob pena de anularmos a perspectiva de sobrevivência do Brasil enquanto nação (ALQUIMIA nº6, 1995, p. 7).

O segundo semestre de 1995 foi crucial para o debate em torno da renovação do FSE (Fundo Social de Emergência), criado em 1994 para servir como base de criação do Real, que no momento ele se encontrava em momento de renovação até 1999 (ALQUIMIA nº6, 1995, p. 6). O FSE permite ao governo, sem o aval do Congresso, ter acesso a 20% do orçamento da União, permitindo o desvio de verbas que deveriam ir para a saúde, educação e moradia, para o pagamento de juros aos credores internacionais. Além de ter drenado verbas da área social para a manutenção do Real, o FSE acabou sendo usado para compra superfaturada de artigos de luxo para o Palácio do Planalto (como foi o caso dos vasos sanitários e de goiaba cascão, como nos mostra a referida fonte).

Alguns setores da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) estavam em desacordo com o governo devido a política de abertura econômica e de juros altos, essa mal estar era gerado pelo medo de uma onda de desindustrialização causada pela entrada abusiva de produtos importados que gerasse uma onda de falência nas empresas nacional, nos mesmos moldes que estava sendo operada no México e Argentina.

Essas dificuldades enfrentadas pelo governo no período após a derrota da greve dos petroleiros de 1995 não se configurou como uma crise na base governista, pois se conseguiu com facilidade a aprovação das mudanças na Constituição acima assinaladas. O segundo semestre sinalizou que a "calmaria" gerada pela invulnerabilidade de FHC não se concretizou, onde além de enfrentar a possibilidade de uma greve nacional o governo teve de lidar com a tentativa de uma articulação suprapartidária na intenção de barrar as reformas neoliberais (ALQUIMIA nº 6, 1995, p. 11). Conforme a matéria "Jogo das reformas", publicada na revista Alquimia no mesmo ano, mostra que a esquerda institucional (então o PT e o PCdoB) tentavam articular um plebiscito que barrasse a privatização de outras empresas estatais, apostando no apoio popular com o aumento do desemprego, o congelamento dos salários dos funcionários públicos e a edição do salário mínimo abaixo do custo de vida (ALQUIMIA nº 6, 1995, p. 11).

Em nome da estabilidade o Plano Real sacrifica os interesses dos trabalhadores, como foi no fim da indexação dos salários, o crescimento assombroso do desemprego e da redução do consumo através de altas taxas de juros. De acordo com uma pesquisa feita pelo SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos) em julho de 1995 havia no Brasil 1.076.000 de desempregados somente na região metropolitana de São Paulo (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 11).

Segundo a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) feita pelas mesmas entidades acima citadas, em junho e julho de 1995 houve uma queda de 0,7% no nível de ocupação. Na categoria dos trabalhadores da indústria química foi de 7,9% (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 11). Entre os metalúrgicos, uma das categorias mais afetadas pela reestruturação produtiva, nos meses de junho e agosto de 1995 foram demitidos 7.000 trabalhadores e eliminados cerca de 5.000 postos de trabalho. Em apenas nesses dois meses assinalados, a redução de ocupações nesse setor foi de 1,85%, contra 1,6% durante todo o ano de 1994 (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 11).

Para David Roberto de Oliveira, técnico do DIEESE, o breve aquecimento que os primeiros meses de 1995 teve no setor metalúrgico não foi o bastante, sendo superado pelo desemprego nos meses de junho a agosto. Em suas palavras: "Se continuar o desemprego nas montadoras, outras categorias também serão atingidas, pois são muitos os ramos envolvidos com este setor, como é o caso dos químicos" (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 11).

Nacionalmente, de fevereiro a junho perdeu-se cerca de 200 mil empregos e de 1990-95 a reestruturação produtiva alcançou 37 setores industriais e mais de 1,5 milhões de empregos foram "enxugados" e deixaram de existir. No ramo químico isso significou 90 mil vagas a menos (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 12). Segundo Remígio Todeschini, o Remi, presidente do Sindicato dos Químicos e tesoureiro da CUT:

O desemprego é geral, o governo está apostando numa política de estabilização com o arrocho salarial e um custo social muito grande, cujo reflexo mais sentido é o desemprego. O Brasil precisa de 1,5 milhão de novos empregos em função dos jovens que entram no mercado de trabalho (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 12).

De julho a dezembro de 1994 o Plano Real viveu a sua primeira fase marcada pela euforia dos preços dos produtos importados, mas foi a partir de 1995 que o Plano se abala com a crise mexicana e ele entra em sua segunda fase, o momento de crise, em que as

empresas passam a não conseguir abastecer o crescimento do consumo da população, a alternativa foi adotar a velha saída de aumento da taxa de juros para pauperizar o trabalhador e inibir a demanda gerada pelo aumento do consumo.

As propostas da CUT frente ao profundo crescimento do desemprego foi levantar a bandeira da luta pela redução da jornada de trabalho, de 40 horas semanais para a indústria e 36 horas e 36 minutos para quem trabalha de turno e jornadas específicas para os demais setores; segundo tal entidade, essa proposta de redução de 44 para 40 horas semanais resultaria na criação de 2,5 milhões de novos empregos (ALQUIMIA n° 6, 1995, p. 12).

Segundo a fonte "Movimento abriu crise no PT" de Vera Rosa publicada em 03/06/96 no jornal O Estado de São Paulo, o partido havia sido abalado após a derrota da greve dos petroleiros, pois, no decorrer da paralisação, suas lideranças se chocaram em torno da viabilidade ou não da greve nacional (ROSA, 03/06/95, p. 126). Tal fonte nos serve como indicativo do ambiente interno do PT bem como a intenção de se propagar o abalo do partido em um momento recessivo para o movimento operário. Dias antes da matéria um documento da Executiva Estadual do PT, o partido afirmava o seu compromisso com o esforço de greve dos petroleiros e dos funcionários públicos, mas que no fundo serviu como recado a Executiva Nacional para que este seguisse o mesmo posicionamento de estímulos as manifestações (ROSA, 03/06/95, p. 126).

O atrito entre essas duas esferas do partido ficou claro quando Lula tornou público as desavenças entre tais posicionamento, chegando a afirmar que tanto ele quando Vicente Paulo da Silva (apelidado popularmente de Vicentinho e então presidente da CUT) defendiam o fim da paralisação e apostavam na inviabilidade de um greve geral. As tendências de extrema esquerda do PT (O Trabalho e Democracia Socialista) aproveitaram dessa declaração para cobrarem da parte moderada (Articulação) a coerência do posicionamento do Partido dos Trabalhadores em ficar a favor de um movimento popular que em tese eles deveriam representar (ROSA, 03/06/95, p. 126).

Para amenizar o clima de divergências internas, Lula entregou uma carta aberta ao presidente FHC em um tom áspero e incisivo acerca de seu posicionamento favorável a greve. Tal posicionamento agradou a ala extrema esquerda do partido (as tendência "O Trabalho" e "Democracia Socialista"), mas novamente o entendimento retrocedeu e acirrou o conflito, quando Lula teve uma posição dúbia ao declarar em uma entrevista que os petroleiros já

deveriam ter encerrado a greve e que a sua manutenção colaborou para a perda de uma boa oportunidade de negociação com o governo (ROSA, 03/06/95, p. 126). Tal posicionamento de Lula, acerca da manutenção da greve dos petroleiros, revela também a postura do PT que ao invés de aproveitar a greve para aglomerar mais forças políticas em torno da luta anti-neoliberal, este acabou por optar pela negociação, mesmo em um momento em que o governo não estava disposto a isso, que sinaliza em um aspecto de rendição (e não meramente uma adesão, pois tendo em vista a ofensiva elaborada, os trabalhadores não tinham a opção de aderir ou não ao neoliberalismo) progressiva do partido ao ideário neoliberal.

O documento "CUT inicia nova fase nas relações com o governo", publicado no O Estado de São Paulo de autoria de Liliana Pinheiro, revela que, com o término da greve dos petroleiros, a CUT passou a tomar uma postura diferente frente ao governo de FHC, pois anteriormente ainda havia um respeito por parte dos militantes da sindical em torno do passado do presidente de "luta" contra a ditadura. A CUT avaliava o desfecho da greve a partir de duas perspectivas, a partir da perspectiva da fonte: de um lado foi positivo, pois a greve desmoralizou o TST, mas acabou por admitir que a greve gerou um desgaste da central (PINHEIRO, 03/06/95, p. 26).

O desrespeito aos ditames do TST foi a maior vitória que o movimento dos petroleiros conseguiram conquistar, pois nunca nenhuma categoria tinha conseguido tantos dias paralisada frente a uma sentença desfavorável de tal tribunal. Isso permitiu a central vislumbrar que nas próximas greves nenhuma categoria fortemente organizada deveria respeitar as decisões dos juízes, fortalecendo o seu posicionamento em torno do Contrato Coletivo de Trabalho (PINHEIRO, 03/06/95, p. 26).

Mas a entidade assumia que a maior derrota sofrida foi que ela saiu com a opinião pública desfavorável ao seu posicionamento, esse desgaste foi empreendido em função do alarde criado pela mídia ao propagar de que haveria uma crise de abastecimento de gás e combustíveis (PINHEIRO, 03/06/95, p. 26).

A matéria "Petroleiros, em estado de greve, aguardam negociações", publicada em 15/06/95 pela Inverta – órgão este ligado ao Partido Comunista Marxista Leninista organizado e mantido pela Cooperativa de Trabalhadores em Serviços Editoriais e Noticiosos Ltda. - que teve uma circulação restrita ao local onde foi impresso: Rio de Janeiro-RJ, mostra que os petroleiros viram o retorno ao trabalho no dia 2 de junho como algo tático, esperando que,

com isso, o governo negociaria no dia 6 do mesmo mês. A pauta de negociação que os petroleiros esperavam era a suspensão das demissões, a revisão dos descontos dos dias parados, além das reivindicações anteriores (INVERTA, 15/06/95, p. 105). Um fator marcante que determinaria a volta dos trabalhadores foi o posicionamento do Procurador Geral da República, Moacir Machado da Silva, que chegou ao extremo de pedir que a Polícia Federal enquadrasse os grevistas nos artigos 201 e 202 do código penal, que trata de crimes contra a organização do trabalho. Além de toda a pressão, o porta-voz da presidência Sérgio Amaral, levou a possibilidade de demissão coletiva por justa causa por abandono de emprego, logo no momento em que a greve completava 30 dias (INVERTA, 15/06/95, p. 105).

A CUT pressionou a FUP a acabar com a greve e a aceitar a Comissão de negociação instalada no Congresso Nacional, pois, para a CUT, a greve nacional isolou os petroleiros e a despolitizou, pois deixou para segundo plano a luta contra as reformas neoliberais ao privilegiar a luta econômica. Alguns setores da categoria acharam prejudicial o fim da greve, pois a opção de não realizar a greve geral no momento enfraqueceu o movimento e deu a entender para a sociedade que o caminho para as reformas neoliberais era o certo para o país.

A CUT decidiu internamente adiar a greve geral, o que tranqüilizou o governo e consolidou a postura intransigente de FHC nas negociações com os petroleiros. O recuo de Vicentinho deu tranqüilidade para o Congresso para dar continuidade às reformas neoliberais, que, no momento, estavam em ritmo acelerado. Enquanto isso, a Força Sindical seguiu promovendo manifestações para acelerar as reformas, como foi no dia 31/05, em que a central realizou um ato no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, contando com cerca de 500 pessoas, dentre eles 150 operários da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e a grande maioria composta por empresários e políticos (INVERTA, 15/06/95, p. 105).

Após a derrota da greve dos petroleiros o governo passou a adotar um tom mais severo, conforme nos mostra a fonte "Acordos terão novo tom", publicada em junho de 95 pela Gazeta Mercantil, assinada por César Felício. A inflexibilidade do governo com a greve foi por ela ser uma greve "política" e não "econômica". Na perspectiva de FHC, as greves "políticas" seriam as que visavam o desmoralizar, sendo estas reprimidas como fora a dos petroleiros (FELÍCIO, 05/06/95, p. 123).

Com a supressão da greve o governo já advertia que ia focar os seus esforços na discussão no Congresso da livre negociação dos salários já no segundo semestre de 1995,

como também o fim da reposição salarial com as perdas da inflação; também no segundo semestre o governo previa a retomada da discussão acerca da Reforma da Previdência, que não seria um versão atenuada da já apresentada anteriormente pelo Ministro da Previdência Social, Reinhold Stepanes (FELÍCIO, 05/06/95, p. 123).

Nesse momento também passou a entrar em cena o debate em torno do fim da estabilidade do funcionalismo público, proposta pelo Ministro da Administração, Luís Carlos Bresser Pereira e o início da alteração dos direitos trabalhistas pelo Ministro do Trabalho, Paulo Paiva (FELÍCIO, 05/06/95, p. 123). A postura do governo era de realizar tais reformas de forma gradual, desarticulando gradativamente os trabalhadores organizados, tendo em vista que, se fossem impostas de imediato, acarretaria em uma desaprovação da opinião pública, então, a mensagem era clara: o governo adotara sua intenção de atacar os setores combativos do funcionalismo público que se colocassem como uma barreira ao aprofundamento das reformas neoliberais.

A matéria "CUT e FUP culpam o governo" publicada no Diário Popular em junho de 1995 por Milton Flores, mostrava que para Vicentinho (CUT) e Spis (FUP) ali o governo já sinalizava nitidamente o seu caráter autoritário, conservador e truculento quando se tratava da negociação dos conflitos trabalhistas, ainda mais por estarem atrelados aos interesses fisiologistas do PFL (FLORES, 10/06/95, p. 122).

Spis (no momento coordenador da FUP) declarava que a greve unificada dos petroleiros com outros setores do serviço público foi motivada pelo não fechamento de um acordo coletivo com todas as categorias, mas que tanto a FUP e a CUT optaram pela não deflagração da greve geral, pois, em sua avaliação, a Força Sindical a inviabilizou:

Deflagração da greve geral não depende só da CUT, mas tem que envolver outras centrais e a grande maioria da classe trabalhadora. E todos nós sabíamos que a Força Sindical, que tem uma proposta reformista e contra os interesses dos trabalhadores, era contra a luta dos petroleiros e dos funcionários do setor público (FLORES, 10/06/95, p. 122).

Em uma carta de Lula a FHC sobre a greve dos petroleiros - publicada na Revista Linha Direta (informativo do Diretório Estadual do PT em São Paulo), escrita em 1º de junho quando a greve completava seu trigésimo dia - apelava para uma negociação com o presidente e argumentava que a greve era justa, pelo governo não cumprir, por duas vezes, os reajustes firmados ainda em 1993 no governo de Itamar Franco (LULA DA SILVA, 11/06/95, p. 122).

Dessa forma, afirmava:

A categoria dos petroleiros merece nossa solidariedade pela justeza de sua luta. Esses trabalhadores e sua capacidade profissional constituem patrimônio nacional - resultado de longo investimento. Sua preservação não pode ser colocada em risco pela absurda ocupação militar das refinarias e pelo manuseio, por estranhos, dos equipamentos da Petrobras (LULA DA SILVA, 11/06/95, p. 122).

Nessa carta Lula questiona quais motivos motivariam FHC a negociar mais com a bancada ruralista, no fisiologismo que envolvia a distribuição de cargos mediados pelo *lobbies* e a sua submissão integral às classes dominantes tradicionais e aos ditames neoliberais, pois com os trabalhadores ele revelava sua face mais intransigente e autoritária com a nítida intenção de esmagar diretamente o movimento grevista e indiretamente quebrar a espinha dorsal do sindicalismo brasileiro (LULA DA SILVA, 11/06/95, p. 122).

O fato era que a disposição do governo em criminalizar e sufocar a greve dos petroleiros servia como a supressão de qualquer reação a um ataque bem maior aos trabalhadores, que teria foco da desregulamentação do mercado de trabalho e o projeto de desindexação dos salários.

Mas no artigo de Fernando de Barros e Silva, publicado na Folha de São Paulo em 11/06/95, intitulado "FHC nocauteia esquerdas em um ano" aponta o "trunfo" do presidente em derrotar Lula nas eleições e a CUT ao sufocar a greve dos petroleiros. A suposta derrota da esquerda no Brasil é fruto de um movimento de derrota da esquerda em nível mundial, que após a queda de URSS não deu mais conta de impedir a marcha triunfante do capitalismo (SILVA, 11/06/95, p. 119).

Segundo a fonte:

Entre o que representava Luiz Inácio Lula da Silva há apenas um ano, quando ainda era o favorito na corrida presidencial, e o que restou da imagem dos petroleiros depois da humilhante derrota que lhes impingiu o presidente, pode-se ver um único processo acumulando fracasso sobre fracasso da esquerda brasileira (SILVA, 11/06/95, p. 119).

E continua ironizando: "(...) nem mesmo o mais otimista dos liberais arriscaria dizer em julho de 94 que as duas maiores organizações da esquerda do país estariam de joelhos um ano depois" (SILVA, 11/06/95, p. 119).

A esquerda vinha resistindo desde o período de radicalização do projeto neoliberal do governo Collor, mesmo sendo derrotada pelas medidas impostas pelo seu governo, ela ainda

se manteve organizada em torno da candidatura de Lula, mas, ao se ausentar do governo Itamar, por considerá-lo como um governo tampão da crise iniciada por Collor, o PT apostou no fracasso do Plano Real e na impopularidade das políticas neoliberais. Mas, com o sucesso do Plano Real e a eleição de FHC, restou ao PT mobilizar-se junto à CUT nas greves dos servidores públicos, mas que acabaram por serem sufocadas e reprimidas, que com a ajuda da grande imprensa e do intervencionismo institucional do TST, criminalizaram como atrasados os que lutavam contra a maré neoliberal, o que gradativamente acabou por legitimar as políticas neoliberais (que a grande imprensa denomina como "reformas constitucionais").

Uma matéria da *The Economist*, traduzida e publicada na *Gazeta Mercantil* em 12/06/95, chamada "FHC mais forte depois da greve", também afirmava essa ideia de derrota da esquerda e celebrava a caída de várias "vacas sagradas" que impediam o funcionamento do governo, referindo-se à queda de Pécio Arida do Banco Central e do estrangulamento da greve dos petroleiros, que, após esses "incidentes" a cotação política do presidente, assim como as perspectivas econômicas para o Brasil, estaria em alta para os investidores estrangeiros (G.M., 12/06/95, p. 118).

A *The Economist* elogia a capacidade do governo de driblar os "tempos difíceis" da má condução da desvalorização da moeda pelo Banco Central; o atraso que o Congresso teve em "aceitar" as reformas constitucionais, que supostamente eram necessárias para liberar a economia; ter suportado uma greve, que pela sua duração, "mutilou" (nas palavras da revista) o Brasil e, por fim, ter superado o afastamento de Pécio Arida do Banco Central (G.M., 12/06/95, p. 118).

Esses elementos poderiam ter abalado o governo e o Plano Real, mas ao contrário, com a superação desses obstáculos FHC pôde implementar as medidas tão esperadas como o fim do monopólio das comunicações em 6 de junho e do petróleo, que ganhou a votação na Assembleia alguns dias mais tarde, mesmo após a greve de 32 dias dos petroleiros (que foram derrotados, tendo demissões, multas e nenhum compromisso com o reajuste salarial).

A *The Economist* dava o seu posicionamento sobre a greve dos petroleiros:

Segundo a Constituição, a Petrobras domina todo o negócio de petróleo no Brasil, à exceção da bomba de gasolina do posto. Nascida há mais de quarenta anos, em desafio aos gigantes petroleiros mundiais, com toda a emoção que isso implica, ela é o suprassumo do sagrado no setor público brasileiro. Velhos slogans como "O petróleo é nosso" ainda ressoam hoje. E - ao contrário das companhias telefônicas - a Petrobras presta muito bons serviços aos brasileiros. Mas a greve deu munção aos

críticos do monopólio, como um abrupto lembrete de que o monopólio do abastecimento implica no monopólio da quebra do fornecimento (G.M., 12/06/95, p. 118).

Segundo José Maria de Almeida (à época, Secretário de Organização da CUT e membro da direção nacional do PSTU) em uma entrevista para o jornal do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), declarou correta a realização da greve no começo de maio, que segundo ele, uniu 350 mil trabalhadores entre petroleiros, telefônicos, eletricitários e servidores federais (PSTU, 14/06/95, p. 111). No mesmo jornal, Geraldo Pinto, o Geraldão (membro da direção da FUP), reconheceu que a greve foi uma derrota, em função do não atendimento do acordo salarial, da demissão de 50 servidores e de 31 dias de descontos na folha salarial e a repressão do exército (PSTU, 14/06/95, p. 112). Mas ao mesmo tempo foi vitoriosa, pois mostrou aos trabalhadores a possibilidade de que uma paralisação organizada pode resistir às medidas truculentas do governo, à repressão das forças armadas e os ataques vindo do TST, o que, para o dirigente sindical, gerou certo desgaste do governo recém empossado e que despertava em outras categorias a possibilidade de fazerem o mesmo (PSTU, 14/06/95, p. 111-115).

No dia 7 de junho de 1995 a era do monopólio estatal chegou ao seu fim, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou na Câmara (por 364 contra 141) a emenda constitucional que retirava da Petrobras a exclusividade da exploração do petróleo. Na matéria "O petróleo é nosso" de Eumano Silva publicada na ISTOÉ em junho de 1995 responsabilizava a greve de 31 dias dos petroleiros como principal motivo do antagonismo da população em torno do monopólio da Petrobras (SILVA, 14/06/95, p. 107-110). Além disso, a matéria comentava a era da Constituição de 1988, um texto que em tese seria avançado no que se referia as garantias individuais, mas retrógrado no seu modelo econômico, por ter sido inspirado e elaborado por aqueles que viviam o mundo "estatizante" que desmoronou em 1989 junto com o muro de Berlim.

A ISTOÉ alertava aos seus leitores os perigos dessa medida retroceder no Senado, mas, ao mesmo tempo, tranquilizava falando que era questão de tempo, pois tal instância era de maioria governista; celebrava o fato de que, ao governo reprimir a greve e retirar o monopólio da Petrobras, ele resolveu um problema de ordem interna e externa (SILVA, 14/06/95, p. 107-110). Externamente a quebra do monopólio sinalizou que o país estaria comprometido em realizar as tarefas do projeto neoliberal, abandonando o seu caráter protecionista em um importante setor da economia que foi edificada juntamente com o

nacionalismo instrumental de Vargas, agora vista como sinal de atraso. O deputado federal Roberto Campos (PPR-RJ) - que no dia da votação posava para uma foto que o mostrava destruindo um dinossauro de brinquedo, que na revista aparecia com a legenda de "comemoração bem humorada" - afirmou "O fim desse monopólio é o marco da entrada do País no mundo capitalista. (...) Agora a Petrobrás será submetida à saudável concorrência do mercado" (SILVA, 14/06/95, p. 108).

Internamente, na perspectiva da fonte, o governo feriu de morte as tentativas dos partidos de esquerda em barrar as reformas constitucionais. A derrota avassaladora na Câmara na proposta que tirou o monopólio da Petrobrás tirou da oposição a esperança de repetir no plenário o sepultamento de tais reformas (como foi no caso da Reforma Constitucional de 1993). Sem ter votos o bastante para barrar tal emenda, os presidentes do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do PDT, Leonel Brizola, se uniram a foram para Brasília para marcar sua posição contrária à votação; manifestantes da CUT, juntamente com 500 militantes do MST tentaram ocupar o Congresso antes da realização da plenária, resultado: os seguranças impediram a entrada, que gerou um tumulto que quebrou várias vidraças ferindo um cinegrafista e militantes (SILVA, 14/06/95, p. 107-110). Ao saber da manifestação, o senador José Sarney (PMDB-AP) ameaçou chamar as Forças Armadas para que garantisse a votação, chamando os manifestantes de "corja" na plenária do Congresso, sendo rebatido por Ademir Andrade (PSB-PA) "Corja era o regime militar que massacrou o País apoiado pelo senhor".

Na semana anterior o governo havia sido bem sucedido ao liquidar o monopólio estatal no setor de telecomunicações, se utilizando do velho fisiologismo (que antes FHC tanto criticava, juntamente com o articulador da reforma do Estado, o ministro Bresser Pereira) oferecendo cargos a quem apoiasse as reformas. O interessante era que a burguesia e os setores da classe média "progressista" apoiavam o patrimonialismo e o fisiologismo nos momentos em que estes são funcionais à concretização de seus interesses.

No caso da Petrobrás, o governo teve êxito em conquistar votos de setores do PMDB contrários a emenda, ao entregarem a todos os congressistas um documento elaborado pela assessoria do deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) intitulado "Diretrizes gerais para o novo modelo da indústria petrolífera brasileira", em que garantia (com a chancela do presidente FHC) que outras empresas não poderiam realizar pesquisa e lavra de petróleo nas áreas onde a Petrobrás já estava atuando e nas licitações que houvesse empate com outras

empresas privadas, o resultado deveria sempre favorecer a estatal (SILVA, 14/06/95, p. 107-110).

Além disso, o relator da emenda do petróleo Lima Neto (PFL-RJ), no ano anterior havia recebido R\$ 40 milhões de "doação" da rede Ipiranga na sua campanha eleitoral. O deputado tentava legitimar o fim do monopólio afirmando de que a Petrobras necessitava de US\$ 4 a US\$ 7 bilhões de dólares anuais de investimentos para que continuasse a expansão na extração de petróleo e que o governo havia investindo somente US\$ 2 bilhões (SILVA, 14/06/95, p. 107-110). O presidente da Shell Brasil, Willien Goebel, acompanhou ansiosamente por telefone a vitória da emenda na Câmara e anunciou "A Shell está interessada em ampliar sua presença no País além do setor de lubrificantes (...) Mas tudo vai depender do tipo de legislação que será adotada" (SILVA, 14/06/95, p. 110).

Para Paul Singer em uma matéria também intitulada "O petróleo é nosso" (16/06/95, p. 104) já apresenta uma visão de que nunca uma greve de trabalhadores foi tratada de forma tão despótica e tão repressiva desde o regime militar em seu período mais autoritário (SINGER, 16/06/95, p. 104). O governo se blindou atrás de uma decisão judicial para negar qualquer negociação com os petroleiros em torno de sua perda salarial, demitiu funcionários, ocupou as refinarias com o Exército (algo similar com Volta Redonda em 1988, quando a ocupação custou a vida de três metalúrgicos) e sufocou o movimento ao ponto de serem obrigados a voltarem a trabalhar sem qualquer garantia de reposição salarial e de que o desconto dos dias parados serão parcelados.

As duas sentenças dadas pelo TST desconsideraram por completo a validade jurídica de acordo que o governo tinha fechado setembro de 1994 com os petroleiros, baseando mais em uma tecnicidade do que com o senso de justiça por aqueles que são violados de seus direitos. Nas palavras de Singer (19/06/95):

Os petroleiros se sentiram enganados e desrespeitados e sua greve teve toda a raiva consequente. Avaliaram mal as correlações de forças, superestimaram o apoio que poderiam ter da opinião pública, subestimaram a hostilidade que os novos ocupantes do poder federal sentem em relação aos 'privilegiados' empregados nas estatais. Mas sua atitude foi compreensível e sua disposição de arrostar perigos e fazer sacrifícios, admirável (SINGER, 16/06/95, p. 104).

O governo legitimou a sua postura intransigente com a greve dos petroleiros à necessidade de defender o Plano Real, devido ao custo que a reivindicação salarial dos grevistas poderia acarretar, mas os custos causados pela paralisação quase total dos postos e a

redução dos estoques foi bem maior do que se tivesse feito a concessão salarial para a categoria. Assim, se fosse pautar pela tese de que os gastos com os salários poderiam acarretar um abalo no Plano Real, seria muito mais econômico para o governo se este tivesse encerrado a greve em poucos dias por via da negociação, seria também melhor para os grevistas e para a população que teve que passar por filas para adquirirem gás de cozinha ou gasolina. A intenção de combater o movimento sindical nessa greve é tão nítida se analisarmos o preço dela: U\$ 250 milhões que o governo teve que gastar com importações de combustíveis, enquanto as reivindicações salariais da categoria giravam em torno de U\$ 13 milhões, demonstra os dados do SINDIPRO-RJ (SINDIPRO-RJ, 1995, p. 12-13).

Em suma, a postura do governo somente dá para ser entendida se levarmos em conta que a sua intenção foi de enfrentamento do movimento operário. Os petroleiros foram a oportunidade que o governo FHC queria para rechaçar qualquer movimento grevista que ousasse desafiar as decisões do governo. A grande vitória jurídica e repressiva do governo em relação a greve enterrou quaisquer esperanças a alguma reposição salarial relacionada as perdas inflacionárias, que foram novamente aumentadas com a desindexação de seus ganhos. Uma grande derrota também foi infligida pela CUT e outros sindicatos: se tais entidades ousarem também a lutar contra o governo, este aceleraria o processo de desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista (que no momento já eram debatidas pelo governo) e pelas privatizações, que fragilizaria a base de sua atuação.

No editorial "Petroleiros: uma grande lição", no jornal Brado Informativo, publicado em forma de boletim informativo e vinculado a corrente Resistência Marxista, argumenta que as manifestações dos petroleiros impuseram derrotas significativas para o governo, sinalizando a não submissão ao ditames do TST e desmoralizando o Exército ao explicitar o seu posicionamento a favor da burguesia e não para "preservar" o patrimônio público, como foi declarado. Mas o editorial alertava:

Por trás de tanta intransigência, condenações do TST, mentiras vinculadas pelos MCS, uma tentativa histórica de por a opinião pública contra o movimento; está a deliberada intenção da burguesia e do governo que a serve de desmobilizar a categoria e repartir a Petrobras, mais uma vez atendendo a política de entreguismo, numa manobra que eles estão chamando de "flexibilização do monopólio da Petrobras" (B.I., 21/06/95, p. 116).

Em outubro de 1995 o jornal O Estado de São Paulo tratava como positivo a determinação do Tribunal Superior do Trabalho de considerar a greve dos petroleiros como abusiva na matéria "Greve impopular" (04/10/95), afirmando que a greve nada tinha de

melhorias a não ser o interesse corporativo de melhorais salariais (OESP, 04/10/95, p. 75). Criminaliza também o movimento ao declarar que os "Países do Primeiro Mundo", por terem um movimento sindical mais avançado e um Estado democrático que fiscaliza mais as suas leis, o população deve ser informada 48 horas antes da deflagração da greve, o serviço precisa continuar funcionando, com grupos de trabalho que revezam em suas funções (OESP, 04/10/95, p. 75).

A mensagem dessa fonte é clara: o Estado precisa ser mais incisivo na repressão às greves que burlem a lei (se dirigindo aos serviços essenciais, especialmente, a do setor petrolero), que a sociedade não pode ser prejudicada pela sua paralisação. Porém, há que se perguntar: se elas não forem prejudicadas, como chamar a atenção da população frente à criminalização exercida pela mídia e a repressão das forças policcias e armadas?

O Estado de São Paulo, a partir dessa perspectiva, também denuncia que o congresso era ineficaz por não produzir uma legislação específica que enquadrasse os serviços essenciais e evitasse futuras greves, e relaciona os impactos "nocivos" da greve para a população pelo fato do setor petrolero ser monopolizado, no momento, pelo Estado. E advertia os grevistas:

Paralisação em serviço essencial, sob regime de monopólio, e em pleno processo eleitoral, fere uma série de dispositivos legais - da Lei de Greve à própria legislação eleitoral. Se o objetivo dos grevistas é chamar a atenção do eleitor para a defesa do monopólio estatal do petróleo, exercido pela Petrobras, o tiro poder sair pela culatra (OESP, 04/10/95, p. 75).

O tiro poderia sair pela culatra para a CUT, nas palavras do Estado de São Paulo, por supostamente a população defender as privatizações das estatais. O cidadão "maduro" (ou manipulado o bastante pela grande mídia) deveria ser capaz de fazer a distinção de que defesa do interesse nacional na forma corporativa da CUT não implica em abastecimento de combustíveis por preços mais acessíveis ao seu consumo, chegando a afirmar "Esta greve da CUT é uma greve contra o povo" (OESP, 04/10/95, p. 75).

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (na época filiado à Força Sindical), Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho, afirmou, em novembro de 1995, que tentou impedir a greve dos petroleiros por achar que ela isolaria e desgastaria o movimento sindical brasileiro, e atribuiu toda a derrota à incompetência da CUT (D.P., 19/11/95, p. 74). As informações de "Paulinho" no Diário Popular, em 19/11/95, na matéria "Paulinho vê incompetência", mostra o nítido posicionamento de classe da Força Sindical em apoiar o patronato e a adesão as políticas neoliberais, bem como a intenção deste de se tornar

um importante interlocutor do movimento sindical nacional, tendo em vista que a entidade já havia conquistado o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (um importante setor do movimento sindical). O mesmo afirma na fonte que "a greve foi imposta aos funcionários da Petrobras por um grupo de sindicalistas e políticos irresponsáveis e levianos", que foram "enganados e traídos por estas supostas lideranças" e o governo "preparado e esperto quebrou a espinha dorsal do movimento com muita sabedoria política e nenhuma violência" (D.P., 19/11/95, p. 74). Tal posição de Paulinho revela a inserção da ideologia neoliberal no seio do movimento sindical, que em um momento regressivo como este, tentava se promover com a derrota dos trabalhadores, mostrando que a adaptação frente à ofensiva que estava se armando seria a melhor alternativa ao movimento operário brasileiro. Essa perspectiva irá paulatinamente se inserir na CUT, principalmente após a vitória da tendência da Articulação ligada ao nome de Vicentinho.

### **3.3 A inflexão na CUT e no movimento sindical: "acordo da Previdência", avanço dos fundos privados de aposentadoria e o contrato especial de trabalho**

O momento que se estende de janeiro até meados de abril de 1996 - do "acordo da Previdência" ao esforço de efetivar o contrato especial de trabalho - se configurou em uma importante inflexão dentro do movimento sindical, sobretudo na maior central brasileira, a CUT. Vimos que as greves tiveram um ligeiro aumento no ano de 1995 com 1056, e subindo para 1258 durante todo o ano de 1996, como nos mostra um estudo elaborado pelo DIEESE<sup>24</sup>. O principal motivo das greves em 1996 foi a reivindicação de direitos trabalhistas, pois a partir do momento da supressão das greves de 1995 e da quebra do monopólio das comunicações e do petróleo, diversos segmentos dos trabalhadores, sobretudo os ligados aos setores públicos, viram que estas medidas ainda tinham fôlego para avançar a todos os demais setores e, somado a experiência da greve dos petroleiros (que conseguiu ganhar proporção nacional ao aglomerar várias categorias<sup>25</sup>), ainda tinha força política para disputar a forma e o

---

<sup>24</sup>A fonte elucidada se trata da "Tabulação do sistema de acompanhamento de greves no Brasil (1995-2005). Publicado pelo DIEESE em 2006 a pedido do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir da Parceria de sua Secretaria Especial com a entidade. O documento apresenta somente dados e gráficos, em português e espanhol, o que nos mostra a intenção de ter uma circulação internacional, mesmo não apresentando os locais de distribuição de tal estudo. Essa fonte é de suma importância, pois vai ser a partir dos dados apresentados sobre as greves de entre 1995-96, que podemos mapear o momento de ação dos trabalhadores, ao mesmo tempo de que o governo e as classes hegemônicas elaboraram uma gama de aparatos repressivos em uma ofensiva contra o mundo do trabalho, que culminará mais tarde, com base nos mesmos dados, em uma redução massiva das greves e reivindicações.

<sup>25</sup> Vale lembrar e ressaltar ao leitor a campanha encabeçada pela FUP "Somos todos petroleiros", onde mesmo sendo elaborada no final da greve, em 31 de maio, ganhou proporção nacional em chamar atenção para a possibilidade de um movimento para barrar a quebra dos monopólios estatais e das privatizações, essa campanha foi propagada por diversos sindicatos ligados a federação, que se materializou em diversas marchas, passeatas e manifestações a favor dos grevistas (SINDIPETRO-RJ, 1995, p. 17).

ritmo de implementação das reformas neoliberais. Aumentaram as greves dos servidores públicos, tendo em vista o congelamento salarial e o temor do enxugamento de suas funções com o avanço das privatizações e pelo sucateamento proposital do governo, mas também pelo temor da implantação da reforma administrativa (DIEESE, 2006, p. 9). Mas, no interior da CUT, começou a se operar um processo de absorção do ideário neoliberal, em um primeiro momento pela pedagogia da hegemonia que implantou a perspectiva empresarial para dentro da entidade, ao mesmo tempo em que esta, juntamente com outros aparelhos privados de hegemonia, impregnou tais concepções no interior da classe trabalhadora (FONTES, 2010, p. 255). Esses elementos caminharam mutuamente com o processo de institucionalização da central, apoiando-se cada vez mais no "sindicalismo propositivo", em "propor alternativas" ao invés do conflito direto com o patronato com a mobilização dos trabalhadores. Isso fez com que esta aderisse a uma séria de medidas logo no início do ano de 1996 - após a dura "lição" aprendida com a derrota das greves de 1995 - como foi o caso do "acordo" que viabilizasse um amadurecimento da Reforma da Previdência, que deu fôlego para dar um avanço nos fundos privados de aposentadoria e o acordo feito juntamente com a Fiesp para implementar o contrato especial de trabalho. Esses elementos sinalizam uma postura que, gradativamente, vai fazer com que a central se distancie das novas levas de trabalhadores ausentes de qualquer proteção social, pulverizados em inúmeras ocupações informais, expelidos pela sociedade com a consolidação do neoliberalismo.

A intensa crise social herdada da década de 80 consolidou na década de 90 um processo de expansão das relações capitalistas na vida social dos trabalhadores, com expropriação massiva em uma pauperização acelerada, enquanto se efetivava uma nova forma de concentrações de capitais pautados pela predominância do capital financeiro e impunha uma pulverização das forças produtivas repercutindo em uma ampla reconfiguração da classe trabalhadora.

Concordamos com a perspectiva de Fontes (2010) acerca da irradiação do ideário neoliberal frente a organização da classe trabalhadora, mas, salientamos que esse argumento mostra uma das faces do processo de mudança do posicionamento da CUT, temos de levar em conta as derrotas no plano material que não somente esta entidade, mas todo o movimento organizado dos trabalhadores, vinha sofrendo desde o fim da greve dos petroleiros. Seria cômodo um observador do século XXI (como o nosso caso) apenas caracterizar esse processo

como uma mera "burocratização", "adesismo" ou então de "peleguismo"<sup>26</sup>, mas, sem vincular o processo de derrota global (e a partir do momento também nacional) do mundo do trabalho frente a um novo padrão de acumulação que formulava novas frentes de expropriação; que gerava condicionamentos materiais específicos, que impunha e moldava as ações do movimento sindical como um todo. A partir da análise dessas condições materiais, que envolve tanto a mudança no setor produtivo com a reestruturação produtiva, quanto o conflito capital e trabalho a partir da luta de classes, que posemos apresentar um eixo interpretativo mais condizente ao processo histórico.

Para Virgínia Fontes (2010), o governo FHC tratou de ordenar um ataque concentrado às organizações sociais mais combativas dos trabalhadores, de um lado pela repressão aberta da violência policial contra as entidades que resistiam (como vale lembrar o caso dos petroleiros quando o exército ocupou as das refinarias), atrelada a uma repressão institucional, com o ritmo acelerado das privatizações e os estímulos a demissão com o PDV (Plano de Demissão Voluntária) (FONTES, 2010, p. 255-300). Esse momento de reação institucional com os setores que estavam na resistência contra as políticas neoliberais, tratava-se de uma "pedagogia da hegemonia" (FONTES, 2010, p. 264 APUD NEVES, 2005), conceito de Neves (2005) que tivemos acesso a partir de Fontes (2010), que é útil para a nossa pesquisa como recurso explicativo para compreender o processo "pedagógico" difundido pela mídia, por órgãos empresariais e governamentais para legitimar o consenso em torno da adequação do Brasil à nova dinâmica neoliberal do capital.

Com base nesse conceito, vemos que no momento a campanha anti-estado capitaneada pela burguesia na redução do suposto "custo-Brasil" e na ampliação dos fundos privados de aposentadoria representaria uma investida do capital para desmontar as organizações populares. Investida que abriria margem para a introdução de novos setores de gerenciamento da força de trabalho - com o enxugamento de diversas ocupações; na regressão e destruição dos direitos trabalhistas, para o barateamento da força de trabalho, ou então, na melhor alternativa para a burguesia, criar condições materiais e ideológicas para o trabalho informal.

Se no momento operava uma reconfiguração da classe trabalhadora, possivelmente também se redefinia o terreno da luta de classes, levantaremos a questão que este golpe central que vai atingir em cheio o sindicalismo, se foi este o elemento que paulatinamente fez

---

<sup>26</sup> Cabe identificar ao leitor que os principais interlocutores desse argumento, a partir da análise das fontes que tivemos acesso, eram principalmente os boletins do PSTU (como aqueles que analisamos posteriormente na greve dos petroleiros) e do Massas (publicação do partido trotskista POR - Partido Operário Revolucionário).

a central ter uma posição associativa com o empresariado e aderir uma série de medidas institucionais. Este argumento se torna viável se levarmos em conta que se tratava de um momento de construção da hegemonia neoliberal, que mesmo com a vitória de FHC no primeiro mandato (que para nós sinalizou um importante passo no processo de edificação do neoliberalismo no Brasil), as classes dominantes ainda operavam todos os seus instrumentos para barrar forças políticas como a CUT, o PT, o MST e diversos movimentos sociais nas cidades e no campo, que sinalizavam a expressão de um novo tipo de hegemonia.

Se desde os anos 70 o capital em suas crises já estava se reconfigurando para novas frentes de exploração do trabalho e de desmonte de seus direitos historicamente conquistados, bem como a cooptação de suas entidades reivindicativas, tal movimento começou a varrer o Brasil a partir dos anos 90, mas que por pressão dos trabalhadores, geraram uma extensão da crise de hegemonia da virada dos anos 80 para os 90 (MACIEL, 2012), mas foi a partir do primeiro governo de FHC (1995-98) que o terreno da hegemonia neoliberal estava se pavimentando rumo a sua consolidação, sendo por isso que este momento apresentava uma ofensiva burguesa contra os trabalhadores.

Segundo Fontes (2010), na mesma obra anteriormente mencionada, a concentração de capitais impulsionada por essa nova dinâmica do capital exigiria no Brasil a montagem de um aparelho para administrar os conflitos sociais, onde, em suas palavras, argumenta:

Toda e qualquer formulação anti-sistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, *devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis* (FONTES, 2010, p. 263).

Nesses moldes, o impulsionamento da concentração de capitais passaria pela produção das relações sociais necessárias para a sua reprodução, sendo, por isso, necessário criar uma massa de trabalhadores que venderiam sua força de trabalho sob quaisquer circunstância, o que além de impulsionar tamanha concentração (sendo preservada com o desmonte dos direitos sociais), atualizava o caráter autocrático e sua truculência na "administração" do conflito social (MACIEL, 2012).

Assim, tais transformações impunham um novo rearranjo na composição da burguesia diante da manutenção da repressão da luta social, que, juntamente com esse aspecto, teve como eixo de unificação a defesa da propriedade e a cooptação dos movimentos populares

para assegurar o movimento de imensas massa de capitais que buscavam expandir e se valorizar (FONTES, 2010, p. 263-264).

Com base em Fontes (2010), o ímpeto socializante que as lutas sociais dos anos 80 tiveram foi se reduzindo a uma subalternização para as grandes entidades empresariais "sem fins lucrativos", legitimando o controle do capital sob as organizações sociais e da suposta "responsabilidade social" tida pelos empresários. Sob o ideário neoliberal, tais entidades se definiam como Organizações Não Governamentais (ONGs) que se utilizavam do discurso de não participarem do governo, enquanto sugavam seus recursos para promover políticas sociais restritas e de qualidade inferior à população, enquanto se desmantelavam seus direitos sociais e desarticulavam o seu potencial organizativo (FONTES, 2010, p. 265).

Nos anos 80 as entidades filantrópicas, religiosas, escolares e etc., atuavam como "organizadoras" dos movimentos sociais, o que preparou o terreno para a invasão dos aparelhos privados de hegemonia dos setores dominantes do capital, o que impedia uma proliferação de lutas e conquistas universalizantes, na medida em que tais entidades agiam somente a partir de experiências locais, pontuais e extremamente individualizadas (FONTES, 2010, p. 265).

No discurso que as ONGs pregavam não havia nenhum recorte de classe, que com a redução expressiva da classe operária industrial com a reestruturação produtiva nos anos 90, acabou por criar o seu perfil da classe trabalhadora: apagada das experiências de luta dos anos 80 e familiarizada com o desmonte de seus direitos, contribuindo para formar um trabalhador adaptado ao voluntariado, à informalidade e às mais diversas formas de expropriações. Fontes (2010) afirma de que tais entidades atuaram na inviabilização organizativa de uma contra hegemonia, que facilitou o ataque aos direitos sociais e as formas organizativas dos trabalhadores (FONTES, 2010, p. 266-267).

As ONGs cresceram sob os escombros dos desmontes dos direitos universais, lutando para se afirmar como verdadeira gestora de fatia de espólio, que juntamente com o bombardeamento midiático, se posicionavam como as mais confiáveis entidades para gerir os recursos públicos, abrindo caminho para o voluntariado e para a formação ideológica de uma nova classe trabalhadora, totalmente desprovida de seus direitos sociais, apagando da memória coletiva todos os aspectos reivindicativos da década anterior (FONTES, 2010, p. 266-267).

A Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), entidade que aglomerava as 200 maiores ONGs do país (grande parte com vínculos religiosos, sobretudo católicos) buscava se posicionar como a verdadeira porta-voz da sociedade, por não ter vínculo com o Estado, visava destruir qualquer conteúdo "classista" dentro da luta social entre os grupos subalternos, enquanto a burguesia se organizava, afim de promover um desligamento de seu poder reivindicativo, afirmando as limitações das instituições legais vinculadas a este (como os sindicatos e suas centrais) (FONTES, 2010, p. 266-267).

Dentre a argumentação de Fontes (2010) sobre o surgimento das ONGs, o que nos chama atenção, tendo em vista o ataque ao mundo do trabalho, foi a capacidade de tais organizações de receber verbas de uma gama de instituições, do Banco Mundial aos recursos públicos. Todas essas ONGs aglomeravam ações que segmentavam os trabalhadores com "serviços sociais" privados em nome de uma determinada empresa ou fundo que recebia dinheiro de corporações para atuarem como forma de domesticação da mão de obra ultra-pauperizada em trabalhadores informais (FONTES, 2010, p. 266-267). Tais instituições foram cruciais para a formação e a manutenção de um novo tipo de exército de voluntários superexplorados, contribuía para anular a combatividade que os trabalhadores adquiriram com as experiências de lutas na virada dos anos 80 para os 90, enquanto educavam uma massa de pessoas a um ambiente em que seus direitos eram desmantelados.

O PT e a CUT, bem como as camadas subalternas da sociedade, acabaram por aderirem ao ideário propagado pelas ONGs, fomentando, juntamente com elas, iniciativas "cidadãs" realizadas também pela Força Sindical, que acabavam por servir de interlocução, mesmo que indiretamente, do Programa Comunidade Solidária, criado pelo governo no primeiro ano de governo FHC (FONTES, 2010, p. 270). As ONGs - juntamente com a Abong - floresceram nas áreas em que os movimentos populares mais tinham avançado nas lutas dos anos 80, como no campo e nos temas de desigualdade social, que nos anos 90 tomariam direção de tais entidades, restringindo demandas universalizantes de melhores condições de vida, para o melhoramento restrito e desigual de pequenos projetos e iniciativas, capitalizado por verba pública e de grandes corporações, abusando de grandes campanhas de publicidade para ganharem reconhecimento, enquanto na prática suas ações atingiam um pequeno número de pessoas.

As reivindicações socializantes do PT nos anos 90 se restringiam a uma concepção contraditória de democracia, onde ora preservava um aspecto igualitário, mas, por outro lado, indiretamente, lutava pela manutenção do sistema eleitoral que priorizava apenas os partidos interessados na via eleitoral e não na movimentação das classes subalternas, o que mostra uma mudança no comportamento reivindicativo do partido. Valoriza simbolicamente o trabalhador, como referência nostálgica às lutas sociais dos anos 80 e restringindo toda a mutação do universo do mundo do trabalho com o crescente desemprego e informalização como meros excluídos de tal "cidadania" (FONTES, 2010, p. 270).

Durante o primeiro governo de FHC, a causa principal da pobreza passou a ser a ineficiência das ações governamentais e não mais a exploração. Genericamente, ao não levar em conta o próprio papel dos setores dominantes e do Estado, no fundo, tal posicionamento revelava uma nova tática do capital em se apropriar com a capitalização das políticas públicas (FONTES, 2010, p. 270). Neste contexto, além de responsabilizar o Estado pela miséria social, os funcionários públicos também foram responsabilizados e acusados de incompetentes ao promover um serviço ineficaz para a sociedade, o que servia de subsídio para criticar a estabilidade de emprego que estes haviam adquirido, com o velho argumento de que era necessário acabar com tal estabilidade, inserir a competição do mercado de trabalho nessa esfera para, então, melhorar tais serviços. A propagação de tais elementos era totalmente favorável aos setores ligados ao grande capital que sonhavam em abocanhar as empresas de telecomunicações, siderúrgicas e com a terceirização de funcionários na saúde, educação e administração pública.

Ao mesmo tempo em que responsabilizava os próprios trabalhadores pelo motivo de seu desemprego (a falácia da falta de especialização) e os fragmentava cada vez, os jogavam contra os funcionários públicos. As ONGs aproveitaram desse momento para promover cursos de "captação" para os movimentos sociais, como forma de "facilitar" a sua entrada para o mercado de trabalho (FONTES, 2010, p. 270). Este argumento se ausenta da crítica de que o crescente desemprego fazia parte da reestruturação produtiva e da intenção do capital, aliado ao governo, de promover uma frente maior de exploração do trabalho, entre elas a informalização da imensa parte das ocupações criadas, sobretudo no setor de serviços.

Dessa forma, as desigualdades causadas pelas contradições sociais geradas pelo capitalismo foram travestidas como uma noção emotiva de "pobreza", com uma exploração da

miséria das classes subalternas como forma de lucrar com doações e verbas públicas. Assim, o combate à "pobreza", e não à desigualdade social, foi vista como altruísmo de algumas pessoas e pelo lado filantrópico das doações, o que se enquadrava em peso dentro da ótica da ética cristã (FONTES, 2010, p. 273). O sentimento popular emanado de tal exploração da pobreza, como forma de lucro para o capital, foi aceito a partir de uma ampla propagação dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, que cuidavam que seus projetos sociais e não tivessem nenhum caráter contra hegemônico.

Além da expropriação direta (precarização das relações de trabalho ocasionada, dentre elas, pela informalização do trabalho e pelo desemprego estrutural), expropriaram-se também os direitos sociais, extremamente desmontados, e estimularam a gestão privada dos serviços sociais. Assim, se produziam massas de trabalhadores com direitos escassos, sendo apagada a retórica das lutas sociais do Brasil, onde estes seriam mobilizados por uma forma de militância mercantilizada (FONTES, 2010, p. 273).

Poderíamos analisar todo esse movimento apenas pelo viés de apaziguamento das lutas sociais e de que haveria um reverso em sua capacidade de reivindicações, mas, se há uma grande expansão de mecanismos para de cooptação e repressão, logo, devemos salientar que toda a radicalização de incremento da produção social de expropriação que a hegemonia do neoliberalismo no Brasil demandou, contou com um crescimento, sob outras bases, de tais lutas, tendo em vista o acirramento das desigualdades que essas políticas produziram, sendo, por isso, necessária a elaboração de uma gama de elementos para a sua contenção.

A crise do sindicalismo cutista e sua rendição progressiva ao neoliberalismo é fruto do movimento internacional de crise do capital e, conseqüentemente, impôs uma onda de reestruturação produtiva pelo globo, somado às privatizações, desmonte dos direitos e serviços sociais. O medo do desemprego em massa e a pulverização da classe trabalhadora, paulatinamente desprovida de uma proteção social, forjou uma dura recessão às centrais sindicais no mundo inteiro, desde a redução dos índices de sindicalização dos trabalhadores à redução de seu poder de barganha no conflito capital trabalho, que pavimentou o seu caminho rumo a acomodação.

Nas resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT (Concut), elaborados a partir de um encontro em São Paulo-SP de 13 a 17 de agosto de 1997, se debatiam os principais pontos para a luta sindical a partir de um amplo balanço de conjuntura de finais de 1995 e 1996. Por

se tratar de um documento oficial, uma fonte primária sobre a entidade no período, será de suma importância para mapearmos o momento de transformação da CUT, do apassivamento das reivindicações, da rendição às medidas institucionais regressivas para o mundo do trabalho.

Na verdade, não era de se subestimar o terror que o desemprego causava na maior central sindical no Brasil. No item "A contradição entre modernização neoliberal e a questão social", argumentava que o aumento substancial do desemprego estava vinculado ao novo padrão de acumulação com base no neoliberalismo, que acarretava uma série de desafios ao sindicalismo da central, sobretudo no que se refere à mudança na base social do trabalhador brasileiro, de trabalhador sindicalizado concentrado em grande parte nos parques industriais, agora fragmentado e espalhado por todo o país, em um gama de funções informais e sem nenhum vínculo com os direitos trabalhistas básicos e muito menos alguma ligação com os sindicatos.

O argumento do crescimento do desemprego e o receio da CUT em perder um grande campo de atuação com a reestruturação produtiva se expressa a partir de uma série de dados apresentados nesse item do Concut:

O desemprego atinge mais de 3,8 milhões de trabalhadores, segundo dados oficiais que subestimam o número de desempregados. Na pesquisa Seade/DIEESE, na região metropolitana de São Paulo, mais 1,26 milhão de trabalhadores estão desempregados, correspondendo a uma taxa de 14,8%. Estima-se para todo o país que o contingente de desempregados (aberto e oculto) supere 9,65 milhões, representando cerca de 13,8% da população economicamente ativa (6º Concut, 1997, p. 11).

O documento complementa que o aumento do desemprego era diretamente proporcional ao aumento da produtividade, com o uso de novas tecnologias de gerenciamento e informatização, aliadas ao crescimento do exército de reserva. Com o desemprego em massa, aumentou drasticamente o grau de exploração do trabalhador que atuava na indústria. Assim, a fonte argumenta "Na indústria de transformação, entre 1989-1995, houve um aumento de produtividade da ordem de 45% e, ao mesmo tempo, foram eliminados mais de 2,06 milhões de empregos" (6º Concut, 1997, p. 11).

Além desses elementos o documento aposta que o Brasil, entre os países em "desenvolvimento", era o que tinha a maior jornada de trabalho do mundo. Além de uma baixa remuneração e de uma grande jornada de trabalho (44 horas semanais) vários trabalhadores trabalhavam para além desta, como nos mostra os dados:

da PNAD/93, cerca de 39% de todos os trabalhadores tinha uma jornada superior a 44 horas semanais. Além disso, mais de 21% possuía jornada de trabalho igual ou superior a 49 horas por semana. Na Grande São Paulo, segundo o Seade/DIEESE, em 1990, na indústria de transformação, cerca de 35% dos assalariados trabalhavam mais de 44 horas semanais, enquanto que, em 1995, esse número cresceu para 42,5%. Nos serviços e no comércio, esse número saltou, respectivamente, de cerca de 32% e 49% para cerca de 36% e 55% (6° Concut, 1997, p. 11).

O que mais alarmava a CUT era que 53% dos trabalhadores no Brasil de 1995-96 eram de ocupações precárias, autônomas, ou seja, totalmente desprovidos de quaisquer mecanismos que garantissem um assalariamento formal que, historicamente, sempre foi a base de todo o sindicalismo da central (6° Concut, 1997, p. 11-12). Outro elemento que diminuía a sua inserção era a alta rotatividade do trabalho, que em 1996 estava em torno de 37%, cerca de um terço de toda a força de trabalho do país (6° Concut, 1997, p. 11-12). Essa alta rotatividade afetada no sentido que limitava a construção de solidariedade entre os trabalhadores, que sempre se alternavam e dificultava a identificação entre si, limitando drasticamente a ação sindical no local específico de trabalho.

A relevância que tais trechos selecionados do 6° Concut têm para a nossa pesquisa é que servem de subsídio para ilustrar a perda da base sindical da CUT, que historicamente fora edificada a partir das ocupações formais. Devemos ter em mente de que a perda de tal base inferiu um duro golpe para a central no processo de rendição ao projeto neoliberal. Com base no documento acima mencionado, vemos que:

As rápidas mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho também estão acelerando a pulverização dos sindicatos. Se esta situação já está desencadeando a fragmentação da organização sindical, as políticas neoliberais diminuem a representatividade dos sindicatos, pois tem provocado aumento da economia informal, a criação de cooperativas de mão-de-obra e a terceirização na produção privada e na esfera pública. Esta diminuição poderá ser sentida, de forma mais acentuada, se houver a implantação dos sindicatos por fábrica, proposta que está sendo defendida por setores empresariais e governamentais. Além disso, a nossa base está diminuindo em quase todas as categorias, devido à reestruturação das empresas, o que está levando a uma diminuição no número dos associados dos sindicatos, estrangulando-os, ainda mais, economicamente. É comum a existência de pequenos sindicatos que gastam quase toda a arrecadação para sustentar a máquina sindical, sobrando poucos recursos para a organização de campanhas (6° CONCUR, 1997, p. 19).

Com base nos argumentos do documento acima mencionado, podemos analisá-lo a partir da perspectiva de que a perda da base sindical da CUT foi crucial para uma progressiva rendição à agenda neoliberal. Dessa forma, conforme foi se operando a redução da base social do sindicalismo cutista, maior foi a dificuldade da central em se opor ao projeto neoliberal.

Para José de Lima Soares (2005), em seu livro "O PT e a CUT nos anos 90" – obra que faz uma ampla análise da trajetória de rendição de ambas entidades ao projeto neoliberal – argumenta que a crise da CUT foi tardia, em comparação com a crise das grandes sindicais européias, pois esta foi fundada em um contexto de luta contra a Ditadura Militar, teve um recorte classista no bojo das lutas de classes dos operário do ABC paulista nos anos 80, em um momento de crise de hegemonia burguesa na transição para a Nova República (SOARES, 2005, p. 73). Concordamos com a tese do autor de que o acúmulo de tais experiências combativas, somada ao prolongamento da crise de hegemonia burguesa com a eleição de Collor em 89, fez a central resistir à incorporação dos ditames do projeto neoliberal uma década mais tarde do que no contexto mundial.

Também concordamos com a perspectiva de que o peso da derrota contra a coalizão burguesa em torno da eleição de FHC em 1994 fez a central mudar a estratégia de uma construção do campo democrático popular. A partir daí vai haver uma opção programática do PT e da CUT ao processo eleitoral e que, somada à onda recessiva imposta desde o governo Collor, com a explosão do desemprego, vai ser decisivo para mudar a postura da central frente ao mundo institucional, mudando a sua forma de interlocução com o patronato com o "sindicalismo propositivo" o que vai contribuir para a sua rendição aos princípios neoliberais (SOARES, 2005, p. 73). Mas argumentamos também que o peso da derrota das manifestações e da greve nacional de 1995 foi incisiva para a mudança de posicionamento da CUT.

Segundo o mesmo autor, a CUT começou o governo FHC em uma posição dúbia, onde, ao mesmo tempo em que tinha a noção de que tal governo estava desfechando uma série de medidas que implicavam numa inibição da ação sindical - tanto o PT, quanto a CUT -, acabaram por participar na negociação coletiva da reforma da Previdência, desde finais de 1995, sem consultar as suas bases e atropelando uma série de estatutos internos, enquanto se distanciava do movimento social, como foi na greve dos petroleiros e nas ocupações feitas pelo MST nos latifúndios (SOARES, 2005, p. 80).

Esse posicionamento possibilitou o esvaziamento e limitação dos sindicatos na sua capacidade de intervir e regular as condições de trabalho em sua categoria. Duas medidas minaram a base de atuação dos sindicatos em seus espaços, como o fim da política salarial com o advento do Plano Real, que estipulou a não correção das perdas salariais pela inflação

e, também, na Medida Provisória que estabeleceu a Participação nos Lucros e Resultados, que:

(...) além de buscar tirar o sindicato da negociação na empresa, impulsiona a pulverização das negociações, enfraquece as campanhas salariais e coloca os trabalhadores a discutir uma "pauta patronal" (aumento da produtividade, qualidade, absenteísmo etc.) (SOARES, 2005, p. 91).

A central via as negociações de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) como uma estratégia bem sucedida para evitar demissões e mesmo em um ambiente recessivo conseguiu assegurar o rendimento do trabalhador. De certa forma, tendo em vista o ambiente recessivo que a CUT estava submetida, a PLR poderia assegurar, mesmo que de imediato, alguma estabilidade nas ocupações; mas o que a central não levou em conta (ou talvez não teve força política para negociar ou barrar) era de que toda a receita proveniente da suposta divisão dos lucros com o trabalhadores não era inserida nos cálculos do FGTS e nos benefícios da Previdência Social, ao mesmo tempo em que tal medida acabou servindo como ferramenta para exigir uma maior produtividade para o trabalhador.

No artigo "Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90", publicado pela Crítica Marxista nº 7 em 1998, Ricardo Antunes aborda os efeitos que o desmoronamento do *Welfare State* (ou mais conhecido por aqui como "Estado de bem-estar social) e da mudança do padrão acumulativo fordista para o toyotismo tiveram sobre a atuação dos sindicatos, no caso mais específico do Brasil, na CUT (ANTUNES, 1998, p. 89-110).

Por ter sido escrito em 1998, o artigo acaba por fazer um ótimo panorama acerca da questão sindical no Brasil do primeiro mandato de FHC, onde já sinalizava, naquele momento, uma mutação no processo produtivo e na reestruturação das empresas, que somado ao ambiente econômico recessivo, acirrou o processo de precarização do trabalho. Nas palavras de Antunes (1998):

Enquanto no ABC paulista existiam, em 1987, aproximadamente 200 mil metalúrgicos, em 1998 esse contingente diminuiu para menos de 120 mil, sendo que esta retração tem se intensificado enormemente. Em Campinas, outra importante região industrial no estado de São Paulo, existiam, em 1989, aproximadamente 70 mil operários industriais e em 1998 esse número havia sido reduzido para menos de 40 mil. Também expressiva tem sido a redução dos trabalhadores bancários, em função do ajuste dos bancos e do incremento tecnológico: enquanto em 1989 existiam mais de 800 mil bancários, em 1996 este número havia sido reduzido para 570 mil e esta tendência continua se acentuando (ANTUNES, 1998, p. 100).

Nos dois primeiros anos de governo, FHC acelerou o processo de flexibilização das leis trabalhistas e das privatizações. Mesmo com a possibilidade de uma greve geral em meados de 1995, o governo não recuou na implementação das políticas neoliberais, como foi o caso do fim da política salarial; o fim da regulamentação, do cumprimento das leis trabalhistas e redução de benefícios dos trabalhadores (como foi a drástica redução de 50% no valor de auxílio acidente) (POCHMANN, 2002, p. 68) . No final da greve o governo aproveitou para colocar fim ao monopólio estatal das comunicações e, alguns dias após o final da greve, a do petróleo. Em 1996, após o movimento organizado dos trabalhadores demonstrar um desgaste em virtude da derrota das greves, o seu número ainda manteve o mesmo, mas mostra que o governo tinha obtido um fôlego maior na implementação das medidas condizentes com a agenda neoliberal.

Os reflexos dessa realidade imposta aos trabalhadores e seus órgãos de mobilização e contestação impuseram aos sindicatos uma postura muito mais defensiva (na negociação com o patronato e na proposição de medidas juntamente com órgãos ligado ao governo) do que reativa (com greves, ocupações ou paralisações como forma de pressionar o governo e o patronato a atender suas exigências). Por outro lado, possibilitou o surgimento de um sindicalismo sob a perspectiva neoliberal, sendo a interlocutora dessa nova direita a Força Sindical (criada em 1991 em pleno governo Collor). Dentro da CUT, com a supremacia da corrente Articulação Sindical (muito espelhada na Articulação dentro do PT) vai buscar cada vez mais se aproximar do sindicalismo europeu de matriz socialdemocrata, incapacitando e impossibilitando a central de elaborar propostas econômicas alternativas, que impusessem uma pausa ou regressão do desenvolvimento capitalista aqui implementado nos anos 90 (ANTUNES, 1998, p. 96).

Conforme Antunes (1998) nos indica, o maior desafio até então da CUT naquele momento era de articular a manutenção de sua postura combativa anterior com uma postura crítica e anticapitalista, com teor revolucionário dentro das condições materiais que os anos 90 apresentavam, mas tais desafios seriam, de certa forma, difíceis de contornar devido a larga penetração da perspectiva socialdemocrata, que com a sua prática de "sindicalismo contratualista", com a ausência de um teor anticapitalista, acabou por se aproximar gradativamente do projeto neoliberal (ANTUNES, 1998, p. 96).

Essa inflexão será sentida na CUT com o desenvolvimento dentro de seu núcleo dominante de uma postura de abandono e até de negação de concepções socialistas e anticapitalistas, sinalizando uma acomodação dentro da ordem, que irá materializar-se na defesa da política de "parceria" e de "negociação" com o patronato, da criação das câmaras setoriais que estabeleciam uma participação conjunta do capital e trabalho, fazendo adaptar-se passivamente à estrutura sindical atrelada ao Estado e, como observa Antunes (1998), foi também uma adaptação ao sindicalismo de cúpula, totalmente institucionalizado e burocratizado que caracterizou o sindicalismo brasileiro no pós-30 (ANTUNES, 1998, p. 96).

Cabe a nós fazer uma breve consideração acerca das câmaras setoriais, que se tornou uma grande bandeira de luta da Articulação Sindical, que, supostamente, aumentaria a geração de empregos, mas que acabou por contribuir para a reestruturação do parque produtivo e foi um fracasso com enormes perdas de postos de trabalho, como foi o caso da câmara setorial do ramo automobilístico do ABC paulista. À essa ineficácia das câmaras setoriais, soma-se a postura do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (sem contar com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo controlado pela Força Sindical) que acabou por defender uma menor tributação ao capital especulativo, na esperança de que a modernização e a dinamização da indústria automobilística preservaria, à longo prazo, vários empregos (ANTUNES, 1998, p. 100). Sem contar que a divisão da luta em setores acaba por fragmentar a luta sindical e deixa pra segundo plano uma reivindicação abrangente para toda a classe, facilitando uma maior ofensiva burguesa.

O artigo intitulado "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil", sob autoria de Armando Boito Jr., publicado na revista Crítica Marxista nº3 em 1996, faz uma ampla abordagem desde o período combativo do novo sindicalismo na virada dos anos 80 até a postura acomodada frente ao sindicalismo de Estado, principalmente a partir da hegemonia neoliberal que foi consolidada com a eleição de FHC (BOITO JR., 1996, p. 80-106). Nesse mesmo artigo, concordamos com o argumento do autor de que tal consagração da hegemonia neoliberal implicou em uma recessão dentro do movimento sindical, que implicou na elaboração por parte da CUT de um projeto defensivo, porém, ao mesmo tempo em que se intensificava a luta pela maior institucionalização da central - onde tal tarefa foi empreendida pela Articulação Sindical, que passou a defender o "sindicalismo propositivo" desde o IV Concut em 1991 - se buscava elaborar "alternativas concretas", ao invés de um sindicalismo "meramente" reativo (BOITO JR., 1996, p. 88).

Boito Jr. argumenta que a organização das câmaras setoriais estabelecia que cada sindicato deveria propor soluções para os problemas específicos para a sua categoria. Isso colocou sindicatos de outras categorias em conflito uns com os outros, enfraqueceu e desuniu o movimento sindical, como foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que defendeu a importação de máquinas e equipamentos para "modernizar" a produção automotiva visando obter redução nas alíquotas de importações, mas que acabou descontentando os sindicatos do setor de máquinas e equipamentos, que lutavam no momento para uma proteção alfandegária que os protegesse da onda de desindustrialização do setor com a abertura econômica (BOITO JR., 1996, p. 92).

Como conseqüências, em linhas gerais, Boito Jr. concebe que:

(...) instaurou-se, hoje, no Brasil, uma luta mais ou menos velada entre os sindicatos de diferentes categorias ou de uma mesma categoria por verbas públicas para sua empresa ou setor, e por investimentos privados, para sua categoria ou base territorial. Segundo depoimentos de sindicalistas da CUT, além da "guerra fiscal" entre os estados para atrair investimentos, há uma disputa entre os sindicatos, da própria CUT, na qual o sindicato se compromete a reivindicar menos, em troca de um novo investimento no "seu" município. Além do compromisso da *parceria*, as câmaras alimentam, necessariamente, um *exclusivismo* ou *egoísmo de fração*, insulando os diferentes setores das classes trabalhadoras (BOITO JR., 1996, p. 92).

Isso provocou uma despolitização e divisão dos sindicatos (BOITO JR., 1996, p. 92) na medida em que tais câmaras restringiam uma concepção mais abrangente, perdendo consigo a noção da totalidade da expropriação capitalista agora sob os moldes neoliberais, onde os interesses dos trabalhadores pautados nas "ações" do sindicalismo propositivo podem afetar somente a pequena esfera do setor produtivo e da economia em que estão incorporados.

Com essa nova estratégia das câmaras setoriais, pela via do sindicalismo propositivo, a ação política da CUT fugiu do confronto contra o modelo econômico que estava sendo implementado no Brasil, com isso, ela passou mais a criticar pontos específicos do governo ao invés de ver que existiam outras questões mais abrangentes que estavam destruindo não somente os direitos dos trabalhadores, mas acelerando o processo de reestruturação produtiva e de informalização e, conseqüentemente, de precarização do mundo do trabalho.

Boito Jr. (1996) argumenta:

(...) No geral, a CUT apresenta suas posições como se as classes populares integrassem o bloco no poder. Às vezes, apresenta ao governo propostas visivelmente inaceitáveis para as classes representadas pela equipe governamental, como é o caso da proposta cutista de reforma da Previdência Social. Alimenta, assim, ilusões quanto à natureza de classe do governo e desvia o movimento sindical da luta contra a política neoliberal. (...) Procura-se elaborar propostas que possam,

no entender da corrente Articulação Sindical, ser assimiladas pelo bloco no poder. É a lógica dos fóruns tripartites: ela pressiona na direção de uma discussão "realista" e "produtiva" com o governo e com os grandes capitalistas (BOITO JR., 1996, p. 89).

A partir desses elementos, ao invés de priorizar uma luta sindical com as massas, com greves nacionais, grandes protestos e ações nacionais contra as políticas do governo, a central passou a preferir o participacionismo ao confronto. A perspectiva de luta, bem como as próprias palavras, começaram a sofrer mutações conforme foi se evidenciando o impacto das reformas neoliberais, onde não havia mais a concepção dos anos 80 de que existia uma oposição entre o bloco dos trabalhadores e o outro bloco formado pelo governo e os empresários, mas sim uma perspectiva (a partir dos anos 90) de que havia uma oposição entre a "sociedade civil" e o "governo", ausentando o interesse de classe dentro das políticas propagadas por este (BOITO JR., 1996, p. 89).

Através de seu núcleo dominante (Articulação Sindical), a CUT participou do chamado "acordo da previdência", que para nós se tratou de um importante momento que sinaliza a rendição da central ao neoliberalismo, esta postura foi desmobilizadora junto ao movimento sindical dos trabalhadores em geral, que preparavam manobras para resistirem à ampliação das políticas neoliberais do governo FHC (ANTUNES, 1998, p. 108). Vale lembrar dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Campinas e de São José dos Campos (onde se situa a fábrica da General Motors); tais entidades fizeram oposição à Articulação e o seu modelo propositivo sob a forma de câmaras setoriais e de pactos com o governo, na tentativa de manter um movimento sindical pela base, classista e com teor socialista.

A matéria "A reforma começa a andar", publicada na VEJA em 24/01/96, comemorava o andamento do projeto de reforma na Previdência (fonte que revela teor classista da revista atuando como um partido e aparelho privado de hegemonia do neoliberalismo), principalmente com a rendição de várias entidades sindicais, formalizada em uma reunião com FHC, que contava com a presença de: Vicentinho da CUT, Luiz Antônio Medeiros da Força Sindical e Canindé Pegado da CGT (VEJA, 24/01/96, p. 20-23).

Tal encontro teve a finalidade de firmar o acordo que tirasse a Reforma da Previdência do marco zero em que estava submetida desde a sua primeira versão enviada ao Congresso em março de 1995 (que foi duramente rechaçada pela oposição naquele momento). O segundo texto da Reforma da Previdência, continha alguns pontos diferentes do anterior, que consistia: o governo deveria arcar com as pensões de pessoas que tivessem 65 anos de idade, o que

eliminar a aposentadoria por tempo de serviço, o mínimo de contribuição seria de 35 anos para a concessão da aposentadoria; restrição para as "aposentadorias especiais" antes concedidas a professores, jornalistas, juizes e funcionários públicos, que com a reforma abrangeria somente quem trabalhasse em locais insalubres, como mineiros de carvão e professores de até 1º grau; os servidores continuariam a receber a aposentadoria com salário integral, porém não receberia o aumento automático de 20% (VEJA, 24/01/96, p. 20).

Como forma de pressionar o Congresso, a oposição e as lideranças sindicais, FHC denunciava que no ano de 1995, pela primeira vez, a Previdência tinha fechado no vermelho, com um rombo de 300 milhões de reais (VEJA, 24/01/96, p. 22). Contudo a revista alertava para o colapso que Previdência teria à longo do prazo no Brasil:

Em 1970, ainda havia quatro contribuintes trabalhando para cada aposentado. Hoje, só há 2,3 contribuintes na ativa para cada aposentado, e a conta já bateu no vermelho. Em 2030, haverá um trabalhador ativo para cada aposentado no Brasil, mas muito antes disso o sistema terá entrado em colapso em termos financeiros - porque em matéria de eficiência já entrou há muito tempo (VEJA, 24/01/96, p. 22).

No item "Balanço Político" de 1996 publicado nas resoluções do 6º Concut em 1997, a entidade via que a sua participação no encontro sinalizava uma concessão do governo a partir de suas mobilizações em torno da participação das centrais sindicais no debate em torno da Previdência. Apesar da intenção da matéria da Veja de declarar uma adesão explícita da CUT ao neoliberalismo a partir da derrota de sua luta por uma alternativa política e econômica, a entidade concluía, em linhas gerais, que toda a sua participação foi positiva:

Apesar da falta de unidade interna e da polêmica com parlamentares de oposição, sobre a oportunidade de participar das negociações e quanto ao mérito de alguns pontos, o resultado não foi desfavorável. Foi derrotada a tentativa de aprovar o projeto do Governo na Comissão Especial, retirando uma série de direitos dos trabalhadores, mantendo privilégios e abrindo caminho para a privatização da previdência (6º Concut, 1997, p. 16).

Segundo Boito Jr. (1996), o pacto que a CUT fez com o governo FHC para viabilizar as modificações na Previdência Social sinaliza de vez a predominância da Articulação no interior da central e o seu total descomprometimento em implantar uma via de resistência contra as políticas neoliberais, tentando mais se adaptar do que estender a ação sindical aos trabalhadores excluídos de seus direitos (BOITO JR., 1996, p. 97). Em um segundo plano, tal "acordo" polarizou a central internamente gerando conflitos com sindicatos ligados às categorias dos petroleiros, professores e bancários.

Dessa forma, o autor conclui:

Na negociação da Previdência, a Articulação Sindical aderiu ao neoliberalismo nas palavras e nos atos. Firmou um acordo que *apenas retira direitos dos trabalhadores*, de modo a reduzir o gasto social do Estado e ampliar o mercado da previdência privada em benefícios das instituições financeiras. Abriu mão da proposta cutista de aposentadoria por tempo de serviço, aceitando a aposentadoria por tempo de contribuição - traiu milhões de trabalhadores que não têm, ou que não tiveram em algum período de sua vida laboral, contrato de trabalho registrado em carteira profissional. Abriu mão da proposta cutista de elevação do valor das prestações pagas aos aposentados, aceitando discutir a aposentadoria sem que essa questão, fundamental para que a aposentadoria não seja mera ficção, sequer fosse colocada em pauta - traiu a grande maioria dos aposentados, que recebem a irrisória prestação de um salário mínimo por mês (BOITO JR., 1996, p. 97).

Enfim, com esse acordo, a CUT conseguiu ferir variadas categorias de diversas classes sociais: a classe média (com o fim da aposentadoria especial para jornalistas e professores), os funcionários públicos (atacando supostas vantagens existentes, como foi o caso da crítica a aposentadoria especial para os cargos das secretarias da Petrobras), com isso a central (juntamente com a Força Sindical) usavam desse "discurso de privilégios" para dividir e colocar os trabalhadores um contra os outros, escondendo os verdadeiros privilegiados nesse processo (BOITO JR., 1996, p. 97), não atacando o cerne da questão: que o rombo da previdência era diretamente ligado aos altos privilégios da aposentadoria dos parlamentares e de funcionários de alto escalão do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Apesar do autor não mencionar, a grande responsável pelo rombo da Previdência sempre foi a sonegação de impostos praticada pelos empresários, descontando da folha de pagamento dos trabalhadores e não repassando para a entidade em questão. Devemos levar em conta também que o dinheiro arrecadado pela Previdência era utilizado desde a compra de moradias até para cobrir dívidas de empresas estatais.

O fato era que, tal acordo representava, grosso modo, uma falência da CUT em empreender mais um ciclo de lutas com novas bases organizativas e táticas contra a ofensiva neoliberal. A crise do sindicalismo que varria o mundo desde os anos 70, encontrou no Brasil dos anos 90 a hegemonia neoliberal no primeiro governo de FHC que, após a derrota da greve dos petroleiros de 1995 (que foi muito mais uma movimentação da base do que uma estratégia cutista de reivindicação, como vimos), implementou em um ritmo mais acelerado o projeto neoliberal (como foi o episódio do "acordo da previdência", que abriria espaço para uma maior penetração dos fundos de aposentadoria privada e que se transformariam em grandes fundos de investimentos e de valorização do capital), ao mesmo tempo em que aumentava o grau de expropriação do trabalhador, ausentando o Estado dos custos de sua aposentadoria, enquanto os recursos destas estariam sendo controladas por grandes corporações capitalistas.

Entre os grandes privilegiados com o "acordo da Previdência" encontramos os grupos privados de aposentadoria que, após a brecha dada pelo governo, com a conivência da CUT e amplamente apoiada pela Força Sindical, estavam prontos para mercantilizar imensos recursos dos trabalhadores destinados às suas aposentadorias, o que, no fundo, implica uma força maior de expropriação do capital, pois além de retirar sua parcela do sobre-trabalho, agora gerenciaria tais recursos a partir da efetivação de tal reforma.

A matéria com o nome "Os donos do dinheiro do mundo" publicada pela VEJA em 31/01/96, sob autoria de Daniela Mendes, sinaliza as transformações no mundo dos capitais gerados pelos fundos de pensão, entidades de previdência privada que se espalhavam pelo mundo e, como nunca estavam controlando uma grande fatia do mercado. A jornalista argumenta que o patrimônio líquido de tais entidades comprariam toda a Holanda; na Inglaterra estes controlavam metade do mercado de ações da Bolsa de Valores de Londres; nos EUA os fundos dirigiam as 500 maiores empresas do país (MENDES, 31/01/96, p. 86).

No fundo, tendo como perspectiva que a Veja era um aparelho privado de hegemonia neoliberal, tal matéria servia para legitimar os fundos de aposentadoria privada que estavam começando a penetrar o mercado brasileiro e se utilizava desse espaço de interlocução para informar aos seus leitores o quanto tais fundos privados estavam ajudando na "modernização" (que na verdade representa avanço das reformas neoliberais) no Brasil:

No Brasil, os fundos são os maiores investidores da praça. Colocaram 1 de cada 6 reais arrecadados com a privatização, têm em mãos 1 de cada 5 reais em ações comercializadas no país e compraram parte de mais de duas centenas de empresas graúdas. (...) os fundos tinham 3,7 bilhões de reais em 1981 e hoje têm 60 bilhões - um crescimento dezesseis vezes em quinze anos. Se mantiverem essa marcha, os fundos nacionais estarão lambendo o trilhão de reais em mais quinze anos (MENDES, 31/01/96, p. 86).

Após mostrar os dados relativos ao crescimento de tais fundos, a matéria parte para o ataque ao afirmar que a Previdência pública brasileira estava "quebrada", "à beira do colapso" e que o trabalhador mais esperto deveria aproveitar tal oportunidade para garantir uma aposentadoria privada. Os fundos privados operam (a partir de uma categoria específica, de trabalhadores de empresas privadas ou estatais) com contribuições mensais de seus acionistas a partir de seu salário para o direito a uma aposentadoria para 35 anos após o início do pagamento. A matéria se usa do argumento que esse montante de dinheiro é muito superior do que o da Previdência pública, mas não menciona que somente uma parte do dinheiro arrecadado por tais fundos privados são destinados à aposentadoria, outra parte atua como

investimentos em outros setores, em empresas ou na compra e venda de ações no mercado financeiro. O que a jornalista não informa aos leitores é que, se por ventura tal fundo perder dinheiro em um investimento mal sucedido, tal fato incidiria na perda ou na restrição da aposentadoria do trabalhador.

As empresas cientes de que abriram uma nova possibilidade de abocanhar mais uma parcela do salário dos trabalhadores aproveitaram esse ciclo de crescimento dos fundos de pensão de origem privada para cobrirem suas dívidas, com o foi o caso da compra de um hotel em São Paulo feito pela Encol, no valor de 62 milhões, pago pela Funcef (Fundação dos Economiários Federais) e ainda a união de oito grupos para cobrir o rombo de 150 milhões de reais na Perdigão, garantindo o seu controle acionário (MENDES, 31/01/96, p. 87). No que se refere a empresas estatais, o fundo Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) teve capitais envolvidos na privatização da Vale do Rio Doce e recebia constantemente oferta de empresários interessados na implantação da Ferronorte e na compra da concessão do complexo rodoviário Anhanguera-Bandeirante (MENDES, 31/01/96, p. 87).

Outra fonte que contempla a propagação dos fundos de pensão, publicada na Veja exatamente no dia dos trabalhadores de 1996, em uma matéria intitulada "Quase como nos velhos tempos", mostrava como os fundos de pensão privada estavam se configurando como os grandes detentores de capitais e, naquele momento específico, como o fundo de pensão dos trabalhadores do Banco do Brasil, o Previ, estava se tornando o "rei" da siderurgia, que juntamente com a pequena siderúrgica mineira a Acesita, buscava a compra das empresas de Cosipa, Usiminas e Tubarão (VEJA, 01/05/96, p. 98).

O título da matéria "Quase como nos velhos tempos" era pra alertar que os fundos privados de pensão, nesse caso o Previ, poderiam estar entrando no mesmo "erro" do passado: insistir no setor siderúrgico. Esse argumento era ressaltado porque a Acesita tinha um "passado estatal" na Siderbrás, de teor desenvolvimentista e comprometido em abarcar todo o setor siderúrgico em um complexo nacional de indústria pesada de porte (VEJA, 01/05/96, p. 98-99). O ambiente não era para retomar um projeto do passado, nas palavras da revista, mas de investir em outros projetos vinculados a agenda neoliberal (como a compra de outras estatais), pois não fazia mais sentido investir em aço em um momento em que os chineses comandavam a produção mundial e o seu preço vinha caindo constantemente (VEJA, 01/05/96, p. 98-99).

As siderúrgicas no Brasil foram criadas para produzirem produtos (como chapas de aço para as montadoras de carro) subsidiados pelo governo muito abaixo do preço do mercado, como forma de incentivar a nascente indústria pesada no país. Durante o desenvolvimentismo, a industrialização e as obras de infra-estrutura foram financiadas pelo Estado, fornecendo empréstimos e investimento a juros bem inferiores do que aqueles que o país pagava aos seus credores. Logo, ao ter em vista uma mentalidade capitalista pautada pelo lucro, as siderúrgicas foram criadas para darem grandes margens de lucro por priorizarem o enriquecimento da iniciativa privada. Tendo em vista que em 1996 o desenvolvimentismo já tinha entrado em crise e um novo padrão de desenvolvimento pautado em tais características seria impossível, ao levarmos em conta o "ajuste" provocado pelas reformas neoliberais, tal setor foi um dos que mais fora afetado pela onda de privatizações.

A partir desse momento, os fundos de pensão vão entrar em cena para incorporarem ao seu capital a compra de empresas que o mercado não tinha interesse em adquirir, como foi o caso da Funcef (Fundação dos Economiários Federais) fundo de pensão dos funcionários da Caixa, que anteriormente tentara tirar a Encol do prejuízo ao comprar 60% de um hotel no valor de 51 milhões de reais. A mesma operação aconteceu com o grupo Pão de Açúcar, onde a Previ acabou por comprar o prédio da sede do grupo por 55 milhões de reais para então alugarem para o próprio Pão de Açúcar (VEJA, 01/05/96, p. 99).

Sobre a Previ, Veja argumenta:

O fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil tem 92 anos e é a entidade empresarial mais poderosa do país, hoje em dia. Tem um patrimônio de 16 bilhões de reais e 147.000 associados. Possui um volume imenso de dinheiro aplicado em imóveis, é dono de 15% do Banco do Brasil e é sócio de outras 110 empresas brasileiras. No ano passado (...) Desembolsou 300 milhões de dólares e fundiu quatro mineradoras (Parapanema, Caraíba, Paraibuna e Eluma), criando a Companhia Brasileira de Metais Não Ferrosos. A megamineradora só não é maior do que a Vale do Rio Doce, ainda estatal. (...) mas passará a fazer 12 milhões de toneladas de aço por ano, metade da produção nacional (VEJA, 01/05/96, p. 99).

Conforme avançava a Reforma da Previdência (que abria um leque imenso de valorização para os fundos privados de aposentadoria em meio ao processo de reestruturação produtiva que estava sendo operado), no começo de fevereiro de 1996, conforme uma pesquisa do Vox Populi, o desemprego era o assunto que mais preocupava os brasileiros naquele momento, acima dos problemas enfrentados pela saúde, educação e segurança pública (VEJA, 07/02/96, p. 20). Em contrapartida, a matéria "O que está havendo com o seu emprego?", publicada na Veja em janeiro do mesmo ano, mostrava que não havia desemprego

em massa no Brasil, que a economia ia bem e que o consumo de bens industrializados estava em alta desde 1995 e que o maior "problema" era que a população se deixava "levar" pelas estatísticas setoriais que estavam sendo divulgadas "estridentemente" pelo DIEESE e os sindicatos, que "espalhavam uma discussão confusa e emocional sobre o tema" (VEJA, 07/02/96, p. 21).

A matéria insistia na afirmação de que o desemprego não era estrutural, de que as metamorfoses que estavam ocorrendo no mercado de trabalho no Brasil com o avanço da reestruturação produtiva não deveriam ser temidas, se tratando de um processo "natural" da produção capitalista desde a introdução da robótica, pois tais empregos perdidos nos setores industrializados seriam reabsorvidos pelo setores do comércio e de serviços:

Pegue-se um dado que a Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp, acaba de divulgar: no ano passado, a indústria paulista fechou 180.000 postos de trabalho. Vista assim, isoladamente, a revelação parece o fim do mundo - e é por isso que se cria na opinião pública o pânico do desemprego. Mas não é o fim do mundo. O desemprego na indústria é um fenômeno mundial desde que se inventou o robô. Com certo atraso e em menor intensidade, ocorre também no Brasil há mais de dez anos, sem que o processo se tenha acelerado em 1995. Enquanto a indústria demite, outros dois setores da economia, comércio e serviços estão expandindo as contratações (VEJA, 07/02/96, p. 20).

A matéria exaltava que a indústria brasileira estava com um índice de produtividade de 42% entre 1990 e 1995; as fábricas estariam produzindo mais, só que com um efetivo cada vez menor, onde anteriormente trabalhavam 10 pessoas, naquele momento trabalhavam 6, e salientava que a onda de automatização no setor automobilístico apenas estava começando, pois naquele momento as montadoras dos EUA e do Japão contavam com 100% do trabalho de soldo, enquanto no Brasil "ainda" (nas palavras da matéria) era de 50% (VEJA, 07/02/96, p. 22).

O teor classista da fonte se exalta quando afirma que: para a "modernização" econômica do Plano Real se efetivar e as empresas produzirem com preços mais baratos para a competição internacional, milhares de pessoas deveriam perder os seus empregos. E para o Estado acompanhar tal nova dinâmica de desenvolvimento neoliberal, deveria implementar o mesmo "enxugamento" de funções com as reformas administrativas, como foi o caso do governo Estado de São Paulo que demitiu 70.000 funcionários em 1995 (VEJA, 07/02/96, p. 23).

Dessa forma, com base nesses argumentos, a revista abona o Plano Real do ônus do crescimento do desemprego causado pela reestruturação produtiva, pois ele seria apenas um dos reflexos dos "ajustes" que a economia brasileira deveria passar para acompanhar a onda de implementação das políticas neoliberais.

A alternativa para a criação de novas vagas de empregos seria a redução do que conceituavam de "encargos sociais", tais "encargos" seriam todo o dinheiro destinado a folha de pagamento que não se consistia em salário, ou seja, a contribuição da Previdência, parcela do FGTS, 13º, adicional de férias e outros. Para legitimar tal ataque aos direitos básicos dos trabalhadores a Veja usava o "exemplo" norte-americano, onde um trabalhador custava cerca de 38 dólares de "encargos sociais" para 100 dólares pago em salário, enquanto no Brasil de 1996 se pagava 100 dólares para cada 100 dólares pago em salário (VEJA, 07/02/96, p. 25).

Conforme o economista Cláudio Considera, então diretor do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), declarava na mesma matéria:

Está todo mundo convencido de que o desemprego aumentou no país e não é verdade. Se os historiadores do futuro lerem os jornais de 1996, vão ter a impressão de que o desemprego foi um desastre total. Se procurarem os números corretos, vão ter outra visão (VEJA, 07/02/96, p. 20).

O que não foi abordado é que essa transferência de ocupações da indústria para os setores do comércio e serviços, além de não absorver toda a leva de trabalhadores enxugados da indústria, ela revelaria, ainda, que os trabalhadores estavam perdendo ocupações formais e garantias trabalhistas mínimas, como férias, 13º e FGTS e indo para ocupações informais, que não englobavam tais garantias e submetiam tais trabalhadores a jornadas de trabalhos flexíveis e abusivas, ganhos instáveis e nenhuma garantia de aposentadoria ou de amparo.

Depois de terem firmado o "acordo da Previdência", medida que deu maior fôlego para a propagação dos fundos privados de aposentadoria, somado ao grande medo generalizado do desemprego pelos trabalhadores, a CUT deu um passo além em sua inflexão, ajudando a pavimentar a via do neoliberalismo sob os escombros dos direitos sociais e as formas de organização reivindicativa dos grupos sociais subalternos, com o acerto do contrato "especial" de trabalho.

A matéria "Acerto do barulho" publicada na Veja em 21/02/96, retratava a reunião conduzida por Paulo Pereira da Silva, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado a Força Sindical, juntamente com a presença de oito sindicatos patronais ligados

à Fiesp, para assinar um acordo que buscava a revisão da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) (VEJA, 21/02/96, p. 18-21). O documento continha quinze cláusulas em duas páginas e meia que, nas palavras da revista (em um tom comemorativo), "mandava às favas um bom naco da velha CLT que disciplina as relações entre capital e trabalho há mais de cinquenta anos" (VEJA, 21/02/96, p. 18).

Tal documento instaurava o contrato especial de trabalho, que permitia os empresários contratar de 10% a 25% da mão-de-obra sem carteira assinada por três meses, podendo prorrogar até dois anos, com uma jornada flexível estabelecida pelo patrão de quatro a oito horas diárias. O FGTS, antes como contribuição obrigatória de 8% ao mês, a partir desse "acordo", é trocado por um depósito de 10% numa caderneta de poupança, que poderia ser sacado pelo trabalhador a cada três meses (VEJA, 21/02/96, p. 18).

Outro ganho para o patronato foi o fim da multa de 40% em caso de demissão, podendo ainda recolher 20% sobre a folha da Previdência e passar a contribuir somente de 8% a 11%. Também foram excluídos o pagamento de contribuições destinadas ao SEBRAE de 0,6%, o salário-educação de 2,5% e do Incra de 0,2%; com isso, ficava 30% mais barato para o patrão ao contratar um metalúrgico em São Paulo (VEJA, 21/02/96, p. 18).

Essa fonte aclama que tal decisão deveria se tornar nacional, mostrando os ânimos dos empresários de acabar com o que chamavam de "custo-Brasil" e do governo em fazer uma "cirurgia", ou seja, remover vários direitos indesejáveis para consolidar a ofensiva neoliberal de rebaixamento dos ganhos e de estabilidade nas ocupações. A fonte ainda chamava atenção de que o maior "ganhador" de tal acordo foi o próprio trabalhador, pois com a diminuição de seu "custo" para o empresariado mais contratações ocorreriam e diminuiria o desemprego. Mas como isso seria melhor para o trabalhador? Tendo em vista que ele estava perdendo direitos básicos conquistados há meio século (direitos os quais lhe garantia aposentadoria, jornada de trabalho fixa e certa estabilidade em suas ocupações), sendo coagido a se tornar um trabalhador flexível (tanto na jornada, quanto em sua remuneração) e rumo à informalidade.

O sindicalista Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, ligado à Força Sindical, afirmava "Não adianta ter a CLT dizendo que o trabalhador tem tantos e tantos direitos se ele está ou não desempregado" e, do outro lado das negociações, nas palavras do empresário Nelson Freire (Presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e

Similares), complementava "Temos a responsabilidade de procurar caminhos para acabar com o desemprego" (VEJA, 21/02/96, p. 18). Os caminhos, para ambos, seria a informalidade e os ataques aos direitos trabalhistas, em uma regressão à situação similar a qual a classe trabalhadora enfrentava na República Velha.

Mesmo sendo elogiado pelo Presidente da República, pela Força Sindical e pelo empresariado que usava o tal do "custo-Brasil" como estandarte na luta contra os direitos trabalhistas, tal "acordo" feria dois artigos na Constituição brasileira, no que se refere às contribuições para a Previdência e também ao fundo de garantia (FGTS), o que levou a Revista Veja a afirmar que, ao não permitir o contrato especial de trabalho, esta revelaria o "atraso" da CLT e a dissonância do TSE com as novas transformações que estavam em prática da economia mundial.

Com o exemplo da metalúrgica Aliança em São Paulo pode-se notar o imenso lucro que o patronato poderia ter com o contrato especial de trabalho estabelecido entre a Fiesp e a Força Sindical. Tal empresa possuía em 1996 cerca de 850 funcionários e gastava 780.000 reais por ano com o seguimento das normas legais de contratação, mas, com tal "acordo" economizaria 137.000 reais anuais (VEJA, 21/02/96, p. 19). Quem mais perderia com isso, além do trabalhador, seria a Previdência, que, ao invés de receber a contribuição de 20% sobre a folha de pagamento, passaria a receber 11% (VEJA, 21/02/96, p. 19).

Mesmo a partir de tais dados, que comprovam veementemente que tais medidas apenas priorizariam o patronato, contando também com o aumento do exército de reserva com o avanço da reestruturação produtiva, a revista ainda apóia tais medidas exaltando que, pela miséria em que se encontravam os trabalhadores, estes seriam "abençoados" com o acordo:

Todos os dias 30 milhões de brasileiros saem de casa para trabalhar em condições ainda piores: não têm carteira, nem salário fixo, nem poupança para sacar em caso de demissão. Comparando com essa situação, o emprego que se oferece pelo acordo chega a ser uma bênção (VEJA, 21/02/96, p. 20).

A tese defendida pelo empresariado de que o "custo-Brasil" impediria novas contratações não passa de uma visão tendenciosa e com uma intenção clara de pauperizar o trabalhador destruindo seus direitos básicos, pois o rebaixamento histórico do salário no Brasil, já compensaria os gastos dos empresários com um dos contingentes de trabalhadores mais baratos do mundo. A própria fonte mostra um gráfico que nos permite ver que o trabalhador brasileiro custa por hora 8 dólares (5 com "encargos" e 3 com o salário), enquanto

um trabalhador francês custa 17 dólares (8 com "encargos" e 9 com o salário); um italiano custa 20 dólares (11 com "encargos" e 9 com o salário); um norte-americano 22 dólares (6 com "encargos" e 16 com o salário) e um alemão (12 com "encargos" e 16 com o salário) (VEJA, 21/02/96, p. 19).

No final de março, num balanço do ano de 1996, em uma matéria publicada na Veja" intitulada "Foi dando que FHC recebeu", de 27/03/96, o governo comemorava suas vitórias na implementação de alguns pontos da agenda neoliberal. Após a derrota da Reforma da Previdência no Congresso em fevereiro de 1995, FHC, em março de 1996, em uma situação muito mais vantajosa para o governo, conseguiu a aprovação da Reforma da Previdência, tão almejada pelas reformas neoliberais. No primeiro momento em que se tentou implementar tal reforma, o governo não tinha o amplo apoio no Congresso, sobretudo os da bancada da região Norte do Brasil. FHC conseguiu sete votos de Rondônia após a promessa de que os indicados dos deputados do PPB Carlos Camurça e Expedito Junior, ocupariam cargos de direção na Teleron (estatal das telecomunicações de Rondônia); além disso receberam a promessa da reforma da BR 364 (rodovia que liga Porto Velho á Cuiabá) (VEJA, 27/03/96, p. 30). Também conseguiu apoio da bancada do Tocantins, de vários quadros do PMDB e no PPB de Maluf.

Em março de 1996 FHC conseguiu arrancar duas vitórias importantes: no Senado arquivou a CPI dos bancos (que investigaria o envolvimento do governo em abafar o rombo deixado pelo Banco Nacional), tão temida pelo governo. Na Câmara, conseguiu a aprovação da reforma da Previdência, depois de mais um ano da primeira tentativa, por 351 a favor e 139 contra (VEJA, 27/03/96, p. 31-32).

Para Veja, o governo instalou um "balcão" no Congresso, que com uma mão oferecia mel e com a outra fel:

As negociações envolveram ameaçar contra dissidentes, afagos aos parlamentares fiéis, liberações de verbas para o governo de Estado, renegociação de dívidas de prefeituras, promessas de ministérios e dezenas de nomeações para cargos de terceiro e quarto escalão do governo (VEJA, 27/03/96, p. 30).

Podemos citar o exemplo de alguns parlamentares que receberam o "mel" do governo no momento de negociação em troca do voto de apoio a reforma de Previdência: Vicente Cascione do PTB (em troca da nomeação de dois afilhados na direção da Companhia Docas de Santos); o então governador do Rio Grande do Sul Antônio Britto do PMDB (em troca da

transferência da dívida de 5 bilhões do RS para a União); Paulo Heslander do PTB-MG (em troca da manutenção da esposa na direção da Telemig); Márcio Reinaldo Moreira do PPB-MG (em troca da nomeação de seu irmão José Antônio Moreira para a chefia do INSS em Belo Horizonte) e outros (VEJA, 27/03/96, p. 31-32).

As mudanças na Previdência, em suma, apontam os pontos: os homens que antes aposentavam com 35 anos de trabalho e as mulheres com 30, tendo contribuído ou não para a Previdência, agora, ao invés do tempo de serviço, vale o tempo de contribuição comprovada pelo órgão, valendo o mesmo tempo estipulado anteriormente. Antes do projeto, professores, jornalistas, juízes, aeronautas, parlamentares e outras categorias profissionais tinham direito à aposentadoria especial, podendo requerer alguns anos mais cedo; no texto inicial aprovado no Congresso, somente os parlamentares e professores da pré-escola, 1º e 2º graus poderiam aposentar antes do tempo. O acúmulo de aposentadorias permanece para médicos e professores. Por fim, o funcionário público, anteriormente, aposentava sem idade mínima, com o último salário que recebia e com gratificações que poderiam ir a 40% deste, mas no texto estabelecia que todos os funcionários deveriam aposentar com a idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres e acabando com as gratificações (VEJA, 27/03/96, p. 31-32).

Como vimos, de janeiro a março de 1996 foi grande a inflexão sofrida pela CUT e pelo movimento sindical. Várias medidas cruciais, que implicavam em uma maior ofensiva para expropriar os trabalhadores foram dadas. No que se refere a tal regressão, Soares (2005) faz um bom apanhado desse momento da crise da central:

Os aspectos dessa crise se expressam no grau de institucionalização; na adaptação à estrutura sindical oficial; na verticalização de suas instâncias em relação às bases (criação dos departamentos, federações, confederações e etc.); no distanciamento/deslocamento em relação aos trabalhadores; na política de concertação social e da parceria desenvolvida no âmbito das câmaras setoriais, *tripartismo* (negociação envolvendo governo, trabalhadores e empresários); nos acordos setoriais, reforçando o *ethos* neo corporativista beneficiando algumas categorias mais bem remuneradas e privilegiadas, em detrimento das menos organizadas e que ganham baixos salários; da força de trabalho terceirizada e precarizada. Com isso, acaba renunciando a possibilidade de organizar parcelas significativas de trabalhadores, com vistas a construir um projeto de luta pela independência da classe e por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária (SOARES, 2005, p. 84).

A partir da ausência da CUT nessas novas camadas de trabalhadores precarizados, sub-empregados e informais, outras centrais pró-capitalistas (Força Sindical e CGT), mas, principalmente as ONGs – e toda a gama de entidades que ajudaram a implementar a

pedagogia da hegemonia neoliberal ao enraizar a perspectiva empresarial entre os trabalhadores – ganharam esse novo terreno que estava se formando. Sobre a Força Sindical, esta já se formou como expressão ideológica neoliberal, usando o seu espaço de interlocução para propagar tal perspectiva. Podemos observar isso no momento que a Força controlava o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e utilizava esta entidade para “negociar” a redução salarial e contratos de trabalho que priorizavam o patronato em detrimento dos trabalhadores. Também incitavam a precarização e terceirização, ao fecharem acordos que priorizavam somente aquela parcela de trabalhadores sindicalizados, excluindo a parcela informal (SOARES, 2005, p. 73-90).

### **3.4 O cerco se fecha: massacres no campo, criação da ABIN, consolidação do PDV e o avanço do setor de serviços**

No decorrer da inflexão da CUT e do movimento sindical como um todo (que se materializou em acordos cruciais para o desmonte dos direitos trabalhistas e da própria organização do movimento sindical), podemos afirmar que o governo navegou com relativa tranquilidade em relação a esse setor no decorrer do ano de 1996, mas isso não se refere aos movimentos sociais - sobretudo do campo -, pois, enquanto FHC declarava publicamente sua intenção de mudar a Constituição para concorrer a reeleição, ocorriam chacinas e massacres de moradores de rua e de militantes do MST no campo e nas cidades. Tais fatos não impediram o governo de implementar: a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência, que realocou quadros da Ditadura Militar para vigiar e reprimir os movimentos sociais); o PDV (Plano de Demissão Voluntária, que teve papel crucial para colocar os funcionários públicos na defensiva frente ao avanço das políticas neoliberais); iniciar os debates para a privatização da Vale do Rio Doce (a jóia mais cobiçada pelo capital estrangeiro); a criação do COPOM (Comitê de Políticas Monetárias, que afirmaria de vez o ideário neoliberal de condução das políticas monetárias e econômicas); o programa "Brasil em Ação" - nos moldes das ONGs -, que atuou na propagação da mentalidade do pequeno empreendedor na classe trabalhadora.

Defendemos a tese de que o avanço da ofensiva neoliberal está vinculada à derrota do movimento sindical nas greves de 1995, colocando-o na defensiva a ponto de participar na Reforma da Previdência e no contrato especial de trabalho, fato que permitiu que o governo implementasse uma série de ferramentas para controlar e reprimir os movimentos sociais, ao

mesmo tempo em que cooptava a CUT e outras centrais (pra não dizer as que nem precisaram ser cooptadas, que desde o início dos anos 90 assumiam o compromisso com a agenda neoliberal, como foi o caso da Força Sindical). Tais elementos se configuraram, em nossa perspectiva, como uma ofensiva neoliberal que, para aprofundar as políticas que já estavam sendo implementadas, reprimiu brutalmente os movimentos sociais e sufocou a potencialidade reivindicatória dos sindicatos, solapando a sua principal base: os trabalhadores formais industriais e os funcionários públicos.

Em meados de abril de 1996, FHC já expressava publicamente a sua intenção de mudar a Constituição para disputar a reeleição em 1998, na tentativa de ficar no governo até 2002. Consideramos essa iniciativa como um dos elementos da ofensiva neoliberal, pois, primeiramente, para ser consolidada, teria que derrubar a emenda que proibia a reeleição na Constituição de 1988, e também porque a intenção desta medida era claramente de criar mecanismos para garantir a manutenção das medidas neoliberais a partir de seu eixo condutor hegemônico: a coalizão de partidos burgueses em torno da aliança PSDB-PFL, que se uniam em torno do interesse em atacar sistematicamente os movimentos sindicais e sociais e barrar qualquer alternativa política diferente da agenda neoliberal.

A declaração do então presidente sobre a reeleição veio a público durante uma visita do presidente à Argentina, num encontro com Carlos Menem, presidente daquele país que já havia feito mudanças na Constituição para a reeleição e já governava em seu segundo mandato (VEJA, 17/04/96, p. 32-34). Fernando Henrique deu declarações à revista Veja em abril de 1996, que foram publicadas na matéria "Saiu o projeto 001", em que insistia que a luta no Congresso pela aprovação da reeleição não tinha um cunho pessoal, mas a intenção de continuidade das reformas já implementadas em seu governo que necessitariam de serem ampliadas (VEJA, 17/04/96, p. 32-34). O nome "projeto 001" foi uma promessa feita por FHC, na época da campanha de 1994, ao então deputado Maurílio Ferreira Lima (PFL-PE) de que, se fosse eleito, a primeira medida de seu governo (001) seria de colocar em pauta a reeleição para presidente, governadores e prefeitos (VEJA, 17/04/96, p. 32). Mas o Planalto já alertava, mesmo com a pressão de vários prefeitos que fizeram uma caravana até Brasília, que tais mudanças nas regras somente seriam implementadas, em uma primeira instância, para as eleições presidenciais, deixando tal debate para depois das eleições municipais.

Maluf apostava as fichas no debate em torno das reeleições de olho novamente na prefeitura de São Paulo, e que, com dois mandatos, pensava ele, lhe daria boas credenciais para a disputa presidencial em 2002 (VEJA, 17/04/96, p. 32). Mas Veja já alertava que tais mudanças dificilmente os atenderiam nas eleições de 1996, pois tais modificações deveriam de ser aprovadas até 2 de junho (cerca de um mês e meio antes da publicação dessa matéria), sendo muito improvável, levando-se em conta também o prazo para que os prefeitos desincompatibilizassem de seus cargos.

No mesmo dia em que publicaram a matéria acima sobre a declaração pública de FHC em torno da reeleição, no dia 17 de abril de 1996, ocorria um episódio marcante para toda a trajetória dos movimentos sociais do Brasil: o massacre de Eldorado dos Carajás. Esse episódio sinaliza uma face brutal da ofensiva neoliberal que, para a sua viabilização, estaria disposta a lançar uma repressão violenta para suprimir qualquer manifestação contrária a sua viabilização.

Nesta mesma data cerca de 1.500 pessoas ligadas ao MST ocuparam uma rodovia como forma de chamar a atenção contra a demora do governo federal em assentar suas famílias, onde:

O governador Almir Gabriel, do Pará, mandou a PM desocupar uma estrada no sul de seu Estado. Saldo da operação: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos. Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que fora dados a tiros á queima roupa, membros mutilados e cabeças arrebetadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebros espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver (BERGAMO & CAMAROTTI, 22/04/96, p. 34).

Esse relato está contido na fonte "Sangue em Eldorado" de autoria de Monica Bergamo e Gerson Camarotti e publicada na revista Veja em 24/04/96, em uma extensa e densa matéria que aborda uma série de relatos acerca do massacre sofrido pelos camponeses e militantes do MST (BERGAMO & CAMAROTTI, 22/04/96, p. 34-43).

No dia 8 de abril 1.500 sem-terra, acampados na Fazenda Macaxeira resolveram partir em marcha para Belém. No caminho usavam de ocupações de fazenda e saque de um caminhão de frutas como forma de chamar atenção para a situação dos camponeses no sul do Pará. Depois de uma caminhada de 40 km resolveram montar um acampamento próximo a

cidade de Eldorado dos Carajás e, como forma de pressionar o governo a ceder ônibus e caminhões para transporte e alimentação para as várias mulheres e crianças, no intuito de continuar a marcha até Belém ocuparam a PA 150 e a PA 275 (a principal entrada via sul do Estado) (BERGAMO & CAMAROTTI, 22/04/96, p. 35).

Além de não cumprir as reivindicações, o governador mandou a primeira tropa de policiais com 68 homens armados de metralhadoras, fuzis e escopetas, e ainda estavam à espera da outra tropa que cercaria pelo caminho oposta da estrada, que tinha 200 homens com o mesmo armamento, porém com bombas de efeito moral, onde todos os policiais estavam sem sua identificação para não serem incriminados logo após o massacre (BERGAMO & CAMAROTTI, 22/04/96, p. 34-43). O uso das forças armadas para suprimir manifestações não se trata de algo novo durante os anos 90 no Brasil, vale lembrar que Itamar usou da mesma intervenção militar para reprimir o MST e sindicalistas na escalada de greve em 1994, e o próprio FHC já tinha usado desse dispositivo para reprimir a greve dos petroleiros, mas o que difere os dois casos em comparação a Carajás, era de que, no primeiro caso, o exército foi para reprimir, no segundo, o exército foi preparado para matar e executar.

Após reagirem jogando paus e pedras, os sem-terra começaram a ser cercados pelos dois lados da estrada, onde os policiais atiravam na cabeça e a queima-roupa e espancavam ou então executavam todos aqueles que ficavam feridos para trás:

Eram 18 horas de quarta-feira quando a polícia parou de atirar. Foram duas horas de confronto. Os que estavam caídos - mortos ou feridos - começaram a ser levados pelos policiais para o acostamento, onde se formou uma pilha de corpos. Na pista, só sangue, vísceras e massa cefálica. Os que estavam de pé foram levados para os ônibus. Alguns corpos - entre os quais de um lavrador que, prendendo a respiração, se fez passar de morto e sobreviveu - foram transportados do acostamento para a carroceria de um caminhão. Cerca de cinquenta pessoas aprisionadas pelos policiais foram colocadas de bruços sobre o asfalto e algumas levavam chutes e tapas. Os policiais gritavam palavrões, espancavam e humilhavam (BERGAMO & CAMAROTTI, 22/04/96, p. 38).

O que nos chamou atenção na fonte acima analisada é que a Veja, que sempre utilizou de todos os seus esforços para criminalizar os movimentos sociais, no momento do massacre do Eldorado dos Carajás acabou por não responsabilizar o MST, porém, também não fez nenhuma mediação acerca dos problemas emanados da vida do trabalhador do campo que culminou em tal conflito, tampouco, acusou a articulação do governo que suprimia qualquer manifestação contrária ao avanço das políticas neoliberais e nem tocou no ponto de como a

concentração de terra ainda poderia ser garantida e ampliada a partir desse modelo de acumulação.

A fonte consultada que mais revelou tais aspectos acerca do massacre em Eldorado encontra-se nas resoluções do 6º Concut de 1997, no item “O setor rural nos anos de 1990”, que mostrava que este setor se encontrava em uma situação de miséria, mas a solidariedade dos trabalhadores a partir de tais condições, bem como a sua capacidade de resistência, luta e organização emergiam no momento como uma força política capaz de colocar em cena nacional o grande problema da concentração de terras e a extrema exploração dos trabalhadores rurais (6º Concut, 1997, p. 14).

Em meio a essa situação de crise, o documento revela que:

Na agricultura familiar, que abrange 4.339.053 estabelecimentos e da qual se ocupam 12 milhões de pessoas, estima-se que anualmente cerca de 200 mil famílias deixam o meio rural, agravando com isso a situação de desemprego e miséria na periferia das médias e grandes cidades. Para aqueles que conseguem permanecer no campo, a situação não é mais cômoda: apenas um em cada mil pequenos agricultores tem acesso às políticas de crédito do governo (6º Concut, 1997, p. 14).

Conforme os trabalhadores realizam ocupações das terras, como forma de efetivar uma democratização da posse fundiária no Brasil e integrar um dos grupos sociais mais excluídos, os latifundiários, juntamente com o braço armado do Estado, se utilizavam da maior violência para barrar as reivindicações de tais trabalhadores, com assassinatos, torturas e seqüestros de lideranças. Assim, a fonte argumenta que "(...) estudos internacionais mostram que, de 225 casos de assassinatos acompanhados, apenas 11% terminaram em processos judiciais" (6º Concut, p. 14).

Em linhas gerais, a CUT analisava o conflito em Carajás a partir da:

(...) capacidade de organização e de luta dos trabalhadores rurais vem conquistando espaço crescente na imprensa e sensibilizando importantes setores da sociedade civil para a reforma agrária, a miséria no campo e os rumos da agricultura. As inúmeras ocupações promovidas pelos sem-terra, através do MST, Contag/CUT, são prova mais que suficiente da disposição dos setores populares em não aceitarem as nefastas conseqüências da exclusão social. Mais que isso, demonstra que é somente através do enfrentamento objetivo que as grandes questões são incorporadas na agenda política nacional (6º Concut, 1997, p. 17).

Conforme o governo avançava na repressão aos movimentos sociais, cada vez mais medidas provisórias estavam sendo ferramentas institucionais de maior importância para a viabilização histórica da ofensiva neoliberal. Com base na matéria “O entulho provisório”, de 08/05/96, que nos mostra que tal mecanismo foi criado pela Constituição de 1988 para ser

usada somente em caso de relevância e urgência, mas acabou se tornando uma peça fundamental para a governabilidade dos presidentes da dita "Nova" República, sendo ela fruto da autocracia reformada, a metamorfose do Decreto-lei (criado durante a Ditadura Militar) para Medida Provisória. Vimos anteriormente que ela foi um instrumento crucial durante os governos Collor e Itamar para impor medidas de caráter impopular durante o momento de crise de hegemonia burguesa.

Com base nessa matéria, vemos que durante a sua trajetória, o número de MPs foi crescendo absurdamente conforme o Planalto trocava de presidente. José Sarney, o primeiro presidente que se utilizou deste mecanismo, a utilizou a cada quatro dias, somando 147 até o final de seu mandato. Seu sucessor, Fernando Collor, foi o recordista em medidas provisórias, chegando a editar 22 em somente um dia no momento de crise do Plano Collor (mas em média acabou assinando uma medida a cada seis dias, totalizando até o final de seu breve governo 160 medidas provisórias). Itamar Franco, autor da medida provisória mais reeditada, a MP 327, que estabelecia as normas das privatizações, a cada dois dias assinava uma nova medida e totalizou no seu governo 505 medidas provisórias. FHC somente na metade de seu governo, já assinava uma medida a cada 19 horas, sendo o recordista em número de medidas. Em somente dois anos de governo já eram contabilizadas 603 medidas provisórias (VEJA, 08/05/96, p. 30-32).

As medidas provisórias funcionam da seguinte maneira: o Executivo cria e envia a medida até o Congresso, que, em tese, por ser de caráter de urgência, passa a ter efeito imediato estabelecendo o prazo de 30 dias para o Congresso votá-la. Se acaso o Congresso não votar, ela pode ser novamente reeditada pelo Executivo, podendo fazê-la indefinidamente. A partir desse mecanismo, existem medidas provisórias que sobrevivem há três anos e são reeditadas todos os meses para garantir a sua viabilidade. Assim que se gere a imposição do Executivo ao Legislativo, não por meios ilegais, mas, ao contrário, legalmente e ainda pelo caminho institucional. No primeiro governo de FHC ao invés de buscar um acordo com o Congresso em torno da aplicação das reformas neoliberais, este vai impor suas medidas mesmo obtendo maioria na casa, para evitar qualquer possível derrota ou alteração no conteúdo de tais reformas.

A matéria "FHC e seus intelectuais" publicada na Folha de São Paulo, em 08/05/96, é de suma importância para compreendermos como os interlocutores da época analisavam a

ofensiva neoliberal. No quase um ano e meio de governo FHC, exatamente aos 15 meses de duração deste, Frei Betto afirmava que o presidente foi eleito supostamente como um intelectual defensor da social-democracia, que o seu passado lhe legitimava como um presidente capaz de livrar o Brasil do entulho autoritário, erradicar a miséria, reduzir a desigualdade social e consolidar a democracia (BETTO, 08/05/96, p. 73). Este chegou a afirmar em uma fala que tinha "o pé da senzala" para enfatizar a miscigenação e se aproximar dos 100 milhões de brasileiros pobres, mas que, para Betto, após um ano e meio de seu governo, eram perceptíveis duas características:

1) os intelectuais laudatórios, acólitos de uma social-democracia que jamais saiu do papel, foram, quase todos, premiados com cargos federais; 2) nenhuma de suas previsões se confirmou: FHC consegue ser um neoliberal sem nenhuma conotação social-democrata; sustenta-se numa composição erguida sobre o que dá de mais retrógrado da política brasileira (os mesmo líderes que se destacavam como figuras proeminentes da ditadura militar); governa sem pudor praticando cenas de fisiologismo explícito, como o comprova o "toma lá, dá cá" na busca de apoio às "reformas" encaminhadas à aprovação do Congresso Nacional (BETTO, 08/05/96, p. 73).

Segundo Frei Berro (1996), nos quinze meses de seu governo, FHC manteve o arrocho salarial, usou verbas públicas milionárias para salvar bancos falidos, reprimiu com tropas militares petroleiros em greve, sujou suas mãos de sangue ao não impedir o massacre do Eldorado dos Carajás e do Carandiru, evitou uma política eficaz de reforma agrária, deu o sinal verde para os garimpeiros e madeireiros invadirem terras indígenas, manteve-se submisso às políticas econômicas ditadas pela Casa Branca e também na criação do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia, sob sua supervisão, que se conciliou aos interesses dos EUA em combater o tráfico na região e também de mapear a presença de guerrilheiros) e da Lei das Patentes (implementada graças aos lobbies das indústrias farmacêutica e que lesou os saberes fármacos populares) (BETTO, 08/05/96, p. 73).

Em virtude de todas as transformações que estavam ocorrendo no setor produtivo, somado aos direitos trabalhistas recém desmontados, em meados de abril o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) concluía uma pesquisa feita durante todo o ano de 1995 acerca do mercado de trabalho, que constatava que o setor de serviços (formado por hospitais, comércio, corretora de valores, profissionais liberais e etc.) foi o setor que mais cresceu em 1995 e cogitavam que continuaria a ser o setor na economia com maior expansão (VEJA, 14/05/96, p. 110). Naquele momento, tal setor correspondia a mais da metade da riqueza produzida pela economia, subindo de 40,7%, em 1986, para 52,3 do PIB em 1995; a indústria

que em 1986 era a maior produtora de riquezas com 47,2% do PIB, caiu para 34,4% em 1995 (VEJA, 14/05/96, p. 110).

A primeira vez que o setor de serviços passou a indústria foi em 1990, mas foi em 1995 que houve uma virada decisiva nesse aspecto, pois, com o fim da inflação e o aumento do consumo de vários setores da população e, somado a queda da produção industrial, tal setor foi o que mais cresceu, sobretudo com o avanço da terceirização alavancado com a consolidação do contrato temporário de trabalho (VEJA, 14/05/96, p. 110-111).

Após o fim da bolha de consumo em 1994 e início de 1995, o processo de queda na produção industrial foi acentuado, caindo 9,3% no primeiro trimestre de 1996 em relação ao mesmo período no ano anterior. O desemprego no início do ano de 1996 girava em torno de 6,4% da População Economicamente Ativa (PEA) e estimava-se que tal projeção tinha grande possibilidade de aumentar, conforme nos indica os dados publicados na matéria "A explosão dos serviços" na revista *Veja* em maio de 1996 (VEJA, 14/05/96, p. 111).

Enquanto os trabalhadores da iniciativa privada estavam sendo forçados a ir para as ocupações do setor de serviços, os provenientes do serviço público formavam um corpo contraditório, onde funcionários das empresas estatais de ponta gozavam de uma posição econômica favorável, em contraposição a vários setores mal remunerados, que sofriam com o sucateamento estratégico do governo e a precarização de seu ambiente de trabalho, com o congelamento de seus salários, perda de direitos, que fazia o movimento ter mais pautas corporativas do que pautas universalizantes (FONTES, 2010, p. 255).

A ofensiva neoliberal desencadeada pela derrota do sindicalismo foi sentida entre os funcionários públicos na elaboração do PDV (Plano de Demissão Voluntária). Esse plano, de um lado, estimulava o crescimento estratégico do setor de serviços, que serviu para aumentar o grau de expropriação do trabalhador; por outro, teve a intenção de acabar com a estabilidade de emprego para então fragilizar um dos principais setores que fazia frente contra a consolidação do neoliberalismo no Brasil (FONTES, 2010, p. 261). Temos que ter em mente que inúmeros servidores públicos aderiram ao PDV ao serem persuadidos pela mentalidade do "pequeno empreendedor" tão propagado pelas ONGs, mas que no fundo educou a classe trabalhadora a essa nova dinâmica de perda de direitos trabalhistas reduzidas às ocupações informais e autônomas (FONTES, 2010, p. 261).

Inaugurado em maio de 1996, o PDV impôs uma dura reconfiguração no perfil do funcionalismo público, impulsionando os trabalhadores a pedirem exoneração, demissão e aposentadoria precoces a partir de uma situação que o próprio governo tinha criado, facilitando uma ofensiva maior para enxugar trabalhadores de várias funções e dando um fôlego maior na privatização de empresas estatais de maior envergadura econômica (FONTES, 2010, p. 261).

Se considerarmos o desemprego como uma ação violenta do capital contra o trabalho, o PDV se tratou de uma violência legítima do governo, pois enganava os trabalhadores ao afirmar que este supostamente se sairia melhor no mercado de trabalho do que "enrijecido" em sua função pública. Mas, no fundo, tal iniciativa representava a desvinculação de trabalhadores, passando de formais para informais, sem contrato formal de trabalho ou, em muitos casos, sem o respaldo algum de direitos trabalhistas.

O desemprego foi um importante mecanismo para dismantlar qualquer reação dos trabalhadores frente às políticas recessivas neoliberais, pois com a somatória de um grande exército de reserva, o patronato pôde manter a rotatividade da mão de obra, dismantlar direitos e rebaixar salários. Ele estimula também a corrosão das organizações sindicais, pois o PDV, somado ao crescimento do desemprego mudou o perfil da classe trabalhadora no Brasil, inaugurando uma fase de demissão em massa, privatizações e o crescimento da informalidade do trabalho.

Em uma matéria intitulada "Com a porta aberta" a Revista Veja celebrava a intenção do governo em instituir o Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os servidores públicos, mas, ao mesmo tempo, criticava o governo por ainda não conseguir acabar com a estabilidade de emprego dado a estas categorias (VEJA, 22/05/96, p. 34). Em meados de maio de 1996, o Ministro do Planejamento José Serra, atropelou o Ministro da Administração Bresser Pereira, ao anunciar que o governo tinha metas de corte de cerca de 40 bilhões de reais com servidores ativos e inativos, com a instauração do PDV e que previa ajuda financeira para os funcionários que resolvessem pedir exoneração (VEJA, 22/05/96, p. 34).

Outra medida, esta agora anunciada por Bresser Pereira, atribui a possibilidade do servidor em reduzir a sua jornada diária de trabalho de 8 para 4 horas com redução salarial, "Queremos demitir quem não nos serve mais e quem não está mais disposto a trabalhar bem

no setor público" nas palavras da secretária do Ministério da Administração, Cláudia Costin (VEJA, 22/05/96, p. 34).

A Veja não perdia a oportunidade de novamente criticar o Congresso, pois estava em sua responsabilidade a aprovação ou não desta medida, que no caso poderia ser sancionada como projeto-lei com apenas uma vitória simples, ao contrário da Reforma Administrativa, que por ser uma emenda, precisava de três quintos de votos favoráveis (VEJA, 22/05/96, p. 34-35). Na verdade, interpretamos essa iniciativa como manobra do governo de impor alguns elementos presentes na Reforma Administrativa, que no momento fazia mais de um ano que estava arquivada no Congresso, como forma de esquivar da pressão exercida pelos servidores públicos.

Com o PDV, o governo buscava a demissão de 40.000 servidores de seus 565.000, que, em suas contas trariam a economia de 700 milhões aos cofres públicos, e com a redução da jornada de trabalho era previsto pelo governo atingir 170.000 servidores e "economizar" 1 bilhão de reais ao ano, com a previsão de redução de 40 bilhões para 30,3 bilhões de reais da folha de pagamento para o ano de 1996 (VEJA, 22/05/96, p. 34). Para não afetar os setores estratégicos com as "baixas" do PDV, o governo instituiu que os funcionários de carreira da Polícia Federal, do Ministério Público, da Receita Federal, do Banco Central e diplomatas não poderiam se utilizar de tal medida.

O PDV começou a ganhar seus adeptos logo de início:

O governador Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, foi um dos primeiros a entrar nessa onda. Na semana passada, concluiu o seu programa com a saída de 15.000 dos 218.000 funcionários, um número três vezes maior do que o esperado. Gastou 120 milhões de reais que, segundo ele, serão recuperados em oito ou nove meses. No Rio de Janeiro, o governador Marcello Alencar quer livrar-se de 15.000 servidores. O governo federal ainda não definiu quais as vantagens que vai oferecer aos demissionários. Mas sabe que precisam ser atrativas. No ano passado, o governador Mário Covas, de São Paulo, aplicou um plano com vantagens tão pequenas que apenas 2.600 funcionários se habilitaram a deixar o Estado para receber, como recompensa, o equivalente a meio salário por ano trabalhado. Na quinta-feira passada, a Assembleia paulista aprovou novo projeto, dobrando as vantagens oferecidas. A partir de agora, quem quiser ir embora ganhará um salário por ano de serviço, até teto máximo de doze anos (VEJA, 22/05/96, p. 35).

Conforme se concretizou o PDV, outro elemento que expressa o recrudescimento da ofensiva neoliberal se materializou no acirramento dos debates em torno das privatizações das grandes estatais. Esse debate ganhou cada vez mais peso conforme levou de trabalhadores estáveis eram enxugados de suas carreiras formais que, ao perderem a estabilidade de suas

ocupações, se submetiam a um mercado de trabalho marcado pelo desemprego estrutural e de vínculos empregatícios pautados pela terceirização, sub-contratação e pela informalização.

Em relação a Vale do Rio Doce, o posicionamento da Veja era diferente em relação às demais empresas públicas, como nos mostra a matéria "A epopéia do gigante de ferro", publicada em 22/05/96. Para esta, a empresa foi a única empreitada bem sucedida do Estado brasileiro na produção industrial, sendo por isso sempre tratada como a "jóia mais reluzente da coroa estatal", extremamente cobiçada pelo capital. No momento, a Vale do Rio Doce estava instalada em 140 cidades em 11 países, sendo a terceira maior mineradora do mundo em 1996, com 15.500 funcionários e faturava algo em torno de 6,2 bilhões de reais, isso sem contar que ela era dona" da maior jazida de ferro do planeta na Serra dos Carajás, no Pará, onde cogitavam que o seu estoque de ferro **seria por no mínimo 400 anos** (VEJA, 22/05/96, p. 76). Além de tais características, a empresa possuía duas estradas de ferro que ligavam Carajás a São Luís no Maranhão, Vitória no Espírito Santo, a Itabira interior de Minas Gerais; estes eram os trilhos mais produtivos do mundo e tinha o maior trem em circulação do planeta com 204 vagões e três locomotivas, exportando em 1995-96 três vezes mais do que a Petrobras (VEJA, 22/05/96, p. 76-77).

Tais dados servem pra ilustrar que a Vale do Rio Doce era a empresa mais importante do país, com uma ampla infraestrutura, uma larga produção e com o maior faturamento, dentre as empresas estatais e, com isso, ela ajudou a edificar a industrialização no Brasil, presente em várias esferas da vida econômica:

Hoje, quem entra em um supermercado para comprar uma lata de cerveja está levando para casa o alumínio da Vale. Quem compra uma bicicleta leva o seu minério de ferro. Numa joalheria, na hora do presente para o Dia das Mães, compra-se o ouro da Vale. Na pilha de rádio, está o seu manganês. No troco do caixa, a moeda tem o seu níquel. A Vale do Rio Doce, com sua produção anual de 130 milhões de toneladas de minérios, está dentro de casa (na lata de óleo), está nas ruas (nos automóveis ou ônibus), está nos escritórios (nos computadores ou nas chaves) e está na escola (na barra espiral dos cadernos (VEJA, 22/05/96, p. 76).

Em uma posição privilegiada, após a supressão das greves de 1995 e do massacre e opressão aos movimentos das classes subalternas no campo em início de 1996, o governo aproveitou esse momento para criar a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) com intenção exclusiva de acompanhar de perto a "manipulação política" (nas palavras do presidente) que os movimentos sociais estavam provocando. O encarregado de criar a agência

foi do general Alberto Cardoso, que no mês anterior no episódio do massacre de Eldorado dos Carajás foi o primeiro representando do alto escalão a "investigar" o incidente.

Nas palavras de FHC "Existem causas que geram os movimentos sociais. O Estado tem de estar prevenido contra a manipulação dessas causas" em uma declaração pública em maio de 1996, conforme nos indica a fonte "Governo pretende 'vigiar' organizações", publicada na Folha de São Paulo em 22/05/96, sob autoria de Lucas Figueiredo (FIGUEIREDO, 22/05/96, p. 72). O general Alberto Cardoso não afirmou com clareza quais seriam os movimentos sociais que a ABIN acompanharia de perto (que teria abrangência nacional com um quadro de 26 superintendências regionais, espalhada por quase todos os Estados da Federação), mas afirmou que a prioridade era de investigar os sem-terra.

O general afirmou que não caberia a ABIN realizar operações que envolvessem forças militares ou polícias, mas de produzir conhecimento e informações acerca do funcionamento internos desses movimentos. FHC afirmou que o seu funcionamento seria de uma espécie de SNI (Serviço Nacional de Informação) que atuou durante os governos militares (1964-85) e no governo Sarney (1985-89) e extinto no governo Collor em 1990, não descartando a opção de chamar antigos agentes do SNI para compor a ABIN (FIGUEIREDO, 22/05/96, p. 72).

Ironicamente o general Alberto Cardoso afirmou que a ABIN seria um instrumento não ideológicos, sem conotações políticos partidárias, mas acabou sendo controlado indiretamente pelo poder Executivo, em que o presidente indicava as áreas de atuação, sendo somente colocada posteriormente à votação pelo Congresso, sendo um órgão de administração direta do presidente da república, que no caso indicaria quem comporia a sua direção (FIGUEIREDO, 22/05/96, p. 72).

Os setores da pequena burguesia também se aproveitaram do momento de retração dos trabalhadores para se manifestarem contra os efeitos que a política de abertura econômica baseada nos juros altos, nas penalizações que sofriam com a sobrevalorização do câmbio e pediam também agilidades nas reformas trabalhistas, conforme nos indica a matéria publicada em finais de maio de 1996, "A indiscreta marcha da burguesia", na revista Veja (VEJA, 29/05/96, p. 30-33). A "revolucionária", nas palavras da fontes, marcha dos empresários foi a maior demonstração pública dos que usam "black-tie" (ironizando o filme "Eles não usam black-tie" de Leon Hirszman, de 1981), onde 2.800 empresários, com 42 jatinhos e 18 aviões fretados, 521 apartamentos de sete hotéis e 800.000 reais foram gastos e assim os "militantes"

supostamente "ocuparam" a capital federal para pressionar a votação das reformas (VEJA, 29/05/96, p. 30-33).

Mas o que podemos filtrar de mais relevante para a nossa pesquisa é que em um momento de estabilização da hegemonia neoliberal - a partir de uma ofensiva institucional e repressiva aos trabalhadores após a derrota das greves de 1995, como: a cooptação dos sindicatos para aprovarem medidas de suma importância para o capital que fere em cheio o interesse dos trabalhadores e a criação de uma ampla rede de instituições, bem como o uso do Exército, para intervir nos protestos e manifestações dos movimentos sociais - a pequena burguesia que foi duramente penalizada pelas reformas pôde organizar e emergir da cena política, tendo em vista que seus interesses não precisavam ser mais subsumidos em função da uma crise de hegemonia.

Conforme o governo ia acumulando vitórias, a pequena burguesia se sentia confortável em manifestar-se para exigir uma aceleração no processo de destruição da legislação trabalhistas, que além de sinalizar o eixo de união dentre as frações burguesas na construção da hegemonia neoliberal, expressa que a única forma de aumentar seus rendimentos era o espólio do trabalho, pois no momento não havia evidências de que o governo reveria o processo de abertura econômica e mudasse a sua política cambial, conforme nos indica a matéria, publicada em maio de 1996 na revista Veja, "A indiscreta marcha da burguesia" (VEJA, 29/05/96, p. 30-33).

O interessante dessa matéria é a nitidez do posicionamento de classe que a revista adota, mesmo sob o discurso de "modernidade", de "formadora" neutra da opinião pública e de "defensora" dos interesses da população. A palavra "militante" é designada para os "revoltosos" empresários, estes defensores da modernidade, por isso o uso dessa palavras não é de forma pejorativa; mas ao abordar uma greve, ou qualquer manifestação das classes subalternas, tais termos são empregados como forma de denegrir e difamar o movimento dessas classes.

Além dos empresários exigiram uma maior pressa na aprovação das reformas, eles exigiam uma desvalorização cambial e queda nas taxas de lucro, para facilitar as exportações e que o governo se comprometesse a estabelecer cotas de importação que limitasse a entrada de tecidos, calçados e outros de Hong Kong, Coréia, Taiwan e China; as palavras de Fernando Bezerra, no momento presidente da CNI (Confederação Nacional das Indústria) e dispunha

como força de pressão ao governo cerca de 30% do PIB brasileiro, expressam o posicionamento dos empresários "Achei que já estava na hora de os empresários mostrarem a sua cara para o governo e para a sociedade" (VEJA, 29/05/96, p. 30).

Mas mesmo contendo alguns "ilustres" do empresariado brasileiro, tal caravana não contou com nenhum banqueiro, nem com a presença de algum grupo que estavam em busca de crédito público ou de olho nas privatizações, nas palavras da fonte, apenas a "base" do empresariado, ou seja, os pequenos burgueses donos de pequenas indústrias ou micro empresas. A Veja ironiza tal camada do empresariado, que de certa forma não estava no agrado de seus perspectivas de grande executivo, de grupos privados de pensão e da nova burguesia de serviços que estava em ascensão, onde tais participantes da marcham:

Eram donos de pequenas indústrias, com jeitão mais para classe média do que para refinado. Muitos nunca tinham ido a Brasília, e até pediam autógrafos a seus colegas mais ilustres. Antônio Ermínio de Moraes, dono do grupo Votarantim, por exemplo, distribuiu vários. Num retrato em movimento do que é o industrial brasileiro, aparecem por ali empresários cuja fabriqueta fatura 4 000 reais por mês(VEJA, 29/05/96, p. 31).

A revista aproveita a matéria e conclui que essa era uma movimentação que estava "concatenada" com os interesses da população, que se expressava (somente) pela queda nos índices de popularidade de FHC, como foi o caso de São Paulo capital, o seu berço eleitoral, que o presidente caiu cerca de 13% e a média nacional que mostrava que o número de eleitores que consideram o ser governo ruim ou péssimo era de 33% e os que consideram bom apenas 25% (VEJA, 29/05/96, p. 31).

No mesmo dia da caravana, 22 de maio, a Câmara derrotou a segunda proposta de reforma da previdência do governo, na verdade essa derrota foram para os pontos da manutenção da paridade salarial entre ativos e inativos; eliminaram a exigência de aposentadoria com idade mínima de 55 anos para os servidores públicos e garantiram a aposentadoria especial aos professor universitários (lembrando que antes tal categoria não era privilegiada com aposentadoria especial); mesmo com o esforço do governo de distribuir cargos, assumirem dívidas dos estados e municípios e barganhar cargos de segundo e terceiro escalão no governo. Os partidos mais acariciados renderam menor apoio: o PMDB de Luiz Carlos Santos que se tornou Ministro da Coordenação Pública, rendeu ao governo catorze votos a menos; o PPB que teve Francisco Dornelles nomeado para Ministro da Indústria e Comércio, teve um desfalque de 22 votos; o PTB de Arlindo Porto que "ganhou" o Ministério

da Agricultura e mesmo assim garantiu quatro votos a menos do que na votação anterior (VEJA, 29/05/96, p. 30-33).

A alternativa do governo foi apostar na "opinião pública", ou seja, se utilizar de seus espaços de interlocução para bombardear os brasileiros com notícias que expressam o quanto o país supostamente avançaria e os trabalhadores ganhariam com a aprovação integral do texto de Reforma da Previdência, logicamente sempre batendo na tecla do peso que o endividamento deste acarretaria em perda para os cofres públicos.

O Ministro da Fazenda Pedro Malan foi o encarregado de ir nas cadeias de Televisão e de Rádio pronunciar a viabilidade da reforma, mas que de início não surtiu efeito em atrair a população para pressionar o Congresso para a sua aprovação. Além dessa derrota, a Veja vitimiza o governo pelos "encargos" que a Previdência gerava para o governo de 60 bilhões de reais previstos para o ano de 1996 e criticava a divisão injusta que supostamente priorizava os funcionários públicos: 95% dos beneficiários eram do setor privado, estes são para a revista os verdadeiros contribuidores; 5% do setor público, mas que consumiu 1/4 da verba, de 16 milhões (VEJA, 29/05/96, p. 33). Novamente a criminalização dos servidores públicos, sem levar em conta o grande serviço prestados por estas categorias para a sociedade (de escolas, hospitais á combustíveis), será o caminho para o "convencimento" da população acerca da Reforma da Previdência.

Para Simonetti, no artigo publicado na revista Veja em 29/05/96, intitulado "O Brasil está á venda", tratava a marcha dos pequenos empresários á Brasília expressa o desespero do setor industrial frente as novas transformações que o plano de estabilização, aos moldes neoliberais de FHC, estava impondo a tal setor. Tal fonte mostra-se posicionar favorável aos "descamisados", em referência aos empresários que supostamente não levantavam nenhuma bandeira política, mas defendiam medidas que "todo" o Brasil estava interessado, como era o caso do contrato especial de trabalho; da reforma da Previdência; da queda de juros, que, segundo eles, aumentaria a capacidade de tal setor de criar mais empregos (SIMONETTI, 29/05/96, p. 34-35).

Partindo desse pressuposto, a alternativa para os empresários a partir das novas condições dadas pelo Plano Real foi de se aliar, ou em vários casos, se venderem para o capital estrangeiro. Segundo os dados apresentados pela fonte, em 1995, 300 empresas fora vendidas por capitalistas de outras nacionalidades e a previsão para 1996 era que seria mais de

600; ainda estimavam que mais de 1.000 companhias com faturamento de 80 milhões de dólares, poderiam ser vendidas nos próximos dois anos (SIMONETTI, 29/05/96, p. 34-35). Ainda segundo o Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, até dezembro, dependendo do "ritmo" que as privatizações tomassem cerca de 5 bilhões de dólares passariam para o controle do capital estrangeiro (SIMONETTI, 29/05/96, p. 34).

O documento julga o empresariado nacional como um "tatu", aquele que se esconde da modernidade, ainda o concebe como "atrasado", atrelado ainda sob a gestão familiar da empresa, sendo a manifestação dos empresários um expressão de tais características; mas no âmago da questão estava o temor de tais pequenas empresas de serem varridas pela onda de reestruturação produtiva, que a fonte trata como os atrasados que tinham receio da competição global, como também as grandes empresas que viam a abertura econômica como uma onda de desindustrialização que mais cedo ou mais tarde acabaria afetando a cadeia produtiva como um todo.

Em 26 de junho o governo criava o COPOM (Comitê de Políticas Monetárias) que era composto por diversos chefes de departamento ligados ao Banco Central com a função de estabelecer diretrizes para as políticas monetárias. A norma previa a publicação de um relatório trimestral sobre a inflação, que abordava o desempenho da economia, o papel da política monetária, bem como análises sobre as perspectivas de inflação. Essa publicação contava com as atas das reuniões do COPOM, que ocorriam mensalmente que definiam as taxas de juros básica, conforme nos indica o estudo de Nelson Carneiro "A política monetária no Brasil pós-Real", publicado na revista Textos para Discussão 05/01 ligado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP (CARVALHEIRO, 2001, p. 13).

A criação do COPOM está vinculado a um dos elementos da ofensiva neoliberal na medida que este serviu como um instrumento para enrijecer as políticas monetárias e econômica de cunho neoliberal, esta medida também está indiretamente associada a uma ofensiva ao mundo do trabalho, pois acaba por dar sustentabilidade a um órgão que legitima o acirramento de seu processo de exploração oriunda desse novo padrão de acumulação. Em suma, o papel do COPOM é de condicionar a política econômica, que por meio da política cambial e da política de juros, a partir dos interesses do capital financeiro, esta a fração mais beneficiada pelo projeto neoliberal.

Em agosto de 1996 o governo caminha na perspectiva de privatização dos investimentos e gastos públicos lançando o programa "Brasil em Ação", que teve como característica a gestão empresarial de grupos privados de recursos da União, Estados e Municípios, destinados a obras sociais e de infraestrutura. Se propagava a ideia de falência do Estado, sendo a única saída a participação de ONGs e grupos privados para garantir os investimentos necessários para supostamente "acabar" com a miséria no país, mas como vimos, essa foi uma alternativa para o capital mercantilizar os recursos destinados para a área social, ao mesmo tempo em que impregnava com a mentalidade empresarial gerações de trabalhadores desprovidos de proteção social e de qualquer memória reivindicativa (FONTES, 2010, p. 274).

O programa Brasil em ação promoveu 42 empreendimentos em áreas estratégicas, que a partir da parceria público-privado, promoveu um investimento de R\$ 70 bilhões de 1996-1999, deste montante R\$ 22,1 bilhões foi destinado a infraestrutura e R\$ 43,6 bilhões na área social. As obras de infraestrutura financiada pelo programa foi a duplicação da rodovia Fernão Dias (que liga São Paulo a Belo Horizonte) e a construção do gasoduto Bolívia-Brasil. No decorrer do programa, cerca de 21,5% dos investimentos tiveram origem de capitais privados, dados que fora amplamente divulgados para supostamente comprovar a tese de falência do Estado em promover uma onda de investimentos em setores estratégicos para a economia<sup>27</sup>.

Em setembro, por via da Emenda Constitucional nº 14, que estabelecia que os recursos destinados à educação deveriam ser divididos entre a União, os Estados e Municípios, onde cada um cuidaria dos investimentos em cada esfera. Para a União seriam destinados os investimentos no ensino superior público e nas escolas federais; os estados arcariam com os investimentos nos ensinos fundamental e médio e os municípios destinariam seus investimentos para a educação no ensino fundamental e na educação infantil. A descentralização dos encargos da educação pública brasileira, bem como a sua ligação com verbas privadas e "parcerias" com as ONGs, propiciou uma degradação desse setor, pois impossibilitou um movimento de largos investimentos público a longo prazo numa política educacional coesa, que privilegiasse todos os níveis educacionais.

---

<sup>27</sup> Os dados sobre o programa "Brasil em Ação" foram acessados em 30/06/2013 na página do "Ação Brasil", no sítio <http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/bact.htm>

As intenções de tais medidas, nas palavras de Boito Jr. (1999), geraram consequências onde:

As verbas federais só serão repassadas aos Estados e municípios que realizarem convênios de municipalização e de parceria para o ensino básico, punindo financeiramente o investimento já existente ou futuro, dos Estados e dos municípios, no ensino de segundo e terceiros graus. Muitas prefeituras têm resistido à municipalização, por falta de recursos financeiros e meios técnicos para administrar a rede escolar. As manifestações dos consultores das agências internacionais e as experiências de reforma, como a promovida pelo governo Covas em São Paulo, sugerem que o objetivo de longo prazo é desengajar o Estado do ensino do segundo grau. As empresas de ensino terão mais espaços para crescer e a educação poderá acentuar seu perfil elitista (BOITO JR., 1999, p. 109).

Em 24 de outubro o governo criava a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) na intenção de canalizar todos os impostos de qualquer movimentação financeira para os investimentos diretos para a saúde. Tal medida contribuiu para o governo mascarasse a drástica redução de investimentos em áreas sociais que estava sendo operado, como no caso da saúde, que reduziu de 2,19% do PIB para 1,77%; a educação de 1,30% para 1,06% e na habitação de 0,38% para 0,21% (BOITO JR., 1999, p. 103). Esses dados servem para ilustrar que a ofensiva neoliberal também repercutiu no que se refere ao investimento público. Afirmamos tais condições ao ter em mente que a redução é inteiramente funcional para sucatear os órgãos públicos, fazendo a população procurar os grupos privados (o caso mais evidente é o caso do amplo crescimento dos planos de saúde e da rede privada de ensino), que é penalizada por ter que se responsabilizar por serviços que até então a Constituição lhe garantiria como obrigação.

No decorrer desse capítulo, buscamos mapear um período importante no que se refere ao conflito capital e trabalho na implementação das políticas neoliberais no Brasil. De maio de 1995 a finais de 1996 pudemos mapear dois movimentos específicos: primeiramente, um de reação às políticas neoliberais, a maior e mais articulada de todo o movimento grevista dos anos 90, no caso, a greve dos petroleiros. Esse momento sinalizou que os trabalhadores tinham força política de se articularem nacionalmente para frear o avanço das medidas neoliberais e, no caso específico, barrar a privatização da Petrobras e de outros órgãos públicos ligados ao ramo de energia e de telecomunicações.

O segundo momento que assinalamos, de meados de 1995 até o final de 1996, remete ao recrudescimento da hegemonia neoliberal onde, após a derrota da greve, veremos que os impactos para o movimento sindical serão sentidos na cooptação de suas principais centrais

sindicais à rendição de medidas de suma importância para a agenda neoliberal, como foi o caso do acordo para viabilizar a Reforma da Previdência e o contrato especial de trabalho, que permitia ao patronato burlar determinadas pontos das leis trabalhistas. Mesmo fechando o ano de 1996 com o maior número de greves durante os anos 90, a ofensiva neoliberal passa a ser sistematizada a vários setores: para reprimir os movimentos sociais o Exército foi usado (vale lembrar a repressão brutal ao MST no massacre de Eldorado dos Carajás) e órgãos de inteligência foram criados. Para atacar o funcionalismo público criou o PDV que provocou um processo de enxugamento das ocupações ao mesmo tempo em que abria margem para a contratação de terceirizados, minando as bases do sindicalismo combativo; acirrou o debate de privatizações, sobretudo no caso da Vale do Rio Doce; o avanço das ONGs para mascarar a mercantilização dos serviços públicos ao mesmo tempo em que se reduzia drasticamente os investimentos destinados a estes.

Em suma, os anos de 1995 e 1996 representaram, primeiramente, uma reação, posteriormente uma derrota, derrota esta que implicou em uma cooptação e na elaboração de uma ampla ofensiva do governo para combater os movimentos sociais e os trabalhadores organizados. Nossa pesquisa se encerra no ano de 1996, pois ainda se apresentava uma reação a essa processo, a ampla ofensiva somente foi viabilizada porque ainda existia uma antítese frente ao projeto neoliberal.

Os reflexos que essa ofensiva neoliberal desencadeada na virada dos anos de 1995 para 1996 se faria repercutir no mundo do trabalho de forma bem mais incisiva gerando novas contradições e uma nova dinâmica na luta de classes.

Caberia uma nova pesquisa para mapear e elencar os principais motivos que desencadearam essa nova dinâmica na luta de classes no Brasil em finais dos anos 1990. Mas alguns elementos que condicionaram essa nova dinâmica podemos mencionar: a hegemonia neoliberal se concretizou ao ponto de viabilizar medidas que nos dois primeiros anos do mandato de FHC seriam impossível, como foi a privatização da Vale do Rio Doce, a emenda constitucional que previa a reeleição, enquanto restringia a aposentadoria ao trabalhador e introduzia elementos para reduzir o salário mínimo.

O ano de 1998 foi extremamente crítico para os trabalhadores. Naquele ano o país chegou a 2º lugar mundial no índice de desemprego da ONU (Organização das Nações Unidas), concretizou o contrato temporário de trabalho e regulamentou o trabalho voluntário.

Essa nítida constatação de redução das greves pode ser vinculada à privatização da Telebrás e à Reforma Administrativa, que colocaram de vez os funcionários públicos na retaguarda, extinguindo órgãos públicos com as privatizações, reduzindo funções e abrindo margens para a subcontratação com a reforma referida.

O pesquisador que analisar esse período deve levar em conta de que a ampla regressão sofrida pelo mundo do trabalho no período foi fruto da ofensiva neoliberal desencadeada para sufocar a luta dos trabalhadores dos anos de 1995 e 1996. Somente a partir do ataque sistematizado à organização dos trabalhadores e a qualquer potencialidade transformadora que a hegemonia neoliberal pôde ser consolidada.

## Considerações finais

No decorrer deste estudo vimos que, conforme se avançaram as políticas neoliberais, mais essas empreenderam uma destruição dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, mas, sobretudo, uma ofensiva contra os setores organizados do movimento operário e movimentos sociais que faziam frente à implementação de tais políticas. O período de 1995 e 1996, podemos afirmar, foi o momento de maior reação ao projeto neoliberal, como foi o caso da greve de 32 dias dos petroleiros, com o aumento relativo das greves (1034, em 1994, 1056 em 1995 e 1258 em 1996, o maior número desde 1990<sup>28</sup>). Nesse período, as pautas dos movimentos giravam mais em torno de reivindicações de direitos coletivos, pois, naquele momento, o movimento ainda tinha a possibilidade e a força política de barrar o avanço das políticas neoliberais. Vimos também que o setor mais combativo dos grevistas foram os servidores públicos, que viam que a feracidade da reestruturação produtiva, as privatizações e a reforma administrativa poderiam acarretar em um grande enxugamento de suas ocupações. O recorte também evidencia a guinada da CUT que, sob a sombra da derrota das greves de 1995, passou a optar gradativamente pela negociação do que pelo confronto com paralisações e greves, concentrando mais seus esforços na postura propositiva do que na mobilização das lutas de base.

A situação se transforma a partir da derrota das greves com o aumento da repressão institucional aos movimentos sociais, na inflexão da CUT e do movimento sindical. Vimos que CUT passou a negociar e a contribuir para o avanço de pontos essenciais da agenda neoliberal, no "acordo da Previdência" e na negociação em torno do contrato especial de trabalho. Essa mudança de posicionamento também se fez sentir na diminuição do número de greves, que caíram praticamente pela metade de 1996 a 1997, de 1258 para 630 (DIEESE, 2006, p. 9). Nesse momento que o movimento grevista passou gradativamente a adotar pautas mais envolvidas na manutenção dos direitos, aqueles que ainda não haviam sido destruídos e os que estavam sendo ameaçados, do que com pautas que envolviam a reversão ou a construção de uma alternativa ao neoliberalismo.

---

<sup>28</sup> Todos os dados referentes ao número de greves do período foram retirados da fonte "Tabulação do sistema de acompanhamento de greves no Brasil (1995-2005)", estudo feito e publicado pelo DIEESE em 2006 a pedido do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir da Parceria de sua Secretaria Especial com a entidade.

A redução do número de greves e a transição de uma postura combativa para a acomodação na CUT pode ser expressa nas resoluções do VI Concut que, ao invés de focar na luta contra a reestruturação produtiva, frisou mais em campanhas de educação, de saúde dos trabalhadores e a criação da Frente Social pela Cidadania (que consistia na formação de alianças policlassistas em torno do “enfrentamento” das políticas neoliberais). Os lemas estratégicos eram “mobilização, cidadania e negociação”, “autonomia, independência e alianças com os movimentos populares”, “aliança com outros setores da sociedade” (6º Concut, 1997, p. 18). Argumentava:

As políticas neoliberais e o atual modelo de estabilização econômica colocam novos dilemas para nossa ação sindical e exigem da CUT: a ampliação da resistência contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a elaboração de propostas alternativas e a construção de uma política de alianças para resistir ao neoliberalismo. (6º Concut, 1997, p. 8).

No mundo do trabalho, no ano de 1997, tal ofensiva se materializou na divisão das férias dos servidores públicos (o que possibilitou que seu descanso estivesse submetido a vontade de seus superiores); na limitação do acesso do trabalhador ao benefício da aposentadoria a partir da “aposentadoria proporcional” (MP nº 1.523); na expansão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) dos servidores federais para os estados e municípios (MP nº 1.530); na regulamentação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados, Lei 10.101, atuando como mais um mecanismo na flexibilização da remuneração, tendo em vista que tal aumento não foi incorporado à aposentadoria. E, vale lembrar que essa mesma lei previa o trabalho nos domingos); na MP nº 1.415, posteriormente convertida em Lei nº 9.971, que estipulou que o valor do salário mínimo não deveria levar em conta os gastos com alimentação, transporte, saúde e educação, destruindo uma conquista histórica dos trabalhadores na Constituição de 1988 (POCHMANN, 2002, p. 68-70). Enquanto isso o governo comemorava uma importante vitória: a aprovação da emenda constitucional que estabelecia a reeleição no país.

No ano de 1998 as greves ainda continuaram em um ritmo de queda (de 630 para 546). Isso se deveu, entre outros motivos, pela perda da base sindical dos servidores públicos, dos bancários (um dos setores mais afetados pelas privatizações e a informatização) e dos petroleiros. Também no setor privado houve recuo do poder reivindicativo, como o caso dos metalúrgicos com o avanço da reestruturação produtiva (DIEESE, 2006, p. 9). Se no ano de 1997 foi privatizada uma importante “jóia” cobiçada pelo capital externo, a Vale do Rio Doce,

em 1998 outra grande preciosidade foi aglutinada pelos diversos setores ligado ao grande capital: a Telebrás.

A regressão do mundo do trabalho naquele ano foi sentida na aprovação da Lei 9.601, que estabelecia o trabalho por tempo determinado; na MP nº 1.709 (posteriormente renumerada para 1.779 e 2.168), que estabeleceu o contrato parcial de trabalho e a criação do banco de horas; na Lei nº 9.608, que definiu o trabalho voluntário com nenhuma relação trabalhista ou vínculo empregatício (POCHMANN, 2002, p. 68-70).

Nos anos de 1997 e 1998 as greves foram reduzidas drasticamente pela metade. Houve também um maior ataque à CLT e o avanço das privatizações, o que nos mostra um momento de retração da luta frente ao avanço do projeto neoliberal. Cabe também assinalar que nesse período aconteceu o VI Concut, que demonstrou nitidamente a transição do sindicalismo combativo para o propositivo, ou seja, do enfrentamento para a negociação. Os lemas de “mobilização pela cidadania” e campanhas pela “educação e saúde do trabalhador” vão ter mais peso do que a crítica e a tentativa de reversão do projeto neoliberal. Vale ressaltar também o ambiente de estagnação da economia com a crise na Ásia e da Rússia, a consolidação da Reforma Administrativa, como também a maior privatização realizada durante o primeiro governo de FHC: a venda da Telebrás. A retração dos movimentos sociais, juntamente com a possibilidade de uma crise foi crucial para a aprovação da reeleição presidencial e do terrorismo eleitoral de 1998.

## Referências Bibliográficas

### Fontes:

ALQUIMIA. "Jogo das reformas", 1995, p. 6-10.

ABRUCIO JR., Milton. "Cardoso ganha adesão de ex-aliados de Collor", *Jornal do Brasil*, 21/08/94, p. 18.

AMARAL, Ricardo. 100 dias. "Um equilibrista no poder", *O Estado de São Paulo*, 09/04/95, p. 40-44.

BARROS E SILVA, Fernando de. "FHC nocauteia esquerdas em um ano", *Folha de São Paulo*, 11/06/95, p. 119.

BAUER, Marcelo; NOVAES, Luiz Antônio. "Subestimamos o real"(entrevista com José Genoíno), *ISTOÉ*, 21/09/94, p. 3-5.

BELATO, Dinarde. "Pontos para análise da conjuntura", 22/05/92. p. 1. In: CPV: Dossiê - FHC da "esquerda para a direita" (1982-1994), São Paulo.

BERGAMASCHI, Mara. "Governo libera mais verbas com campanha", *O Estado de São Paulo*, 30/08/94, p. 99.

BERGAMO, Monia; CAMAROTTI, Gerson. "Sangue em Eldorado", *Veja*, 24/04/96, p. 34-43.

BETTO, Frei. "FHC e seus intelectuais", *Folha de São Paulo*, 08/05/96, p. 73.

BRADO INFORMATIVO. "Petroleiros: uma grande lição", 21/06/95, p. 116. São Paulo-SP: Resistência Marxista, 1995.

CANTANHÊDE, Eliane. "FHC, um sociólogo às portas da Presidência", *Gazeta Mercantil*, 19/08/94, p. 90.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos a obra Brasil*. Proposta de Governo, Brasília-DF: 1994.

CASAGRANDE, Ferdinando. "Cardoso passa o dia explicando inflação", *O Estado de São Paulo*, 30/08/94, p. 98.

COMPARATO, Fábio Konder. "A solução constitucional do problema criado com a edição de medidas provisórias inconstitucionais", 15/05/90, p. 1. In: *CPV: Política Conjuntural - 1988 a ... documentos*, São Paulo, 1998.

COELHO, Marcelo. "PSDB e PFL ressuscitam Aliança Liberal", *Folha de São Paulo*, 18/08/94, p. 89.

COSTA, Octávio. "Empresários padrão", *ISTOÉ*, 17/11/93, p. 59-60.

COSTA, Sylvio. "*Obsessão fiscal*", *ISTOÉ*, 06/10/93, p. 32-33.

CUT. *Orientações para a continuidade da jornada pró-impeachment*, 19/08/92, p. 1-2.

\_\_\_\_\_. *Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT*, 08/09/91.

\_\_\_\_\_. *Agenda. Dia de Protesto Nacional*, 21/02/92, p. 1.

\_\_\_\_\_. *4º Concut*, 1991.

\_\_\_\_\_. *5º Concut*, 1994.

\_\_\_\_\_. *6º Concut*, 1997.

\_\_\_\_\_. "Jornada de Abril. Rumo á Greve Geral", p. 1. In: *Informa CUT n° 143*, 1991.

DIÁRIO POPULAR, "Paulinho vê incompetência", 19/11/95, p. 74.

DIEESE. *Balanço: primeiro ano de Collor*, 21/08/91, p. 1-5.

DIMENSTEIN, Gilberto. "Collor define nomes do PSDB que gostaria de ter na equipe", *Folha de São Paulo*, 10/02/91, p. 75.

O Estado de São Paulo. "Greve malograda". 01/10/94, p. 157.

\_\_\_\_\_. "Greve impopular", 04/10/95, p. 75.

FELÍCIO, César. "Acordos terão novo tom", 05/06/95, *Gazeta Mercantil*, p. 123.

FELIX, Jorgemar; COSTA, Raymundo. "Candidato FHC entra na briga", *ISTOÉ*, 30/03/94, p.40-42.

FILHO, Sérgio Xavier; COSTA, Raymundo. "O País em segunda época", *VEJA*, 02/03/94, p. 21-24.

FIGUEIREDO, Lucas. "Governo pretende 'vigiar' organizações", *Folha de São Paulo*, 22/05/96, p. 72.

FLORES, Milton. "CUT e FUP culpam o governo", *Diário Popular*, 06/1995, p. 122.

Folha de São Paulo. "Impasse pode levar país ao curto-circuito" (debate entre: FHC, Aloízio Mercadante, Esperidião Amin, Luis Felipe de Alencastro, César Maia, Janio de Freitas), 29/09/91, p. 76-77.

\_\_\_\_\_. "Aristides pede inquérito para apurar uso da máquina"; "FHC deverá depor", 24/08/94, p. 94.

\_\_\_\_\_. "Lixo do comitê de FHC revela doadores", 04/09/94, p. 105.

FREITAS, Jânio de. "Assessores muito especiais", *Folha de São Paulo*, 02/09/94, p. 15.

GASPARI, Elio. "100 dias", *O Estado de São Paulo*, 09/04/95, p. 48-49.

GAZETA MERCANTIL. "FHC mais forte depois da greve", 12/06/95, p. 118.

INVERTA. "Petroleiros, em estado de greve, aguardam negociações", 15/06/95, p. 105.

ISTOÉ. "Afinal o que é revisão?", 3/11/93, p. 42.

\_\_\_\_\_. "Canhim e Paim", 09/03/94, p. 22.

\_\_\_\_\_. "Acidentes na largada", 06/04/94, p. 21.

\_\_\_\_\_. "Teoria da dependência", 13/04/94, p. 27-28.

\_\_\_\_\_. "Radicais Livres", 18/05/94, p. 19-22.

\_\_\_\_\_. "Não vou ficar no joguinho do toma lá, dá cá", 28/09/94, p. 34-39.

\_\_\_\_\_. "Tucanos e quepes", 09/03/94, p. 26.

JÚNIOR, Miguel Real. "Dificuldades contornáveis na aliança PSDB-PFL", *Folha de São Paulo*, 30/03/94, p. 15.

KRAMER, Dora. "Plano econômica abre as fissuras no PSDB", *Jornal do Brasil*, 01/03/94, p. 82.

KUNTZ, Rolf. "O Real em xeque", *O Estado de São Paulo*, 09/04/95, p. 58-59.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. "Carta ao Presidente da República", *Linha Direta*, 11/06/95, p. 122.

CADERNO MASSAS. "Greve dos petroleiros agudiza a luta de classes no Brasil", 05/95, p. 1-15. In: *CPV - DOSSIÊ: O governo de FHC e o movimento sindical (1994-1998)*, São Paulo, 1999.

MARQUES, Carlos José. "A voz dos empresários", *ISTOÉ*, 30/03/94, p. 43.

MARQUES, Carlos José; FILHO, Sérgio Xavier. "Máquina mortífera", *ISTOÉ*, 01/03/94, p. 20-23.

MENDES, Daniela. "Os donos do dinheiro do mundo", *Veja*, 31/01/96, p. 86-89.

NETO, Roberto Lima. "Uma coligação pragmática", *O Estado de São Paulo*, 20/05/94, p. 88.

NERI, Emanuel. "PSDB faz a convenção sem programa", *Folha de São Paulo*, 16/05/94, p. 86.

PAIVA, Paulo Paiva. "Real, reformas e emprego", *O Estado de São Paulo*, 01/05/95, p. 156.

PINHEIRO, Liliana. "CUT inicia nova fase nas relações com o governo", *O Estado de São Paulo*, 03/06/95, p. 126.

PSTU. "Entrevista de José Maria de Almeida", 14/06/95, p. 111-115. In: *CPV - DOSSIÊ: O governo de FHC e o movimento sindical (1994-1998)*, São Paulo, 2000.

PT. "Programa de governo". 04/94.

ROSA, Vera. "Movimento abriu crise no PT", *O Estado de São Paulo*, 03/06/95, p. 126.

REBELO, Aldo. "Seminário sobre a Revisão Constitucional e os Direitos dos trabalhadores", 12/8/94. In: *CPV: Política Conjuntural - 1988 a ... documentos*, São Paulo, 1998.

SANTIAGO, Cláudia. "A greve de 32 dias". In: *SINDIPETRO-RJ*, 08/95. Rio de Janeiro-RJ, 1995.

- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. "Americano admite que assessora FHC", *Folha de São Paulo*, 03/09/94, p. 102.
- SILVA, Eumano. "O petróleo é nosso", *ISTOÉ*, 14/06/95, p. 107-110.
- SINDIPETRO-RJ. "Por outro lado", 08/95, In: *SINDIPETRO-RJ*, p. 1-39.
- SINGER, Paul. "O petroleiro é nosso", *Folha de São Paulo*, 16/06/95, p. 104.
- SIMONETTI, Eliana. "O Brasil está á venda", *Veja*, 29/05/96, p. 34-35.
- SOTERO, Paulo. "O céu é o limite", *O Estado de São Paulo*, 09/04/05, p. 51-52.
- SUASSUNA, Luciano; MENDONÇA, Chico. "Candidato Real", *ISTOÉ*, 01/03/94, p. 24-26.
- SUASSUNA, Luciano. "Quando setembro chegar", *ISTOÉ*, 03/08/94, p. 20-22.
- \_\_\_\_\_. "Fernando Henrique dá o ritmo", *ISTOÉ*, 12/10/94, p. 25-30.
- TAVARES, Maria da Conceição. "Maio a crise do governo". In: *O governo FHC e o movimento sindical*. São Paulo-SP: CPV (Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro), 09/05/95.
- TREVISAN, Cláudia. "FHC na TV se inspira em comerciais de Bill Clinton", *Folha de São Paulo*, 01/09/94, p. 100.
- VAZ, Lúcio. "Governo do DF prepara comício de FHC", *O Estado de São Paulo*, 25/08/94, p. 92.
- VEJA. "Candidatos de cara nova". 23/10/1993, p. 93.
- \_\_\_\_\_. "O encanto se quebra", 30/10/93, p. 82.
- \_\_\_\_\_. "A reforma começa a andar", 24/01/96, p. 20-23.
- \_\_\_\_\_. "Como nos velhos tempos", 01/05/96, p. 98.
- \_\_\_\_\_. "O que está havendo com o seu emprego?", 07/02/96, p. 20-21.
- \_\_\_\_\_. "Acerto do barulho", 21/02/96, p. 18-21.
- \_\_\_\_\_. "Foi dando que FHC recebeu", 27/03/96, p. 31-32.

- \_\_\_\_\_. "Saiu o projeto 001", 17/04/96, p. 32-34.
- \_\_\_\_\_. "O entulho provisório", 08/05/96, p. 30-32.
- \_\_\_\_\_. "A explosão dos serviços", 14/05/96, p. 111.
- \_\_\_\_\_. "Com a porta aberta", 22/05/96, p. 34.
- \_\_\_\_\_. "A indiscreta marcha da burguesia", 29/05/96, p. 30-33.

### **Livros, artigos e periódicos:**

ALMEIDA, Manoel Donato de. *Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil*. Tese de Doutorado defendida no IFCH/Unicamp, Campinas, SP: 2009.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. *Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90*. In: *Crítica Marxista* n° 7. São Paulo-SP: Xamã, 1998.

BAPTISTA, Margarida Afonso Costa. *Política industrial e desestruturação produtiva*. In: *Crise brasileira. Anos oitenta e governo Collor*. São Paulo, SP: DIEESE, 1993.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo-SP: Xamã Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. In: *Crítica Marxista* n°3. São Paulo-SP: Xamã, 1996.

BORGES, Altamiro; Márcio, POCHMANN. *Era FHC - A Regressão do Trabalho*. São Paulo: CES, 2002.

CARVALHO, Ney. *A guerra das privatizações*. São Paulo, SP: Editora de Cultura, 2009.

CARVALHEIRO, Nelson. *A política monetária no Brasil pós-Real*. In: *Textos para Discussão*. São Paulo-SP: EDUC, 2001.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; Brandão, Sandra M. Chagas. *Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho*. In: *Crise brasileira. Anos oitenta e governo Collor*. São Paulo, SP: DIEESE, 1993.

DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias. *A história real: trama de uma sucessão*. São Paulo, SP: Editora Ática/Folha de São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, SP: Globo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2000.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraneoliberal no Brasil*. São Paulo, SP: Hucitec, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere. Maquiavel notas sobre o Estado e a política*. Vol. 3. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 357-515.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO. *Estudos para a Revisão Constitucional de 1993*. São Paulo, SP: IASP, 1993.

LACERDA, Guilherme Narciso de. *Reforma Administrativa, desregulamentação e crise do setor público*. In: *Crise brasileira. Anos oitenta e governo Collor*. São Paulo, SP: DIEESE, 1993.

MACIEL, David. "Notas preliminares sobre os governos Collor e Itamar Franco (1990-1994)". Faculdade de História/UFG. Relatório de Pesquisa, julho de 2012.

\_\_\_\_\_. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Tese de doutorado. Goiânia-GO: UFG, 2008.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. In: 5º Colóquio Marx & Engels, 2007, Campinas-SP. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. Campinas-SP : Cemarx, 2007. v. 1. p. 1-10.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2009.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985- 1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAULANI, Leda Maria; PATO, Christy Ganzert. "Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século". In: PAULA, João Antônio. *Adeus ao desenvolvimento. A opção do governo Lula*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2005.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Brasil: de Fernando a Fernando. Neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2000.

SENRA, Stela. "Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor". In: D'INCAO (Org.). *O Brasil não é mais aquele...Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2001.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

SINGER, Paul. "A raiz do desastre social: a política econômica de FHC" In: LESBAUPIN, IVO. *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

SOARES, José de Lima. *O PT e a CUT nos anos 90. Encontros e desencontros de duas trajetórias*. Brasília-DF: Fortium, 2005.

SOUZA, Herbert de. "Como matar uma estatal". In: *Em defesa do interesse nacional*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1995.

ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990- 1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.